

**Universidade do Estado do Pará  
Centro de Ciências Sociais e Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado**



**Rogério Andrade Maciel**

**SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA: SABERES  
DA PRÁTICA EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
(1960- 1970).**

**Belém – PA  
2014**

**Rogério Andrade Maciel**

**SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA: SABERES DA PRÁTICA  
EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (1960- 1970).**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação do Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Pará, da Linha de Pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França.

**Belém – PA  
2014**

**Rogério Andrade Maciel**

**SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA: SABERES DA PRÁTICA  
EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (1960- 1970).**

Examinado em:...../...../.....

**BANCA EXAMINADORA:**

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França – (Orientadora).

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Educação pela Universidade Estadual de Campinas.

Universidade do Estado do Pará – (UEPA).

Ivanilde Apoluceno de Oliveira – (Membro Interno).

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Educação (PUC/SP) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Universidade do Estado do Pará – (UEPA).

Georgina Negrão Kalife Cordeiro - (Membro Externo).

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Universidade Federal do Pará – (UFPA).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu eterno companheiro que me iluminou nesta caminhada.

A minha maravilhosa mãe, irmã, cunhado e sobrinha, por estarem sempre perto de mim nos momentos mais difíceis da minha vida e me fortalecerem com suas companhias, carinhos e estímulos positivos. Vocês são a fonte do meu viver!

Ao meu avô e pai. Desde o princípio você acreditou que eu seria capaz de conquistar esta vitória. Sua confiança me tornou exemplo de toda família Andrade. Muito Obrigado paizão.

Aos meus familiares que me acompanharam nesta trajetória. Muito obrigado!

Agradeço as diretoras Karina Quadros e Ivanilde Santos, por me liberarem da escola, onde eu trabalhava, quando precisei me ausentar durante as aulas do mestrado.

Ao meu amigo Robson Feitosa, pela solidariedade, carinho, respeito e compreensão por esta dissertação. Em nenhum momento durante o meu trabalho na SEMED/Bragança, você me impediu de executar as minhas atividades do mestrado em Belém. Obrigado! jamais vou esquecer sua colaboração para a construção desta pesquisa.

A minha amiga Joana D'arc Neves de Vasconcellos. Desde 2006, trabalhamos juntos pela educação de jovens e adultos no Município de Bragança. Obrigado por dialogar comigo sobre esta pesquisa. Muitas vezes precisamos desabafar com os amigos para saber se aquilo que estamos escrevendo, tem coerência e sentido textual.

A equipe da SEMED por entenderem minhas ausências durante as atividades do mestrado. Obrigado a todos!

Agradeço ao meu amigo Marcos Renan Freitas de Oliveira, pelos diversos momentos de diálogos nesta pesquisa e revisão da ABNT.

Aos amigos e familiares da Associação Cultural Um Milhão de Amigos, família que me adotaram no Município de Bragança e contribuiu para minha formação no sentido de mobilizar a cultura deste Município.

A professora Maria Roseli pelas inúmeras leituras e correções gramaticais desta pesquisa. Obrigado pelo seu empenho.

Tenho a honra de registrar o nome completo da minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Perpétuo Socorro Gomes Avelino de França, pelo seu compromisso, responsabilidade e dedicação nesta dissertação. Muito obrigado professora, aprendi muito com a senhora. És Mulher, professora e principalmente humana ao orientar seus alunos.

As professoras que contribuíram na banca de qualificação e defesa. Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanilde Apoluceno de Oliveira (UEPA), Georgina Negrão Kalife Cordeiro (UFPA). Posso dizer que sair qualificado na primeira defesa e isso refletiu diretamente nas novas tessituras construídas desta pesquisa.

Aos colegas da 8ª turma do mestrado em Educação da UEPA. Foi uma turma madura, interdisciplinar e com várias experiências que contribuíram para minha formação. Agradeço aos amigos mais próximos, Ingrid Agrassar; Benedito Gonçalves; que me mantinham informados sobre as programações do mestrado.

Aos pesquisadores do Grupo de História da Educação na Amazônia -GHEDA, pela contribuição e fortalecimento sobre a história da educação na Amazônia. Parabéns pelo trabalho!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA. O processo de orientação das aulas me conduziram para escolhas do meu referencial teórico e metodológico da pesquisa. Além disso, a um diferencial nos professores da UEPA. Eles não tratam somente sobre a pesquisa educativa, pois eles nos aproximam sobre os saberes e práticas educativas vivenciadas na Amazônia. Parabéns, isso nos aproxima daquilo que estamos vivendo no cotidiano das escolas.

## RESUMO

MACIEL, Rogerio Andrade. **Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960- 1970)**. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2014.

O estudo trata do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança- Pará (SERB), localizado no nordeste paraense, no período de 1960 a 1970. Tem como objetivo geral analisar a proposta educativa do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança para a educação de jovens e adultos na década de 1960 a 1970. E como objetivos específicos: verificar como se deu a implantação desse sistema educativo nesse período histórico; identificar a sua organização administrativa e pedagógica, mapear os saberes da prática educativa que lá circulavam. Busca-se, nesse estudo, responder a seguinte questão problema: A proposta Educativa do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança para a educação de jovens e adultos tinha por base uma educação de cunho evangelizador ou emancipatório na década de 1960 a 1970? Trata-se de uma pesquisa documental. Os documentos utilizados neste estudo, localizados no memorial de D. Eliseu, secretaria e diretoria do SERB e biblioteca Prof. Armado Bordallo da Silva, compreendem: o anuário da Diocese de Bragança, o livro Barnabitas no Brasil 100 anos, o livro SERB O Pioneiro em Tele Educação na Amazônia: O que é O que faz”, o jornal do SERB, os livros de tombos e alguns Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC’S). Além desses documentos foram entrevistados cinco sujeitos que participaram das atividades do SERB, no período de 1960 a 1970. São eles: uma aluna, um professor- locutor, um monitor, um diretor do MEB e a diretora da rádio. Os autores que balizam a análise são Boff (1980); Wanderley (1984); Freire (1997), Fávero (2006), Brandão (2002) e Zabala (1998), entre outros. O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança foi criado em 27 de janeiro de 1958, por D. Eliseu Maria Corolli e Pe. Maria Giambelli, para educar os jovens e adultos da Prelazia do Guamá. Este sistema firmou parceria com o Movimento de Educação de Base em 21 de março de 1961. No período de 1961 a 1963, o Prelado desenvolveu ações voltadas para a formação dos comitês do SERB, bem como para a ampliação das rádios nos municípios e a captação de recursos financeiros para o sistema. Essas ações tinham como objetivo desenvolver uma prática educativa de base religiosa, que é provinda de um saber religioso, pois onde o padre não consegue chegar, no interior, a rádio é um poderoso instrumento de evangelização. Entre os anos de 1963 a 1964, com a entrada dos leigos cristãos do MEB no SERB, a prática de evangelização cede lugar a um fazer pedagógico pautado em uma educação libertadora, marcada por um saber emancipatório. Este saber emancipatório é influenciado tanto pela Teologia da Libertação quanto pelos princípios educativos de Paulo Freire. Este trabalho educativo foi interrompido com o golpe militar de 1964. No período de 1965 a 1970, o Prelado instituiu novamente, no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, uma educação de cunho evangelizador. Nesse contexto, os mebianos foram afastados desse sistema, acusados de subverterem a ordem instituída.

**Palavras-Chave:** Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. Educação de Jovens e Adultos. Saberes da Prática Educativa.

## ABSTRACT

MACIEL, Rogério Andrade. Educational System of Radio from Bragança: educative practices' knowledge in the education of Youth and Adults (1960- 1970). 168 f. Dissertation (Masters in Education) - University of Pará, Belem, 2014.

The study is about Educational System Radio from Bragança- Pará (ESRB), located in northeastern of Pará, in the period of 1960 to 1970. Its general objective is to analyze the educational proposal from the Educative System Radio from Bragança to the education of Youth and Adults in the decade from 1960 to 1970. The specific objectives: Verify how the implantation of this educational system in this historical period was; identify its administrative and pedagogical organization, mapping the educative practices that were circulating there. We sought in the study answer the following questions: The educational proposal from educative System of Radio from Bragança to the education of youth and adults, in the decade of 1960 to 1970 was based on the bible or in an emancipatory knowing? So it is a documentary research. The documents used in this study, located in the memorial of D. Eliseu, office and directory from ESRB and Prof. Armando Bordallo da Silva's library, comprise: The yearbook of the Diocese of Bragança, the book Barnabitas in Brazil 100 years, the book SERB The Pioneer of Tele Education on Amazon: What is What Does? The journal of SERB, the tombos' book and some Course Conclusion Work. The interviews were realized with 5 people that had participation in the ESRB, in the period of 1960 to 1970. They are: A student, a speak teacher, a monitor, one director from BEM and the principal of the Radio. The authors that based this research are Boff (1980); Wanderley (1984); Freire (1997), Fávero (2006), Brandão (2002) e Zabala (1998), among others. The Educational System Radio from Bragança was created on January 27 in 1958, by D. Eliseu Maria Corolli and Pe. Maria Giambelli, to educate youth and adults from Prelazia of Guamá. This system has partnered with the Basic Education Movement on May 21 in 1961. In the period of 1961 to 1963, the prelate develop actions focused on the formation of committees of ESRB, as well as for the expansion of radio in the municipalities and the mobilization of financial resources for the system. These actions were aimed at developing a faith-based educational practice, which derived through one religious' knowledge, where the priest cannot get inside, the radio is a powerful instrument of evangelization. Between the years of 1963 to 1964, with the input of lay Christians of BEM in ESRB, the evangelization practice gives way to a pedagogical practice guided by a liberating education, marked by an emancipatory knowing. This emancipatory knowledge is influenced by both the Liberation Theology as the educational principles of Paulo Freire. This educational work was interrupted by the military coup of 1964. In the period 1965-1970, the Prelate establishing again, in the Educational System Radio Bragança, education evangelizing nature. In this context, Mebianos were away from this system, accused of subverting the established order.

**Keywords:** Educational System Radio from Bragança; Education of Youth and Adults; Educative Practices' Knowledge

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 01:** Anuário da Diocese de Bragança – Pará. Arquivo da Diretoria do Sistema Educativo de Bragança – Pará, 1990.

**Figura 02:** Livro dos Barnabitas: 100 anos. Arquivo da Diretoria do Sistema Educativo de Bragança – Pará, 2003.

**Figura 03:** SERB: O pioneiro em Educação na Amazônia: O que é e o que faz. Arquivo da Diretoria do Sistema Educativo de Bragança – Pará, S/N.

**Figura 04:** Jornal do SERB: Rádio Educadora de Bragança: do sonho a realidade. Secretaria do Sistema radiofônico de Bragança, S/N.

**Figura 05:** Memorial de D. Eliseu. Localizado no Instituto Santa Teresinha. Acervo do Autor.

**Figura 06:** Livros e trabalhos de conclusão (TCC's). Localizado no Memorial de D. Eliseu. Acervo do autor.

**Figura 07:** Acervos literários. Localizado no Memoria de D. Eliseu. Acervo do autor.

**Figura 08:** Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos. Disponível em: <http://profdariobenedito.blogspot.com.br/2010/12/>, acessado em: 12 mar. 2014.

**Figura 09:** Mapa de algumas rodovias e alguns Município do Pará. Disponível em: [www.google.com.br/mapsdopará](http://www.google.com.br/mapsdopará). Acesso em: 30 de ago. 2013.

**Figura 10:** Dom Eliseu Maria Corolli e os Padres Barnabitas. SILVA, D. B. R. N; OLETO, L. S. R; OLIVEIRA, R. D. C. Aos “caboclos inocentes e de boa fé”: entre educação e outras obras de dom Eliseu Coroli, em Bragança -PA, Século XX, Ano: 2012.

**Figura 11:** Alunas da escola normal na capela do Instituto Santa Teresinha, em Bragança-Pará. Fonte: Livro dos Barnabitas – (2003).



**Figura 12:** Escritório do SERB, instalado em 1960. Fonte: Livro dos Barnabitas (2003, p. 94).

**Figura 13:** Prédio da rádio Educadora onde funcionou até 1990. Fonte: Anuário da Diocese (1990, p. 65).

**Figura 14:** Escritório da Rádio Educadora. **Fonte:** Arquivo do Memorial D. Eliseu.

**Figura 15:** Escritório da Rádio Educadora. **Fonte:** Arquivo do Memorial D. Eliseu.

**Figura 16:** Alunos na comunidade do Camutá, em Bragança – Pará. **Fonte:** Memorial de D. Eliseu.

**Figura 17:** Aula no Centro comunitário. **Fonte:** Memorial de D. Eliseu.

**Figura 18:** Monitores debaixo de uma árvore. **Fonte:** Memorial de D. Eliseu.

**Figura 19:** Boletim do SERB/MEB. **Fonte:** Arquivo privado da aluna – Lucila Ramos.

**Figura 20:** Certificado do SERB/MEB. **Fonte:** Arquivo privado da aluna Lucila Ramos.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro I</b> - Dissertações	17- 18
<b>Quadro II</b> - Teses	18
<b>Quadro III</b> - Identificação dos sujeitos	30
<b>Quadro IV</b> - Constituição dos comitês de Bragança e municípios da Prelazia	109
<b>Quadro V</b> - Primeira equipe de professores do sistema	112

## ÍNDICE DE SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira  
ACP- Ação Católica Popular  
ACPO – Acción Cultural Popular  
AP- Ação Popular  
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CDN- Conselho Diretorio Nacional  
CEAA- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CEN- Comissão Executiva Nacional  
CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba  
CDN- Conselho Diretor Nacional  
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo  
CNER- Campanha Nacional de Educação Rural  
CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPC- Centro Popular de Cultura  
CRSP – Clérigos Regulares de São Paulo  
DNERu - Departamento Nacional de Endemias Rurais  
EE- Equipes Estaduais  
EJA- Educação de Jovens e Adultos  
EL- Equipes Locais  
FRAP - Frente Agrária Paraense  
FSM- Fórum Social Mundial na América Latina  
GUEAJA- Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IESPA - Instituto de Ensino Superior do Estado do Pará  
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
JEC- Juventude Estudantil Católica  
JOC- Juventude Operária Católica  
JUC- Juventude Universitária Católica  
MCP - Movimento de Cultura Popular  
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB - Movimento de Educação de Base  
MEC- Ministério da Educação e Cultura  
MNCA- Mobilização Nacional contra o Analfabetismo  
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
OEA- Organização dos Estados Americanos  
PAMP - Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário  
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
REB - Rádio Educadora de Bragança  
SAR- Serviço de Assistência Rural  
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SER - Serviço de Rádio Difusão Educativa  
SERB- Sistema Educativo Radiofônico de Bragança  
SESC- Serviço Social do Comércio  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
SIRENA – Sistema Rádio Educativo Nacional  
SIRESE- Sistema Rádio Educativo de Sergipe  
SSR - Serviço Social Rural  
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso  
UEPA-Universidade do Estado do Pará  
UFF/RJ- Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro  
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPA- Universidade Federal do Pará  
UFRS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSM- Universidade Federal de Santa Maria  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNESP –Universidade Estadual Paulista  
UNISINOS- Universidade do Vale dos Rios do Sino  
UNIUBE- Universidade de Uberaba  
USP- Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>A tessitura da escolha do objeto e os objetivos da pesquisa</b>	<b>15</b>
<b>O Percorso Metodológico</b>	<b>22</b>
<b>1.0 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: PRINCÍPIOS DA IGREJA CATÓLICA NOS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AMÉRICA LATINA</b>	<b>33</b>
1.1 A igreja popular na década de 60: O pobre no centro da libertação	34
1.2 A Cristologia dos Ensinamentos de Jesus Cristo Libertador e a Tomada de Consciência do Povo Oprimido da América Latina na Década de 1960	37
1.3 A Convergência entre o Marxismo e Cristianismo: Uma Reflexão de Sociedade Histórica, Libertadora e Humanista	47
1.4 O Surgimento e Desenvolvimento da Teologia da Libertação	52
<b>2.0 O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)</b>	<b>62</b>
2.1 O Município de Bragança: um recorte histórico	62
2.2 A Política Institucional Barnabítica em Bragança: perspectivas de D. Eliseu Maria Coroli	69
2.3. A Concepção do MEB e a implantação do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança	78
<b>3.0 SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA</b>	<b>97</b>
3.1 A história do sistema radio educativo no Brasil e sua repercussão na década de 1960	98
3.2 A Estrutura do Movimento de Educação de Base- MEB	101
3.3 A experiência da rádio e do SERB para outros Municípios e Estados	103
3.4 A DINÂMICA ORGANIZATIVA ENTRE O PRELADO E O MEB/ BRAGANÇA, NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	104
<b>3.4.1 A Constituição do Comitê na Prelazia do Guamá</b>	<b>108</b>
3.5 PERFIL E FUNÇÃO DOS SUJEITOS QUE COMPÕE O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA	112
<b>3.5.1 O Professor</b>	<b>112</b>
<b>3.5.2 Os alunos</b>	<b>115</b>
<b>3.5.3 O monitor</b>	<b>118</b>
3.6 Os Conflitos Ideológicos entre o Prelado e MEB	127
<b>4.0 A ENTRADA DOS LEIGOS E A CONSTITUIÇÃO DO SER/MEB, NUMA CONCEPÇÃO PROGRESSISTA</b>	<b>130</b>
4.1 As estratégias do Prelado para manter a instrução religiosa	141
4.2 A Resistência da concepção de educação dos Mebianos no SERB	145
4.3 A ditadura militar e a Retração do MEB	147
4.4 A continuação do SERB/MEB e o contragolpe da instrução religiosa	155
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>162</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>167-170</b>

## INTRODUÇÃO

Na tessitura de minhas experiências, as interpelações discursivas ressignificaram a minha prática vivenciada pelos espaços e lugares, tempos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas e formas das experiências educativas acumuladas ao longo do tempo, colocando-me diante das escolhas e decisões, que deram os tons e cores dessa dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, na linha de Saberes Culturais e Educação na Amazônia.

No ano de 2005, ainda como aluno de graduação, ingressei por meio da extensão, no Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos do Nordeste Paraense Alfa-Cidadã, desenvolvido pelo Grupo Universitário de Educação de Jovens e Adultos (GUEAJA), Campus de Bragança, com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA/MDA/INCRA. O projeto abrangia 07 Municípios do Nordeste Paraense, entre eles o Município de Aurora do Pará, do qual fui bolsista. Durante a realização do projeto visitei dezessete comunidades, dentre elas algumas localizadas em área de assentamentos. Minha função era organizar, orientar e planejar as atividades para os educadores alfabetizadores.

Nesta trajetória sensibilizadora verifiquei que a educação é um desafio quando se configura numa perspectiva do e no campo, o que me impulsionou no processo de escolha desta modalidade de ensino: a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ao término da Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, em 2008, realizei o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a temática “Inclusão Social: Um desafio para os educadores do campo no Município de Aurora do Pará”. Os desdobramentos deste trabalho marcaram minha trajetória acadêmica em face ao acúmulo de experiência no campo da pesquisa e avanço em relação às discussões teóricas e práticas vivenciadas na Universidade. Sobre a memória desta trajetória acadêmica, recorro a Halbwachs (1994), quando afirma que a memória deve ser considerada na condição social do sujeito, permitindo registrar suas experiências vivenciadas, enquanto área de conflitos, permitindo assim a construção de lembranças de um grupo, de um lugar, de um espaço.

Os primeiros passos na profissão docente foram como coordenador pedagógico em escolas públicas, mais especificamente na EJA, desenvolvendo atividades de formação docente numa perspectiva Freireana, processo que me possibilitou pensar e refletir a práxis docente (FREIRE, 2011).

No ano de 2009 fui contratado pela Prefeitura Municipal de Tracuateua para trabalhar na Escola Raimundo Pinheiro de Melo com as turmas de escolarização de 3ª e 4ª

etapas da EJA. Neste trabalho, todo planejamento estava baseado na abordagem socioantropológica de Paulo Freire, em uma nova perspectiva de criação de teias de conhecimento sobre Trabalho e Educação para as duas turmas de 3ª etapa, e Educação e Sustentabilidade para as três turmas de 4ª etapa.

No ano de 2011 ingressei na Universidade Federal do Pará – Campus de Bragança como professor substituto, inserindo-me nesta experiência educativa de educação superior, ministrando disciplinas de Estágio Supervisionado da EJA para as turmas de Licenciatura em Pedagogia e atuando como formador de professores da Educação de Jovens e Adultos. Nesse mesmo ano fui convidado para mediar o planejamento anual dos professores do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB). Nos diálogos estabelecidos com os professores tomei conhecimento do trabalho desenvolvido por esse sistema na educação de jovens e adultos. Naquela ocasião perguntava-me como se deu o processo de implantação desse sistema no Município de Bragança. Essa indagação me instigou a pesquisar esse sistema em suas origens.

### **A tessitura da escolha do objeto e os objetivos da pesquisa**

A partir do encontro com o SERB, submeti no ano de 2012 uma proposta de pesquisa ao processo seletivo da UEPA intitulado “Memórias de professores e alunos do Sistema Educativo Radiofônico no Nordeste Paraense”, onde pretendia discutir a criação desse sistema por meio das memórias de professores e alunos. A referida proposta foi aprovada no processo seletivo em 2012.

Para compreender a importância da memória enquanto construção individual e coletiva de cada sujeito, minhas referências se assentavam nas reflexões de Bosi (1994), as quais afirmam que a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

Durante a realização do mestrado as discussões sobre a investigação epistemológica, referenciais teórico-metodológicos, objeto de estudo, objetivos da pesquisa, questões-problemas e norteadoras e a diferença entre título e tema permitiram que eu reconfigurasse o tema da minha investigação, que passou a denominar-se “Prática educativa radiofônica e escolarização de jovens e adultos: memórias e saberes docentes e discentes”. Trazer à tona as memórias dos professores e alunos sobre a prática educativa radiofônica era o meu objetivo. Em 2012, apresentei no XI Seminário Nacional de Políticas Educacionais e Currículo: Os fundamentos epistemológicos e Políticos da Produção do Conhecimento em Educação,

promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal do Pará a comunicação oral “Prática educativa radiofônica e escolarização de jovens e adultos: memórias e saberes docentes e discentes”.

Na medida em que avancei na pesquisa exploratória realizada nos arquivos do SERB e no arquivo público Municipal de Bragança redesenhei o tema da minha dissertação que passa a ser intitulada: “Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: Saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960-1970)”. As questões aqui tratadas me permitiram delimitar uma década de trabalho realizado na rádio do Município de Bragança-Pará, bem como os saberes provindos desta prática educativa radiofônica, neste sistema de ensino.

A pesquisa está vinculada ao Centro de documentação e Memória da educação de jovens e adultos da Amazônia - CEREJA, que discute as memórias da educação de jovens e adultos no Estado do Pará.

Para estudar o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança é necessário frisar que os sistemas educativos radiofônicos foram instituídos pelo Movimento de Educação de Base – MEB, em 1960. Este se expandiu como um programa de educação popular nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Várias atividades do MEB eram direcionadas pelos programas radiofônicos, conteúdos, aulas que seriam transmitidas pelo professor-locutor e orientadas pelos monitores de cada comunidade local (WANDERLEY, 1984).

Para Paiva (2003), o governo Jânio Quadros prometia financiamento federal aos planos de desenvolvimento de grande envergadura que abriam o setor da educação. Na prática, no campo da educação de jovens e adultos, isso se traduziu na criação do Movimento de Educação de Base (MEB) e, na Mobilização Nacional contra o Analfabetismo (MNCA).

Os primeiros passos no sentido da criação do MEB foram dados antes da posse desse presidente, quando foi dirigida a ele uma carta em 11 de novembro de 1960, propondo a criação de um movimento educativo sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa carta encontrava-se expressa o interesse da Igreja com a educação popular em larga escala a ser desenvolvida por meio de uma educação via rádio (PAIVA, 2003).

A preocupação da Igreja com a educação popular, nos anos 60 do século XX, estava marcada pelo movimento da Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação foi constituída a serviço dos pobres. Ela possui um caráter cristocêntrico, tendo por base os ensinamentos de Jesus Cristo. A cristologia é vista como sinônimo de consciência crítica. Os ensinamentos da cristologia são baseados na fé e na práxis libertadora. Esses ensinamentos inspiraram os



movimentos populares da década de 1960, entre eles o MEB. A Teologia da Libertação denunciou as diferentes formas de opressão e exclusão em que viviam o povo pobre na América Latina (GUTIERREZ,1981).

Além do MEB ser criado pela Igreja Católica numa visão humana e apostólica do Episcopado Brasileiro, através da CNBB, possuía um proposta educativa das reivindicações populares, da cultura popular, da consciência crítica do sujeito. Esses princípios deveriam se fazer presentes na organização, planejamento, curso de formação e nas aulas das escolas radiofônicas brasileiras.

O MEB não nasceu para ser mais uma campanha contra o analfabetismo. Ele surge para libertação de milhares de sujeitos como camponeses, operários e suas famílias, como uma educação de base, cujo propósito estava pautado em uma educação de cultura popular, que possibilitasse aos homens encontrar soluções para os seus problemas e manter boas relações com o restante da sociedade (BRANDÃO, 2002).

Buscando conhecer o que já foi produzido sobre o meu objeto de estudo, realizei um levantamento de dissertações e teses no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (CAPES), no período de 1995 a 2012 e na Biblioteca Municipal Professor Armando Bordallo, da Universidade Federal do Pará- Campus de Bragança.

Pesquisei as seguintes palavras chaves: rádio, Rádio Educadora e Sistema Educativo Radiofônico, no banco de dados da CAPES. Tendo encontrado sete dissertações e seis teses, efetuei somente a leitura dos resumos, conforme pode ser observado nos quadros 01 e 02, no qual cito autor, título das obras, ano e instituição.

#### **Quadro 01:** Dissertações

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
<b>Alexania Rossato</b>	A recepção de rádio e televisão pelos jovens do movimento dos atingidos por barragens: representações identitárias das classes populares	2008	UFMS
<b>Arlete A parecida Taboada</b>	Radioweb: outra rádio, diferentes processos de produção, roteirização e edição.	2012	PUC/SP
<b>Roberta Debora Borges</b>	Movimento e educação de base: ação e repercussão em mato grosso na década de 1960.	2012	UFMG
<b>Maria Silva Amorim</b>	Patrulhando a cidade: o valor do trabalho e a construção de estereótipos em um programa radiofônico.	2000	UFF/RJ

<b>Eleonora Bastos Horta</b>	Serviço público de radiodifusão: tecnologia, sociedade e direito à informação.	2000	UFMG
<b>Felipe Alberto de Queiroz Lalinde</b>	Paixões, pecados, picardia e poesia na publicidade (radiofônica).	2006	UFRGS
<b>Rosa Luciana Pereira Rodrigues</b>	Rádio e Educação Popular na Amazônia: O Processo Comunicacional do Projeto rádio pela Educação	2012	UFPA

Fonte: [www.capes.gov.br/cadastro](http://www.capes.gov.br/cadastro)

Nas dissertações é possível observar tanto uma discussão sobre os movimentos de educação de base no Nordeste Brasileiro, onde iniciou-se a implantação dos sistemas educativos radiofônicos para os jovens e adultos, quanto a tecnologia da rádio como um ensino à distância. É possível observar ainda a sua utilização como um direito de cidadania do povo brasileiro, bem como as representações que são criadas pelos jovens e adultos mediados pela rádio. Convém destacar, ainda, que entre nas dissertações existe uma experiência de sistema rádio educativo na Amazônia, que discute a “*rádio e educação popular na Amazônia: o processo comunicacional do projeto rádio pela educação*”. Esta dissertação aborda a comunicação midiática e a educação popular constituído na rádio rural no Município de Santarém – Pará, a partir da década de 1960.

#### Quadro 02: Teses

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
<b>Benedito Rostan Costa Martins.</b>	Marabaixo, ladrão, gengibirra e rádio: traduções de linguagens de textos culturais.	2012	PUC/SP
<b>Hernando Vaca Gutiérrez</b>	Processos interativos midiáticos da rádio sutatenza com os camponeses da Colômbia. (1947-1989)	2009.	UNISINOS
<b>João Inácio Kolling</b>	O movimento de educação de base: uma religação ao compromisso político-social	1999.	UNIUBE
<b>Roseane Andrelo</b>	Política educacional e as tecnologias de informação e comunicação: o rádio na educação escolar.	2008	UNESP
<b>Suely Maciel</b>	A interatividade no diálogo de viva - voz na comunicação radiofônica	2009	USP
<b>Valci Regina Mousquer Zuculoto</b>	A construção histórica da programação de rádios públicas brasileiras	2010	PUC/RS

Fonte: [www.capes.gov.br/cadastro](http://www.capes.gov.br/cadastro)

Em relação às teses verificou-se que a maioria discute a origem da rádio no Brasil fazendo um paralelo com os sistemas a nível internacional, nacional e local. Vale mencionar ainda que estas produções discorrem sobre a interatividade dos sujeitos pertencentes a este ensino; a rádio como processo educativo, e as políticas públicas sobre as rádios; além do que apresentam uma concepção de educação numa abordagem socioantropológica de Paulo Freire.

As dissertações e teses pesquisadas permitem compreender o Movimento de Educação de Base no Brasil. Elas trazem para debate a implantação de Sistemas Rádios Educativos no país. Não encontrei no levantamento realizado nenhum trabalho que tratasse sobre o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança- Pará.

Na Biblioteca Municipal Armando Bordallo foram localizados quatro trabalhos de Conclusão de Cursos: O primeiro trabalho “Grau de Participação da População em Comunidades Cristãs de Base de Bragança” (1976) de autoria de Zilah Theresinha de Souza, do Curso de Serviço Social. Este trabalho parte do II Encontro Inter-regional de Pastoral em Manaus de 15 a 22 de Maio de 1974, com o intuito de verificar até que ponto as comunidades cristãs de base suscitaram a participação popular no processo de desenvolvimento nacional, regional e local. Sendo este desenvolvido em 08 comunidades cristãs de base no Município de Bragança.

O segundo trabalho “Educação à Distância em Bragança – PA: Do sonho à realidade um estudo de caso (1999), de autoria de Antônio Carlos Barros Borges, Danilo Augusto da Silva e Fernando Cassiano da Costa, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, apresenta um estudo da Rádio Educadora, discutindo a importância da educação à distância, com vistas a garantir a visibilidade da universalização do ensino de qualidade. Nesse trabalho os autores analisam a formação da cidadania rural e a luta contra os problemas educacionais no Brasil.

O terceiro trabalho intitulado “História da Educação no Município de Augusto Corrêa” (1992) das autoras Maria Romana Gonçalves Reis, Osmarina Matos da Cunha e Tereza Maria Ribeiro Rodrigues, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, resgata e registra fatos históricos sobre a educação no Município de Augusto Corrêa na década de 1960 a 1990. Apresenta, ainda, o Movimento de Educação de Base, no período de 60 a 66.

O quarto trabalho trata de “Eliseu Coroli, o Educador de Educadores: Perspectivas Educacionais pioneiras da influência barnabítica na região bragantina no século XX” (2004) de autoria de Leila do Socorro Oletto Rotterdam, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. A autora estuda a faceta educacional e o legado de Dom Eliseu Maria Coroli, explorando suas discussões pedagógicas na região Bragantina no início do século XX - (1938-1946).

Verifiquei que há vários estudos sobre rádio voltados à educação à distância, construída pelos radialistas-locutores, trazendo experiências de alguns Estados Brasileiros, porém nenhum deles trata sobre os saberes da prática educativa radiofônica neste sistema de ensino. Diante disso, estudar o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança – SERB, na década de 1960 a 1970, é contribuir para o fortalecimento do movimento de educação popular na educação de jovens e adultos, no Estado do Pará.

Com este intuito busco responder a seguinte questão problema: A proposta Educativa do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança para a educação de jovens e adultos tinha por base uma educação de cunho evangelizador ou emancipatório na década de 1960 a 1970?

Essa questão-problema suscita as seguintes indagações: Como se deu a implantação do sistema Radiofônico de Bragança (SERB), nesse período histórico? De que maneira acontecia a organização administrativa e pedagógica desse sistema educativo? Quais os saberes da prática educativa presentes no Sistema Educativo Radiofônico?

Esta investigação tem como objetivo geral analisar a proposta educativa do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança para a educação de jovens e adultos na década de 1960 a 1970. E como objetivos específicos verificar como se deu a implantação desse sistema educativo nesse período histórico; identificar a sua organização administrativa e pedagógica e mapear os saberes da prática educativa que lá circulavam.

Os saberes dessa prática educativa se constroem por meio de uma educação via rádio, que não se restringe a uma educação escolar, pois acontece para além deste sistema de ensino.

Sobre saber, Brandão (1997) diz que ele está emerso à vida, circulando entre as pessoas, as quais constroem e reconstroem nas relações sociais o saber local, que é utilizado nas práticas cotidianas dos sujeitos e caracterizados como saberes populares. Esses saberes são denominados de populares, porque são frutos de experiências de vida e trabalho, vivência ao qual o grupo se identifica como tal, troca informações entre si e interpreta a sua realidade.

Neste movimento de educação popular a educação como a cultura, a religião, a ciência, a arte e tudo mais é, também, uma dimensão ao mesmo tempo comum e especial de tessitura de processos, de produtos, de poderes, de saberes e de sentidos de âmbito mais abrangente de processos sociais de interações chamado cultura.

Charlot (2000), no livro “Da relação com o saber” trata sobre o fracasso escolar e a relação com o saber. Nesse livro, ele apresenta a difusão do termo no campo das Ciências Humanas, apoiado numa reflexão antropológica e mediado pelo diálogo entre as disciplinas. O autor traz várias definições sobre este conceito, defendendo a ideia de que o saber está

imbricado na sociologia do sujeito.

O saber, em Charlot (2000), possui diferentes formas e relações com o mundo, e está submetido aos processos de legitimação pelo campo científico, o que perpassa pelo produto das relações epistemológicas concretizadas pela humanidade. Logo, não há “saber sem uma relação do sujeito com esse(s) saber (es)”. Assim, o saber é uma relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com os outros, como conjunto de significados, mas também como espaço de atividades, e se inscreve no tempo.

Freire (1987), em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, esmiúça as relações opressoras de nossa estrutura social e indica diversas possibilidades de mudança para a prática de liberdade da mulher e do homem, legitimando os saberes dos sujeitos oprimidos pelo círculo de cultura, pelo diálogo, pelas camadas populares que constroem na sua ação educativa um cunho político de emancipação, isto é, mediado pela experiência de cada um que passa a modificar a sua existência na sociedade. Logo, essa experiência expressa a cultura de cada lugar, espaço, território; práticas que constituem o saber de cada povo e a sua história.

Sobre prática destaco Zabala (1998), em seu livro “A prática Educativa: como ensinar”, que elege como unidade de análise básica a atividade ou tarefa do professor na sua relação com o aluno e seus procedimentos, como: exposição, debate, leitura, pesquisa, bibliografia, observação, exercícios e estudo. Isso implica a realização docente com todas as variáveis que incidem nos processos de ensino/aprendizagem. Logo, esta prática é considerada como um processo formativo necessário à atividade humana, sendo um fenômeno universal e social a todas as sociedades.

Fávero (2006) analisa em seu livro o conceito de prática, por meio do MEB no Nordeste Brasileiro, no período de 1961 a 1966. Ele destaca que a prática deste movimento não se restringia ao discurso, pois o discurso encobre, mascara a prática. No caso do MEB, o discurso fundamentava a prática pelo movimento de educação popular - com o povo. Este movimento, além de ser designado numa ação da igreja e do Estado, buscava em seus princípios uma educação pautada para a libertação do povo, que é explicitado como um modelo pedagógico de educação. Vale ressaltar que no auge do populismo e na crise política deste período surgiram vários movimentos populares com uma concepção de educação de base. Isso configurou a diminuição do elevado índice de analfabetos no Brasil.

Para Paiva (2003), os anos iniciais de 1960 no Brasil trazem consigo uma educação popular e uma educação de adultos, com cunho histórico que trata sobre os problemas da sociedade e busca suas resoluções pela ideia de uma educação de base, dos movimentos como o MEB; apoia-se em práticas populares, concretas, com o povo brasileiro.

Wanderley (1984), discutindo as práticas educativas do MEB, destaca que elas são práticas sócio-educativas-políticas, voltadas a um determinado grupo de cristãos, os quais vão gerar modificações significativas na concepção de igreja em seus vínculos com a realidade social. A prática educativa se desdobra em outras práticas que irão propiciar o desenvolvimento das comunidades como elemento para uma democracia de base que está atrelada dentro de cada condicionante da realidade inclusiva.

Sobre esta ótica, a Igreja, segundo Wanderley (1984), criou vários projetos de cunho popular voltados para jovens e adultos. Entre esses o Movimento de Educação de Base que instituiu no país os sistemas educativos radiofônicos como uma das suas ações educativas para educar jovens e adultos.

Na sua obra “Educar para transformar” Educação popular. Igreja Católica e Movimento de Educação de Base, Wanderley (1984) informa que a maioria das experiências dos sistemas educativos radiofônicos surgiu no Nordeste:

a) Porque foi palco de maior tensão social no período; b) foi a área de presença mais maciça do movimento; c) Foi onde o MEB começou a operar de maneira sistemática. (...) No Norte, (de cujas equipes foram extraídos alguns textos), e Minas Gérias apresentaram elementos comuns, características peculiares e variações significativas que impedem uma generalização do que se analisou neste trabalho para aquelas regiões (WANDERLEY, 1984, p. 28).

Neste enunciado, verifica-se na obra do autor uma ênfase sobre os sistemas educativos criados no Nordeste brasileiro. É quase inexistente estudos sobre as práticas educativas dos sistemas educativos radiofônicos da região Norte.

As produções de saberes e práticas, que mencionei anteriormente, sejam elas populares, provindas da experiência dos sujeitos e da relação do homem com o seu espaço social, demonstram que não existe uma única relação de saber, ou seja, existem saberes que são construídos por cada sociedade e de certa forma não estão desatrelados de uma prática, que podem se circunscrever na relação da cultura, nos processos de ensino/aprendizagem, na prática vivenciada no Movimento de Educação de Base.

### **O Percorso Metodológico**

A construção epistemológica da ciência foi se constituindo à medida que a sociedade obtinha a necessidade de responder as suas inquietações investigativas, e isso reflete diretamente na construção das pesquisas em educação.

Para Gamboa (1984), existem controvérsias sobre a pesquisa em educação no Brasil. Historicamente a pesquisa quantitativa servia como única fonte de construção de dados para

produção do conhecimento científico e isso foi rompido quando percebeu-se que a neutralidade científica não abarcava a resolução dos problemas sociais, bem como a intencionalidade do sujeito. Isso trouxe um novo olhar sobre o conhecimento científico, mais precisamente designado pela pesquisa qualitativa.

Na pesquisa qualitativa ou quantitativa, deve-se romper com o paradigma de neutralidade, pois permeada pela episteme da realidade, denuncia os “modismos” presentes nas estruturas sociais e possibilita, para o investigador, alternativas de interpretação da realidade complexa e contraditória em busca de sua transformação social. (GAMBOA,1984).

Para Gil (1999), na pesquisa qualitativa emprega-se a complexidade de determinado problema, ao qual visa destacar as características não observadas por meio de um estudo quantitativo. A pesquisa qualitativa não é estática e homogênea, pois utiliza a realidade como base do processo de análise do problema.

É na pesquisa qualitativa que se conhece a natureza de um fenômeno social. Isso justifica a existência de problemas que podem ser investigados com um caráter de uma pesquisa quantitativa e outros com enfoque diferente de uma pesquisa qualitativa (GIL, 1999).

Diante dessa natureza verifica-se que este trabalho faz parte de uma pesquisa qualitativa, uma vez que traz a experiência dos sujeitos envolvidos no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança.

Trata-se ainda de uma pesquisa documental. Sobre a pesquisa documental, Gil (1999) afirma que ela baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

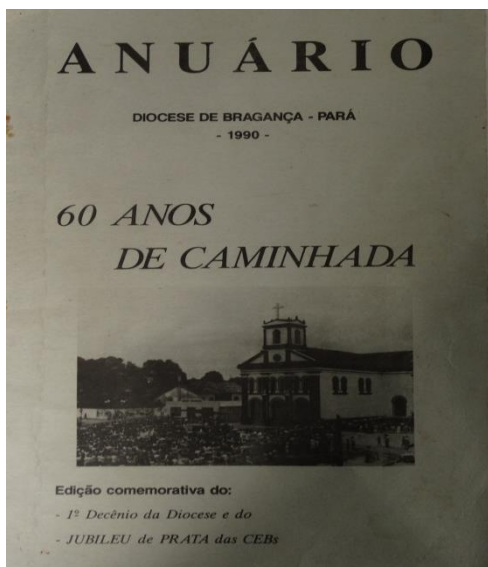
Gil (1999) diz que, ao se analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados mas que podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Para Rodrigues e França (2010), historicamente só os documentos escritos e ou manuscritos eram considerados como uma única forma para compreender as relações sociais do mundo. O discurso recorrente era que o pesquisador só poderia ter acesso aos documentos nas bibliotecas, nos acervos particulares e em centros de memória. Hoje, as concepções de investigação de documentos ultrapassam essa lógica de pensamento, pois as informações sobre um determinado objeto de estudo podem ser encontradas nos mais diferentes fontes: produções iconográficas, em filmes, diários, noticiários de rádio, na internet, correspondências entre outros.

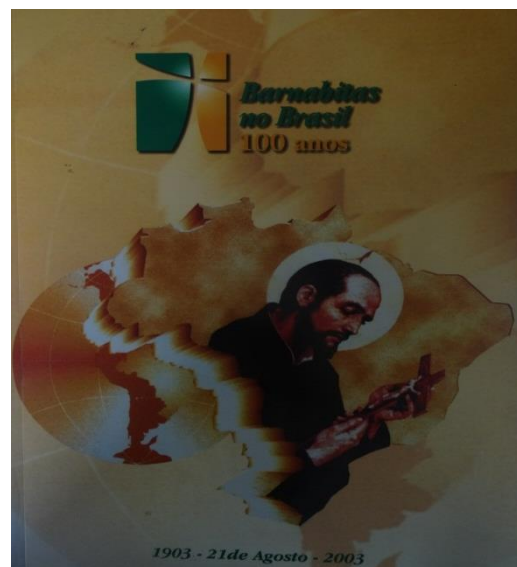
Iniciei a pesquisa no Arquivo Público Municipal. Lá encontrei um ofício que trata da participação do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança no curso de formação dos monitores e supervisores que aconteceu em Manaus, em 1963. Para Derrida (2001), os arquivos são como inscrições, marcas, impressões, assim como a decodificação das inscrições e o armazenamento e a preservação das impressões. Enfim, um lugar de reunião de signos.

Na Secretaria e Diretoria do SERB, localizei os documentos: “*O anuário da Diocese de Bragança –Pará- 1990/ 60 anos de caminhada;*” *O livro dos Barnabitas 100 anos*”. “*O livro SERB O Pioneiro em Tele Educação na Amazônia – O que é O que faz*” e “*Um Jornal do SERB.*” No levantamento dessas fontes, utilizei uma máquina fotográfica Ex. 300 - digital modelo Sony, Zoom de 50, uma vez que os materiais que se encontravam na instituição não poderiam ser cedidos e nem xerocados.

À medida que localizei os documentos fui selecionando-os tendo como referência as orientações contidas no artigo “*Uso de Documento em pesquisa sócio – Histórica*” de Rodrigues e França (2010), publicado no livro “*Metodologias e Técnicas de Pesquisa em Educação*” organizado por: Marcondes; Teixeira e Oliveira (2010) da EDUEPA. Diante disto, Rodrigues e França (2010) comentam que para o pesquisador desenvolver uma pesquisa documental, este precisa compreender a história dos documentos, quem os escreveu e com que propósito, além de identificar o seu conteúdo, quando foi escrito e a sua importância para o estudo em desenvolvimento. É preciso ter clareza, que os sentidos e significados dos documentos localizados possibilitem compreender o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança e sua prática educativa.



**Figura 01:** Capa Anuário da Diocese.  
**Fonte:** Secretaria do SERB.



**Figura 02:** Livro do Barnabitas.  
**Fonte:** Diretoria do SERB.





**Figura 03:** Livro do SERB.  
**Fonte:** Diretoria do SERB



**Figura 04:** Jornal da Rádio educadora.  
**Fonte:** Secretaria do SERB.

O anuário publicado em 06 de novembro de 1990 é uma edição comemorativa do 60º aniversário da Igreja, sendo 50 anos como Prelazia, 10 anos como Diocese e o Jubileu de prata das comunidades cristãs de Base. Além do que este ano comemora-se o 30º aniversário da Rádio Educadora de Bragança – REB, a coluna mestre do SERB. É notório afirmar que este livro apresenta as ações desenvolvidas por Dom Miguel e Dom Eliseu, desde o período em que a Prelazia desenvolvia seus trabalhos com as comunidades eclesiais de base, o que propicia identificar o surgimento da Rádio Educadora.

O livro *“Os Barnabitas no Brasil 100 anos”* (2003) apresenta a origem desta congregação religiosa no Brasil e sua vinda para Bragança, sua filosofia religiosa, bem como a constituição do SERB e suas ações de evangelização.

O livro *“SERB O Pioneiro em Tele Educação na Amazônia O que é O que faz”*; discute as características das atividades do SERB: *“A prelazia do Guamá; Estrutura de uma comunidade cristã de base” Campos de Atuação do SERB; Metas alcançadas; Entidades que colaboram com o SERB*. Este livro não possui autor e ano, entretanto, verificando o seu conteúdo é perceptível que o trabalho desenvolvido abrange a primeira década dos anos de 1960. Enfim, informações pertinentes para compreender por meio dessa prática educativa radiofônica os saberes educativos.

O *“Jornal do SERB”*<sup>1</sup> apresenta o idealizador da Rádio Educadora de Bragança, Dom Eliseu. Este jornal foi redigido por Gerson Alves Guimarães, Dom Miguel Giambelli, Irmã Maria José de Sousa e Celso Orlando da Silva Leite. Ele apresenta, ainda, a implantação do SERB, a sistematização deste sistema, a construção do prédio da rádio, a transmissora da rádio onde as irmãs eram responsáveis de operacionalizar a emissora, a inauguração da rádio e

<sup>1</sup> O presente jornal não possui o ano que foi redigido.

os sujeitos que fazem parte deste sistema.

Durante o levantamento dessas fontes sobre o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, (SERB) fui orientado pela diretora do SERB, a pesquisar no Memorial de D. Eliseu.

No Memorial de D. Eliseu entreguei um ofício para a irmã Marilda Teixeira solicitando a realização da pesquisa. Naquela ocasião a Irmã iniciou o seu discurso explicando a sua experiência no sistema. No período de 1966, ela foi diretora artística da Rádio Educadora, nome que se designa como direção geral da rádio.

No Memorial de D. Eliseu a irmã Marilda Teixeira me apresentou alguns trabalhos de conclusão de cursos, livros de tombos, inclusive sobre o SERB e ofícios referentes à legalização da rádio.



**Figura 05:** Memorial de D. Eliseu.

**Fonte:** Acervo do Autor.

O Memorial de D. Eliseu fica localizado no segundo pavilhão, primeira porta à direita do Instituto Santa Teresinha. Este Instituto está localizado na Travessa Coronel Antônio Pedro. Esse Memorial tem três compartimentos. No primeiro estão os instrumentos que D. Eliseu utilizava no seu trabalho religioso; no segundo os utensílios utilizados em seu cotidiano e no terceiro trabalhos de conclusão de cursos, livros e acervos literários.



**Figura 06:** Livros e trabalhos de conclusão (TCC's).

**Fonte:** Acervo do autor.

Os livros que se encontram no Memorial de D. Eliseu tratam sobre o trabalho de evangelização e as instituições criadas por D. Eliseu no Município de Bragança, dentre eles, o Livro dos Barnabitas. No Memorial, encontrei seis Trabalhos de Conclusão de Curso; quatro deles fazem parte também do acervo da Biblioteca Armando Bordallo da UFPA. Dois deles, de Cleide Maria da Silva Figueiredo e Maria Ester da Silva (1994), e Francisca Pantoja da Silva (1999), me interessaram, inicialmente, porque apresentam um recorte histórico sobre a minha pesquisa.

O primeiro trabalho, de Cleide Maria da Silva Figueiredo e Maria Ester da Silva-intitulado “A História do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança – Pará (1958 a 1961), do Instituto de Ensino Superior do Estado do Pará – IESPA, faz apologia ao Sistema Educativo Radiofônico de Bragança no período de 1958 a 1961. Este trabalho tem como finalidade analisar a história da educação desenvolvida pelo Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, buscando a compreensão de fatores que contribuíram ou não para uma educação em ambiente não-escolar.

As autoras analisaram o SERB como uma educação em ambiente não-escolar, pois vários jovens e adultos, por serem dos mais diferentes lugares, tinham dificuldades de estudar e ter acesso à educação, assim este ensino à distância oportunizou aos alunos o acesso à educação, tornando-os sujeitos mais críticos na sociedade. Apesar deste trabalho efetuar o recorte histórico de 1958 a 1961, não visualizei somente informações sobre essa década, pois elas iniciaram seu trabalho sobre a implantação da rádio em 1958 e ultrapassaram a década de 1990; entretanto a década de 1960 a 1970 não aparece na pesquisa. Verifiquei que as autoras iniciam o trabalho sobre a implantação e continuam com a proposta da rádio a partir do



período de 1971, muito semelhantes aos outros TCC's encontrados na Biblioteca Armando Bordallo.

O segundo trabalho, de Francisca Pantoja da Silva (1999), intitulado “A História Continua na Arte de Educar nas Terras dos Caetés, (1930 – 1960), da Universidade Federal do Pará, do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História, tem por objetivo conhecer mais profundamente D. Eliseu Maria Corolli e as suas ações em solo bragantino. Encontrei neste segundo trabalho várias fontes importantes sobre o recorte da minha pesquisa, algumas citações sobre um historiador e professor do Município e de um diretor do MEB.



**Figura 07:** Acervos literários.

**Fonte:** Acervo do autor.

Nesta sala do Memorial de D. Eliseu existem seis acervos literários, e ao pesquisar no segundo trabalho identifiquei que os livros de tombos e os escritos de D. Eliseu e Pe. Maria Giambelli estavam contidos no quarto acervo literário.

Comparando o segundo trabalho com o material contido no quarto acervo literário percebi algumas lacunas sobre as informações da década de 1960 a 1970, então me debrucei sobre as fontes primárias do acervo e, neste exato momento comecei a compreender o contexto da implantação e do desenvolvimento do sistema, pois cruzando as fontes do Arquivo Municipal, da Biblioteca Armando Bordallo, da Diretoria e secretaria do SERB e finalmente das fontes do Memorial de D. Eliseu obtive a compreensão do contexto em que a rádio e o sistema se encontravam naquele período de 1960. Vale ressaltar, ainda, que o segundo trabalho não discutia sobre os saberes da prática educativa no sistema, pois se deteve mais na conjuntura histórica do SERB, mas foi fundamental para me conduzir nas fontes do acervo literário, onde se encontram os livros de tombos.

Vale mencionar que tanto no arquivo Municipal de Bragança quanto na secretaria e diretoria do SERB, todos os documentos foram fotografados e catalogados em pastas com identificação para análise.

Além destes materiais trago para ilustração fotografias que se encontram no Memorial de Dom Eliseu, localizado no Instituto Santa Teresinha. Essas fotografias expressam a vivência, os sentidos, os significados dos sujeitos pertencentes a este ensino. Para Kossoy (2005), a fotografia apresenta a vida de cada personagem, o contexto que permitiu a sua materialização. Além de pensamentos e sentimentos há uma realidade interior que está para além da aparência imobilizadora da fotografia. A organização das fotos, dos livros de tombos, certificados e ofícios permite olhar a cultura dos sujeitos pertencentes a esta experiência.

Após esse levantamento nos espaços onde se encontravam os documentos, elaborei o roteiro de entrevista semiestruturada.

De acordo com Oliveira; Fonseca; Santos (2010), para se constituir a entrevista é necessário um planejamento que passa pela elaboração de um roteiro de entrevista. Neste devem ser definidas as principais perguntas que nortearão a pesquisa. Para as autoras: “As perguntas contidas no roteiro de entrevista devem estar de acordo com os tipos de pesquisa e de entrevista escolhidos e abranger todos os assuntos de interesse da investigação elencados” (OLIVEIRA; FONSECA; SANTOS, 2010, p. 48).

A escolha do tipo de entrevista para este trabalho foi a entrevista semiestruturada, porque ela permite compreender os saberes da prática educativa existente no SERB.

De acordo com Oliveira; Fonseca; Santos (2010), na entrevista semi-estruturada o investigador produz um roteiro com perguntas previamente estabelecidas, mas, na sua operacionalização, o entrevistador pode acrescentar novas perguntas conforme o conteúdo da narrativa do entrevistado.

Gil (1999) afirma que na entrevista semiestruturada o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas quando este se desvia do tema original deve haver um esforço do pesquisador para a retomada do assunto. Percebe-se nesta técnica que não se trata de deixar o entrevistado responder as perguntas livremente, porque não se pode perder o foco do que está sendo pesquisado.

As entrevistas dessa investigação foram realizadas com cinco sujeitos que participaram das atividades do SERB, no período de 1960 a 1970. O principal critério utilizado na escolha desses sujeitos incidiu sobre esse período histórico. São eles: um aluno, um professor-locutor, um monitor, um diretor do MEB e a diretora da rádio. Durante o

levantamento do *corpus* desta pesquisa no Memorial de D. Eliseu, localizei a diretora, o professor e o diretor do MEB. Quanto à aluna e à monitora foram indicadas pelos demais entrevistados. Antes de iniciar as entrevistas apresentei os objetivos da pesquisa e solicitei aos entrevistados autorização para gravá-las. Eles assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, tendo manifestado o desejo de serem nomeados nesse estudo pelos seus próprios nomes. Procurei deixá-los à vontade para responder as perguntas das entrevistas. Em alguns momentos novas perguntas surgiram enriquecendo essa técnica de investigação. As gravações das entrevistas foram transcritas e analisadas de acordo com o referencial teórico que adoto nessa investigação.

Convém destacar que as perguntas das entrevistas foram elaboradas buscando conhecer a formação profissional e acadêmica dos sujeitos que trabalharam no sistema neste período histórico, o tempo de experiência de trabalho na rádio, a metodologia de ensino utilizada no SERB, a organização do tempo e espaço escolar para o desenvolvimento das aulas, planejamento dos professores e monitores, material didático e avaliação da aprendizagem.

No quadro abaixo estão expressos a função, período de trabalho no SERB e o nome dos entrevistados.

**Quadro 03:** Identificação dos sujeitos

<b>FUNÇÃO</b>	<b>PERÍODO DE TRABALHO NO SERB</b>	<b>NOME</b>
Diretora do sistema	1966 a 1978	Marilda Teixeira
Professor do sistema	1960 a 1970	Ribamar Oliveira
Monitora	1966 a 1971	Maria de Nazaré
Diretor do MEB	1962 a 1964	Heraldo Maués
Aluna do sistema	1965 a 1971	Lucila Ramos

**Fonte:** Acervo do autor

A partir desse quadro exponho o perfil de cada sujeito que trabalhou e estudou no SERB, na década de 1960 a 1970.

A Irmã Marilda Teixeira, diretora da rádio, tem 76 anos, sendo natural de Minas Gerais. Realizou o curso Magistério em sua terra natal. Ela foi convidada por D. Eliseu para participar do sistema em 1966, tendo lá trabalhado até 1978. No período de 1968 a 1970 a Irmã realizou na cidade do Rio de Janeiro um curso elementar de eletrônica. Quando retornou a Bragança ficou responsável em dar apoio técnico aos rádios. A Irmã tinha duas funções no

sistema: diretora da rádio e técnica da rádio, que consertava os rádios- cativos<sup>2</sup>.

O professor Ribamar Oliveira<sup>3</sup> tem 62 anos, é formado em Licenciatura Plena em Letras, pela Universidade Federal do Pará e é bragantino. Ele ingressou no sistema no ano de 1978. O professor mencionou que ele foi chamado porque participava da Igreja e conhecia D. Eliseu e Pe. Maria Giambelli. Geralmente, os professores selecionados para trabalhar no SERB eram da Igreja e possuíam o curso normalista.

A monitora Maria de Nazaré trabalhou no SERB, no Município de Capanema, no período de 1966 a 1971. Antes de ser monitora do sistema, foi professora de uma escola particular naquela localidade. Ela só tinha o curso ginásial e fazia parte da Igreja no Município de Capanema – PA. Por fazer parte da Igreja foi convidada pela tesoureira do SERB, Irmã Hortência, para participar do SERB. A monitora é bragantina e viveu em Capanema para obter um melhor emprego. Atualmente ela mora em Bragança.

O diretor do MEB, Heraldo Maués, nasceu em Abaetetuba, mas passou a maior parte da sua vida acadêmica e profissional no Município de Belém. Ele é formado em Licenciatura e Bacharelado em História. Durante a vida estudantil foi o presidente da Juventude Universitária Católica (JUC) em Belém. Pela carência de professor na época ministrou aula de História na Escola Paes de Carvalho. Em 1962 foi convidado pelo coordenador do MEB/Estadual para trabalhar no MEB/Bragança. O diretor coordenou o sistema no período de 1963 a 1964, quando foi destituído do cargo com o golpe de 1964. Heraldo Maués tem 76 anos, é professor aposentado da Universidade Federal do Pará, do Curso de Antropologia.

A aluna Lucila Ramos sempre morou na comunidade do Acarajó, localizada a 07 km da sede de Bragança. Ela informou que na sua juventude não tinha luz elétrica na sua comunidade e quando o rádio chegou foi uma alegria para todos. Ela estudou no sistema de 1965 a 1971. Lucila tem 74 anos e estudou no rádio até o quinto ano. Não foi possível encontrar a secretária do SERB e nem os padres que compunham o comitê central da época para entrevistá-los, pois eles não estão mais vivos.

Este trabalho compreende uma introdução e três seções. Na introdução apresento a minha experiência acadêmica e profissional, o objeto de estudo, os objetivos da pesquisa, o aporte teórico e o percurso metodológico.

---

<sup>2</sup> Segundo a irmã Marilda Teixeira o termo rádio cativo, surgiu porque ela era orientada pelos padres para sintonizar o rádio, as antenas, somente para pegar a emissora da Rádio Educadora de Bragança.

<sup>3</sup> Este professor não trabalhou diretamente no período histórico desta investigação. Mas, devido a sua convivência com o professor J.D, já falecido, resolvi entrevistá-lo, considerando os documentos que tinha sobre o trabalho do professor na rádio, bem como a sua participação no primeiro SERB/MEB.

Na primeira seção *“Teologia da Libertação: princípios da igreja católica nos movimentos de educação popular da América Latina”*, apresento a Teologia da Libertação como um dos movimentos políticos da Igreja Católica e sua expansão filosófica como uma doutrina social voltada para os pobres. Nesta seção discorro sobre duas concepções que marcaram a Teologia da Libertação. Focalizo, ainda, a Teologia da Libertação que influenciou a linha de pensamento e ação do MEB, na década de 1960.

Na segunda seção intitulada *“Sistema Educativo Radiofônico no Movimento de Educação Popular”* analiso o município de Bragança, a política institucional dos Barnabitas em Bragança, destacando o trabalho desenvolvido por Dom Eliseu Maria Corolli; em seguida destaco as campanhas de alfabetização de jovens e adultos, a concepção de educação do MEB, bem como a implantação dos sistemas radiofônicos pelo MEB a nível internacional, nacional e local.

Na terceira seção *“Sistema Educativo Radiofônico de Bragança: Educando jovens e adultos na Amazônia Bragantina”*, apresento o SERB, como um processo educativo construído com o monitor, diretor do MEB, diretora da rádio, aluno e professor-locutor. Discorro sobre os campos de atuação dos sistemas educativos radiofônicos no Nordeste Brasileiro e sua relação com o SERB; a organização administrativa e pedagógica, as entidades colaboradoras, a organização do espaço – tempo, a conjuntura histórica desta primeira década, a relação do SERB/ MEB, o conteúdo programático, a metodologia de ensino e o processo de avaliação.

Na quarta seção *“A entrada dos leigos e a constituição do SERB/MEB, numa concepção progressista”*, menciono os conflitos ideológicos entre o prelado e o MEB, as estratégias de organização administrativa e pedagógica para manter a educação evangelizadora por parte do prelado e as estratégias dos mebianos para manter uma educação emancipatória no sistema. Destaco, ainda, a influência da ditadura militar e a retração do MEB no sistema.

Nas considerações finais apresento os resultados da investigação, a conjuntura histórica desta década e os saberes das práticas educativas do SERB.



## 1.0 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: PRINCÍPIOS DA IGREJA CATÓLICA NOS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR DA AMÉRICA LATINA

Na religião judaica, ao tempo de Jesus, tudo estava prescrito e determinado, primeiro as relações para com Deus e depois as relações entre os homens. Tudo era sancionado como sendo vontade de Deus expressa nos livros da Santa Lei. A consciência sentia-se oprimida por um fardo insuportável de prescrições legais (BOFF,1986, p. 51).

A epígrafe acima, de Leonardo Boff, situa o leitor sobre os elementos constitutivos da Teologia da Libertação. Esta teologia contesta a opressão do homem em nome da lei e apresenta os ensinamentos de Jesus Cristo como atos de liberdade. Ambas relações são demonstradas nesta seção como um movimento de embates internos entre os grupos tradicionais e progressistas da igreja católica na década de 60.

Os grupos tradicionais da igreja desenvolvem uma política filosófica de instrução religiosa, enquanto que os grupos progressistas possuem uma linha de pensamento pelo viés da formação crítica de mulheres e homens e a consciência crítica dos sujeitos.

Ao falar sobre a Teologia da Libertação apresenta-se também sua influência nos movimentos populares, entre eles o Movimento de Educação de Base (MEB), que institui sua filosofia progressista nos sistemas educativos radiofônicos no Brasil, em 1960.

A Teologia da Libertação é uma forma de compreender a fé a partir da práxis histórica, libertadora, das classes exploradas, das etnias desprezadas, das culturas marginalizadas. Ela nasce da inquietante esperança de libertação, das lutas, dos fracassos, das conquistas dos próprios oprimidos, do modo de se reconhecer filho ou filha do Pai, por meio de uma profunda fraternidade (GUTIÉRREZ, 1981).

Inicialmente a Teologia da Libertação foi inspirada pela cultura católica francesa progressista, que formula, em nome do cristianismo da libertação, uma proposição de um movimento radical de transformação social, baseado na opção pelos pobres contra a pobreza e pela sua libertação, se alastra para outros países da América do Norte e países da América Latina e se materializa como uma expressão política, espiritual, social e cultural (BOFF,1980).

Nessa conjuntura boa parte das bases eclesiais, padres, bispos, freiras, ordens, movimentos religiosos, comissões pastorais como a justiça e a paz, inspirados no Evangelho, trouxeram por meio da conscientização e prática de Jesus Cristo<sup>4</sup>, a busca por uma sociedade

---

<sup>4</sup> Sua prática, sua mensagem, sua morte como consequência de seu compromisso com o pai e como os bens do Reino, na história, e, finalmente sua ressurreição, inauguração da libertação em plenitude, fundaram uma mística

alternativa, cujo propósito consistia na libertação dos pobres. Por isso, a Teologia da Libertação utiliza como ponto de partida a situação da pobreza e exclusão social à luz da fé cristã. (BOFF, 1986).

### **1.1 A igreja popular na década de 60: O pobre no centro da libertação**

A pobreza, a Igreja e a vida religiosa, reinterpretaram o sentido de uma igreja dos pobres, feita pelos pobres e para os pobres. Era preciso considerar os pobres não como um objeto de caridade, mas como sujeito de sua própria libertação.

Segundo Gutiérrez (1981), ocorre no final dos anos de 1950 uma implosão de autores e países da América Latina, voltados à propagação da Teologia da Libertação. Entre eles Enrique Dussel e Miguez Bonino, ambos da Argentina; Juan Luiz Segundo, do Uruguai; Gustavo Gutiérrez, do Peru. No Brasil Hugo Asman, Leonardo Boff e Frei Betto são também precursores da Teologia da Libertação. Todos possuíam um objetivo comum: desenvolver nas regiões mais carentes atividades em favor da libertação do pobre.

De acordo com Freire (1987), o Brasil, nas décadas de 60 a 70 foi palco de uma atmosfera política e social, marcada por uma mobilização popular que almejava mudanças sociais, que estavam para além das reformas prometidas pelo governo. A ideia era libertar o sujeito oprimido das opressões históricas, que ao longo dos anos vinham se acirrando por parte da classe opressora, que desumaniza, explora e violenta em razão de seu poder, a libertação dos oprimidos e de si mesmo.

O poder dos opressores, que instaura uma vocação – a do ser menos, pelos aspectos da desumanização, conduz os oprimidos a lutar contra quem os fez menos. Esta luta de libertação só tem sentido quando os oprimidos, ao recuperarem sua humanidade, que é uma forma de não se tornarem opressores ou opressores dos opressores, utilizam a tarefa histórica humanista. Daí a ideia de que a restauração da humanização liberta os oprimidos e os opressores. (FREIRE, 1987).

Wanderley (2010) discorre sobre o sujeito pobre como oprimido, marginalizado, discriminado, excluído. A terminologia é ampla e inclui sujeitos privados de bens materiais e de uma vida digna. Há ainda aqueles que são discriminados por relações étnicas, sexuais e raciais; os próprios imigrantes estrangeiros, além dos desempregados, subempregados, trabalhadores da economia, os mendigos entendidos como os miseráveis, os menores

---

poderosa solidariedade e até a identificação com os pobres contra a pobreza. O seguimento de Jesus firmava o comportamento do cristão na sociedade a ser transformada.

abandonados, as prostitutas; enfim, seres humanos que, de alguma forma, são excluídos das apropriações dos bens produzidos coletivamente pelo conjunto da humanidade.

Para Gutiérrez (1981) as condições reais das desigualdades entre os opressores e oprimidos são destaques na Teologia da Libertação pela representação dos ensinamentos de Jesus Cristo, que não discriminava os sujeitos, não fazia diferença entre os ricos e pobres e muito menos se manifestava com falsos atos de generosidade. Jesus Cristo se fez mais precisamente pelo Deus pobre, essa foi a vida humana que ele assumiu e a partir da qual o homem se reconheceu enquanto filho do Pai. Ele foi pobre e nasceu no meio social da pobreza, porque escolheu viver e estar com os pobres, dirigiu seu Evangelho preferencialmente aos pobres, lançou invectivas aos ricos que oprimiam e desprezavam os pobres, diante do Pai foi um pobre em espírito.

De acordo com Dussel (1977), o período de 1960 a 1970, foi vivido como um momento emergente de reivindicações na sociedade. A filosofia da libertação constituída por Dussel é marcada por um ato de libertar filosófico e politicamente. Ela critica a filosofia hegemônica eurocêntrica que se perpetua em nosso meio. Esta filosofia eurocêntrica não considera os valores, crenças e culturas dos povos oprimidos. Daí a necessidade de estabelecer um pensamento crítico valorizando o ser humano pelas suas manifestações culturais e pela própria reflexão sobre sua ação, no sentido de politizar os sujeitos sobre as ações camufladas pela cultura eurocêntrica.

Parafraseando Dussel (1977), em sua filosofia da libertação, ele traz os mecanismos de dominação e exploração que normalmente passam despercebidos no cotidiano e são tão eficazes em seus propósitos em todas as dimensões de nossa vida. A filosofia de libertação do oprimido discutida pelo viés filosófico e político se completam e são inseparáveis. Ela deve contemplar todas as dimensões de nossa vida pessoal e social, possibilitando instrumentos teórico e práticos para a libertação integral, não só como pessoas, mas como sociedade, impelindo-nos a uma nova ordem, mais justa e igualitária.

Para Damke (1995), Enrique Dussel, um dos mais importantes filósofos da libertação, oferece uma contribuição decisiva para a construção de um conhecimento filosófico e científico enraizado na cultura, na história e nas utopias dos povos periféricos. O reconhecimento da liberdade infinita do outro, do seu direito de humanizar seu mundo e a si, é que fundamenta toda ética ou filosofia da libertação. Enquanto a ontologia da totalidade do outro é apenas “diferente”, interior à centralidade dominante, o outro, para Dussel, é concebido como exterior à qualquer centralidade. Inclui-se aí o pobre, o que proclama por justiça, o marginalizado pelo sistema (DAMKE, 1995).

Para Damke (1995), a exterioridade em Dussel assume um caráter da realidade prática. No caso do pobre, assegura-se que o pobre é o oprimido, é fruto de um sistema injusto e como tal não tem lugar na sociedade. Por isso, pensar no pobre é pensar de maneira equivocada somente pelo horizonte do sistema, é entender, acima de tudo, o interior da totalidade do sujeito.

Segundo Damke (1995), a filosofia da libertação na América Latina em 1960, representaria a possibilidade de refletir sobre a realidade e transformá-la segundo os valores apreendidos pela Teologia da Libertação. Enrique Dussel foi enfático ao afirmar que a filosofia não estuda a própria filosofia, pensa a realidade. A preocupação sempre deve ser com o povo pobre, que sofre. A filosofia deveria manter suas interfaces com a realidade das ruas, do povo, enfim, uma filosofia engajada. E quando Dussel fomenta o engajamento de uma filosofia voltada para o povo pobre, se impõe ao diálogo da filosofia europeia e norte-americana.

A Igreja, que durante toda a nossa história educativa havia se dedicado prioritariamente à educação das elites, na década de 1960, começava a se interessar mais profundamente pela educação das massas (PAIVA, 2003).

A Igreja, de certa maneira, tentava articular diversas ações contra a pobreza, mas com um olhar de quem vive fora dela. O pobre não poderia questionar acerca da sua pobreza, pois caracterizava o sujeito como subversivo das prescrições determinadas com a lei de Deus. Enveredados pela graça divina e baseados no testemunho do Evangelho, só grupos tradicionais da igreja questionavam a pobreza e a riqueza, em seu nível econômico, político, espiritual, pessoal, comunitário, etc.

[...] Pobreza e riqueza são geradas dentro de um tipo de relacionamento entre as pessoas na mediação dos bens materiais. Pobreza e riqueza possuem uma relação dialética; se implicam mutuamente. A pobreza é o empobrecimento; a riqueza é o enriquecimento. Há uma riqueza que se constitui fazendo outros pobres, debulhando-os, tirando-lhes a dignidade, roubando-lhes os bens com das condições materiais para serem dignamente homens (BOFF, 1980, p. 236).

Com base na argumentação acima, as relações entre pobreza e riqueza não podem ser vistas de forma abstrata, como entidades neutras e inocentes ou produzida numa relação espontânea. A própria Igreja fala da pobreza e da riqueza como substantivos concretos advindos da realidade histórica. Neste caso, a pobreza e a riqueza não se revelam somente pela lógica do capitalismo que apresenta uma produção coletiva e da apropriação privada. Elas se caracterizam pelas relações de forças entre os grupos tradicionais-opressores e o grupo progressista que luta pela libertação dos pobres e oprimidos.

A pobreza denuncia a presença da injustiça e a presença de uma riqueza desonesta, pois o empobrecimento é o resultado da desmesurada ganância dos ricos. Diante disso, é preciso estabelecer a contraposição em relação à riqueza e buscar situações mais justas e de caridade fraterna entre os homens que impeçam as emergências entre ricos e pobres.

Os pobres, as classes exploradas, a militância em suas lutas pela libertação pelo Evangelho, que conclamam a igreja popular, nascem do povo, de um povo que arranca o Evangelho das mãos dos grandes deste mundo, que impedem sua utilização em uma situação contrária ao Deus Libertador. Essa reintegração fomenta uma apropriação de um Evangelho que ultrapassa a lógica de uma leitura privada; assim, a libertação ocorre quando os próprios pobres são mobilizadores e aceitam o Evangelho com interesses de solidariedade, de aspirações das lutas populares, de combate dos oprimidos e reprimidos (GUTIÉRREZ, 1981).

Para Wanderley (2010), a situação de pobreza é denunciada como pecado estrutural e propõe o engajamento político dos cristãos na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Em virtude dessa mudança da sociedade é que a Teologia da Libertação se encontra, pois se os pobres eram vistos pelo sistema de exploração e dominação como os empobrecidos, sem cultura, sem o direito básico, agora, impulsionados pela Teologia da Libertação, passam a ser os mais destacados na América Latina, na década de 60.

Na Teologia da Libertação os pobres passam a ser destacados numa visão religiosa e profética, em cuja dimensão fazem parte do povo de Deus, incutidos da trilogia “Cristo-Justiça-Pobres”, surge uma bandeira intensa nos movimentos populares que se edifica pela chamada Igreja Popular – Igreja pela luta da libertação, cuja Cristologia está centrada no tema Jesus Cristo Libertador (WANDERLEY, 2010).

Com base numa Cristologia centrada nos ensinamentos de Jesus Cristo e nas diferentes formas de opressão e exclusão que Jesus viveu foi que a Teologia da Libertação se inspirou para reinterpretar as relações de forças entre o povo pobre, oprimido, privado dos seus direitos, na década de 60 do século XX. Entender essa inspiração é compreender a Teologia da Libertação como uma reflexão crítica na e sobre a práxis concreta da realidade. A palavra de Jesus e sua vivência trouxeram a interpretação pela criticidade de maneira mais incisiva sobre a libertação do homem.

## **1.2 A Cristologia dos Ensinamentos de Jesus Cristo Libertador e a Tomada de Consciência do Povo Oprimido da América Latina na Década de 1960**

A Cristologia, que proclama Jesus Cristo como libertador, conduz ao comprometimento de libertação econômica, social e política dos grupos dominados. Nessa

libertação está contido o caminho percorrido por Jesus Cristo Histórico<sup>5</sup>, o qual serve de inspiração para a Teologia da Libertação como marcos de compreensão da realidade. (BOFF, 1986).

Para Boff (1986), o projeto fundamental de Jesus é, portanto, proclamar e ser instrumento da realização do sentido absoluto do mundo, libertação de tudo o que estigmatiza: opressão, injustiça, dor, divisão, pecado, morte; e libertação para a vida, comunicação aberta do amor, liberdade, graça e plenitude em Deus.

Segundo Boff (1986), o Jesus Cristo histórico não se pregou sistematicamente a si mesmo, nem à igreja, nem a Deus, mas ao Reino de Deus. Nessa lógica, a revelação sobre o Reino de Deus se faz presente enquanto compreensão escatológica<sup>6</sup>, segundo a qual este mundo, tal como se encontra, contradiz o designio de Deus.

A análise de Jesus não consiste em proclamar que o Reino há de vir, mas em que por sua presença e atuação o Reino já está perto (Mc,1,15) e no meio de nós (Lc. 17,21)! [...] I.3. O reino de Deus não é apenas futuro e utopia; é um presente e encontra concretizações históricas. Por isso, deve ser pensado como um processo que começa no mundo e culmina com a escatologia final. Em Jesus, encontramos a tensão dialética sustentada adequadamente; por um lado à proposição de um projeto de total libertação (Reino de Deus) e, de outro, mediações (gestos, atos, atitudes) que o traduzem processualmente na história. Por um lado o Reino é futuro e há de vir e, de outro lado, é presente e está perto (BOFF, 1986, p. 27).

Observa-se que a ideia sobre o Reino de Deus está baseada nos inúmeros conflitos presentes nas concretizações históricas de Jesus para a libertação dos oprimidos. Por isso, a utopia da absoluta libertação possui um caráter de totalidade e universalidade, colocando em xeque os interesses religiosos, políticos e sociais da sociedade em que Jesus vivia.

Gutiérrez (1981) menciona que o reino significa globalidade, nada escapa a ele. Quando Deus reina quer dizer que reina seu amor, sua paternidade e fraternidade entre todos os seres humanos, tornando-se um reino de justiça e de liberdade aos pobres e oprimidos.

À medida que o povo oprimido toma consciência de sua péssima condição de vida, ocorre a reação de grupos de cristãos que propagam, por meio da imagem de Jesus Cristo, duas cristologias:

---

<sup>5</sup> Nesta seção, apresento alguns ensinamentos de Jesus, que estão contidos na Teologia da Libertação na década de 60. Estes ensinamentos são: a atribuição sobre o reino de Deus, a práxis de Jesus: uma libertação em processo; a lógica sobre a conversão; sua morte e a ressurreição. Para maior aprofundamento sobre os caminhos históricos percorridos por Jesus como prática que fundamentam a Teologia da Libertação pesquisar o livro “Jesus Cristo Libertador”, de Leonardo Boff (1986).

<sup>6</sup> A escatologia faz parte da teologia, filosofia e se identifica com os acontecimentos da história, no sentido de revelar um destino final do mundo, profetizado no texto sagrado. De certa maneira, a escatologia relaciona-se com conceitos tais como Messias ou era Messiânica, a pós-vida e a alma.

Uma que trabalha a ordem da sensibilidade, isto é, do vivenciado; e a outra, articulada Cristologicamente, a ordem da análise, ou seja, do pensado. A primeira nasce de uma indignação ética, a segunda se origina da realidade socioanalítica. Ambas tem isto em comum: são palavras segundas diante da realidade miséria (BOFF, 1986, p. 19).

Do ponto de vista da primeira cristologia, a realidade contraditória se exprime por um conhecimento simbólico dos fatos, em que a opressão e urgência de libertação contradizem o desígnio histórico da pobreza que se constitui como um pecado social que “Deus” não quer. Apesar da primeira cristologia não passar por uma análise dos mecanismos e das estruturas geradoras da situação, sua eficácia é de curto alcance e imprevisível, mas possui um olhar de denúncia a uma linguagem profética e estimula uma indignação ética.

Nessa cristologia da indignação está implícita uma leitura das atitudes de Jesus, que se desdobram pela conversão de mudanças de relações, ao que se referem a preferência pelos marginalizados, o conflito com o *status quo* religioso e social da época, o conteúdo político sobre o Reino de Deus e os motivos que levaram Jesus a sua morte<sup>7</sup>.

A imagem de Jesus Cristo Libertador contradiz a piedade dogmática oficial do Cristo Monarca Celestial, o da piedade popular de um Cristo vencido e sofredor. Logo, a cristologia da sensibilização humilhada articulada à fé cristã, passa a pensá-la e vivê-la de maneira que signifique à tarefa de libertação econômica e política dos humilhados e ofendidos da sociedade.

Sobre a conversão postulada por Jesus não é somente da mudança de convicção (teoria), mas mudança de postura-atitude (prática), no sentido de ampliar o caráter da irredutibilidade da liberdade pessoal do homem (coração). Caracteriza o ser humano como um ser concreto, envolvido em uma rede viva e ativa e relações modificadas em todos os níveis da realidade pessoal e social, de tal forma que concretize libertações e antecipe o reino, por meio da dialetização social e vice-versa.

[...] III.2 A conversão não deve ser compreendida como condição para que venha o Reino, mas significa já a sua inauguração, presença e atuação na história. Pela conversão aparece claramente a estrutura do Reino e a libertação desejada por Deus: por uma parte constitui um dom oferecido e, por outra, é a acolhida que se faz real, na medida em que o homem colabora na instauração do Reino por mediações de caráter pessoal, político, social e religioso (BOFF, 1986, p. 31).

<sup>7</sup> IV. A morte de Jesus tem íntima conexão com a sua vida, seu anúncio e suas práticas. As exigências de conversão, a nova imagem de Deus, sua liberdade diante das sagradas tradições, a sua crítica profética aos detentores do poder político, econômico e religioso provocaram um conflito do qual resultou sua morte religiosa (BOFF, 1986, p. 32).

O enunciado sobre a conversão nos apresenta a ideia de que o Reino implica o poder de Deus, não como um poder de dominação das liberdades, mas de oferecimento e apelo à liberdade enveredado pela obra, que é o amor aos irmãos. Por isso, a conversão apresenta-se como proposição de libertação total proposta por Deus, e não como imposição de liberdades que convertem para as discriminações e injustiças entre os homens.

Do ponto de vista da segunda Cristologia, existe uma relação correspondente com a Cristologia de indignação ética e uma experiência espiritual diante do pobre. A segunda Cristologia mediatiza a indignação com uma análise da realidade vivenciada, interpretando os mecanismos geradores da miséria que possam superar a miséria por uma prática eficaz, libertadora.

A segunda Cristologia tem como pressuposto uma lógica para além do reformismo. Parte de uma lógica revolucionária de transformar as estruturas sociais a partir da concepção de Cristo Libertador. Para se chegar a essa práxis libertadora, faz-se necessária uma análise dos mecanismos produtores da iniquidade social, entendida à luz da fé, como pecado social e estrutural.

Pode-se evidenciar que tanto a primeira Cristologia quanto a segunda se correspondem e possuem dois enfoques de conscientização enveredados pela libertação social. Ambas se constroem pelas dimensões de Jesus Cristo Salvador, de sua palavra da revelação e pelo contexto socioanalítico, garantindo assim o caráter da práxis libertadora.

[...] II.2. A práxis de Jesus tem um eminente caráter sócio - político e alcança a *estrutura* da sociedade e da religião da época. Não se apresenta como um reformista acético à maneira dos essênios, nem como observante da tradição como os fariseus, mas como libertador. [...] II.2.3. O anúncio e as práticas de Jesus postulam uma nova imagem de Deus e um novo acesso a ele. [...] O acesso a ele não se faz primariamente pelo culto, pela observância religiosa ou pela oração. São mediações verdadeiras, mas em si ambíguas. O acesso privilegiado e sem ambiguidade se faz pelo serviço ao pobre no qual o próprio Deus se esconde anonimamente. A práxis libertadora constitui o caminho mais seguro para o Deus de Jesus Cristo (BOFF, 1986, p. 29).

As ambiguidades demonstradas pela práxis de Jesus Cristo estavam articuladas às relações sociais de vivências entre os grupos puros e impuros, judeus e estrangeiros, observantes das leis e o povo visto como ignorante. Essas relações são solidarizadas por Jesus como frutos de relações injustas entre os homens. Em via de sua solidariedade, superam-se as diferenças de classes inerentes à vida, pois tudo que divide os homens, como inveja, cobiça, calúnia, opressão e ódio, é combatido por Jesus. Esse combate se integra à práxis libertadora que situa o homem pelo amor politizado em suas relações históricas e sociais, pois faz justiça ao pobre e defende o fraco em seu direito.



A prática em Jesus Cristo só pode ser anunciada como libertadora na história quando o Cristo pobre, com suas obras e gestos, na solidariedade com os pobres e na relação da fé em Deus, se liberta, estabelecendo a justiça e o direito em favor do pobre. Anuncia a relação sobre o gesto e a palavra. No gesto, a fé se faz verdade, não só para os outros, mas para nós mesmos. Por isso, a relação gesto e palavra caminham juntos, pois sem o gesto, o anúncio da palavra é algo vazio, sem sustentação (GUTIÉRREZ, 1981).

Em defesa dos direitos dos pobres e fracos, que levou à morte de Jesus, caracteriza-se uma expressão de liberdade e fidelidade a Deus e aos homens; demonstra todo conflito de injustiça que lhe foi imposto pelos governantes de sua época. Este lado, entre a sua morte e posteriormente sua ressurreição:

VI [...]. Se acha intimamente unida à vida, a morte e ao anúncio de Jesus sobre o Reino de Deus. Se reino de Deus é o termo semântico para indicar total libertação, se a vida de Jesus foi uma vida libertada e libertadora, se a morte foi uma entrega totalmente livre, então a ressurreição realiza este programa em as forma escatológica. Pela rejeição dos Judeus, o Reino não pôde ser concretizado em sua dimensão universal e cósmica. Agora encontra uma realização pessoal da ressurreição do crucificado[...] (BOFF,1986, p. 34).

A análise sobre a ressurreição de Jesus desvenda a vida que se escondia em Jesus e não pode ser reduzida à cruz. Essa lógica perpassa pelo fato de que Jesus estabelece uma libertação em plenitude, como total graça de Deus. A ressurreição, aqui apresentada, aponta para o termo plenitude, visada por todo o processo libertador.

As relações da Cristologia entre a realidade da vida, a conversão, a morte e ressurreição tem um ponto de partida: a ressurreição da fé em Jesus Cristo como um ser filho de Deus, mesmo com os homens.

Os ensinamentos de Jesus Cristo são vistos como um contestador, reformista, revolucionário. Isso não significa que Jesus é contra a organização estabelecida na sociedade, mas seus ensinamentos de amor, fé, justiça, solidariedade e esperança possibilitam refletir a favor da existência humana. Seus ensinamentos a favor dos pobres refletem sobre uma organização estrutural e global da sociedade que propicia uma revolução, liberta e anuncia o grito de rebelião dos pobres contra os latifundiários judeus que aliena o homem, pois o Reino de Deus não pode reduzir e privatizar a uma dimensão do mundo, mas a globalidade do mundo, que conduz à transformação social.

O protesto e a revolução podem significar o exercício fundamental do homem como forma de introduzir a necessária ruptura da opressão humana para ao processo libertador. Portanto, a libertação de Jesus Cristo sobre a catividade nos permite tecer um olhar sobre a

realidade e ressignifica os valores cristãos da própria liberdade e da condição humana enquanto práxis libertadora (BOFF,1980).

Segundo Boff (1980), a libertação em Jesus Cristo não parte de uma hermenêutica ingênua, pois ela visa um interesse em detectar por meio da história da libertação de Jesus Cristo as mediações concretas orientadas por um interesse existencial ou social inserida na vida do homem. O importante é conscientizar um procedimento hermenêutico que não absolutiza posturas ideológicas, leituras e imagens devoradoras de um determinado contexto cultural, congelando-as no tempo e no espaço e tentando fazê-las para todos os tempos da sociedade.

Para Gutiérrez (1981), os ensinamentos de Jesus Cristo Libertador traz como reflexão teológica a transmissão da palavra do Senhor no contexto de determinados processos, onde se desencadeiam com categorias de cada época, ou seja, reflexões teológicas significativas de uma história concreta, que permitem ler a fé a partir da prática social, de ações e interpretações que desempenham um papel fundamental nos fatos e lutas sociais de libertação.

De acordo com Boff (1980), na relação da fé existe uma concepção que não é nem reformista e nem progressista, mas libertadora. No caso da fé a expressão educada pela teologia respeita a autonomia da racionalidade, mas apresenta um discernimento a fim de detectar que tipo de análise se coaduna com as exigências da fé encarnada em uma práxis socioanalítica, que desmascare e supere os mecanismos geradores das injustiças, a favor da fraternidade e participação.

A teologia na perspectiva de libertação, parte decididamente da fé. Esta é a sua palavra primeira. Fé, originariamente, é um modo de ser, uma atitude fundamental que não se reduz a nenhuma outra, mais originária, fundamental. Por ela o crente vive e interpreta sua vida, sua morte, o mundo, a história, o outro, a sociedade, etc. como religados permanentemente a Deus e, no cristianismo ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo pela mediação de Jesus Cristo, como o sentido verdadeiro e plenitude de tudo (BOFF,1980, p. 34-35).

Verifica-se nesta citação que a fé se constitui de uma experiência da práxis, dos conteúdos sobre Deus, suas graças, sobre o destino do mundo e do homem, a libertação. Nessa explicitação entram fatores de ordem ideológica, cultural, marcos teóricos de uma sociedade, interesses de grupos, perspectivas de tradição popular, experiências pessoais que conduzem a uma fé-práxis, nunca para e simplesmente, mas mediatizada dentro de um produto cultural com todas as ordens apresentadas acima.

Segundo Wanderley (2010), a reflexão intuitiva da fé sobre a realidade percebida coloca em face o problema social. O cristão reage profeticamente contra a pobreza e, de forma intuitiva, vê a contradição com o plano divino. A pobreza ofende a Deus e ao ser humano, e isso é pecado, por isso a articulação da reflexão crítica como imperativo humano e cristão deve partir a favor da justiça e dos direitos dos oprimidos, que se institui como uma verdadeira teologia popular - do povo de Deus.

Boff (1980) destaca que a fé entra na determinação do tipo de leitura sócio- analítico-estrutural da realidade, pois se ela constitui num horizonte maior de influências, opções concretas por um determinado esquema científico de interpretação, revela o modelo político e a ideologia que perpassa na sociedade.

A própria fé cristã significa que Deus se fez história e se chamou de Jesus Cristo. Jesus não ensinou apenas verdades, mas caminhou com a intencionalidade da totalidade de vidas, refletindo sobre aspectos positivos e negativos entre as vidas vividas. Deus não era encontrado apenas no templo; em cada situação concreta se fazia presente em cada homem, se revelava como Deus provocativo, que convoca para a reflexão de cada vivência e linguagem proferida no mundo.

A fé também respeita a racionalidade própria da ciência, mas realiza um discernimento para detectar qual o esquema analítico que melhor traduz as exigências da mesma fé. Assim, a fé opta por uma análise que mais se coaduna com a sua direção, ela se organiza e considera os mecanismos para a salvação e libertação integral<sup>8</sup> do ser humano, promovendo a justiça e uma transformação qualitativa da participação e da fraternidade do sujeito (BOFF,1986).

Para Dussel a fé se apresenta como uma dimensão política e escatológica. Fé, na dimensão política, como compromisso concreto e transformador da conversão do sistema; na dimensão escatológica, não no âmbito de realidade, mas a partir da morte, do que poderá vir a ser o sujeito; indica possibilidade de acolhimento e realidade futura de libertação já histórica do outro. (DAMKE,1995).

Para Damke (1995), Dussel diz que num sistema de dominação que não considera os pobres e os povos da periferia e desconsidera a subjetividade e intersubjetividade dos sujeitos, não promove a sua alteridade e a libertação, vista da compreensão do coletivo da sociedade.

---

<sup>8</sup> Todo sentido do refletir teológico deve desembocar em uma efetiva libertação integral do homem. A expressão – libertação integral – pode não significar nada e ocultar uma posição meramente verbal. Por integral entendemos que a libertação passa por um processo onde cada etapa alcançada está aberta a um mais, até a plenitude escatológica. (BOFF,1980, P.47)

Toda relação baseada na fé propicia um direito que o pobre tem de pensar, situar-se exatamente na dialética entre a vida da fé e a vida material, entre a fé na ressurreição e a morte temporal. É um direito de pensar enquanto direito de expressão, a vida que o sistema opressor nega ao pobre (GUTIÉRREZ, 1981).

A interpretação dogmática respaldada na pouca criatividade da fé, vivida e tentada em nosso meio, poderia ter sido expressa com mais liberdade no âmbito das características próprias da Igreja Católica da América Latina. Diante do pensamento de criação de uma nova igreja que saia dos quadros tradicionais herdados da compreensão greco-romana ocorre uma visão mais antropológica do novo homem que aqui está se elaborando com reflexão cristã renovada.

Ao que se refere a contestação de Jesus Cristo sobre o legalismo e a dureza da religião Judaica, Cristo pode ser chamado de reformista ou revolucionário<sup>9</sup>. Isso porque Cristo contestava a estratificação sócio religiosa de seu tempo que discriminava as pessoas entre puras e impuras, as profissões malditas, os próximos e não próximos, etc. Assim a lógica da transformação global das estruturas deste velho mundo é anunciada por uma autêntica revolução.

Os estudos baseados para análise da interpretação histórico-crítica que tenta desvendar os documentos que foram escritos há mais de dois mil anos, com uma mentalidade de sociedade mítica e acrítica, apresentam:

A interpretação histórico crítica de Jesus com suas limitações. Ela rui o que Mateus, Marcos, Lucas, João Paulo pensaram sobre Jesus. Ela é ainda por demais objetiva. Nem precisa pressupor a fé do pesquisador. Ela pouco se pergunta pela realidade que se esconde atrás de cada interpretação. O saber histórico acerca de uma pessoa como Jesus e de sua mensagem não se reduz a compreender à moda das ciências que se orientam pelo esquema sujeito-objeto. O saber científico é neutro, objetivo e objetivante. O compreender uma pessoa, precisa se ter uma relação vital com ela. Caso contrário, a objetivamos e a fizemos objeto de ciência (BOFF, 1986, p. 227).

---

<sup>9</sup> Convém contudo deixar bem claro o que significa ser revolucionário e reformador. Reformador é aquele que quer melhorar seu mundo social e religioso. O reformador não visa criar coisa absolutamente nova. Ele aceita o mundo e a forma social e religiosa que está diante de si e tenta elevá-la. Neste sentido, Jesus também foi um reformador. Nasceu dentro do Judaísmo, adaptou-se aos ritos e costumes de seu povo. Porém, tentou melhorar o sistema de valores religiosos. Ele fez duras exigências: radicalizou o mandamento de não matar exigindo a erradicação da causa do morticínio que é o ódio; radicalizou o mandamento de não desejar a mulher do próximo postulando o resguardo dos olhos; aprofundou o amor ao próximo mandando amar também os inimigos. Como transparece, Cristo também foi reformador. Contudo, ele foi além. Não só repetiu aperfeiçoando o passado. Ele disse coisa nova (Mc 1,27). E nisso, ele foi um grande revolucionário, quem sabe o maior da história. O revolucionário, à diferença do reformador, não quer apenas melhorar a situação nova. Ele visa introduzir algo de novo e trocar as regras do jogo religioso e social.

Neste enunciado não existe um acesso direto à realidade sem antes passar pelo sujeito, pois à medida que se conhece a pessoa abre-se para um horizonte ilimitado, porque é o sujeito concreto, com seus condicionamentos, possibilidades e limitações, que vai ao objeto. Daí a idéia de que a compreensão está associada à interpretação do sujeito, que deriva do seu meio, da educação e do ambiente cultural em que vive. Neste caso, a interpretação dos ensinamentos de Jesus deve estar amparada por cada realidade vivida pelo indivíduo.

Dentro da Igreja Católica e na cultura de influência cristã, os mecanismos ideológicos que usam e abusam da mensagem de Cristo e das pessoas, consciente, e às vezes, inconscientemente, legitimam interesses dos grupos eclesiais que se fecharam a uma cultura do Evangelho, de negação e autocrítica. Essa visão não foi determinante para Jesus Cristo, que não veio trazer nenhum modelo de cultura cristã, nem estabelecer uma dogmática rígida e nenhuma moral sem coração, mas veio criar, por meio do amor e da esperança, articulada ao indivíduo, a coletividade universal dos homens com os temas do reino de Deus, da Justiça, da Paz e da Reconciliação, entre outros.

O valor do elemento antropológico sobre o eclesiológico traz consigo que o ser humano deve se erguer, ser auxiliado e humanizado. Em geral, perpetuam-se a reflexão teológica, acentuada no ceticismo eclesiológico, pois a Igreja na América Latina reproduziu modelos e estruturas importados da Europa (BOFF, 1980).

A lógica da dimensão histórica de uma nova consciência libertadora ultrapassou a dimensão de uma práxis política e teológica. Ela veio como uma emergência de compreensão da totalidade e de consciência histórica, se ramificando por uma história humana que se interpreta pela atuação do pensamento da libertação na religião, na pedagogia, na medicina, na política e na economia, em crítica ideológica.

Diante da emergência de uma nova consciência, baseada na releitura entre o passado e na detecção atual da presença da libertação, pode-se interpretar a história como processos, interior e exteriormente, de libertação humana.

A partir deste ocular de libertação pode-se ver toda a longa caminhada evolutiva do homem como processo de progressiva hominização. Hominização significa exatamente o processo de torna-se homem. Este se liberta, lentamente, de suas origens animais, emerge no lusco-fusco da noosfera, supera o claro escuro do pensamento selvagem, preso ainda ao mundo semiótico das imagens, rompe o pensamento formal ligado aos conceitos, supera-os por uma formalização simbólica cada vez mais aguda e, por isso, livre de ambiguidades, construindo o computador, e assim vai se libertando cada vez mais as capacidades de comunicação contra *media* que impedem sua perfeita realização. O processo está totalmente aberto. Sentimos cada vez mais que o mundo que possuímos não é de forma nenhuma o melhor possível (BOFF, 1986, p. 24).

O olhar do processo de hominização sobre a época vivenciada por Jesus Cristo é projetado num pensamento de interpretar o mundo por um processo libertador da história vivenciada de cada indivíduo. No caso da América Latina, a hominização se deu pelas relações sociais entre os seres humanos e a natureza. Ao transformar a natureza satisfazem suas necessidades e transformam a si mesmos. Essa transformação de satisfação das necessidades do homem acirra a correlação de forças de duas classes, entre o opressor e oprimido, lutas e conflitos na década de 60, que foram tematizadas pela tomada de consciência dos oprimidos em relações aos opressores, enquanto dimensão da realidade que implode numa virada de consciência dos homens, por meio da organização e alternativas de um processo libertador.

De acordo com Boff (1986), é evidente que a construção de uma sociedade científica transforma o mundo circunstancialmente de maneira natural, social e com objetivos homogêneos, padronizados. As ideologias legitimadoras, opressoras, não submetidas a rigorosas críticas, camuflam e alienam, de certa maneira, os sujeitos oprimidos.

O ser humano se projeta numa perspectiva futurística que influencia diretamente na tomada de decisões de dominação científica. Sociologicamente, por serem dadas e realizadas, são criticadas, contestadas pelo grupo que define a revelação de olhar o sujeito pela sua história, vivência e concretude do hoje. Olhar o sujeito somente pelo viés do futuro não contribui para resolução das reais questões problemas da sociedade (BOFF,1986).

Diante das relações sobre os princípios que articulavam o fundamento de Jesus Cristo Libertador com os pobres institui-se, na América Latina, nos anos 60, a seguinte situação histórica:

Subnutrição, mortalidade infantil, enfermidade endêmica, baixas rendas, desemprego, falta de segurança social, de higiene, de hospitais, de escolas, de moradias, numa palavra o fenômeno de insuficiência dos bens necessários para uma dignidade mínima de pessoa. Eis alguns dos indicadores que caracterizam a situação real de imensas porções de nossos povos (BOFF, 1986, p. 18).

Paralela a essa realidade das condições mínimas de bens necessários à maioria da população, existe outra realidade do povo: a fé cristã, que ostenta valores, a hospitalidade, o calor humano, a solidariedade. Isso é desconstruído pelas relações sociais capitalistas que produzem em larga escala o individualismo, o consumismo, a concorrência, a exploração, a dependência entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, do homem sobre o homem, tudo a favor do lucro e da reprodução ampliada.

Nessa relação entre os desníveis dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, os teólogos que tinham como filosofia a libertação dos pobres e oprimidos, percebem as relações

de dependência entre os países, e que só uma análise de classes poderia captar a dinâmica de oposição entre os povos oprimidos e opressores. Daí a aposta feita no movimento de libertação, entendido como processo de transformação profunda da realidade.

A busca da libertação, na América Latina, ultrapassa a dependência econômica, social e política. Consiste, mais profundamente, em ver o devir da humanidade como um processo de emancipação do ser humano ao longo da história, orientado para uma sociedade qualitativamente diferente, na qual se sinta o homem livre de toda servidão, e seja construtor do seu próprio destino (BOFF,1986).

Com base nas relações entre oprimido e opressor e a relação de dependência entre os países, os teólogos da libertação utilizaram a corrente marxista, enquanto instrumento de análise social, para compreender a origem das contradições da sociedade.

### **1.3 A Convergência entre o Marxismo e Cristianismo: Uma Reflexão de Sociedade Histórica, Libertadora e Humanista**

A escolha de uma determinada teoria explicativa da sociedade não se procede exclusivamente de objetividade e de racionalidade, pois ambas não são suficientes para analisar a complexidade da realidade humana. Na análise do social se faz presente dois projetos ou utopias: o das classes dominantes da sociedade e o das classes dominadas.

A utopia dos grupos dominantes propugna por um progresso linear, sem mudanças dos quadros estruturantes da sociedade; manifesta imensa fé na ciência e na técnica, supõe uma concepção elitista da sociedade cujos benefícios irão progressivamente passando para as massas. A utopia dos grupos dominados busca uma sociedade igualitária; o fosso entre elites e massas constitui o maior obstáculo para o desenvolvimento, e enquanto persistir, não haverá verdadeiro progresso e justiça social; exprime uma fé inabalável na força transformadora dos oprimidos, capazes de gerar uma sociedade como menos opressões sociais injustas (BOFF, 1986, p.22).

Estes dois projetos apresentam um tipo de análise. Os grupos dominantes, ao utilizarem o método funcionalista nos seus estudos sociais, trazem consigo a ideia de ordem, equilíbrio e representam a sociedade como um todo orgânico, cujas partes se completam entre si. Historicamente essa orientação está articulada pela tradição liberal, que visualiza a sociedade pela superestrutura, onde ela aparece harmoniosamente. Os grupos dominados, que estão na base do conflito e de luta, veem a sociedade como um todo contraditório, acreditam em um projeto que está intrínseco pela tradição revolucionária, que considera a revolução social pelos trabalhadores como uma nova forma de organização, de vida em sociedade (BOFF,1986).

É preciso considerar a necessidade de denunciar a pobreza, a opressão, a injustiça como causa da miséria e, sustentados no Evangelho, os teólogos, com princípios de libertação, foram buscar e analisar na ciência moderna as estruturas de dominação, desmascarando as relações sociais, políticas e ideológicas que mantêm o processo de exploração sobre a classe oprimida. Neste caso, o Marxismo teve sua contribuição, pois na década de 1960 o diálogo entre cristãos e marxistas se fazia presente em toda a América Latina (GUTIERREZ, 1981).

O fato do povo se sentir oprimido, escravizado, dominado por poderes que exploravam e reprimiam os seus direitos em termos de ter o que comer, vestir, morar, um trabalho digno, uma participação na vida política fizeram com que o povo adquirisse uma conquista pelas dimensões da organização da vida social, dos seus direitos e dos benefícios da sociedade (GUTIERREZ, 1981).

No que concerne a sua libertação interior nos modos do agir segundo a verdade e o bem, isso só foi possível em virtude das ciências humanas que interpretaram durante muito tempo as ideologias que camuflavam a dominação social e, entre estas correntes, o marxismo contribuiu, enquanto análise social, a Teologia da Libertação, uma nova forma de reflexão cristã que se expressa pela realidade dos processos de humanização histórica.

De acordo com Boff (1986) a teoria marxista se faz presente na Teologia da Libertação, não enquanto projeto político de um socialismo científico ou de uma filosofia da história que caminha ao comunismo, mas como método de interpretação da realidade capaz de desvendar as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes.

A estrutura da liberdade é o processo dialético que se move entre “ser livre de” e “ser livre para”. O “ser livre de” supõe a situação do cativo; o “ser livre para” supõe a situação de senhor sobre si mesmo e sobre sua situação. Ambas devem ser realizadas questionando a lógica da opressão, pode-se compreender o contexto libertador enquanto processo permanente (BOFF, 1980).

A teologia libertadora crítica o sistema idólatra do evangelho dominante, do capital, do mercado. Denuncia a profética dos falsos deuses – do Antigo Testamento. Como afirma Marx, o fetichismo da mercadoria.

Boff (1986) menciona que a religião serve de aparelho ideológico de legitimação dos poderes dominantes. A religião católica insere-se nesse ponto de vista, pois quando o povo enxergou contradições entre a sua fé e as propostas políticas apresentadas na sociedade no período de 1960, ocorreram movimentos de retração e de suspeitas.

A dimensão libertadora da religião vem à tona com o reconhecimento, pelo povo, da realidade social em que estão inseridos. Ocorre uma movimentação no sentido de libertarem-



se de suas carências e reivindicarem seus interesses. Logo, a libertação deveria passar pelas libertações histórico-sociais, sem as quais não escapariam da alienação e do espiritualismo irracional e idólatra.

No Brasil, nos anos de 1960, a consciência libertadora está vinculada às teorias marxistas. A ideia central de compreensão das estruturas da sociedade era identificar as relações entre os burgueses e proletariados, bem discutidas pelo materialismo ortodoxo ou materialismo histórico e dialético e que absolutiza a matéria e nega a misericórdia de Deus. A libertação, em Dussel, coloca em questão a totalidade do sistema, a partir da interpelação do outro; acolhe e respeita a sua palavra em respeito à sua pessoa; lança a práxis do oprimido como modo de ajudá-lo a realizar o seu protesto, mesmo colocando em risco a sua própria vida, a qual é vista como sinônimo de alteridade. (DAMKE,1995).

Na Teologia da Libertação a presença do Marxismo está pautada em um campo filosófico humanista, não ortodoxo, mas crítico-social, que ajuda a analisar com profundidade a sociedade para poder transformá-la e, no caso da interpretação cristã, de acordo com valores da fé. Aqui, a relação de luta de classes permeava pelas relações humanas socialmente construídas: as relações de gênero, as relações étnicas e a religião com suas instituições (BOFF,1980).

Dussel legitima as lutas de libertação de todos os povos oprimidos. Trata-se de uma oposição ao capitalismo, em crise estrutural profunda, que se mostra incapaz de ser autônomo e racional nas periferias. Neste contexto Dussel traz o conceito de totalidade, trabalhado por Marx. Essa totalidade, para Dussel, vista como a ontologia da totalidade, engrena ao ser que é o todo, e por acreditar que a mesma pretende abarcar e compreender todas as coisas, estabelece a ciência do próprio ser (DAMKE,1995).

Nas categorias de análise de Dussel, a libertação passa por um processo de construção coletiva e de busca por um conhecimento libertador. Por isso, critica o caráter ideológico e falso das doutrinas do desenvolvimentismo europeias e norte-americanas predominantes no meio cristão (DAMKE,1995).

Em Marx, a libertação toma partido pelos oprimidos e acredita que a fé deve estar impelida pelo Jesus Cristo histórico, pelo entendimento de que nenhuma libertação pode ser em si mesma absolutizada, pois a salvação anunciada pelo cristianismo constitui um conceito englobante, ao qual não se limita as libertações econômicas, políticas, sociais e ideológicas, mas também não se realiza sem elas. Para compreensão da Teologia da Libertação na América Latina um dos fatores que constitui o denominador comum é uma análise sobre o subdesenvolvimento (BOFF,1986).

O subdesenvolvimento, além de manter uma relação com a função funcionalista do sistema liberal, induz um problema de aceleração do processo que conduz uma sociedade tradicional a uma sociedade moderna e técnica. Traz consigo um problema político de estreitas relações de dependências, os quais se tornam desiguais dentro do mesmo sistema.

O desenvolvimento homogêneo, no sentido das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, consiste em um sistema de dependência de alguns países diante de outros, funcionando como centros metropolitanos ou imperiais, ao redor dos quais gravitam os países periféricos, mantidos de forma opressora no subdesenvolvimento. Isso também intensifica as desigualdades sociais (BOFF,1980).

De acordo com Boff (1980), o progresso do ser humano, especialmente do primeiro mundo, colocado como o ideal para os outros, se assenta sobre forças geradoras de catividade para si e para os outros, estrutura a marginalização do continente e explica o fenômeno do subdesenvolvimento. Essa situação de catividade não é apenas sócio- política e econômica, mas é entendida no sentido de ser e de viver com a relação de poder-conquista-dominância, articulando a opressão, repressão e regime global de cativo.

Para Boff (1986), o subdesenvolvimento é o inverso da lógica de desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento, baseado nos moldes capitalistas, mantém sua aceleração e o grau de bens onde almejam a dependência dos países. Essa dependência marca todas as manifestações da vida como no sistema econômico, na divisão do trabalho, na política, na cultura e mesmo na religião.

Nessa relação do subdesenvolvimento ao desenvolvimento, a consciência histórica de libertação foi gestada lentamente, em particular foi analisada como uma fase de subconsciência. Isso não ocorreu na década de 1960, pois desde 1912 e a partir de 1945, começou a ser instrumentalizada num sentido socioanalítico:

O homem contemporâneo tomou viva consciência das desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas que caracterizam grande parte dos países do mundo. Compreendeu a urgência de um processo de rápida transformação para superar as distâncias e equilibrar as desigualdades (BOFF, 1980, p.14).

As desigualdades sociais, políticas e culturais se acirravam à medida que os países desenvolvidos não eram economicamente e culturalmente dependentes, pois não existia a concorrência de hoje, o monopólio dos grandes capitais, as cargas tributárias entre as nações vinculadas pelo mesmo sistema ideológico. Assim, os países subdesenvolvidos passaram a interiorizar uma reflexão socioanalítica entre o fenômeno do atraso e da pobreza nos países latino-americanos, comparando também os países do hemisfério norte.

As relações que violam os direitos fundamentais das nações e as mantêm violentamente em moldes subdesenvolvimentistas, apesar de ocultar todos esses mecanismos injustos sob a vertente do progresso e estreitamento das relações amistosas, reforçam ideologicamente o *status quo* das políticas conservadoras. Por isso é necessário ter um olhar intencionalmente libertador e, com uma análise mais crítica, ultrapassar estruturalmente as práticas assistencialistas e da dependência<sup>10</sup>.

A dependência passa a articular um enfrentamento com o problema do desenvolvimento. A relação de dependência não é somente explicada e descrita, mas passa a fazer parte de inúmeras denúncias que implicam na recusa do sistema global desenvolvimentista e uma denúncia da própria estrutura de dependências.

[...] Os países latino-americanos, com objetivo de provocar uma ruptura com o sistema de dependência e criar condições para que os países sejam agentes e produtores de seu próprio destino. Traz como via de libertação, o valor ético e não apenas um dado científico. Dá conta de uma ausência de liberdade, autonomia e independência rechaçando-a. Propõe-se a recuperar a liberdade perdida ou adquiri-la. Essa recuperação ou conquista se instaura como processo de desapegamento da dependência e da liberdade *para* a construção de uma convivência menos opressora e injusta (BOFF, 1986, p. 18).

Nesta citação verifica-se que a libertação almejada pelos países latino-americanos ocorre por uma ação criadora de palavra-ação, de uma palavra-processo; de uma práxis orientada de e para um efeito que pressupõe como processo de libertação um tipo de relacionamento independente e auto-assegurante do seu próprio caminho, que leva à consciência de libertação.

Assim, na Teologia da Libertação, não se trata de um desenvolvimento harmônico, percorrendo fases lineares, aceleradas e sucessivas, mas se postula numa ruptura do status quo dependente, não para poder tornar outros dependentes, mas para que haja uma convivência mais humana, mais fraterna ou menos dominadora.

Para Boff (1980), efetuar a ruptura desses laços de dependência e libertação é preciso pensar um projeto autossustentado. As rupturas não se fazem de forma voluntaristicamente, onde os homens só fazem as revoluções que se fazem, atendendo as condições objetivas de viabilidade.

A questão não reside em apenas ser livre a todo custo, porque nem toda libertação traz consigo a liberdade; a libertação leva à independência, mas não necessariamente ao desenvolvimento, por isso nos países subdesenvolvidos articula-se um dilema “libertar-se e

---

<sup>10</sup> A categoria dependência ganhou estatuto científico como chave interpretativa e explicativa da estrutura do subdesenvolvimento (BOFF, 1980; p. 17).

não se desenvolver, ou então, escolher o desenvolvimento e submeter-se”. Neste intuito, o lema não está em limitar o desenvolvimento para manter uma certa autonomia, limitar a dependência escolhendo setores que devem ser desenvolvidos, mas isto nos leva para além da teoria da simples dependência (BOFF, 1986).

Analisar as relações de dependência é pensar nas convergências de articulação entre o cristianismo e marxismo, no movimento da Teologia da Libertação. O cristianismo e o marxismo revelam uma visão de mundo que critica a ideologia dos países desenvolvidos pautados na exploração sobre a classe subdesenvolvida, dominada, oprimida. Logo, a transformação da humanidade numa visão mais humanista, traz à tona a interpretação das estruturas sociais de dependência entre os países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos.

Ao compreender as forças existentes entre os opressores e oprimidos, tal relação foi fundamental para o surgimento da Teologia da Libertação, na América Latina, na década de 60. Esta, por sua vez, nasce com o objetivo de emancipar a classe oprimida, principalmente pelo Cristo Libertador, por meio da fé dos indivíduos. Esta teoria do conhecimento possibilitou a compreensão e o desvelamento das relações de opressão construídas nas relações sociais sob a vigência do modo de produção capitalista.

As cristologias vivenciadas nos ensinamentos de Jesus Cristo interpretam as diferentes formas de opressão, ódio, dominação e violência, constituídas pelo povo judaico. Menciona-se ainda que as cristologias vistas como análise socioanalítica da sociedade fomentam uma consciência do povo, que passa a interpretar o Evangelho como práxis libertadora. Essa práxis evidencia o pobre como sujeito social e inspira os sujeitos da América Latina, na década de 60, por meio do movimento político da Teologia da Libertação e dos movimentos populares do Brasil.

A Teologia da Libertação vai para além da relação de dependência econômica, social e política. Consiste mais profundamente em ver o devir da humanidade como um processo de emancipação do homem ao longo de sua história, conscientiza o sujeito do seu papel em cada contexto e orienta uma sociedade qualitativamente diferente, livre de toda servidão decorrente da dependência entre os países no mesmo sistema.

#### **1.4 O Surgimento e Desenvolvimento da Teologia da Libertação**

A Teologia da Libertação nasceu da influência de diversas correntes do evangelho social<sup>11</sup> das igrejas norte-americanas. Ela foi trazida para o Brasil pelo movimento libertador da Igreja Católica. Um dos marcos que impulsionou a Teologia da Libertação foi o Concílio do Vaticano II.

A reunião do Concílio do Vaticano II foi convocada para o dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII. Posteriormente ocorrem diversas reuniões durante quatro anos seguidos, permitindo a construção de diversos documentos que tratam praticamente de todos os grandes problemas da humanidade; entre elas encontrava-se a renovação da igreja, considerada agora a partir das relações com o mundo (BOFF, 1980).

Para Boff (1980), a Teologia da Libertação surgiu na realização do Concílio Vaticano II (1962-1965). Neste Concílio ela foi caracterizada como a ideologia cristã pautada na realidade latino-americana da época, enveredada por um caráter de um programa de conscientização para os trabalhadores urbanos e rurais. Ela foi absorvida por diversos bispos e sacerdotes esquerdista-militantes que compunham a Igreja Católica.

Após o Concílio Vaticano II ocorreu a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia (1968). A conferência pautou-se na retomada do pobre como sujeito de sua libertação, decisivo para a propagação da Teologia da Libertação. Vale destacar, ainda, que a abertura da Igreja Católica ao social partiu das Encíclicas Sociais de João XXIII, em particular a *Mater et magistra* (1961) e a *Pacem in terris* (1963)<sup>12</sup> (BOFF, 1980).

Nos documentos de Medellín, em 1968, quando a Igreja assume a opção pelos pobres e por uma educação libertadora, na qual o educando se torna sujeito do processo do conhecimento, surgem as influências de vários educadores que desenvolvem suas ações educativas em defesa do pobre, entre eles o educador Paulo Freire (BOFF, 1980).

---

<sup>11</sup> Vários foram os teólogos que impulsionaram a teologia da libertação pautada no Evangelho Social das igrejas norte-americanas; como o missionário e teólogo presbiteriano Richard Shaull; a Teologia da Esperança, do teólogo e formado Jürgen Moltmann; e a teologia política que tinha como seus grandes expoentes o teólogo católico Johann Baptist Metz, na Europa, e o teólogo batista Harvey Cox, nos EUA. A teologia nasce deste três pensamentos (BOFF, 1980, p. 87).

<sup>12</sup> De acordo com Boff (1980), o Papa João XXIII, de Ordem Franciscana Secular (OFS), nasceu em *Nagelo Giuseppe Roncalli* (Sotto Il Monte, 25 de Novembro de 1881). Em 28 de Outubro de 1958 foi eleito papa e escolheu para o seu lema papal: a obediência e paz. Para surpresa dos católicos tradicionalistas, ele convocou o Concílio Vaticano II, que visava a renovação da igreja e uma nova explicação para a doutrina cristã. Durante o seu legado, manifestou em suas escritas, oito encíclicas, entre elas a *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra) e a *Pacem in Terris* (Paz na Terra).

Paulo Freire foi um dos educadores do Brasil que esteve empenhado em desenvolver uma política educacional que emancipasse o ser humano. Daí a ideia de que seu princípio educativo utilizado pela abordagem sócio – antropológica traz os saberes e práticas construídas no cotidiano dos jovens e adultos. Estes saberes e práticas norteiam o projeto de formação dos sujeitos oprimidos, dialogando diretamente com uma educação que valoriza o povo segregado, excluído, estigmatizado na sociedade, e oportuniza os sujeitos, pelos viés da educação, a se tornarem, de fato, seres humanos de direitos e deveres na sociedade (FREIRE; 1987).

Quando ocorre a propagação da teologia da libertação constituída pelos movimentos esquerdistas da igreja católica, toda a experiência que Paulo Freire obteve com os jovens e adultos no Nordeste, vai servir de base para uma concepção de educação no Movimento de educação de Base. Isso reflete diretamente nas escolas radiofônicas brasileiras, pois se o MEB instituiu tais escolas, elas passam a ser as principais responsáveis de propagar a proposta educativa Freireana; bem como fomentar a educação popular de jovens e adultos no Brasil.

Segundo Boff (1980), o Concílio do Vaticano é ponto fundamental para a Teologia da Libertação. Este se reconfigura como uma eclesiologia de poder fundada no sistema de hierarquia para uma eclesiologia da comunidade em que a Igreja é concebida como a comunidade dos cristãos que se reúnem para discutir, através da história e em cada lugar do mundo, a palavra, o sentido de Deus feito a todos os homens, em todas as línguas e culturas.

A concepção da práxis idealizada pela luta da libertação refletiu diretamente nos movimentos de libertação e na análise das forças opressoras da situação vigente, e isso chegou a culminar com os Documentos de Medellín, em 1968. A Teologia da Libertação começou a se articular de maneira mais sistemática. Ela não procurava se constituir como “ala esquerda” da teologia política, como visualizaram alguns observadores de boa vontade. Talvez porque ela recordasse a dimensão política do Evangelho e insistisse na análise social, onde na vivência se lutaria pela libertação dos pobres. (BOFF,1980),

É evidente que o Concílio, de 1962 a 1965, não se explica sozinho para mudança da sociedade. A razão também pela qual a teologia foi construída parte das condições históricas da América Latina e em suas relações de uma igreja com o povo, com a presença do Evangelho aos homens, ao mundo e o contato cultural com a realidade humana.

No Brasil, as forças repressoras da ala conservadora da Igreja Católica e a ditadura militar, que mantinham a ordem e o equilíbrio do capitalismo, impediram um movimento de transformação social, de libertação. Entretanto, isto não quer dizer que se renunciou à opção por um projeto de libertação e por uma sociedade diferente. Uma estratégia para sua

implantação concerne às práticas que viabilizam um processo autenticamente libertador, embora lento e longo, contradizendo, assim, os termos históricos e conjunturais impostos pela situação de repressão e cativeiro (BOFF,1980).

A Teologia da Libertação no Brasil, em regime de cativeiro e de libertação, foi construindo um caminho de concretização bem diverso pelos grupos conscientizados que nasceram num nível bem popular, no meio da gente excluída/oprimida, em meio da hierarquia da Igreja (BOFF,1980).

A noção de Teologia da Libertação e do cativeiro, tal como se apresenta na realidade brasileira, não se reduz a uma teologia dos compartimentos, do pecado, da revolução, da secularização, da vida religiosa. Ela se apresenta como uma articulação global praxisticamente na Igreja; a tarefa da inteligência na fé supera a condição do cativeiro como modo de ser e viver. Por isso, a Teologia da Libertação elabora-se enquanto processo de libertação; ocorre no embate das forças entre os opressores e oprimidos; impõe-se uma largada e uma completa desinstalação; elabora-se um novo arranjo vital mais livre e humanizado (BOFF, 1980).

De acordo com Boff (1980), os bispos católicos foram de fundamental importância para a formação dos movimentos de resistência nos mais variados setores da Igreja, mas os maiores adeptos da Teologia da Libertação foram os leigos e militantes das pastorais que se apropriaram das correntes da sociologia e história para debaterem os problemas da realidade de cada lugar em que o povo estava imerso.

As produções sobre a Teologia da Libertação surgem com mais firmeza a partir da década de 1970, mas esta corrente filosófica, espiritual, social, educativa e cultural aparece no âmbito dos diversos movimentos sociais no Brasil, na década de 1960. Neste período a Igreja Católica brasileira foi constituída por diversos embates interiorizados que se ramificaram em dois grupos: um grupo conservador, pautado em uma teoria eurocêntrica, que ao longo dos séculos foi oficial e imperante na igreja; e um grupo progressista, com princípios de uma teologia social, que buscam uma Igreja Católica que atenda a realidade do sujeito oprimido e a retomada pela sua esperança e libertação.

A influência dos cristãos comprometidos socialmente com as pessoas em situação de exclusão e pobreza fomentaram diversas reuniões por meios de fóruns como o Fórum Social Mundial na América Latina (FSM), em 1968, tendo como mobilizador inicial Chico Whitaker, membro da “Comissão de Justiça e Paz” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), juntamente com o sacerdote Belga François Houllart, amigo e professor de Camilo Torres, que influenciaram na articulação dessa esfera, o FSM (BOFF,1980).

A constituição da Teologia não descaracterizava o vínculo entre a libertação e a salvação de mulheres e homens. Ela se firma como construção de um projeto emancipador que conta com a participação de um movimento político e eclesial que se baseia na palavra da revelação divina, “do Cristo Libertador.”

Segundo Boff (1980), no Brasil, a Teologia da Libertação surge como a história da salvação sob o signo da libertação, das escravidões sociais que assolam o ser humano, marginalizam milhões e esmagam a dignidade humana. Isso não possui apenas uma dimensão política, mas em todas as manifestações econômica, psicológica, social, cultural, etc.

Para Boff (1896), a Teologia da Libertação não surgiu como simples teoria, mas como uma teoria orientada pela prática em que a comunidade está inserida, porém, sem abandonar seu caráter cristocêntrico, ou seja, apesar da análise ser feita a partir dos pobres, seu caráter é cristão e centrado na figura e nos ensinamentos de Jesus Cristo.

A própria conjuntura que marcou o Brasil, no final dos anos 50 do século XX, sobretudo dos projetos de classes que acompanhavam a dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos, inspirou uma libertação compreendida como um processo de transformação da consciência, como uma fé libertadora pautada na oposição entre os povos oprimidos e dominantes. Daí a intencionalidade dos teólogos latino-americanos de utilizarem a Teologia da Libertação como um instrumento fundamental para mudanças sociais que marginalizavam e oprimiam os segmentos pobres do continente.

No Brasil, a partir dos anos de 1960, os movimentos populares se inspiraram nos princípios progressistas da Igreja Católica. Nessa inspiração, diversas experiências de caráter popular, impulsionada pela Ação Católica da Igreja, em particular a JUC (Juventude Universitária Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude Operária Católica), as experiências das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e o Movimento de Educação de Base (MEB), entre outros, trazem consigo uma educação por uma consciência que permitiu compreender as contradições sociais e possibilitou reivindicar, aos dominados, as diferentes formas de dominação. (FREIRE, 1971)

Na efervescência das lutas populares contra as mais diferentes formas de opressão e violência da ditadura militar no Brasil, muitos militantes dos movimentos sociais, tais como sindicatos e movimentos populares, entre eles o Movimento de Educação de Base, se apropriaram da Teologia da Libertação e passaram a mobilizar novos princípios educativos para os alfabetizando jovens e adultos.

O contexto da década de 60, em que se materializa a Teologia da Libertação, se faz presente na efervescência das lutas populares contra as mais diferentes formas de opressão e



violência dos regimes totalitários no Brasil. A ditadura militar, em 1964, coibiu a propagação da Teologia da Libertação e dos movimentos populares e muitos padres foram perseguidos e expulsos da Igreja Católica.

Sabe-se que a Teologia da Libertação se propagou em todos os campos da sociedade: na medicina, na religião, na política. No caso da educação, o MEB também articulou uma concepção de educação baseada na emancipação do homem, sua liberdade social, espiritual e principalmente como movimento de cultura popular. Instituiu, por meio dos sistemas educativos radiofônicos no Brasil, um processo de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, que interpretava a realidade e criticava as opressões existentes nesse período.

O MEB foi advindo pelos membros da Ação Católica e com o número expressivo dos egressos da Juventude Universitária Católica (JUC), setor importante dentro do clima político reinante nas hostes eclesiais da época e do movimento universitário. O conteúdo e pensamento e as práticas do movimento tinham suas raízes e desenvolvimento marcados decisivamente por reflexões mediadas por leituras cristãs progressistas e por práticas consideradas libertadoras nos Movimento de Educação de Base. Esses fatores, influenciam a tomada de uma consciência crítica na dinâmica do MEB (WANDERLEY, 1984).

A busca pela libertação faz parte de uma concepção de libertação dos movimentos populares ao povo oprimido e tem como impulso a gerência dos movimentos da Igreja Católica progressista. Nesta época, o MEB apresenta uma proposta com a experiência educativa de libertação do povo oprimido, pelo viés da consciência crítica do sujeito em relação às estruturas sociais, opressores e oprimidos (FREIRE, 1971).

Quando o MEB desenvolve sua ação como uma concepção de cultura popular de educação, como ato de liberdade do povo oprimido, este se coaduna com a experiência da abordagem socioantropológica do educador brasileiro Paulo Freire<sup>13</sup>.

No campo da educação o brasileiro Paulo Freire, atuando em Genebra após ser exilado do Brasil em 1965, desenvolveu um trabalho no Conselho Mundial de Igrejas e baseado nos princípios de uma educação como prática de liberdade, elaborou a obra: “Pedagogia do Oprimido”, que menciona sobre a consciência do oprimido na sociedade:

[...] Através da conscientização o oprimido passa de uma consciência ingênua que não chegou ainda a detectar a sua própria situação de oprimido e que deixou introjetar em si mesmo a estrutura de opressão para uma consciência crítica pela qual cobra conhecimento de seu estado, extrojeta as categorias opressoras em si e se abre para o diálogo crítico e para a verdadeira criatividade. Tudo isso se dá também

<sup>13</sup> Não me deterei a explicar sobre cada movimento porque na próxima sessão do trabalho discorro sobre eles e a inserção de Paulo Freire nos movimentos populares.

num processo que é libertador, mas que pode ser lento e conflitante (BOFF,1986, p. 18).

Freire (1971) impulsionou, por meio de suas experiências no Brasil, processos de alfabetização e escolarização para e com os jovens e adultos, que refletiram diretamente nos movimentos populares. A sua filosofia de consciência crítica expressa no livro “Pedagogia do Oprimido” dissemina rupturas nos moldes tradicionais da educação, pois o homem passa de uma consciência ingênua, camuflada pelos moldes capitalistas, a dialogar criticamente com a sua real situação de oprimido. Portanto, o trabalho do educador Paulo Freire impulsionou, também, uma virada hermenêutica e um novo estado de consciência libertadora.

Para Boff (1980) a década de 1960 foi para a Teologia da Libertação a época da gênese de suas esperanças para a transformação da realidade. O enfrentamento dos movimentos populares com as forças de repressão do regime da ditadura militar foi desigual. O martírio, visto como sinal da “fé verdadeira”, foi refletido nas bases como um retorno ao cristianismo antigo. Foi nos movimentos populares que os princípios da Teologia da Libertação tornaram-se possíveis. Sem elas, a experiência, ou seja, a prática de uma “igreja dos pobres” não seria possível.

É evidente que neste período, nos anos iniciais de 1960, diversos segmentos cristãos, inspirados no Evangelho, comprometeram-se em meio aos pobres, construindo uma tomada de decisões que se desdobrava pelo processo de conscientização e prática que criava os primeiros acenos de uma sociedade alternativa possível.

Houve uma intensificação da Teologia da Libertação, mas em 1964 ocorreu uma retração da Teologia pela repressão por parte do governo militar e até de seus próprios aliados, o grupo conservador da Igreja Católica. O termo libertação fora oficialmente banida dos meios de comunicação social por um decreto do Ministério da Justiça. Num contexto de vigilância policial, de sequestros, torturas e assassinatos políticos é que foi escrito o livro de “Jesus Cristo Libertador”, de Leonardo Boff (BOFF,1986).

As ideologias da Teologia da Libertação são oriundas das ciências do social (sociologia, economia, política) e também pela ordem histórico-cultural, antropológica da cultura popular.

Nesse ensejo a cultura dos povos oprimidos, a maioria esmagadas pela cultura do silêncio, mesmo vivendo no cativeiro da década de 60 do século XX, com o intuito de libertar-se, resiste. Assim a cultura, não atingida pela ideologia imperialista, propicia uma teologia da resistência e de um processo de libertação.

Ao trazer a cultura popular da resistência, esta transcende às análises de corte meramente sociológico ou das ciências do humano, pois qualquer revolução que não muda o ethos cultural, que se encontra na base de nossa história ocidental e também do marxismo, será apenas uma variação do mesmo tema, e jamais uma verdadeira libertação, pelo menos do ponto de vista do grupo latino- americano de reflexão (BOFF, 1986).

Discutir um processo histórico de mudança na sociedade pelo viés mecanicista, sem levar em conta os aspectos culturais do povo brasileiro, não valoriza a cultura do oprimido, que expressa suas tristezas, alegrias, seus temores e principalmente esperanças no enfrentamento e convergências decisivas entre a participação do povo na interpretação do Evangelho e no respeito do homem enquanto construtor da sua diversidade cultural (GUTIÉRREZ, 1981).

Diante do exposto verifica-se que a Cristologia da Libertação, enquanto sinônimo de uma consciência crítica, não interessa apenas à América Latina por viver no âmbito das contradições do subdesenvolvimento como dependente; esta situação é gerada à nível de relações internacionais, entre países ricos e países pobres. Por isso os teólogos do outro polo estão implicados no desafio da consciência cristã, na meditação, vivência e fé Cristológica, que não nos é indiferente, possui uma dimensão política, porque reforça, como pode também pôr em xeque, o polo responsável pelo injusto desequilíbrio.

Observou-se que o pensamento filosófico de Dussel foi articulado à filosofia da libertação, que se nutre dos valores cristãos em constante intercâmbio. Dussel privilegia a reflexão filosófica e reconhece a sua relevância para a Teologia.

Sabe-se que a consciência política do povo latino-americano se expressou em termos de um maior conhecimento sobre a situação socioeconômica dos continentes. Na medida em que se articulam as contradições entre oprimidos e opressores deve ser restaurado o processo histórico da realidade pelo viés da humanização.

Os movimentos de libertação da década de 1960, a maioria deles populares estruturados e organizados com novos instrumentos anticapitalistas, foram selvagememente reprimidos, tanto em suas variantes radicais como moderadas, pois a força militar, controlando todos os mecanismos políticos e os meios de comunicação, desmantelou todo protesto organizado contra a exploração econômica, base de um sistema opressor.

O movimento popular sofreu uma etapa de repressão, mas também de criação para as forças populares. É uma época de autocrítica dos erros e levandades por parte do governo, sobretudo um momento de impiedosa crítica do sistema que explorou e marginalizou o pobre.

Os setores populares sofreram fortes golpes, contudo aprenderam grandes lições que impulsionaram a consciência de seus recuos, de suas ambiguidades, dos seus projetos em todo o processo histórico; mas demonstraram firmeza, esperança, silêncio de oportunidade, pois as classes dominadas confundiram a classe dominadora e surpreenderam os próprios grupos que foram reprimidos na América Latina.

A Teologia da Libertação surgiu de uma práxis experimentada ou de uma experiência baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo e que se refletiu nas diferentes formas de opressão, exclusão, na estrutura vigente da década 60 do século XX. Procurou-se compreender a Teologia da Libertação como uma reflexão crítica na e sobre a práxis concreta, da realidade em confronto com a palavra do Senhor, vivida e aceita na fé como práxis libertadora, cujo objetivo trouxe a interpretação e a criticidade de maneira mais incisiva da vigilância e a práxis da fé.

A Teologia da Libertação não nasceu voluntaristicamente. Ela foi construída por uma tomada de consciência dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade, o contexto histórico de dominação aguçou a consciência coletiva e produziu uma virada histórica propícia a rupturas e transformações na sociedade oprimida, com enfoque na fé; o processo maior da libertação se articula em outras dimensões sociais, culturais, da vida do povo.

Observou-se também que na América Latina os mecanismos de dominação são mais intensificados, por isso é perceptível questionar-se sobre as práticas de dominação eurocêntricas, fomentando assim um projeto libertador de novas dimensões da fé, fazendo ver de maneira diferente a escritura e a tradição do Evangelho.

As aproximações entre o cristianismo e o marxismo ajudaram a analisar as relações entre os movimentos conservadores da Igreja Católica, vistos como tradicionais da tradição cristã, baseados somente nas prescrições das leis divinas, e os grupos progressistas, que revelavam princípios libertadores nos movimentos populares.

A luta de libertação pela lógica revolucionária ou socializante propiciou uma vivência concreta da fé, revelando o que está implícito em todas as manifestações da vida. Marginalização, opressão e libertação são princípios da Igreja Católica, enveredados pela Teologia da Libertação, que nos possibilitou compreender a relação entre os ensinamentos de Jesus Cristo e as relações com os homens, a partir de uma leitura e ação de mundo.

Libertação, dependência e opressão não foram temas somente da década de 1960. Dependendo da estrutura em que vive a humanidade elas se revelam com diferentes concepções. No caso da Teologia da Libertação vão se articulando como manifestações

históricas de liberdade e libertadoras e, pautadas na concretude das políticas sociais, religiosas, culturais e ideológicas, apresentam diversas reflexões de rupturas e processos em constante movimento.

Foi possível observar a lógica da dimensão histórica como forma de uma nova consciência libertadora. Perpassa uma dimensão política e teológica de compreensão da totalidade e de consciência histórico-libertadora, refletindo em diversos campos: na medicina, educação, religião, economia e principalmente na valorização da cultura do pobre.

Nesta seção foi perceptível considerar a Teologia da Libertação como um elemento crítico sobre o dogmático. Isso ocorre pelo fato de que o ser humano deve ser visto como um sujeito existencial bem sucedido, dentro de uma determinada época em que as mentalidades dogmáticas possam interpretar qualquer repressão da espécie, da história, das tradições eclesiais, e das instituições eclesiais que possuíam, em nome da funcionalidade, uma frente ideológica de conservadorismo entre fé e mundo, Igreja e sociedade.

A Teologia da Libertação se faz presente no Movimento de Educação de Base porque a Igreja, a serviço dos pobres e com o número de egressos cristãos dos movimentos populares como a JUC, inspira totalmente a linha de pensamento e ação do MEB. Por isso, o MEB não nasceu apenas como uma campanha para combater o analfabetismo, mas como uma proposta de libertação de milhares de mulheres e homens do meio rural.

A experiência da Teologia da Libertação no Brasil esteve atrelada nos movimentos populares destinados à alfabetização e escolarização dos jovens e adultos, o que permitiu compreender a lógica de consciência crítica ou acrítica em cada sistema educativo radiofônico. Para que se perceba a concepção de educação presente no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, instituído pelo Movimento de Educação de Base de Bragança e sua relação com o MEB nacional, apresento ao leitor os princípios do Movimento de Educação de Base, bem como o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, destinado aos jovens e adultos, na década de 60 a 70 do século XX.

## 2.0 O SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB)

Entende-se como educação de base o conjunto dos ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades (FÁVERO, 2006, p. 56).

A citação acima evidencia que a educação de base tem como objetivo a valorização do homem e de suas comunidades. Esse é um dos principais objetivos do MEB, voltados aos programas radiofônicos, implantados pelos sistemas educativos radiofônicos no Brasil.

Na educação de base, o MEB tinha como perspectiva suscitar a educação, as reformas de bases como a estrutura agrária do país, a alfabetização, a educação cívica, a iniciação profissional, a promoção social e, conseqüentemente, o soerguimento econômico das regiões subdesenvolvidas.

Diante deste movimento sobre as perspectivas do MEB, trago nesta seção o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. É aqui abordado o município de Bragança, no nordeste paraense, entre os anos de 1960 e 1970, destacando a congregação religiosa dos Barnabitas, enfatizando o trabalho desenvolvido por D. Eliseu Maria Corolli no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. Em seguida, estabeleço um diálogo sobre esses sistemas a nível internacional, nacional e local, buscando compreender o ensino ofertado por esses sistemas e a concepção de educação do Movimento de Educação de Base (MEB).

### 2.1 O Município de Bragança: um recorte histórico

As origens de Bragança iniciam-se em meados de 1613 quando os franceses da expedição de Daniel de La Touche chegam à região do Caeté, então habitada pelos índios Tupinambás. Em 1612, o conquistador francês Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, à frente de seus expedicionários, fundou São Luís, no Maranhão, estabelecendo alianças com as tribos indígenas da região, muitas oriundas da poderosa nação Tupinambá. Logo depois, Ravardière partia para a conquista francesa da Amazônia. Em 8 de julho de 1613, com uma escolta de quarenta soldados, partiu rumo ao vale dos rios amazônicos, estabelecendo amizade com os Tupinambás que povoavam densamente essa área, escorraçados das costas baiana e pernambucana (SILVA, 2008).

Para Silva (2008), os franceses tentaram organizar o primeiro núcleo da colonização na região do rio Caeté (ou Caité = *caa + y + eté* = mato bom, verdadeiro, na língua tupi), o que ocorreu em 1613. A partir desse ano prosseguiu, então, para o vale do rio Pará e, mais adiante,

ao rio Tocantins, buscando firmar sua tentativa de dominação nas áreas de posse da união ibérica na América.

Os primeiros habitantes da região da antiga Capitania do Cayté e Gurupi foram os índios Caetés da poderosa nação Tupinambá. Após uma série de explorações e disputas no campo político entre franceses e portugueses, as terras onde habitavam os indígenas ficou conhecida por Bragança, nome que fazia referência à dinastia reinante no trono português (SILVA, 2008).

Em seus primórdios e a partir de sua história, a sociedade bragantina teve uma pluralidade étnica significativa. Ela era constituída por índios, europeus e negros. É evidente que, a partir de sua posição na estrutura social da época, o segmento branco dominou o cenário. A maior parte da população hodierna mestiçou com a indígena se integrando à civilização cristã, dando origem à população cabocla (SILVA, 2008).

Segundo o cronista Henrique Lélis (1999), em seu livro *A Crônica Bragantina*, a presença desses elementos étnicos constituiu a formação da sociedade bragantina. Isso se deu em boa parte do território no Brasil colonial.

O município de Bragança teve sua importância no desenvolvimento do Estado do Pará e da Amazônia, em virtude das atividades agrícolas, da pesca e do comércio. Bragança foi a cidade que mais se projetou no cenário político, social e econômico no início do século XX (LÉLIS, 1999).

Em virtude do método tradicional da derrubada e queimada da mata virgem para a agricultura, o progresso da região foi comprometido, uma vez que a fertilidade do solo, entre dois a três anos era prejudicada e, conseqüentemente os roçados eram abandonados. Essa era a prática agrícola constituída na Amazônia e que reduzia a produção agrícola em vários locais. Vale mencionar ainda, que Bragança se destacava por produzir gêneros agrícolas em larga quantidade para a exportação, como canela, arroz, feijão, milho, algodão, mandioca, tabaco, café, coco babaçu, andiroba e até mesmo a borracha extraída da seringueira, dentre outros gêneros. Eles foram os principais responsáveis pela base econômica do século XX (LÉLIS, 1999).

Segundo Silva (2008), antes da implantação da Estrada de Ferro de Bragança, as relações com Belém e São Luís eram feitas através de viagens marítimas, demoradas e perigosas, ou então pela via do Guamá, onde metade da viagem era feita por terra, a pé ou a cavalo, e a outra metade em embarcações, rio abaixo, até a cidade de Belém. Anos mais tarde, esse trajeto foi feito em pequenos navios da Companhia Costeira do Maranhão. Por essa circunstância criou-se em Bragança uma sociedade estável devido às relações comerciais com a capital do Estado do Maranhão.

Com a sua inauguração, em 03 de abril de 1908, a Estrada de Ferro de Bragança-Belém foi construída com a finalidade de proporcionar o escoamento das produções agrícolas das Colônias do interior do Pará, entre elas as do Montenegro e a dos Campos Naturais, e ajudar a desenvolver núcleos de integração e colonização no século XX, como a Colônia Agrícola de Benjamin Constant. A partir desse período histórico, houve a introdução de diversos imigrantes espanhóis, em número de 956 colonos, e de nordestinos no município. O negro, em grande percentagem, ofereceu sua contribuição com os traços dominantes da língua, costumes e credences (SILVA, 2008).

Com o intuito de propiciar a expansão e colonização à região que ligava Belém a Bragança, a ferrovia contribuiu para que Bragança se transformasse em um grande produtor agrícola, no dinamismo da produção da farinha e no abastecimento da borracha. Neste período, a Zona Bragantina é a parte mais densamente povoada de toda a Amazônia Brasileira, alcançando em 1959, aproximadamente 20 mil habitantes por quilômetro quadrado (LÉLIS, 1999).

Para Rosário (2000), a estrada de ferro foi um marco histórico na vida de Bragança. Ela significava o apogeu da sociedade bragantina, no período da borracha. O avanço na produção do látex, nessa região, propiciou, nas primeiras décadas do século XX, uma sociedade intelectual produtora de jornais, revistas, criadora de grêmios e associações recreativas culturais, tudo como reflexo da opulência agrícola e comercial, a refletir-se nas fachadas dos casarões. Apresento um dos patrimônios histórico e arquitetônico da cidade de Bragança. O coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos, que foi influenciado pelas diretrizes de urbanização, em 1910, referentes aos moldes de Belém na administração de Antônio Lemos.



**Figura 08:** Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos.  
**Fonte:** Silva (2012).



A arquitetura de Bragança recorda a Belle-Époque no belíssimo Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos, inaugurado em 1910, foi adquirido da Alemanha e sua estrutura foi transportada até Bragança pelo trem da extinta Estrada de Ferro de Bragança. Esse patrimônio está situado a Praça Antônio Pereira (antiga Praça Marechal Deodoro e antigo Palácio Municipal) e o prédio do Palacete Augusto Corrêa. Além de ser local de apresentações teatrais e culturais que ocorrem no seu entorno, como eventos natalinos e em comemoração à Festividade de São Benedito (SILVA, 2012).

A cultura local vai viver um momento de êxtase no final dos anos 50, quando Armando Bordallo da Silva, à frente da Comissão Paraense de Folclore, leva de Belém a Bragança, a I Jornada Paraense de Folclore, realizada entre os dias 22 e 27 de dezembro de 1958<sup>14</sup>. Nesta época, candidato a presidência da República, Juscelino Kubistesch assina a criação da Campanha de defesa do Folclore Brasileiro. O candidato vai até Bragança e vem de volta no trem, como fazia o major (depois coronel, finalmente general) Magalhães Barata (ROSÁRIO, 2000).

Na Amazônia, a partir de 1950, a produção diminuía. Poucos eram os produtos que alcançavam boa classificação, para Rosário (2000) se registrou a crise da borracha e as implicações começaram a se refletir em quase tudo o que se importava da Zona Bragantina. Surgiu uma cultura de subsistência. A pesca e a produção de farinha de mandioca constituíram a base econômica do Município durante todo este período, pois:

Terminava a década de 1960 e dava tristeza testemunhar: o município quebrava na sua atividade econômica. Perdia-se a produção do arroz à nível de comercialização e fechavam as fábricas de beneficiamento; a produção de fumo se reduzia e as safras de algodão desapareceram. Agravava-se o êxodo rural em que os filhos de agricultores deixavam seus lares à procura do trabalho agrícola em outras regiões prósperas ou de outra atividade braçal não qualificada. Terras cansadas com sucessivas derrubadas e queimadas da vegetação, e sem técnicas de manejo agrícola, resultava em baixo índice de produtividade. Perdia-se gradativamente o intercâmbio comercial com os municípios da baixada maranhense pelo porto de Bragança. A situação do comércio era generalizada, casas comerciais fechando. Os ventos sopravam cada vez mais contra e a favor do Sul do Pará que estava acordando, nascia a rodovia Pará – Maranhão, a Belém – Brasília todas proporcionando o desenvolvimento e a Transamazônica também surgindo (LÉLIS, 1999, p.88).

Além de toda essa modificação, a Estrada de Ferro de Bragança foi extinta em 1966, por ato do governo militar instalado no Brasil a partir de 64, o que abalou o comércio local.

---

<sup>14</sup> O prefeito Cezar Pereira abriu os trabalhos com um discurso, passando em seguida a palavra ao coordenador geral da jornada do folclore, Dr. Bordallo da Silva, que explicou o sentido e os objetivos daquele empreendimento, dizendo o que era o folclore bragantino sobre o qual ele já publicara um livro. Dirigindo-se aos visitantes em especial, exaltou a magnificência da Marujada, a beleza da festa de São Benedito e do Natal com seus presépios armados nas residências e nas igrejas. Era um momento de êxtase da cultura bragantina.

Foi ocorrendo a diminuição das atividades do Banco de Crédito da Amazônia sobre o incentivo financeiro para o incremento do crédito rural. Tal crédito foi encerrado em 1973. Vários camponeses efetivaram seu financiamento para produção e desenvolvimento agrícola de suas terras, entre eles, alguns camponeses que faziam parte do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança.

Segundo Rosário (2000), nos anos de 1960 e 1970, a região Norte passou a viver uma fase de arrumação espacial, tudo determinado pela abertura de política das estradas federais que romperam com a unidade intrarregional abrindo a Amazônica e as fronteiras nacionais. Em vez de intrarregional passam a constituir a chamada integração nacional (interregional), instalada pelos governos militares em 1964, e com o território amazônico ligado aos centros dinâmicos do país, alegando-se aí, o temor da internacionalização perante a cobiça dos povos mais bem equipados tecnologicamente. Não se contava com o fator da globalização, e com ela a possível flexibilização de fronteiras.

De modo geral, todavia, a indústria cultural ou a cultura de massa que penetrou o país e já penetrava na Região Amazônica já não representava uma cultura nacional e sim uma produção cultural norte americana. Nesta base, até três décadas anteriores a Amazônia Brasileira estava defendida da desintegração acelerada de sua cultura intra - regional. Isso dado ao próprio e natural isolamento físico e cultural em que permaneceria por quatro séculos, onde só foi rompido na segunda metade do século XX, com a abertura das rodovias federais (ROSÁRIO, 2000, p.18).

Verifica-se que a Amazônia estava em processo de expansão de suas fronteiras e possuía um isolamento físico e cultural quando comparado à sociedade mais moderna do centro Sul do país. Até este momento a região era apenas um espaço intrarregional e desenvolvia suas ações com maior ênfase nas rádios educadoras da Amazônia.

No Pará (parte oriental da Amazônia), onde no início da década de 1960 não existia televisão, havia 22 municípios possuindo suas próprias rádios difusoras, entre elas a Rádio Educadora de Bragança e o Sistema Educativo Radiofônico, e mais da metade dos municípios do Pará contava com seus pequenos jornais.

Pereira (1967), investigou, as mutilações sofridas no território do Município de Bragança, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período da década de 1960,

O Município de Bragança possuía um vastíssimo território, maior que Altamira, pois compreendia desde o Município de Turiaçu, depois anexado ao Estado do Maranhão, até Igarapé- Açú, na estrada de ferro de Bragança para Maracanã, antigamente Cintra, numa extensão de mais de 100 léguas. Em 1856, foi desmembrado o território de Turiaçu e logo, com a Lei Provincial nº. 324 de 06 de julho deste mesmo ano, o território que hoje é chamado de Viseu. Pela lei nº 832, de 24 de Outubro de 1902, perdeu-se o território de Quatipuru. Em 1938 pela lei

Estadual 2.972, de 31 de março, foi criado o Município de Capanema. Na lei nº 1,127, de 11 de Março de 1955, teve a maior parte de seu território desmembrado para constituir o Município de Urumajó, cuja lei foi considerada inconstitucional pelo Supremo Federal, sendo que no ano de 1962 a Assembleia Legislativa criou o Município de Augusto Corrêa. Posteriormente já se cogitava o desmembramento do Município de Tracuateua (PEREIRA, 1967, p.62-70).

Esse desmembramento territorial fez com que o Município de Bragança fosse o menor em extensão, não se comparando nem com o Município de Primavera.

Ao que se refere ao recenseamento do número de habitantes no Brasil, Pereira (1967) diz que após a proclamação da República foi efetuado o primeiro levantamento em 1940, o segundo em 1950 e o terceiro em 1960. No município de Bragança, no ano de 1940 havia 48.205 habitantes; em 1950 - 57.888 habitantes; 1960 - 69.005 habitantes. Neste período, dos 82 municípios do Pará somente três municípios apresentavam mais de 50.000 habitantes e somente um mais de 100.000. Eram eles: Belém, Bragança e Santarém, que ainda continuam na vanguarda da Demografia Censitária do Pará. Vale lembrar que nesta época Bragança ainda vivia o apogeu da Estrada de Ferro.



**Figura 09:** Mapa de algumas rodovias e alguns municípios do Pará.

Fonte: [www.google.com.br/mapasdo Pará](http://www.google.com.br/mapasdo Pará)

O Município de Bragança fica localizado na região nordeste do Pará, a 210 quilômetros de Belém, capital do Estado, e é um dos municípios mais procurados pelos turistas ao longo do ano. Suas fronteiras são estratégicas. Assim, o município oferece o maior número de opções aos turistas: ao Norte está o oceano Atlântico, ao Sul, o município de Santa Luzia do Pará, a Leste os municípios de Augusto Corrêa e Viseu, e a Oeste, Tracuateua (IBGE, 2010).

A instrução pública é apresentada da seguinte forma pelo recenseamento de 1960, a saber: existiam 142 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, 3 de ensino médio (ginasial, comercial e normal) - “Instituto Santa Teresinha”, 1 tipografia, 1 biblioteca e 1 jornal. Pode-se estimar, ainda, que a quota de pessoas alfabetizadas no Município era superior a 38%, percentagem verificada naquele ano (calculada sobre o total das pessoas de 10 anos e mais). A correspondente quota para o estado é de ordem de 49% (PEREIRA, 1967). Verifica-se que a quota do número de sujeitos analfabetos no município ainda era intensa, não muito diferente da realidade brasileira. Em Bragança, além do Instituto Santa Teresinha, encontravam-se alguns espaços de educação. Com destaque ao Grupo Escolar Corrêa de Freitas, fundado no início do século XX e depois rebatizado de Grupo Escolar Monsenhor Mâncio Ribeiro.

O primeiro grupo escolar de Bragança foi fundado em 24 de fevereiro de 1900. Teve a primitiva denominação de Corrêa de Freitas. Instalado em prédio térreo, à Rua General Gurjão n.º. 40, onde funciona o foto líder. Funcionou durante alguns anos com a denominação primitiva, tendo como seu primeiro diretor, professor normalista José Quintino Castro Leão Júnior; em 29 de junho de 1926 passou a ser denominado “MONSENHOR MÂNCIO”. No governo do Dr. Eurico de Freitas Vale, com o lançamento da primeira pedra fundamental do edifício próprio, à Travessa Senador José Pinheiro, sob os bons auspícios do Dr. José Severiano Lopez Queiroz, então intendente do município, passou este estabelecimento de ensino a ter a denominação de “MÂNCIO RIBEIRO”. Até que, após a revolução de 24 de Outubro de 1930, na primeira interventoria do então Senador Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, mais conhecido no meio político por “Magalhães Barata”, foi substituída pela denominação de GRUPO ESCOLAR DE BRAGANÇA (G.E.B). O edifício do Grupo Escolar de Bragança, iniciado em 15 de Agosto de 1929, no governo do Dr. Eurico de Freitas Vale, sendo intendente o ilustre bragantino Dr. Severiano Lopes de Queiroz, ficou concluído em 1931, na administração do Coronel Raimundo Nazareno Ferreira. É de propriedade do Estado e, a quando de permanência do 35º Batalhão de Caçadores nesta cidade, serviu de quartel desta unidade, sem sofrer nenhuma modificação, havendo prestado deste modo, valioso auxílio aos combatentes da 2ª Guerra Mundial, em favor das Nações Unidas em 1945. É uma obra notável, pela sua estética e solidez ocupando uma área de 360 m<sup>2</sup>, no centro da cidade, com capacidade para uma matrícula de 1.120 alunos. A sua construção foi orçada em cento e oitenta contos de réis e por falta de dados seguros, é ignorado o total da construção. Em 1963 foi construído pelo então prefeito municipal de Bragança, naquela época Dr. Jorge Daniel de Sousa Ramos, uma quadra de esportes, a qual com a construção do muro que cerca esta escola, em 1966, passaram a ser patrimônio da mesma, por ter sido construído em seu terreno (PEREIRA, 1967, p. 71-72).

Neste sentido, cada vez mais os grupos escolares vinham se expandindo, como Mâncio Ribeiro, que teve como um dos seus objetivos a diminuição do analfabetismo no município de Bragança. Vale mencionar, ainda, que o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança foi implantado em 1958. Sobre a sua implantação o destacarei nas próximas páginas deste trabalho.

O período de 1960 a 1970 foi marcado por várias perdas para o Município de Bragança. A extinção da Estrada de Ferro, em 1966, atingiu pontualmente a realidade social, histórica e dinâmica de toda a região, e a cultura local, Marujada de São Benedito,<sup>15</sup> foi abalada pelo governo ditatorial. A criação do Sistema Educativo Radiofônico, em 1958, tinha um caráter de educação popular para os jovens e adultos. Devido ao golpe de 64 esse sistema seria extinto, mas continuou em virtude da congregação dos Barnabitas. Estavam a frente dessa congregação o bispo prelado Dom Eliseu Maria Coroli e o Pe. Miguel Giambelli<sup>16</sup> - diretor da rádio; ou seja, tudo que estava ligado à base econômica de Bragança, o folclore e a educação de base pela cultura popular, sofre inúmeras opressões e perdas na época da ditadura militar.

A partir dos anos de 1970, pontos resistentes desta mesma sociedade foram se alternando com incentivos comerciais, implantação das rodovias, ampliação dos meios de comunicação, criação de outros órgãos difusores de notícias, como jornais e até mesmo ideias de construção de emissoras de rádio, crescimento e ampliação da produção da farinha e da pesca e, como fio condutor cultural, posteriormente, as ricas práticas culturais, com ênfase à Festividade e Marujada de São Benedito.

## **2.2 A Política Institucional Barnabítica em Bragança: perspectivas de D. Eliseu Maria Coroli**

Demarcando o contexto histórico do Município de Bragança sobre os fatos relacionados aos anos de 1960 a 1970 do século XX, faz-se necessário compreender a influência da congregação dos Barnabitas, mais precisamente o trabalho desenvolvido por D. Eliseu Maria Coroli, nesse município.

Para tal entendimento, apresento a política institucional dos Barnabitas, por meio da biografia e obras de D. Eliseu Maria Coroli. Entre suas obras encontra-se o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB).

No livro dos Barnabitas (2003), o nome dado ao Santo fundador dos Barnabitas inicia-se quando um jovem, Antônio Maria, nascido em nobre família cremonense, ao Norte da Itália, no ano de 1502, excessivamente preocupava-se com a saúde física e espiritual dos

---

<sup>15</sup> A marujada de São Benedito foi fundada em 03 de Setembro de 1798, por iniciativa de escravos da Vila de Bragança, a Irmandade do Glorioso São Benedito (e conseqüentemente a marujada) e toda a festividade estão intimamente ligadas às principais tradições religiosas e culturais do povo bragantino. (SILVA, 2000, p. 01).

<sup>16</sup> Nasceu em 29 de Março de 1920 na Diocese de Brescia – Itália – Foi ordenado Sacerdote em 04 de Julho de 1943. Coursou a faculdade de letras e filosofia na Universidade de Florença e, em 1948, veio ao Brasil, realizando assim o sonho de ser missionário da Prelazia do Guamá. (ANUÁRIO DA DIOCESE, 1990, p. 08).

seus contemporâneos. Era médico. Distinguiu-se fielmente à pregação do Evangelho, tanto no ambiente das elites quanto nos ambientes populares. Antônio Maria inspirava-se a seguir e imitar o apóstolo Paulo.

A retomada dessa história explica a constituição dos Barnabitas, uma família de religiosos, irmãos, fundada por Antônio Maria Zaccaria em Milão – Itália em 1533.

A partir do seu dinamismo pastoral com um tempo foi sendo consolidado um grupo de seguidores que recebeu a denominação formal de “**Clérigos** Regulares de São Paulo”. Esta denominação possui o seguinte significado: Clérigos, porque, como sacerdote, fazem parte do clero; Regulares, porque vivem em comunidades seguindo a mesma regra de vida com os propósitos de castidade, pobreza e obediência; de São Paulo porque identificam o apóstolo como seu patrono, no seguimento e na pregação de Jesus Cristo, Caminho Verdade e Vida. Em pouco tempo, passaram a ser chamados de “Barnabitas” e assim são conhecidos até hoje, porque tiveram como primeira morada fixa uma igreja dedicada a São Barnabé Apóstolo (INCAMPO, 2003, p. 17).

Diante desta formação dos Clérigos Regulares de São Paulo, ocorre uma expansão nos diversos campos apostolados em vários países; e no Brasil, desde agosto de 1903, atuam em Brasília, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo.

Destaco a Congregação religiosa e missionária fundada por Santo Antônio Maria Zaccaria e inspirada na obra do missionário São Paulo, conhecida pela sigla CRSP – Clérigos Regulares de São Paulo, pelo fato de que D. Eliseu Maria Coroli pertenceu a esta congregação.

De acordo com Silva; Oletto; Oliveira (2012), Eliseu Ferdinando Coroli nasceu em Castelnuovo val Tidone, povoação da província italiana de Piacenza, em 09 de fevereiro de 1900. Ele era o quinto filho do casal de camponeses Anacleto Ludovico Coroli e Maria Molinari. Eliseu Ferdinando Coroli absorveu profundamente preceitos religiosos de sua família, especialmente de sua mãe, tanto que em tenra idade, segundo seus biógrafos, surpreendeu-a com a ideia inusitada de ser missionário e sacerdote.

No início do século XX, diversas famílias italianas cultivavam o firme desejo de possuir entre seus filhos alguns missionários que demonstrassem orgulho a seus pais, especialmente na Itália, berço da Igreja Católica, o que se coadunava com a necessidade de sustento material, garantido em parte pelo ingresso de um filho numa instituição religiosa. Após o quinto ano primário, o pai conduziu Eliseu, por engano, à Escola Apostólica São Bartolomeu dos Armânios, em Gênova, pertencente à Congregação dos Padres Barnabitas, pois o seu objetivo era levá-lo a uma escola de formação diocesana e não específica.

Entregou-o a essa instituição em 11 de outubro de 1911 (SILVA; OLETO; OLIVEIRA, 2012).

D. Eliseu Maria Coroli ficou interno na Escola Apostólica e cursou o equivalente ao curso ginásial no Colégio Vittorino da Feltre, ambos dos Padres Barnabitas. O programa dessa escola visava à formação integral do ser humano, propondo estudos onde já constava a educação física, artística, moral, estética e intelectual. Foi uma das primeiras escolas particulares da Itália de orientação laica. Tal orientação perpassava também pela preocupação de não obrigar as crianças a estudarem contra vontade aquilo que não lhes agradava por inclinação; de outro, havia a renúncia em educar, ou ainda uma subestimação da força da educação. Todavia, com a forte autoridade das congregações religiosas católicas, a tarefa de adaptar o indivíduo à sociedade acabava cultivando no aluno uma atitude de recepção ao saber instituído. Essa teoria e prática espalharam-se pelo mundo. Elas propunham uma mudança educacional voltada ao desenvolvimento da personalidade integral do aluno, despertando nele a participação ativa no processo de aprendizagem (SILVA; OLETO; OLIVEIRA, 2012).

Após concluir os cinco anos de Ginásio na Escola Apostólica de São Bartolomeu, Eliseu pediu aos pais permissão para entrar no noviciado em Monza, passando o ano em provas e, em seguida, admitido à profissão dos votos perpétuos, em 22 de novembro de 1916.

De acordo com Silva; Oleto; Oliveira (2012), em uma visita à família, aos 16 anos, Eliseu conheceu o livro *Conselhos ex- Lembranças*, com os pensamentos de Santa Teresinha, que se tornaria mais tarde o seu principal modelo de espiritualidade. Imitando a santa francesa a partir deste conhecimento e da obstinação contra os pecados, criou um método particular de registrar em um caderno os seus propósitos pessoais, pensamentos, afetos e desejos.

Segundo o anuário da Diocese de Bragança (1990), ordenado sacerdote em 1924, pediu insistentemente aos seus superiores para vir como missionário para o Brasil.



**Figura 10:** Eliseu Coroli (o último em pé, à direita) e padres Barnabitas, em viagem ao Brasil.  
**Fonte:** SILVA; OLETO; OLIVEIRA (2012, p. 04).

D. Eliseu Maria Coroli chegou ao Brasil no final do mesmo ano de sua ordenação e passou os primeiros anos em Jacarepaguá (Rio de Janeiro) como vice-reitor dos seminaristas Barnabitas. E quando soube que a Santa Sé tinha confiado aos Barnabitas a responsabilidade da Prelazia do Gurupy, ofereceu-se imediatamente para fazer parte da primeira equipe de missionários. Foi assim que no dia 06 de janeiro de 1930, à cidade de Ourém chegaram os quatro sacerdotes, o primeiro grupo de missionários Barnabitas, tendo à frente o Monsenhor Francisco Richard<sup>17</sup>, que iniciava uma corajosa caminhada pastoral, com objetivo de criações de uma nova Diocese no Estado do Pará (ANUÁRIO DA DIOCESE DE BRAGANÇA, 1990).

As distâncias impuseram grandes dificuldades aos missionários, pelo transporte de pessoas e cargas feito somente por via fluvial através do rio Guamá e pela via férrea da extinta Estrada de Ferro de Bragança-Belém, localizada na Região Bragantina. Disso resultou o pedido de Richard ao Núncio Apostólico no Brasil de que a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Bragança) fosse anexada à Prelazia do Guamá para facilitar a sua administração, o que acabou se confirmando em 1934. Daí, o Pe. Francisco Richard transferiu a sede para Bragança, assumindo o vicariato da cidade juntamente com o Pe. Eliseu Coroli.

Eis as circunstâncias históricas mais gerais do início do trabalho pastorais do Pe. Eliseu Coroli, iniciado na região do rio Guamá e que almejava uma formação cristã adequada aos regulamentos da Congregação dos Padres Barnabitas, nicho espiritual e moral onde o próprio Pe. Eliseu compreendeu a responsabilidade de continuar a faceta histórica desta ordem religiosa em terras de missão, como que ensaiando os labores e os sacrifícios que teria de enfrentar anos mais tarde. (ANUÁRIO DA DIOCESE DE BRAGANÇA, 1990, p.13).

Em virtude de tantos sacrifícios figuravam ainda o analfabetismo, a indiferença religiosa ao catolicismo, a dispersão da população e, principalmente, a falta de catequistas idôneos, portanto, o início de suas atividades era um desafio, para o qual organização e estratégia foram fundamentais. Isso gerou também desgastes físicos, como os do Padre Barnabita Francisco Richard que, debilitado após trinta anos de trabalho, retirou-se da administração apostólica de tão extensa prelazia, exultando com a escolha de seu mais fiel colaborador, Pe. Eliseu Coroli, para continuar a empreita religiosa da ordem.

Diante disto a política institucional de Dom Eliseu no Município de Bragança foi a catequese, a educação escolar, a assistência hospitalar e a evangelização. Todas essas circunstâncias coletivas tiveram no caráter de Pe. Eliseu Coroli uma grande repercussão, até

---

<sup>17</sup> Foi o fundador e o primeiro administrador apostólico da missão, desde janeiro de 1930. Coube a este Barnabita francês o duro encargo do início e a abertura do caminho, o que deve ter lhe custado muito, já que escreveu. “*É uma sequela infinita de duros sacrifícios... a natureza está esmorecida mais eu confio em ti, meu Jesus, porque sem dúvida é a tua vontade*” (INCAMPO, 2003, p. 85).



mesmo porque ele trabalhou de forma a ampliar sua influência religiosa num contexto social, cultural e político da época (SILVA; OLETO; OLIVEIRA, 2012).

Neste sentido não se pode limitar a análise à formação acadêmica, moral e religiosa de Eliseu Coroli, mas é necessário levar em conta que nos deparamos com um homem branco, europeu, cristão, sacerdote e que se considerava apto para fornecer a salvação num contexto tido como “exótico”, “inferior” e “selvagem”, como a Amazônia. Diante de todas as dificuldades encontradas, Pe. Eliseu passou a considerar a formação de professoras e catequistas como pressuposto fundamental de sua ação, procurando moças que o auxiliariam no trabalho educativo, estratégia facilitada por barganhas e por sua autoridade religiosa junto às famílias braganquinas.

Em 03 de fevereiro de 1934, um decreto consistorial anexou definitivamente mais três paróquias à prelazia – São Miguel do Guamá, São Domingos do Capim e Santana do Capim – e o encarregado dos trabalhos, Mons. Richard, nomeou o Pe. Eliseu como responsável pelas paróquias. Este decreto alterou o nome, a sede e a padroeira da prelazia, passando a se chamar Prelazia de Nossa Senhora do Rosário do Guamá, sediada em Bragança, cidade já anexada ao seu território. Nos escritos biográficos de Eliseu Coroli, feitos por uma religiosa da congregação por ele fundada, Ir. Terezinha Colares, consta que em 30 de junho de 1937, numa viagem à Itália, mesmo doente e em companhia do também sacerdote Idelfonso Maria Clerici, Pe. Eliseu visitou a Madre Geral das Irmãs do Preciosíssimo Sangue. Na conversa, abordou a real situação da prelazia, percebendo o interesse e a simpatia demonstrada ao projeto pela madre, que conseguiria religiosas para auxiliá-lo. No dia 9 de dezembro do mesmo ano, a Santa Sé nomeou o Pe. Eliseu Maria Coroli como Administrador Apostólico da Prelazia de Nossa Senhora do Rosário do Guamá, cargo em que tomou posse no dia 30 de dezembro do mesmo ano. Em 1938, Coroli conseguiu a autorização e o envio de cinco freiras para a missão em Bragança, que chegam com ele no dia 12 de agosto<sup>18</sup>, sendo recebidos com festa pela população. Essas colaboradoras se ocupariam das gremistas (aspirantes à vida religiosa), dos doentes, com os estudos da Língua Portuguesa, em trabalhos domésticos e aulas de pintura e bordado com três ou quatro alunas internas (SILVA; OLETO; OLIVEIRA, 2012, p. 07).

Percebe-se que havia uma grande organização desses padres, por sua formação e pela obediência aos desígnios internos de sua congregação, ao qual estava pautado no desenvolvimento das ações para o Município de Bragança.

Diversas obras que modificaram e deram um novo impulso à cidade de Bragança, Nordeste do Estado do Pará, foram operacionalizadas por D. Eliseu, pois se vivia um ideário ufanista de que a modernidade chegara pelos trilhos do trem, acreditando ser esta uma oportunidade de alcançar o desenvolvimento tão esperado do século XX na região. Entretanto,

---

<sup>18</sup> ... Chegava a missão uma turma de jovens religiosas Madre Lúcia Conalogo, Maria Viganó, Celina Casati, Vitória Benaglia, Adelaide Borroni, e num segundo tempo madre Francisca Beta e Benetina Conlago (irmã de madre Lúcia). Seriam estas religiosas – “mulheres de trabalho e oração”- as primeiras educadoras das jovens nativas caboclas, que formada na sede principal da Missão, daí voltariam para suas vilas. (INCAMPO, 2003; p.87).

foi com as iniciativas de D. Eliseu Maria Coroli em ações assistenciais, educacionais e promocionais, dentre elas o Instituto Santa Teresinha, o Hospital Santo Antônio e a Rádio Educadora de Bragança, com o Sistema Educativo Radiofônico, que reforçaram a figura deste padre. (ANUÁRIO DA DIOCESE, 1990).

Segundo o Anuário da Diocese (1990), a Igreja sempre teve como uma das suas características peculiares ser pioneira em atividades educacionais em favor dos mais pobres e necessitados.

No dia 23 de novembro de 1938, o Sr. José Carneiro da Gama Malcher assinou o decreto de equiparação à condição de Escola Normal do Colégio Santa Teresinha, notícia festivamente recebida pelos senhores bragantinos mais abastados, que antes enviavam seus filhos para a capital do Estado a fim de continuarem sua formação intelectual. Em janeiro de 1939, Eliseu Coroli comprou a casa da Sra. Francisca Alcântara, situada em frente à Praça da Matriz (hoje Catedral de Nossa Senhora do Rosário), por 800 contos de réis e em fevereiro “realizou-se a primeira prova de exame de admissão do nosso curso Normal, com vinte candidatos, sendo dezesseis moças, três rapazes e uma irmã”. As aulas iniciaram em fevereiro de 1939, com 18 meninas e 1 menino (ANUÁRIO DA DIOCESE, 1990, p. 07).

Foi decisivo o trabalho de D. Eliseu Maria Coroli na educação nesta região da Amazônia, permitindo que um número significativo de meninos e meninas do interior estudasse. O Colégio Santa Teresinha foi a terceira Escola Normal do Pará, depois das escolas da capital Belém e de Santarém. Dom Eliseu começou a comprar móveis, utensílios e materiais para o funcionamento da Escola Normal de Bragança, visando atender uma vasta clientela da região.



**Figura 11:** Alunas da escola normal na capela do Instituto Santa Teresinha, em Bragança-Pará.  
**Fonte:** INCAMPO – (2003).

O nome do Colégio não só homenageava a padroeira das Missões, mas expressava a sua fidelidade à santa francesa (Santa Teresinha). As professoras do curso primário e primeiras colaboradoras diretas de Monsenhor Eliseu, no Colégio Santa Teresinha, foram Theodomira Raimunda da Silva Lima e Isabel Ribeiro de Almeida, professoras que vieram para Bragança com suas famílias. Elas são lembradas em Bragança pela disciplina e rigor técnico. As professoras acreditavam no projeto educativo do religioso, dedicando-lhe tempo, trabalho e acompanhamento dos alunos.

Em 1º de dezembro de 1939, uma reunião dos Padres Barnabitas consultores da Prelazia decidiu pela edificação do prédio para abrigar o colégio. Eliseu Coroli encontrou na sua congregação de origem, a dos Clérigos Regulares de São Paulo ou Barnabitas, o apoio para a construção de um prédio específico para o Colégio Santa Teresinha, firmando um convênio escrito que em seu primeiro item especificava que a Prelazia do Guamá concede à Congregação dos Clérigos Regulares de São Paulo Apóstolo (Barnabitas) e faculdade de construir com suas despesas e em sua propriedade, um Colégio, na cidade de Bragança (SILVA; OLETO; OLIVEIRA, 2012, p.07).

Para um empreendimento desta envergadura, Coroli comprou terrenos próximos ao quadrilátero onde está situado atualmente o Instituto Santa Teresinha, entre a Praça das Bandeiras à frente, Travessa Padre Gerosa por trás, Avenida Nazeazeno Ferreira (antiga Rua da Liberdade) à direita e Rua 13 de maio à esquerda, no centro urbano de Bragança. Para esse empreendimento ele buscou apoio na sociedade bragantina. O lançamento da pedra fundamental do Instituto Santa Teresinha foi realizado numa pomposa celebração realizada no dia 05 de julho de 1940.

Além do Colégio Santa Teresinha, duas outras obras da ação de D. Eliseu Coroli ganharam notoriedade e relevância: a Maternidade Nossa Senhora da Divina Providência e o Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria. A maternidade surgiu da necessidade de se atender às gestantes que não tinham um suporte necessário para o acompanhamento no trabalho de parto. Em 1945, a falta desse suporte resultou no falecimento da recém-formada professora e ex-aluna de Coroli, Geralda Almeida. Em 1945, o Cel. Aluízio Ferreira, acompanhado do então prefeito Joaquim Lobão da Silveira, propuseram a D. Eliseu Coroli a criação de uma maternidade a ser construída com auxílios particulares e do Governo, ficando para o patrimônio da Prelazia do Guamá. Com a aceitação do bispo, Ferreira doou o terreno e encaminhou ao bispo cem mil cruzeiros, mil sacas de cimento para a construção e comprometeu-se a angariar outras ofertas para a obra. No início do ano de 1946, o bispo remeteu ao Departamento Nacional da Criança o projeto da maternidade visando conseguir algum auxílio. No dia 18 de maio daquele ano foi lançada a pedra fundamental da

maternidade em homenagem ao aniversário do presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra (SILVA; OLETO; OLIVEIRA, 2012).

Desde 1948, em reunião com seus padres consultores, Eliseu Coroli explicou que a construção da maternidade seria gradativa, conforme a obtenção de verbas, e que o já deputado federal Aluizio Ferreira insistiu para que a Prelazia também se encarregasse da construção de um hospital, pleiteando recursos junto ao Governo no orçamento da União. Eliseu escreveu então um ofício ao Ministério da Educação e Saúde, confirmando o compromisso de construir em Bragança um hospital com 28 leitos, segundo o que recomendava o ministério, porém com o auxílio anteriormente ofertado pelo Governo Federal. Ainda nesse mesmo ano, o contrato para liberação de recursos e construção do prédio foi assinado por Aluizio Ferreira, no Ministério, de acordo com a sua solicitação. A Prelazia se comprometeu em prestar contas da aplicação da verba recebida com a apresentação regular de relatórios e documentos. Porém, em janeiro de 1952, as obras foram paralisadas devido ao corte de parte dos auxílios federais referentes ao ano anterior. Com essa crise, os padres concordaram em colocar em funcionamento os dois prédios destinados à área de saúde sob os cuidados das irmãs Missionárias de Santa Teresinha, de forma provisória, sem contrato ou pagamento algum. Em julho de 1952, Dom Eliseu enviou a Belém, para treinamento de enfermagem, as irmãs Ângela Rigamonti (prima de seu confrade, Pe. Miguel Giambelli), Amélia Torres e a postulante Antônia Albuquerque. Em outubro de 1952, de forma precária, iniciaram os trabalhos da maternidade, com a parturiente Jarina Fonseca Pereira, ex-aluna da primeira turma de professoras do Colégio Santa Teresinha, que deu à luz um menino, cujo nome -Antônio Maria Fonseca Pereira – foi dado em homenagem a Santo Antônio Maria Zaccaria, fundador dos Barnabitas.

Somente em 06 de novembro de 1952 foram inaugurados a Maternidade e o Hospital, com o objetivo de trabalhar com a saúde em uma área desprovida desses recursos. O primeiro médico do hospital foi Pascoal Pontrandolf, que veio de Belém para trabalhar como clínico e cirurgião de forma intermitente, sem residir em Bragança.

A partir de 1954 o hospital começou a formar o seu quadro clínico residente na cidade. Em 1955 chegaram à cidade três médicos italianos, Caetano Scalese, Mário Lordi e Alberto. E no dia 19 de março de 1955, dedicado na Igreja Católica a São José, esposo de Maria, foi inaugurado oficialmente o Hospital Santo Antônio Maria Zaccaria.

Outra obra pioneira no legado educacional do Pará foi o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. O governo não tinha condições de resolver de imediato a abertura

de escolas, com professores habilitados para atender as centenas de povoados existentes em Bragança na época.

Foi para ajudar milhares e milhares de pessoas – adolescentes e adultos – a sair do analfabetismo e fazer seu curso primário que D. Eliseu deu total apoio ao Pe. Miguel<sup>19</sup> na iniciativa de instalar a rádio Educadora de Bragança e de pôr em funcionamento o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança – SERB (ANUÁRIO DA DIOCESE, 1990, p. 05).

Diante dos desafios sobre a educação para os jovens e adultos analfabetos nas diversas comunidades do Município de Bragança, foi através da rádio e do SERB que a Prelazia realizou iniciativas de promoção humana, não somente por meio das aulas radiofônicas, mas também com diversos treinamentos para as equipes de monitores e supervisores do quadro, e inúmeras programações agrícolas e artesanais. Além disso, o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança participou com o MEB em prol da educação dos jovens e adultos.



**Figura 12:** Escritório do SERB, instalado em 1960<sup>20</sup>.  
**Fonte:** INCAMPO (2003, p. 94).

Outro fator presente na proposta de educação do SERB foi a iniciativa referente ao problema agrícola, à assistência social e a educação escolar radiofônica para os centros mais

<sup>19</sup> A história da rádio teve início quando Pe. Miguel Giambielli, então Vigário Geral, indo ao Sul do país, entreteve-se longamente com um bispo de Minas Gerais, Dom Giovanni Cavati, que falou do vivo interesse e da importância e das vantagens de uma emissora católica na prelazia do Guamá. (LIVRO DOS BARNABITAS; 2003; p. 93)

<sup>20</sup> Desde 1990 a Rádio Educadora funciona no escritório do SERB.

isolados e afastados da Prelazia, com a finalidade de superar o problema da distância em seus empreendimentos. Essa última foi, talvez, a mais ousada realização guamaense, medida que revelava a maior adaptação às formas do trabalho evangelizador, utilizando-se do providente recurso da comunicação – A Rádio Educadora de Bragança (LIVRO DOS BARNABITAS, 2003).

Para Silva; Oleto; Oliveira (2012), o período em que o SERB promovia suas primeiras ações, na década de 1960 a 1970, foi um contexto de luta contra a ditadura, entre os militares e os seus inimigos atrelados à doutrina comunista. É possível entender que a Igreja Católica, em pelo menos dois movimentos, conservador e progressista, transitou em lados opostos. Isso acabou por acirrar fortes defesas e demarcar posicionamentos que descambaram em lutas políticas entre clérigos e leigos.

Diante disto, pode-se notar que D. Eliseu Coroli, um homem místico mas também um líder religioso, criou obras de apostolado em prol das populações mais carentes de Bragança. Fala-se hoje de suas obras como exemplo de padre, bispo e administrador apostólico da imensa extensão territorial da extinta Prelazia do Guamá, hoje Diocese de Bragança. Suas obras educacionais foram eficazes para a sua permanência no território nacional, num tempo marcado por perseguições do Estado varguista.

Diante do exposto, percebe-se que a política institucional Barnabítica influenciou diretamente na organização do SERB.

Neste sentido, apresentarei na próxima seção a concepção do Movimento de Educação de Base (MEB) que se fazia presente nos sistemas educativos via rádio e a criação das escolas radiofônicas no Brasil, inclusive o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança-Pará.

### **2.3 A Concepção de educação do MEB e a implantação do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança**

O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança não está desatrelado de uma conjuntura histórica de movimentos educacionais que ocorrem em diversos Estados brasileiros e por diversas mobilizações e campanhas governamentais que tinham por objetivo desenvolver ações referentes à diminuição do analfabetismo brasileiro e uma educação que propicie a tomada de consciência dos jovens e adultos sobre os seus direitos e deveres na sociedade.

Segundo Fávero (2006), o movimento da educação rural no período da década de 1950, estando no embate a discussão da cultura popular e a cultura de elite, verifica-se que as

ações da Igreja em consonância com o Estado acompanhavam diversos esforços no ensino primário nas regiões urbanas e rurais para a população infantil e, com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos<sup>21</sup>, destinadas aos jovens e adultos pouco escolarizados no período de 1947, coordenada por Lourenço Filho, já se reconhecia a necessidade de uma proposta voltada às características específicas do adulto e às exigências especiais de sua educação.

Na prática, a campanha destinou-se ao ensino supletivo que somente estendia aos adolescentes e adultos aquela instrução primária à qual não tiveram acesso nas idades próprias. A partir de 1950, as ações rurais de educação de adultos impulsionaram uma intervenção com propostas de desenvolvimento nas regiões consideradas atrasadas. Essas ações da Campanha de Educação Rural, nos últimos anos da década de 1950, tinham como perspectiva a erradicação do analfabetismo brasileiro que foi criticado pela sua ideologia de trabalho, pois com o aumento do índice de analfabetos no país, as demandas até então realizadas não estavam atendendo com profundidade as ações educativas para os jovens e adultos analfabetos (FÁVERO, 2006).

A realização de programas nacionais de educação de adultos, no período de 1947, advém de uma educação de base que estaria atrelada ao conjunto de atividades baseadas nas necessidades e nos problemas mais prementes da coletividade social, onde tinham como proposta combater os altíssimos índices de analfabetismo entre as populações adultas em atrasos educacionais e econômicos. Então, a correlação estabelecida na década de 1950 entre o desenvolvimento econômico e o analfabetismo seria a mais expressiva forma de verificar o analfabetismo como sinônimo de atrasos nessas regiões.

Neste período, com a aceleração do crescimento urbano, o desenvolvimento da industrialização e a expansão do comércio e dos serviços ocorriam diversas mudanças nas estruturas sociais advindas das necessidades de melhorias de transportes, saúde, moradia e educação, que refletiam na insatisfação da população. Essa insatisfação passou a fomentar a passagem de consciência ingênua para a ideia de uma consciência crítica do desenvolvimento social das classes populares. Assim, o país passava por uma crise hegemônica política e de

---

<sup>21</sup> A CEAA é consequência direta da regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário, em 1945 e da elaboração do Plano de Ensino Supletivo para Adolescentes e Adultos Analfabetos, aprovado pelo Ministério de Educação e Saúde, 1947. Foi prevista uma série de medidas para a execução desse plano: Instalação do Serviço Nacional Educação de Adultos, no Departamento Nacional de Educação do então Ministério de Educação e Saúde; elaboração e aprovação de planos anuais de ensino supletivo; preparação e distribuição de cartilhas e textos de leituras para adultos; mobilização da opinião pública em favor da educação de adultos e busca de integração, por parte do governo federal, das atividades dessa área de ensino que vinham sendo realizadas nos Estados (FÁVERO, 2006. p.25).

aceleração do desenvolvimento econômico, e uma das pautas políticas deste desenvolvimento estava presente em Juscelino Kubitschek e suas ações voltadas para a educação, principalmente, para os processos de alfabetização dos jovens e adultos pouco escolarizados (FÁVERO, 2006).

Essa ressignificação da ideologia do movimento na busca de um projeto de educação de base do tipo comunitário passa a ter um caráter popular, ligado tanto à Igreja Católica como ao Estado, um processo de alfabetização de jovens e adultos. Segundo Brandão (2002) essas mudanças relacionadas à educação popular, ao invés de ser um movimento sobre o povo deveria ser um “caminhar com o povo”.

Para Wanderley (1987) é preciso compreender os significados da educação popular pelas classes populares e para as classes populares. Isso depende dos interesses dessas classes, pois o termo classes populares ou classes subalternas refere-se àquelas que vivem na condição de exploração e de dominação do capitalismo, sob as diferentes formas, que se faz presente na atividade produtiva, mas se produz e reproduz em outras dimensões no processo social-político-cultural vinculado a essa exploração econômica. Por isso, o termo compreendido no plural, compõe as diferentes classes sociais, identificados pelo operariado industrial, classe trabalhadora, campesinato, indígenas e alguns setores da burguesia que compõem as diferentes classes sociais.

A educação pelas classes populares advém de uma linha, buscando uma forma menos oficial de enquadramento dos programas tipo professor- aluno. Esta educação ocorre dentro e fora da escola, dentro e fora da fábrica, com a participação social dos sujeitos em diferentes lugares (BRANDÃO, 2002).

Uma educação produzida para as classes populares resulta de um trabalho de agentes externos a essas classes que têm por objetivos educá-las. Isso é pertinente ao Estado, quando pensa uma educação oficial a toda população, empregando múltiplas formas de educação de adultos, educação de base, educação funcional. É perceptível, ainda, nos sistemas educativos de entidades privada (órgãos de classes, igrejas), cujo objetivo é semelhante ao estatal.

Essa análise permite compreender as relações entre a Igreja e o Estado no processo de alfabetização de jovens e adultos, vinculado aos sistemas educativos radiofônicos, inclusive do Município de Bragança-Pará. Acredita-se que os saberes da prática educativa presentes neste sistema estão para além desse ensino escolar via rádio.

Nesta esteira, toda esta tensão sobre a educação de jovens e adultos no início da década de 1960 passa a ser redefinida no sentido de uma proposta com as classes desfavorecidas. Seus objetivos e práticas estão em torno de uma alfabetização que iriam



adentrar em uma zona de conflito ideológica e política, presentes em toda esta década.

Neste período surge também a Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961, a qual define e regulariza o sistema de educação brasileira. Nesta regularização se encontra uma educação destinada aos jovens e adultos. Os alunos que iniciavam seus estudos com distorção idade e série eram formados em classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento.

A alfabetização de jovens e adultos nos anos 60 estava pautada na conscientização popular e idealizada pelo Sistema Paulo Freire<sup>22</sup>, provinda de diversas experiências do Nordeste brasileiro, a exemplo a de Angicos, que obteve um efeito significativo, porque alfabetizou 300 homens em 45 dias, fato que impressionou profundamente a opinião pública. Essa política de alfabetização de jovens e adultos propiciou, posteriormente, o surgimento de diversos movimentos educacionais com um caráter de prática de liberdade (FÁVERO, 2006).

1960 MCP - Movimento de Cultura Popular, criado inicialmente no Recife; Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, criada em Natal; 1961 MEB - Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil, com apoio da Presidência da República; 1961 CPC - Centro Popular de Cultura, criado por Carlos Estevam Martins, Oduvaldo Viana Filho e Leon Hirzman; 1962, Primeira experiência de alfabetização e conscientização de adultos, feita por Paulo Freire no MPC (Centro Dona Olegarina); logo depois, no início de sua sistematização no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife; 1962 CEPLAR - Campanha de Educação Popular da Paraíba, criada por profissionais recém-formados, oriundos da JUC - Juventude Universitária Católica, e por estudantes universitários; 1962 Campanha de Alfabetização da UNE, a partir de experiência iniciada no então Estado da Guanabara, 1963 Experiência de Alfabetização de Adultos pelo Sistema Paulo Freire, em Angicos, no Rio Grande do Norte; 1963 Experiência de Brasília, ponto de partida para a adoção do Sistema Paulo Freire em vários Estados, no bojo das ações de Alfabetização e Cultura Popular patrocinada pelo Ministério de Educação e Cultura; 1964: Criação do Plano Nacional de Alfabetização, com implantação iniciada na Baixada Fluminense, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro (FÁVERO, 2006, p. 50-51).

Esses movimentos voltados às camadas populares tinham por objetivo desenvolver uma política de educação com práticas inovadoras de alfabetização para a população urbana e principalmente o campesinato. Eles foram impulsionados por diversos setores da sociedade civil, entre eles a Igreja Católica, representada pelos bispos, sacerdotes e, sobretudo o laicato católico, estudantes, profissionais liberais que promoveram ações educativas bastantes significativas na educação de jovens e adultos (FÁVERO, 2006).

---

<sup>22</sup> Paulo Freire nasceu em Recife, Estado de Pernambuco, no dia 19 de setembro de 1921. Ele aprendeu com seus pais a alargar o horizonte do diálogo com o mundo, com as pessoas e com Deus. Depois de obter duas formações em Direito e Serviço Social. Mais tarde, acabou sendo diretor do Departamento de Educação e Cultura de Pernambuco. De 1946 a 1954, trabalhou na Superintendência do Estado de Pernambuco. Ali, começou, aos poucos, a articulação do método que iria desenvolver a partir de 1961 no Movimento de Cultura Popular (MCP).

Brandão (2002) menciona que esses movimentos definiram os conceitos e princípios educativos com o povo, criando experiências políticas de expressão cultural com o propósito de obter transformações sociais e simbólicas que repercutissem na reorganização e mobilização dos grupos populares e no fortalecimento de seu poder de classe.

Dentre esses movimentos destaco o Movimento de Educação de Base, por entender que ele mantém uma relação direta com o meu estudo de pesquisa. Este movimento se colocou em prol dos dominados e vencidos. Segundo Wanderley (1984), o MEB foi criado pela Igreja Católica numa visão humana e apostólica do Episcopado Brasileiro, através da CNBB, e obteve efeitos significativos na própria Igreja e na realidade sócio- econômica- política- cultural, tendendo a colaborar no estabelecimento de uma contra - hegemonia, dirigida pelas classes subalternas que contribuíram para as reivindicações educativas populares no Brasil. Todavia, o MEB não nasceu para ser mais uma campanha contra o analfabetismo; ele surge para libertação de milhares de sujeitos como camponeses, operários e suas famílias, como uma educação de base, cujo propósito estava pautado em uma educação de cultura popular, onde desperta homens a encontrar soluções para os seus problemas e manter boas relações com o restante da sociedade.

Brandão (2002) menciona que, além do MEB resultar de um convênio da CNBB e o governo Federal, ele desenvolveu um trabalho junto às comunidades populares das áreas menos desenvolvidas do país e apresentou uma educação popular onde a ideia de cultura popular é determinante na própria experiência do movimento.

O projeto do MEB apresenta uma reorientação quando se pensa o desenvolvimento da comunidade em termos social e político. No desenvolvimento de comunidade, em termos sociais, são utilizados apenas programas tradicionais de desenvolvimentos das comunidades atrasadas com o analfabetismo responsável por essa situação, enquanto que o desenvolvimento político apresenta uma política como a prática da classe popular, com um conteúdo pedagógico de alfabetização e pós- alfabetização condizente a uma preparação para a melhoria de vida e o exercício da cidadania dos sujeitos (BRANDÃO, 2002).

Para Wanderley (1984) o MEB tinha como uma das suas principais ações educativas a criação das Escolas Radiofônicas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Muitas dessas atividades educativas eram realizadas com cunho de inserção de um programa amplo de educação popular, enquanto que outras experiências educativas propiciavam a instrução religiosa para a evangelização.

Aproveitando as redes de emissoras da Igreja Católica, o MEB lançou um programa de base através da Escola Radiofônica, onde mesmo baseadas na ideia provinda dos princípios

norteadores de uma equipe nacional, as equipes estaduais e locais possuíam razoável autonomia para desenvolver estratégias locais de operacionalidade e criatividade em suas escolas radiofônicas (BRANDÃO, 2002).

Deste ponto de vista, de acordo com Wanderley (1984), naquela época histórica surgiram propostas de alfabetização de grupos, instituições e da cultura popular. Essas propostas visavam a promoção humana, a criação de novas técnicas educativas, a alfabetização com conscientização, a educação ligada à vida social e os programas de politização, via rádio.

As escolas radiofônicas, por sua vez já haviam sido iniciadas no Brasil em 1958, após uma série de propostas ao longo de quase trinta anos e algumas experiências – como a de Jannuzzi, em Valença, no Rio de Janeiro, que, em 1950, organizou um curso de alfabetização de adultos pelo rádio, Ao que consta com sucesso. Indica-se como matriz principal a experiência de Mons. Salcedo, em Sustatzena que deu origem a Acción Cultural Popular (ACPO), na Colômbia, em 1947<sup>23</sup>. A criação do MEB, por iniciativa da CNBB, foi precedida de três experiências bastante próximas, a saber: do SIREMA do MEC; das escolas radiofônicas do SAR, da diocese de Natal, em convênio com o SIRENA e outro órgãos federais, principalmente do DNERu (FÁVERO, 2006, p. 03).

Diante disto, a proposta do MEB era intensificar as escolas radiofônicas com a existência das programações nas emissoras católicas já existentes e a criação de rádios para a operacionalização de escolas radiofônicas, bem como previa a melhoria do equipamento das emissoras em funcionamento, promovendo também, a partir das escolas, a organização de grupos e comunidades que seriam a base para as reformas na estrutura agrária do país.

Verifica-se que as campanhas de alfabetização de jovens e adultos na década de 60 são provindas de uma série de ações anteriores, as quais estão expressas na Campanha de Educação e Alfabetização de Adultos e na Campanha Nacional de Educação Rural, desenvolvidas em 1947 e posteriormente assumidas pela UNESCO. Além da experiência de rádio fusão educativa pelas Igrejas Católicas na Colômbia, através da Acción Cultural Popular e do Sistema Radioeducativo Nacional (SIRENA), organizado pelo Ministério da Educação, os esforços governamentais na área da saúde e as atividades do desenvolvimento comunitário em crescente organização e conscientização, podendo superar o tradicionalismo, uma negação ao capitalismo e a construção de uma nova sociedade (cooperativismo e o associacionismo).

---

<sup>23</sup> Em 1955, um frade Franciscano, frei Gil Bonfim, em articulação na *Revista Eclesiástica Brasileira*, estuda a viabilidade e conveniência da implantação de uma rede de emissoras católicas no Brasil, visando à catequese e à educação popular. Frei Bonfim inspirava-se na experiência da ACPO, criada por Mons. José Salcedo na Colômbia, em 1947. Tendo conseguido apoio governamental e cobertura da UNESCO, em 1955 a ACPO já tinha 7.500 escolas radiofônicas funcionando em 533 paróquias. E frei Bonfim procurava motivar a Igreja católica para algo semelhante no Brasil (FÁVERO, 2006, p. 35).

A partir dessas ações, a constituição no MEB não se reduziria a mais uma experiência de alfabetização de adultos. Pelo contrário, constituiu-se, no MEB, uma proposta de formação baseada na conscientização e politização, demarcada por uma prática educativa com cunho de uma educação popular nos sistemas educativos radiofônicos para a formação de líderes.

De acordo com a proposta inicial do MEB foram concretizadas, no início de 1961, duas experiências da igreja católica: as escolas radiofônicas do SAR- Serviço de Assistência Rural, estando à frente D. Eugênio Sales, da Arquidiocese de Natal, e o SIRESE- Sistema Rádio Educativo de Sergipe, que era coordenado por D. José Távora, na arquidiocese de Aracaju (FÁVERO, 2006).

A experiência do SAR destinava-se a uma ação educativa comunitária para o meio rural. O trabalho pedagógico estava articulado com os cursos de aperfeiçoamento, reunião com os professores, pais e alunos, visando melhorar o ensino e organizar um ensino religioso nas escolas, promover a criação de clubes agrícolas e integrar a escola no trabalho da comunidade que eram integrados junto às paróquias.

Vale mencionar, ainda, que um dos pontos fortes da organização das rádios pautava-se na formação dos grupos e líderes da comunidade apoiados pela Campanha Nacional de Educação Rural- CNER<sup>24</sup> e o Serviço Social Rural – SSR, que impulsionavam uma ação social nas comunidades.

O SIRESE foi um dos frutos concretos do 2º Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em Natal, em 1959. Este encontro propiciou o sistema de parcerias entre a educação rural católica e os órgãos de assistência social que atuavam nas áreas das emissoras, o que possibilitou a aprovação das aulas radiofônicas em diversos Estados Brasileiros, com o intuito de planejar o programa para o Nordeste, e a aprovação de diversos decretos de expansão dos programas educativos radiofônicos.

O seguinte relatório do MEB nacional apresenta o número de escolas radiofônicas no período de 1961 a 1966:

[..] O número de escolas radiofônicas que variou de 2.687, em Dezembro de 1961, ao máximo de 7.353, em Setembro de 1963. A ampliação do noticiário oficial a voz do Brasil de trinta para sessenta minutos, em meados de 1963, comprometeu o

---

<sup>24</sup> A CNER foi criada em 1952, ligada à CEAA e foi fruto remoto do seminário Interamericano de Educação de Adultos, realizado no Brasil em 1949 sob o patrocínio da UNESCO e da OEA, que gerou a experiência inicial de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, desenvolvida a partir de 1950. É fruto de uma série de reuniões que aconteceram no Ministério da Educação e Saúde, congregando especialistas de várias áreas profissionais, no início de 1951, com o objetivo de debater o problema das populações rurais e fazer um balanço do que estava sendo realizado nesse setor (FÁVERO, 2006, p.27).

melhor horário para as aulas e ocasionou uma queda brusca do número de escolas: 5.573 em dezembro de 1963. Em Março de 1964, no entanto, eram novamente 6.260 e, apesar de todas as crises, em dezembro de 1965 ainda existiam mais de 4.500 escolas radiofônicas (FÁVERO, 2006, p. 06).

De acordo com este enunciado, verifica-se que de 1961 a 1966 o número de escolas radiofônicas variou, devido alguns embates políticas internos entre os representantes de cada movimento e a opressão por parte do governo militar no período de 1964.

Evidenciando as experiências do SAR e do SIRESE: a experiência do SAR, no Rio Grande do Norte, em Natal, deu base para a constituição organizativa de uma educação destinada aos jovens e adultos via rádio, em Bragança, pois:

O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança teve sua origem em 27 de Janeiro de 1958, quando os padres da Prelazia do Guamá, numa reunião plenária em que examinaram os vários aspectos do assunto, aprovaram por unanimidade a organização do Sistema. Naquela oportunidade foi escolhido o Pe. Miguel M. Giambelli para coordenar todas as iniciativas necessárias à realização do empreendimento. Cada paróquia da prelazia se prontificou a dar uma parte de suas economias para possibilitar a aquisição do equipamento da Rádio Educadora e dos primeiros 150 receptores cativos, destinados às escolas radiofônicas. Para conhecer melhor seu novo compromisso, o Pe. Giambelli realizou vários estágios, entre os quais merece um destaque especial o de Natal (RN), onde teve oportunidade para estudar - in loco - a eficiente organização das rádios-escola do então cônego Eugênio Sales. No dia 17 de Setembro de 1960, o Pe. Giambelli compõe a primeira Equipe Central do SERB, a qual se dedicou a organizar cursos para monitores nas várias paróquias da Prelazia (TELE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, s/ano, p. 03).

De acordo com essa citação, observa-se que o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança também foi criado pela Igreja Católica, sendo mantido inicialmente com recursos das paróquias que faziam parte da prelazia do Guamá, estando à frente o Padre Miguel M. Giambelli, a quem coube implantar a Rádio Educadora de Bragança e de organizar o Sistema Radiofônico:

No período de 21.02.1961 a 23.02.1961- Após ter organizado a primeira equipe do SERB Pe. Miguel realiza o primeiro treinamento de monitores das escolas radiofônicas na cidade de Irituia, seguindo durante 02 meses, por outros treinamentos em todas as sedes paroquiais (ANUÁRIO DA DIOCESE DE BRAGANÇA – PA, 1990, p. 61).

A organização do Sistema Educativo Radiofônico iniciava-se pela formação e treinamentos dos monitores. Os monitores eram sujeitos que transformavam uma série de programas educativos pelo rádio em uma escola radiofônica. Estes monitores mantinham um contato permanente com os alunos, contato impossível para o professor locutor. Os monitores eram da comunidade e exerciam um papel de liderança junto aos alunos. Além disso, as equipes locais passavam por um treinamento que antecedia a formação das escolas

radiofônicas. As equipes dialogavam na sistematização de trocas de experiências entre as escolas radiofônicas no Brasil (FÁVERO, 2006).

Verifica-se que antes da aula inaugural do SERB, foram realizados treinamentos para os monitores que iriam atuar na mobilização das escolas radiofônicas. Nesta análise, como já foi dito, a proposta inicial do Sistema estava baseada nos recursos financeiros de cada paróquia pertencente à prelazia do Guamá, sendo esta prelazia composta por vários municípios do Pará.

A cidade de Bragança é a sede central da prelazia do Guamá, confiada pela Santa Sé aos cuidados das pastorais da ordem dos Padres Barnabitas. Dez são os municípios que pertencem à prelazia do Guamá, e que constituem a região onde o SERB desenvolve suas atividades: Bragança, Vizeu, Augusto Corrêa, Ourém, Capitão Poço, Irituia, São Miguel do Guamá, Bonito, São Domingos do Capim e Paragominas (TELE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, s/ano. p. 04).

Nesta relação de trabalhos em prol da alfabetização de jovens e adultos, a prelazia do Guamá tinha, também, por objetivo diminuir o índice de analfabetos nestes municípios, o que impulsionou,

O nosso prelado, Dom Eliseu Maria Corolli, em 21 de Março de 1961, juntamente com Dom José Távora de Aracajú, Dom Eugênio Sales – de Natal – e Dom Alberto Ramos – de Belém -, participa da assinatura do Decreto nº 50.370, baixado pelo presidente Jânio Quadros, que cria o Movimento de Educação de Base – MEB. Dom Eliseu lá esteve representando o SERB que naquela época era o sistema pioneiro de toda a Amazônia Legal atuando em tele educação (TELE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, s/ano, p. 04).

Conforme a citação, a participação de Dom Eliseu na assinatura do decreto 50.370 afirma o apoio de vários ministérios, órgãos federais e estaduais, mediante convênio com a CNBB, especialmente o Ministério da Educação, para o financiamento do programa, cessão de funcionários e cooperação dos trabalhos, principalmente em relação ao treinamento de pessoal e à elaboração dos programas radiofônicos. Além dos investimentos do Ministério de Obras públicas, que era responsável pela concessão dos canais de radiodifusão com o intuito de acelerar a criação ou expansão das emissoras católicas, impulsionava-se uma organização sistemática de diversas ações da alfabetização de jovens e adultos no município.

Mediante a assinatura deste decreto, ocorre a realização da primeira aula radiofônica:

A primeira aula radiofônica ocorreu no dia 17 de Abril de 1961 voltados para 1.508 alunos, distribuídos em 107 rádios-postos. (...) No início de 1962, o SERB começou a receber ajuda do MEB, sobretudo com receptores cativos Philips, que nos permitiram ampliar nossa rede de escolas radiofônicas, tanto que, naquele ano, chegamos a ter 362 rádios-postos, com 6200 alunos (TELE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, s/ano, p.04).

Dessa forma, o MEB proporcionou a expansão dos rádios-postos com o aumento do número de alunos, o treinamento das equipes participantes desse sistema e a assinatura de convênios firmados com empresas,

Em 1961- as escolas radiofônicas foram 108 com 1508 alunos. Em 1962, os alunos forma 6.200. Em 1963, atendendo ao pedido insistente dos interessados, foram organizadas escolas radiofônicas, também, em várias paróquias da Arquidiocese de Belém, chegando a 10.580 alunos. Nos anos seguintes oscilou entre 7 e 8 mil alunos, todos eles com mais de 15 anos de idade (ANUÁRIO DA DIOCESE DE BRAGANÇA – PA, 1990, p. 61-62).

Tendo em vista o aumento do número de escolas radiofônicas entre os municípios, o sistema educativo radiofônico chega à Arquidiocese de Belém, o que demonstra o porquê do sistema ser pioneiro em tele-educação na Amazônia com uma proposta de alfabetização de jovens e adultos para diversas comunidades.

A ampliação ou expansão das emissoras católicas mediavam a implantação dos sistemas radioeducativos, inclusive no município de Bragança, onde funcionava a Rádio Educadora de Bragança (REB) e o SERB. Na fotografia abaixo, encontrada na secretaria do sistema, visualiza-se o antigo prédio da Rádio Educadora:



**Figura 13:** Prédio da rádio Educadora onde funcionou até 1990.

**Fonte:** Anuário da Diocese (1990, p. 65).

O prédio da Rádio Educadora “*A Voz Católica da Família Paraense*” foi inaugurado no dia 12.11.1960 e funcionou por 30 anos, na Av. Barão do Rio Branco, hoje Avenida Nazeazeno Ferreira, no Bairro do Centro de Bragança. É pertinente compreender a origem da rádio, pois o sistema é uma das colunas mestres da Rádio Educadora de Bragança (REB).

As ações educativas do MEB nacional eram realizadas com objetivos de redefinir as suas próprias ações e nortear as linhas de trabalhos dos MEB’s Estaduais e Municipais.

Em 1962, o primeiro Encontro Nacional de Coordenadores em Recife tinha como pauta a fundamentação, revisão e planejamento das ações que estavam sendo desenvolvidas pelas equipes do MEB (FÁVERO, 2006).

Cada formação compreendia uma temática nacional. Durante a formação os grupos criavam suas propostas, discutiam em assembleia e posteriormente, em círculos de cultura, sistematizavam suas ações para redefinições em cada movimento de educação de base. Cada grupo trazia um representante, o qual socializava as experiências vivenciadas no sistema. Neste encontro foram abordados três temas:<sup>25</sup> a realidade brasileira, a educação na perspectiva da consciência histórica e o processo de conscientização (politização).

A primeira proposta de trabalho do MEB nacional tinha como ponto de partida a construção de um processo dialético referente à estrutura brasileira. Essa estrutura estava baseada em mapear os polos de dominação da burguesia latifundiária, comercial, industrial, bancária, financeira e de outros poderes que mantinham o controle de manipulação do mercado e salários – exerciam de certa forma a dominação da classe média proletarizada, inclusive os estudantes. Essa interpretação da estrutura brasileira tem relação direta com o marxismo e a Teologia da Libertação. Ambos propõem a análise socioanalítica, sobre as diferentes formas de dominação ao povo oprimido.

A organização do Estado criando fórmulas jurídicas de apoio à classe dominante, o poder político atrelado ao econômico e respaldado pelo poder militar e o controle de opiniões públicas em meio à divulgação eram instrumentos de forças e manobras de manipulação dos grupos dominados. Pois, nos grupos vistos como dominados, expandiam-se uma tomada de consciências ou de conscientização dos polos de dominação. Compreendendo essa relação problematizava-se, no encontro de coordenadores, que a atuação do MEB nacional não deveria ser uma ação de acomodação para o mulheres e homens do meio rural, mas de desenvolver uma consciência crítica deste sujeito enquanto sinônimo de existência da sua própria transformação social (FREIRE, 1987).

No segundo tema, a educação, na perspectiva da consciência histórica, não deveria se restringir à confessionalidade do MEB e à ideologia que viesse reunir os fundamentos do trabalho da educação popular, não poderia ser formulada apenas de elementos de revelação, respeitando as opções religiosas, deveria ser fruto de uma ação pluralista, seguido também de

---

<sup>25</sup> Ficaram responsáveis pelos primeiros dois temas: Luís W. Wanderley e Luís Alberto Gómez de Sousa, respectivamente. O terceiro tema ficou sob a responsabilidade de Luís Sávio de Almeida, ligado ao MEB Natal.



que o homem na história introduz uma consciência histórica, ou seja, uma compreensão do seu tempo, da sua realidade, que possibilita a transformação do seu espaço.

Entender a realidade brasileira, verificar a alienação do trabalho, da cultura, da educação do homem, e a luta pela conscientização histórica deste homem, pressupõem:

Processo de socialização crescente; passagem da sociedade do capital para uma sociedade do trabalho; presença da história como dimensão fundamental da realidade; possibilidade da ciência e da técnica darem ao homem maior domínio sobre a natureza, eliminando gradualmente as tarefas mais penosas; existência dos problemas na escala planetária e início dos tempos interplanetários (FÁVERO, 2006, p. 76).

A essas características deveriam ser acrescentadas, ainda, a libertação dos povos colonizados, a eliminação do subdesenvolvimento e a ascensão das classes populares.

No terceiro tema, o processo de conscientização, Fávero (2006) menciona que o processo de conscientização estava pautado em uma ação política via rádio. A conscientização era vista como politização para alguns sistemas como a experiência de Natal, que mais tarde passa a constituir com maior ênfase uma organização dos grupos populares que vão desencadear na consciência crítica do povo.

Para Freire (1987), quando a educação popular utiliza a conscientização enquanto um processo educativo, permite ao homem a valorização da sua existência histórica e, conseqüentemente, oportuniza-o a interpretar-criticar a realidade. Isso deveria ser efetuado sempre pelo diálogo e pela reflexão, que oportuniza a prática refletida do movimento.

Diante dessas afirmações sobre o MEB, verifica-se que os temas discutidos nesses encontros estavam pautados na transformação da realidade brasileira, na conscientização do homem a respeito de sua realidade, mais precisamente na mudança das estruturas arcaicas de forma de dominação. Isso influenciava uma série de redefinições no movimento, que propiciava a busca pela libertação do homem brasileiro. Além do que, os encontros eram verdadeiras trocas de experiências entre os participantes, possibilitando a redefinição ideológica do movimento, entendida também como valorização da cultura popular.

Outra lógica importante do MEB e que faz parte de um dos princípios da Teologia da Libertação é uma educação de base que leva o sujeito a se conscientizar dos seus atos. Isso implica na existência do seu ser e tem como base os processos de humanização com dignidade, por isso a base de se humanizar antes de compreender as diferentes formas de contradições na sociedade (FREIRE, 1987).

Para Freire (1987), a educação de base é aquela que se preocupa com o ser humano. Por meio da conscientização é que se possibilita o direito à vida, suas criações, como meio de

efetuar suas ações do que pode vir a ser, por isso na educação com conscientização o homem realiza a sua ação para a dignidade da vida.

Compreendendo várias ações culturais. Estas ações estavam voltadas à valorização da cultura popular. Segundo Fávero (2006), no MEB houve uma elevação da cultura popular<sup>26</sup>. Essas ações eram bases do movimento expressas na valorização da tradição do povo, no folclore, em contato direto com a população rural, assim a cultura do povo deveria ser entendida como a formação de um pensamento local, nacional e internacional, dialogando, ainda, com os interesses estruturais que subsidiem as mudanças nas suas relações sociais (meio rural). Diante disto, o termo cultura passa a ser substituído para atender as condições atuais do mundo, o que está sendo realizado como educação de base. Logo, a cultura e a cultura popular são os pilares desse movimento da alfabetização dos jovens e adultos.

Esta valorização da cultura popular está presente no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. No ofício nº 17/63, o diretor do MEB, Sr. Heraldo Maués, no dia 19. 11. 1963, anuncia ao Exmo. Prefeito, Sr. Dr. Jorge Daniel de Sousa Ramos, que:

I- O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, participará de 9 a 22 de Dezembro do corrente ano, de um curso de supervisores de Escolas Radiofônicas da Amazônia, à realizar-se em Manaus. II- Solicitar de V. S. a fineza de ceder algum material sobre folclore (cultura popular), originário do Município/ de Bragança, que possa ser cedido pela Prefeitura, a fim de integrar a exposição de cultura popular, que será organizada em Manaus, a quando da realização do curso. III- Uma mensagem dirigida aos participantes do curso, que certamente contribuirá/ para projetar o nome de Bragança na Amazônia, mui especialmente na capital do visinho Estado do Amazonas.

Observa-se nesta informação que as discussões acerca da cultura popular, orientadas pelas outras experiências do Brasil, não estavam alheias no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, pois a participação nos cursos dos seus supervisores tinha um caráter de formação expresso pelo viés da cultura popular. Por isso, o SERB de Bragança remete à intencionalidade de que essa prática se constitui no Movimento de Educação de Base- MEB, o qual faz parte de uma educação popular, onde:

Não foi uma experiência única. Não algo realizado como um acontecimento situado e datado [...] a um vínculo entre a ação cultural e a prática política. A educação popular foi e prossegue sendo a sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são restabelecidos em diferentes momentos da história [...] através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos não como beneficiários tardios de um “serviço”, mas como

<sup>26</sup> Segundo Vaz (1968) apud Fávero (2006, p. 84), cultura é o processo histórico (e, portanto da natureza dialética) pelo qual o homem em relação ativa (conhecimento e ação), com o mundo e com os outros homens, transforma a natureza a si mesmo, constituindo um mundo qualitativamente novo de significações, valores e obras humanas, e realizando como homem neste mundo humano.

protagonistas emergentes de um “processo” (BRANDÃO, 2002, p. 141).

Corroborando com esta análise, a cultura popular faz parte de um movimento que se estabelece pela ação cultural e política voltada para a ascensão do povo, historicamente excluído como protagonista de seus direitos e deveres, tendo como princípio uma concepção de educação emancipatória.

No segundo Encontro Nacional de Coordenadores, realizado em janeiro de 1964, foram revistas todas as ações anteriores sobre conscientização, treinamentos e cultura que iriam impulsionar o fio condutor das novas ações do movimento, com uma perspectiva de criar um projeto político mais amplo, uma vez que o processo de implantação em relação ao movimento já estava legitimado. O golpe militar de 31 de Março, não só cortou essa perspectiva política do movimento, como também manteve o controle ideológico sobre o MEB<sup>27</sup>.

Para Wanderley (1987), os movimentos criados pós- 64 incorporaram métodos e técnicas pedagógicas, gestados e usados pelo Estado, com um caráter despolitizado e desvinculado da história das classes populares e da estrutura social, transformando-os em instrumentos acobertadores e conservadores.

Em meio a tantas dificuldades encontradas nas linhas de trabalho do MEB, no período de 1965 a 1966, ocorreu uma mudança na ideologia de conscientização no movimento, pois

É incontestável que o problema da “Conscientização”, se colocou, inicialmente, num terreno pedagógico, e apareceu intimamente ligado com o conceito de “educação de base”. No momento em que se propõe levar a uma comunidade de homens certa soma de conhecimento e suscitar em seus membros certas formas de comportamento que lhe permitem romper o círculo de uma situação considerada como infra- humana ou marginalizada, é claro que se irá introduzir uma modificação mais ou menos profunda na consciência dinâmica, seu nível de aspirações se elevará, ela assumirá uma atitude crítica com relação a situação que, até então, lhe pareciam fruto de uma fatalidade da natureza. Nesse sentido se diz – e eis aqui a acepção original do termo – “que a comunidade se conscientiza”. É importante observar que não é qualquer tipo de educação que desencadeia o processo de conscientização mas, precisamente, uma educação de base, que ponha em questão a situação global da comunidade (de seus estilos de vida, sua atitude diante dos desafios que lhe oferecem, em uma palavra, sua consciência” (VAZ, 1968 apud FÁVERO, 2006, p. 100).

---

<sup>27</sup> De todas as experiências citadas, o MEB foi à única que logrou intensa penetração no meio rural, inclusive dando apoio decisivo a sindicalização rural, principalmente no início dos anos de 1960. E foi o único movimento que sobreviveu ao golpe militar de 1964 e à repressão dos anos seguintes, devido exclusivamente ao fato de ser um movimento da igreja (FÁVERO, 2006, p. 04).

A citação acima demonstra que não é qualquer educação que se constitui com os princípios de uma educação de base, para e com o sujeito oprimido, pois construir uma educação que priorize a cultura popular do sujeito é propiciar a elevação de criticidade deste sujeito em seu lugar. E isso compõe os princípios do educador Paulo Freire no Brasil, na década de 60.

Dando ênfase ao campo da alfabetização dos jovens e adultos, a proposta baseada em Paulo Freire, presente no MEB, não se tratava de:

Apenas levar ao adulto marginalizado uma técnica nova e superior de comunicação (leitura e escrita). Tratava-se, na verdade, de fazê-lo passar a uma nova consciência da sua situação e possibilidade de liberta-se dela (FREIRE, 1987, p. 15).

Com base nestas duas citações verifica-se que o termo conscientização nasceu como uma perspectiva pedagógica em um terreno de conflito ideológico que se encaminhou para um terreno político. Essa conscientização redimensiona uma visão de mundo de maneira crítica e de superação existencial do sujeito, de uma consciência não pensada de maneira isolada, mas de uma integração à comunidade. Enfim, uma “conscientização” ligada diretamente à educação como processo global de transformação social da comunidade, onde tenha participação consciente de todo o povo.

Toda a discussão acerca dessa conscientização não era bem aceita pelos bispos da doutrina social da igreja tradicional, pois estes acreditavam que essa posição ideológica do MEB era revolucionária ou reformista como menciona Vaz (1968), reformista no sentido de que o proletariado iria obter uma verdadeira consciência, a ponto de perceber as represálias ideológicas da classe dominante.

Sobre a concepção conscientizadora, esta

Passa pela interpretação da consciência histórica onde encontra suas raízes na noção de pessoa, (como sujeito consciente de si), de mundo (como realidade destacada), do outro, (como outra consciência), das circunstâncias em que se encontram as consciências em um mundo mediatizador. Esta concepção no interior da JUC e do MEB teve como um de seus ideólogos básicos o Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J, que incentivava superar interpretações idealistas e marxistas de consciência (WANDERLEY, 1987, p. 115).

A noção de consciência estaria atrelada a uma concepção da noção de pessoa, consciente de si e de seu mundo, como instrumento de liberdade, importante na tomada de consciência da realidade dessas classes populares.

Todas essas tensões no período de 1964 fizeram com que diversas mudanças ocorressem no MEB, entre elas uma nova eleição da diretoria da Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Dezembro de 1963, que significou o rompimento dos grupos aliados aos agentes do MEB que desenvolviam seus trabalhos na sindicalização rural e do outro grupo que atuava na linha clerical.

Sobre o livro didático “Viver é Lutar”, houve um rompimento que marcou um recuo ideológico da própria diretoria executiva do MEB nacional porque foi alvo de críticas pelos bispos que mencionavam que o livro apontava ideologias comunistas.

Na apreensão do livro *Viver é lutar*, os bispos enfrentaram a onda de acusações defendendo a necessidade de uma linguagem mais forte, porque o problema era profundo e o povo não aceitava mais meias-palavras; ao mesmo tempo, enfraqueceram esse argumento colocando o livro de leitura como apenas um instrumento, pertencente a um conjunto didático que compreendia outros folhetos, principalmente aquele que explicitava a mensagem religiosa do MEB (FÁVERO, 2006, p. 113).

Para Wanderley (1987), o livro “Viver é lutar” representava um instrumento de alfabetização de jovens e adultos. O livro tinha por objetivo contribuir para que homens e mulheres refletissem sobre o mundo, as relações entre os homens e a sociedade brasileira. A partir de 1964 essa mudança ideológica do MEB, inclusive no material didático do livro “Viver é Lutar”, foi baseada nas mudanças internas com o enquadramento do MEB na estrutura tradicional da Igreja, que redefiniu e reestruturou a proposta de alfabetização dos jovens e adultos, com a entrada de um novo Conselho Diretor Nacional (CDN) tendo a frente o monsenhor Tapajós, um dos membros da CNBB com um pensamento bastante conservador, que ficou sendo responsável pelas diretrizes de funcionamentos do MEB<sup>28</sup>. O movimento passou a ter um caráter de entidade católica, de finalidade social e educativa, que mudou, inclusive, o conceito de conscientização:

Da fé em Deus criador; de ser o homem um valor em si mesmo; de que todos os homens têm o mesmo valor, de que cada homem tem o direito e o dever de empenhar-se na aquisição de condições de vida que lhe permitam realizar-se dignamente; de que cada homem deve ajudar seu semelhante; de que o homem é ser social; de sua promoção realizar-se em atividades comunitárias, de que a integração do indivíduo na comunidade deveria realizar-se através de opções livres (FÁVERO, 2006, p.114).

As novas diretrizes do MEB no governo ditatorial de 1965 em diante, estabelecem as diferentes áreas de atuação da Igreja, como a elaboração do Plano de Ação Pastoral da CNBB que se expande no período 1966 a 1970. Verifica-se que o MEB passa a ter novos objetivos.

---

<sup>28</sup> A maior parte do texto das diretrizes é dedicada, todavia, à organização interna do MEB. Fixa uma estrutura em duas linhas: uma da hierarquia, outra do laicato, recomenda que as relações mútuas estejam estabelecidas em termos de colaboração com os bispos diocesano, das equipes estaduais com os conselhos diretores estaduais, criados naquela ocasião, e da comissão executiva nacional (antigo secretariado nacional) com o CDN, e descreve minuciosamente as atribuições específicas de cada um desses órgãos, cargos e funções previstos.

Os fins do MEB passavam a ser, em primeiro lugar, a evangelização, depois a alfabetização, a catequese e a formação religiosa, a transmissão de conhecimentos gerais referentes à higiene, o associativismo e a agricultura. Neste sentido, as diretrizes do MEB passam a ser diocesanas, ou seja, o poder total dos bispos diocesanos sobre as equipes locais e as atividades do MEB na área dessa jurisdição.

Segundo Fávero (2006), as relações entre a Igreja e o Estado estavam bastante limitadas devido a diversas crises como, por exemplo, a redução de recursos financeiros para a manutenção das atividades do MEB.

Segundo De Kadt (1970) apud Fávero (2006), a linha de trabalho dos coordenadores do sistema da Amazônia (Norte) se diferenciava dos sistemas do Nordeste, Minas Gerais e Goiás, isso porque,

Os últimos trabalhavam em áreas nas quais a exploração dos camponeses e trabalhadores rurais, era muito mais severa e o conflito social muito mais aberto; em consequência, haviam “se lançado de corpo e alma de uma perspectiva revolucionária (De KADT, 1970 apud FÁVERO, 2006, p. 220).

Verifica-se que as experiências dos sistemas da região do Nordeste, Minas Gerais e Goiás se diferenciavam porque eram os que menos desejavam compromissos e concessões com as autoridades civis e militares e os que mais temiam os efeitos da diocesanização, por isso, foram inflexíveis quanto ao novo MEB nacional.

A experiência da Amazônia era mais nova, constituía-se basicamente de sistemas radiofônicos isolados, abrindo-se para o conservador desenvolvimento de comunidades. Em alguns casos, as escolas radiofônicas vinham a ser mais uma atividade no elenco das já existentes. Trabalhavam em áreas muito mais vastas, onde o conflito era apenas latente, e dependiam muito mais do bispo e do prelado locais, alguns deles com vínculos bastante fortes na Amazônia com organizações europeias (como o caso do Tefé, que com o auxílio das organizações católicas holandesas, tinha uma emissora potente e bem equipada, barcos a motor para supervisão etc.) (Idem, p. 220).

Tendo clareza das experiências vivenciadas pelas orientações do movimento nacional do MEB, é evidente que o núcleo ideológico do MEB, entre os quais os coordenadores e as equipes mais representativas, mantinham um consenso. Compreendia-se que o núcleo ideológico variava de sistema para sistema, não só em função das equipes locais, mas também dos conflitos sociais de radicalização das áreas. Dessa forma, existiam diferentes níveis de consciência de cada equipe que estava à frente dos treinamentos e encontros.

Observando essa leitura, acredito que por mais que se tenha um MEB nacional, com seus agentes, cada sistema varia na sua organização, princípios educativos e metodologias de alfabetização. Assim, o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, por fazer parte dos sistemas da Amazônia, acompanhou a política de alfabetização iniciada desde 1961, pois os

documentos explorados no texto demonstram a implantação deste sistema, neste período, baseado nas experiências das escolas radiofônicas pioneiras existentes no Brasil, como a do SAR, em Natal.

Outro ponto que precisa ser discutido são os princípios educativos do MEB em Bragança. É importante saber se a sistematização da rádio estava pautada na ideologia do livro “Viver é lutar”, se o trabalho realizado pela rádio tinha como fio condutor a formação crítica de homens e mulheres e a valorização da cultura popular ou se estava baseada somente nos aspectos diocesanos, tendo como pano de fundo a evangelização dos alunos. Estas são questões que intencionamos abarcar na escrita deste trabalho.

No quarto encontro de coordenadores no Rio de Janeiro, em 1966, muitos dos movimentos já tinham dado por encerradas suas atividades a partir do 2º semestre. Isso porque os recursos que estavam sendo direcionados para a continuação do trabalho não haviam sido repassados conforme a solicitação do MEB para a União. Assim iniciou a crise dos agentes pertencentes aos sistemas educativos, que impulsionavam uma linha de trabalho emancipatória e não queriam aceitar a perda do compromisso estabelecido com as classes populares, embora já se tivesse estabelecido o recuo político ideológico do MEB. Houve muitas demissões e problemas pessoais e políticos dos sujeitos que faziam parte do MEB e estavam nos sistemas. Do ponto de vista dos sistemas da região Norte:

Em muitos sistemas, no entanto, principalmente na Amazônia, não se pode falar de “recuo ideológico”. Muitas equipes continuaram a desenvolver a sua ação educativa com sempre tinham desenvolvido, provavelmente até de modo adequado às necessidades de suas respectivas áreas de atuação e ao nível e conflito social existentes nessas áreas (FÁVERO, 2006, p. 126).

Diante desta afirmação, verifica-se que, de fato, alguns sistemas continuaram funcionando na Amazônia, entre eles o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança:

[...] Em Janeiro de 1965 o padre Miguel deixa a direção executiva do SERB- embora permanecendo membro jurídico para se transferir a Belém como vigário a Basílica de Nazaré, onde permaneceu durante até o dia 19 de Abril de 1971, data em que reassumiu o executivo da residência do SERB. Foi durante os referidos seis anos que na equipe do MEB Nacional ingressaram elementos com ideologias contrárias de princípios que sempre nortearam o SERB. A divergência ideológica se deu a tal ponto que o nosso Bispo D. Eliseu, em data 19.03.1970, desligava oficialmente o MEB do SERB, “pelo tempo em que continuaria, a atual equipe nacional” [...] (TELE EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA, s/ano, p.04).

O controle ideológico e também administrativo-financeiro das equipes locais por parte dos bispos diocesanos e as concessões feitas pela CNBB durante os entendimentos com o Governo Federal, significaram, de fato, um grande recuo numa experiência duramente construída.

O MEB não foi somente um movimento de alfabetização para o povo, e sim, com o povo, onde almejava refletir seus problemas, seus valores, direitos e deveres estabelecidos de fato para o desenvolvimento dos sujeitos da educação de jovens e adultos, mediante a conscientização crítica das suas realidades. Além do que, a prática educativa do MEB não mascarava a teoria e era visto como um modelo pedagógico (FÁVERO, 2006).

Parafraseando Brandão (2002), o MEB concentrou o seu trabalho em grupos locais de organização e mobilização popular, em que difundiu a consciência de que este movimento precisaria deixar de agir sobre o povo para agir através dele no sentido de um projeto de transformação social como campo de fortalecimento do poder popular e a luta de um projeto popular para a libertação.

Outra lógica que precisa ser considerada é a de que dependendo de quem estava à frente da implantação dos sistemas educativos radiofônicos, seja um grupo conservador da Igreja, que trabalha na perspectiva da evangelização, ou um grupo apoiado nos princípios da consciência histórica (Freireana), estes visualizavam uma revolução ou reforma nas estruturas sociais, principalmente no desenvolvimento humano e agrário. Essas concepções de educação podiam ser encontradas nos sistemas educativos radiofônicos que variavam de Estado para Estado. Se existem contradições entre as duas linhas de trabalhos no MEB e em seus sistemas educativos, também, a meu ver, existem duas práticas educativas que foram desenvolvidas neste período, com objetivos diferenciados.

Nesta seção foi apresentada a implantação e também o desenvolvimento do MEB e suas ações, como a criação dos sistemas educativos radiofônicos, na maioria dos estados brasileiros, e sua concepção de educação, pautada na conscientização e na valorização da cultura popular. Enfim, ações que criaram um projeto emancipador com as classes populares, de libertação dos dominados e de reforma agrária.

Verificou-se também que o recuo ideológico da concepção de educação do MEB ocorreu com a consolidação da ditadura militar no Brasil no período de 1964. Isso implica diversos conflitos, mudanças dos grupos que estavam à frente dos sistemas educativos radiofônicos e, conseqüentemente, a concepção de educação pelo viés da evangelização.

Para que seja visualizada a proposta educativa presente no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, apresenta-se a sua relação com o Movimento de Educação de Base de Bragança, bem como a conjuntura histórica da época de 1960 a 1970, e a sua relação com outros sistemas educativos radiofônicos brasileiros da região Nordeste.



### **3.0 SISTEMA EDUCATIVO RADIOFÔNICO DE BRAGANÇA E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AMAZÔNIA BRAGANTINA**

Considerando as dimensões totais do homem, entende-se como Educação de Base o processo de autoconscientização das massas para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de libertação, integrados em uma autêntica cultura popular, que leve a uma ação transformadora. Concomitante, propiciar todos os elementos necessários para participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo o povo brasileiro (MEB NACIONAL – RELATÓRIO DO I ENCONTRO DE COORDENADORES, RECIFE, 1962 APUD WANDERLEY, 1984, P. 99).

A transcrição que abre este capítulo é retirada do relatório do I Encontro de Coordenadores do Movimento de Educação de Base, realizado em Recife, em 1962. Segundo esse documento, a Educação de Base tem como objetivo a libertação da população por meio da conscientização. Essa conscientização, realizada por meio da cultura popular, valoriza o homem e sua realidade social.

Nesse documento é perceptível o conflito entre o MEB/Nacional, constituído pelo grupo progressista da Igreja Católica, e o grupo conservador da Igreja Católica. A educação de jovens e adultos, propalada pelo grupo conservador, estava baseada no processo de evangelização, que difundia, por meio dos sistemas radioeducativos, uma educação pautada na evangelização, sem busca da transformação social da realidade; enquanto que o grupo progressista da Igreja Católica defendia uma educação política e crítica para os jovens e adultos, por meio da qual compreendessem os seus direitos e deveres sociais, bem como se libertassem de uma sociedade de opressão. Em Bragança-Pará, em 1963, inicia-se este processo de uma educação progressista, no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança (SERB), com a entrada dos leigos. Isso será abarcado nas próximas páginas desta seção.

Na segunda seção apresentei a concepção do MEB/ Nacional e a implantação do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança até o momento em que acontece a primeira aula radiofônica desse sistema. Nesta seção serão apresentados os saberes que emergem da prática educativa desenvolvida pelo SERB, destinados aos jovens e adultos que compunham a Prelazia do Guamá.

Os responsáveis pelo Sistema Educativo de Bragança, no período de 1960 a 1963, foram os padres da Congregação dos Barnabitas, que instituíram uma educação pelo viés da evangelização aos jovens e adultos. Em contrapartida, existia no Movimento de Educação de Base uma filosofia de trabalho que não se reduzia a alfabetização de jovens e adultos por meio da evangelização, pois sua linha estava baseada em uma política de ensino libertador.

A relação entre a Congregação Barnabítica e o MEB/Bragança ocorreu por meio de

inúmeros conflitos, na década de 60 a 70 do século XX, pois o movimento político da época de repressão por parte da ditadura militar e as forças repressoras da ala conservadora da Igreja Católica inibiram a propagação do movimento político de uma educação de jovens e adultos voltada à formação de uma consciência crítica que respeitava a construção do conhecimento dos educandos.

Para demonstrar a prática educativa deste sistema trago a relação do MEB/ Nacional com o MEB/Bragança, onde se visualiza até que ponto o MEB/Bragança conseguiu ou não educar os jovens e adultos com base em uma educação progressista orientada pelo MEB Nacional. Portanto, há de se visualizar os limites, avanços, estratégias e as características próprias que o SERB de Bragança utilizou para materializar essa educação e seus saberes, por meio da prática educativa.

Diante disso, apresenta-se a prática educativa do SERB em torno da organização do Prelado, dos papéis dos monitores, professores e alunos, da conjuntura histórica nacional que perpassa neste movimento e seu reflexo na concepção de educação deste sistema de ensino, bem como os conflitos ideológicos presentes entre o Prelado e o MEB/Bragança.

Para que seja visualizada a prática do SERB é preciso entender que os sistemas educativos radiofônicos do Brasil não surgem na década de 1960. Existem ações anteriores que se ramificam para a implosão dos sistemas radioeducativos e suas propostas educativas.

### **3.1 O sistema radioeducativo no Brasil e sua repercussão na década de 1960**

O sistema educativo radiofônico no Brasil também se confunde com a radiodifusão brasileira. A primeira emissora, funcionando de forma precária em solo brasileiro, foi implantada em 1922, quando as rádios foram consideradas explicitamente educativas. Nesta fase a educação via rádio estava preocupada em discutir assuntos sobre higiene e saúde.

No Brasil, temas sobre a higienização eram frequentemente trabalhados nas escolas no período compreendido entre 1920 e 1937. Para manter a saúde era necessário saber cuidar do corpo. Isso se deve à proliferação de doenças que assolava o país de norte a sul neste período histórico. Os discursos sobre higienização nas escolas chegam também aos sistemas radioeducativos. Por meio desses sistemas tematiza-se diversas intervenções sobre os hábitos de cuidar, proteger e higienizar a infância, tarefa assumida com vistas à inserção do território nacional no processo de saneamento sanitário e social (PAIVA, 2003).

De acordo com Paiva (2003), a eugenia introduzida no Brasil nos anos 20, do século XX, orientava as aulas radiofônicas para um tema social que ultrapassava a noção de

habilidades sobre a leitura e a escrita. Por exemplo uma delas, relacionava-se a saúde, as doenças; o cuidado com a água, a questão da limpeza, da higiene, essas eram as temáticas discutidas dentro e fora da escolas radiofônicas.

Para Fávero (2006), em 1933 surge a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, desenvolvida por Roquette Pinto e Henrique Morise. Estes investiram no campo radioeducativo e cultural com objetivo de resolver os problemas da sociedade. Roque Pinto, profundamente idealista, previa uma rádio escola na capital de cada Estado, com uma rádio escola municipal e destinada ao povo. Propunha, ainda, uma educação para os pobres.

Em 1934, no âmbito da reforma do ensino do Distrito Federal, elaborada por Fernando de Azevedo e implantada por Anísio Teixeira, foi criada a primeira rádio escola municipal dirigida por Roquette Pinto. Esse foi o primeiro passo dado pelo poder público em prol da rádio como fator educativo popular (FÁVERO, 2006).

Roquette Pinto, pressionado pelo governo para ampliar o potencial da rádio e adquirir uma estação mais potente, transfere a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1937, para o Ministério da Educação e Saúde, originando a Rádio Ministério da Educação, que possibilitou promover uma criação do Serviço de Rádio Difusão Educativa (SER), cujo propósito era promover permanentemente a difusão de programas educativos (FÁVERO, 2006).

É importante mencionar que, desde 1931, ocorria a presença do Ministério da Educação e Saúde na área da radiodifusão, que estava estabelecida na lei de 1931, mas foi apenas a partir de 1943, após a aprovação de seu regimento e a designação de Fernando Tude de Souza como primeiro diretor, que o SER passa a realizar uma série de iniciativas, com êxito, que repercutem na esfera nacional. Tude de Souza ressalta a importância da rádio como educadora:

Radio educativo pode ser todo rádio brasileiro, sem necessidade de ser um rádio meramente instrutivo ou de ensino. Tudo o que se faz no rádio pode ter um sentido educativo, sem apelar para a forma sistematizada de ensinar. E, sobretudo, tudo o que se faz nas estações de rádio brasileiras tem que deixar de ser deseducativo (SOUZA, 1943 apud FÁVERO 2006, p. 34).

De acordo com Tude de Souza, toda ação desenvolvida pelo rádio possui uma proposta educativa. Nessa proposta educativa foram organizados curso de Português, Inglês e Geografia, transmitidos pela nova emissora em 1942, assim como curso de férias, em 1944, para professores de todo o Brasil, constituídos pela Associação Brasileira de Educação.

A perspectiva de um número significativo de alunos para ouvir as aulas e debater sobre os temas tratados pelas rádios educativas surge em 1947, na Universidade do Ar, em

São Paulo. Idealizada por Benjamin do Lago e lançada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Pará (SENAC) e Serviço Social do Comércio (SESC), até 1951, o rádio foi utilizado para uma grande campanha de educação em favor da classe comerciária, principalmente nas cidades do interior do Estado.

Após a primeira experiência, Lago desenvolve uma campanha de educação popular em larga escala, trazendo como discussão a escola radiofônica, cujo princípio era da articulação da rádio com a escola. A rádio deveria se aproximar do aluno. Apesar do trabalho desenvolvido por Lago, a primeira experiência de alfabetização mediada pela escola radioeducativa foi em 1951, com o professor Geraldo Januzzi, na cidade de Valença, no Estado do Rio de Janeiro. Esse ensino teve repercussão no campo educativo e entre as autoridades educacionais, pois a ênfase sobre a leitura e a escrita para os alunos foi positiva ao ponto de alfabetizar os sujeitos pertencentes a este ensino, menciona-se isso porque havia inúmeras críticas em que era inviável promover o ensino de leitura pela rádio (FÁVERO, 2006).

Em 1955, o Frade Franciscano Frei Gil Bonfim<sup>29</sup> contribui para a ampliação das emissoras católicas do Brasil, cuja proposta era a catequese e a educação popular. Este trabalho foi alvo de uma nova voz na história do rádio educativo no Brasil.

No final da década de 50 as experiências radioeducativas vinham se acentuando e passaram a ser fundamentais para uma alfabetização destinada ao povo, ao camponês; e daí as experiências do SIRENA<sup>30</sup>, e mais tarde as do SAR, que apresentam suas experiências e passam a ser referências para todos os sistemas radioeducativos no Brasil. Vale destacar que o MEB, com uma proposta educativa no meio rural, passa a atuar no sistemas nos anos de 1961 (FÁVERO, 2006).

No Brasil, na década de 1960, houve a difusão do ensino elementar e a criação de programas de educação de adultos. A educação de adultos era um aliado poderoso contra a política dos currais eleitorais, ao menos na escolha do governo da União. O presidente eleito Jânio Quadros, não muito comprometido com as oligarquias tradicionais, percebe a importância da difusão de programas destinados à educação de adultos, capazes de aumentar os contingentes eleitorais dos analfabetos em curto prazo (PAIVA, 2003).

Apesar do MEB ter sido criado no governo Jânio Quadros, o qual possibilitou o aumento de financiamento para a educação, foi somente após sua renúncia que a educação de

---

<sup>29</sup> Para maiores informações sobre o Frei Gil Bonfim, os processos de alfabetização e os acordos entre a igreja e o governo para a implantação das emissoras católicas no Brasil, consultar Fávero (2006).

<sup>30</sup> A experiência do SIRENA foi base para a educação de jovens e adultos no Brasil, inclusive para as emissoras católicas do SAR e do SIRESE, no nordeste Brasileiro.

jovens e adultos recebe uma ênfase toda especial de João Goulart. A posse de João Goulart desestabilizou a oposição dos militares que o consideravam como um “agitador dos meios operários”, pois ele tinha a linha ideológica nacionalista e da efervescência político-ideológica, que o articulava com uma posição das reformas de base, as esquerdas, as reformas legislativas e a concessão sobre o voto do analfabeto.

### **3.2 A Estrutura do Movimento de Educação de Base- MEB**

É nítido que a própria estrutura do MEB/Nacional conduzia as orientações e organização sistemáticas das equipes que se coadunavam com o processo ideológico de uma educação para os jovens e adultos, inclusive no município de Bragança.

Wanderley (1984) afirma que a lógica das práticas educativas, orientadas pelo MEB nacional, nem sempre era acatada pelas congregações religiosas que estavam à frente dos sistemas radioeducativos no Brasil. Na realidade, ocorriam adaptações sobre o trabalho orientado pelo MEB nacional. No caso de Bragança-Pará, iremos visualizar as práticas educativas, articuladas à conjuntura histórica, que influenciaram na concepção de educação desse sistema de ensino.

O MEB/Nacional possuía uma estrutura que foi gerenciada nos primeiros cinco anos, da seguinte maneira:

a) Uma coordenação e administração de um Conselho Diretor Nacional, em que era composto por dez bispos e um representante do Ministério da Educação e da Cultura: uma diretoria executiva, composta de dois bispos, respectivamente presidente e vice- presidente do Conselho Diretor e um secretário executivo e um nacional, composto por uma equipe técnica e por uma equipe administrativa, com sede no Rio de Janeiro; b) havia uma coordenação Estadual em cada Estado, configurada por uma equipe Estadual, quando a extensão do trabalho exigisse, ou formada pelos coordenadores dos diversos sistemas locais; c) A unidade do MEB era o sistema radioeducativo, designado como sistema local que atingia uma área determinada – em geral correspondendo à área geográfica da diocese a que se vincula. A cada sistema correspondia uma equipe local. Em um caso apenas, no do MEB/ Maranhão, que só veio a contar com emissões sistemáticas em meados de 1966, e mesmo assim por pouco tempo, a ação era integralmente desenvolvida por meio de contatos diretos com os grupos locais, justificando a designação de sistema de educação de base; c) A base dessa estrutura era representada por uma rede de escolas radiofônicas, no caso dos sistemas radio- educativos, ou por uma teia de grupos, no caso do sistema de educação de base, e em geral por uma composição de dois sistemas. Entre as equipes locais e os grupos de base, em alguns estados, foram formados comitês municipais e a constituir, em fins de 1963 e 1964, mecanismos de participação efetiva das camadas populares envolvidas na programação das atividades e mesmo na sustentação do Movimento nos momentos de crise maior (FÁVERO, 2006, p. 05).

A estruturação do MEB compreendia uma organização sistemática de uma equipe que está articulada com diversos estados brasileiros, em meio à implementação e expansão

dos sistemas radioeducativos. No caso do Município de Bragança-Pará existia, também, uma organização de uma equipe formada por um idealizador - Dom Eliseu; um coordenador - Padre Miguel Maria Giambelle; supervisores, monitores, professores-locutores e alunos, que participavam desse processo educativo de alfabetização de jovens e adultos. Evidentemente, o MEB nacional apresentava uma educação que estava conectada com os diversos sistemas radioeducativos, com uma linha de trabalho que era adequada ao contexto de cada Estado.

Na relação entre os bispos e leigos (Igreja) e a sociedade (Igreja e Estado), existem diferenças, pois as tensões refletem-se, não só na concepção do movimento, mas na administração, quando relacionadas ao uso de verbas, à gestão de recursos, de autonomia de decisões das bases distintas pela abrangência do MEB. Entretanto, essas diferenças não impediram a atuação dos interesses da educação popular. Além do que, para os bispos este movimento deveria ter como pilar fundamental a evangelização, que era permeada pela doutrina cristã (FÁVERO, 2006).

Segundo Wanderley (1984), os leigos tinham como referência a Comissão Executiva Nacional (CEN), dependente do Conselho Diretório Nacional (CDN) que orientava e coordenava as atividades das equipes estaduais (E. E), das quais dependiam as equipes locais (EL).

Para Wanderley (1984), cada sistema radioeducativo tinha suas similaridades em todo o país; o que diferenciava era a equipe local que estava à frente dos sistemas radioeducativos e que traçava as características específicas de um conjunto de suas práticas. As práticas educativas, orientadas pelo sistema radioeducativo, são constituídas por núcleos com recepção organizada de programas elaborados com supervisão periódica, conduzidas pelo trabalho com a comunidade e a escola.

A organização desses sistemas era orientada da seguinte maneira: efetuava-se um diagnóstico da área em que iria atuar o sistema; acontecia a escolha e o treinamento do pessoal, impreterivelmente da comunidade, pois ele é que iria articular e direcionar as atividades; haveria uma supervisão periódica que acompanhava o desenvolvimento das escolas radiofônicas; e o intercâmbio entre a escola rádio educativa e a comunidade, um pilar para uma educação de base que atendia os reais interesses das comunidades (WANDERLEY, 1984).

Sobre a orientação das equipes do MEB, os movimentos da primeira década utilizaram a cartilha “Venceremos”, que fazia parte da educação de Cuba, como um dos instrumentos didáticos para orientar a equipe. Posteriormente, o movimento cria o seu livro didático “Viver é lutar”, que pós-ditadura, é tolhido e reconfigurado pela cartilha “Mutirão”

(FÁVERO, 2006).

Para Wanderley (1984), o MEB objetivava adequar o trabalho à realidade e acompanhar realmente as comunidades. Efetuava-se um levantamento da situação local e regional de uma dada área geográfica (estudo da área) e, ao mesmo tempo, procurava impulsionar as lideranças para resolução de problemas. Cabia, ainda, a ele, a organização dos recursos e a integração das equipes que serviam de base para o desenvolvimento comunitário.

Por isso, entender a estrutura do MEB/Nacional é visualizar até que ponto os sistemas locais, que eram gerenciados pelos bispos diocesanos, efetivaram ou não as propostas de planejamento, execução, quadro de equipe e a educação orientada pelo MEB/Nacional. Isso perpassa, também, pelos sujeitos envolvidos no SERB: os monitores, professores e alunos. É o que veremos nas próximas páginas desse trabalho.

### 3.3 A experiência da Rádio e do SERB para outros Municípios e Estados

O fato da Rádio Educadora se tornar uma pioneira na Amazônia, e com ela o Sistema Educativo Radiofônico, é que ambas serviram de referência para outros estados e municípios que captavam o som, quando os Prelados que ouviam falar desse sistema acabaram vindo até o município de Bragança para vivenciar esta experiência:

No dia 15/01/1961- Chega Dom Cornélio, prelado de Cameté, com dois padres, para estudar a possibilidade até aquela prelazia a iniciativa de nossas escolas radiofônicas (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D. ELISEU).

No dia 02 de Fevereiro de 1962, chegou em Bragança o Bispo Prelado de Tefé, Dom Joaquim Lage. Fica como hospede até o dia 04, e aproveita para estudar “*in loco*” o funcionamento das rádios escolas (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 – RELATÓRIO DE PE MIGEL GIAMBELLI).

No dia 05 de Fevereiro de 1962, o Padre Miguel vai a Capanema juntamente com a irmã Liga Arcoverde de Melo, à convite dos Pe. desta localidade, que já haviam vindo até Bragança solicitar a implantação de escolas, afim de organizar o Comitê paroquial das escolas radiofônicas. A tarde do mesmo dia vai a Igarapé- acú com a mesma finalidade. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D. ELISEU).

No ano de 1963, o Pe. Miguel chega do Rio de Janeiro, trazendo vários cursos para o funcionamento das escolas radiofônicas em nossa prelazia. Chega à Bragança Dom João, Bispo recém – eleito de Abaetetuba, com 04 padres; com a finalidade de conhecer as obras da Prelazia e particularmente a rádio educadora e o sistema educativo radiofônico. D. João está grandemente interessado em instalar também uma emissora e o sistema (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D. ELISEU).

Observa-se que a Rádio e o SERB serviram de referências para diversos padres e bispos. Estes tinham interesse de implantar os comitês paroquiais, como nos municípios de

Capanema e Igarapé-Açu - Pará. Outros vinham conhecer o trabalho desenvolvido para implantar sistemas em seus municípios e estados, como no caso de Abaetetuba - Pará, Cametá - Pará e Tefé, localizado no Amazonas. A ideia era criar uma rádio com o seu sistema educativo para desenvolver trabalhos com os jovens e adultos. Em Bragança, à medida que o número de escolas ia se estendendo para vários municípios do Pará, a matrícula também ia se expandindo. “No ano de 1962, o SERB tinha 6.200 alunos matriculados na 1ª e 2ª séries, em 362 Radiopostos. Em 1963 – 9.954 alunos de 1ª a 3ª série. No ano seguinte, 1964, era implantada a 4ª série e o total de alunos matriculados era de 9.380” (MEMORIAL DE D. ELISEU; 1958 -1971; LIVRO DE TOMBO (II). Com este número de alunos buscando formação para se alfabetizar, aprender a leitura e a escrita, houve o fortalecimento na educação de jovens e adultos para milhares de sujeitos da região Norte. E com isso, a rádio, nos primeiros anos, precisava se organizar para atender o aumento de demandas provenientes do número de matrículas dos alunos.

### **3.4 A Dinâmica Organizativa entre o Prelado e o MEB/Bragança na Educação de Jovens e Adultos**

Para compreendermos a dinâmica organizativa do Prelado na organização do sistema educativo radiofônico, deve-se perceber o envolvimento dos padres para a construção da Rádio e do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança.

A intenção de D. Eliseu em implantar uma rádio que levasse a mensagem de Deus e a filosofia da Congregação Barnabita ao povo do interior é assim relatada pela Diretora e técnica da Rádio naquela época, Irmã Marilda Teixeira.

Bom, o que eu sei é que foi um sonho dele, eu sei as razões pela qual D. Eliseu sonhou com instruções para o interior, porque ele andava pelos interiores, o Capim, Ourém. E depois que veio pra Bragança, o sonho dele era alfabetizar. Era muito, era horrível e ele se impressionou pela pessoa humana. Em primeira mão ele fez isso. O Instituto Santa Teresinha trazia deste interior pessoas que estudavam de graça, com intenção de voltar ao seu local e seria lá o professor e a catequista do lugar e isso não deu certo. Porque cada um que se formava como normalista queria ter seu dinheirinho e não queriam mais voltar, queriam dar aulas. D. Eliseu viu que isto não estava certo, então começou a procurar outros meios. O segundo meio que ele tentou foi a Congregação das Missionárias de Santa Terezinha, mas também eram poucas para se espalhar por todo interior. Quando surgiu a oportunidade, foi quando D. Miguel viu a rádio como um sistema de ampliação de instrução para os caboclos da Amazônia, e aí D. Eliseu foi para capital do Rio de Janeiro, organizando material da rádio e inaugurando a Rádio Educadora (MARILDA TEIXEIRA – DIRETORA E TÉCNICA DA RÁDIO).

A fala da Irmã revela que a intenção de D. Eliseu era promover, por meio da rádio, a instrução religiosa para os vários municípios que compunham a Prelazia do Guamá. Algumas



tentativas, como a formação de normalistas no Instituto Santa Terezinha e a formação da Congregação das Missionárias de Santa Terezinha, com o intuito de instruir o povo do interior, não deram certo. Foi somente com a Rádio Educadora, e posteriormente com o Sistema Educativo, que a filosofia barnabítica foi ampliada para os lugares mais longínquos da Amazônia.

A Irmã Marilda Teixeira trabalhava dobrado em 1966 para colocar a rádio no ar, porque mesmo sendo diretora artística da rádio, passou, a partir de 1968, a ser também a diretora técnica. Segundo ela, naquela época era difícil obter um técnico com o curso de eletrônica para consertar as rádios. Tinha-se um técnico prático para o conserto da rádio. A Irmã Marilda realizou o curso de eletrônica no Rio de Janeiro.

A rádio saía muito do ar, era chamado de rádio cativo. Os alunos precisavam da parte elementar, então precisava de pessoas para fazer este serviço. As Irmãs era que ficavam responsáveis por acompanhar os transmissores, ajustar a transmissão para chegar a mensagem ao povo do interior. Não era qualquer pessoa que mexia com esses aparelhos (MARILDA TEIXEIRA - DIRETORA E TÉCNICA DA RÁDIO).

De acordo com a fala da Irmã Marilda, a definição de rádio cativo ocorria porque ela era orientada pelos padres a sintonizar a rádio, as antenas, somente para pegar a emissora da Rádio Educadora de Bragança. Nesta conjuntura, observa-se que esta prática educativa radiofônica não era operacionalizada por qualquer integrante que pertencia à rádio, pois somente a diretora-técnica e as Irmãs da Congregação manuseavam a organização deste serviço, o conserto dos aparelhos e a sintonia dos transmissores. Essa prática educativa emerge de um saber radiofônico, que é constituído para transmitir a filosofia barnabítica da Igreja Católica, no município de Bragança - Pará.

Para Freire (2011), historicamente quando mulheres e homens refletem e se formam na condição de sujeitos, ampliam a sua prática educativa em si mesma. Esta prática vai se modificando, se ampliando e se aprofundado na forma de saberes. No caso das Irmãs que compunham o Prelado, pode-se considerar que possuíam conhecimentos sobre os aparelhos radiofônicos. Elas tinham uma prática educativa que era oriunda dos saberes radiofônicos. Estes saberes se constituem como uma formação na condição de sujeitos que desenvolviam, por meio da rádio, ações para a escuta dos programas e das aulas no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança.

O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança faz parte da Rádio Educadora de Bragança – REB. Para que o SERB fosse concretizado, o Bispo D. Eliseu e o Pe. Giambelli conseguiram oficializar a rádio no município de Bragança – Pará, em 15 de outubro de 1958:

No dia quinze de Outubro de 1958 é publicado no Diário oficial do Rio de Janeiro a portaria ministerial que autoriza o funcionamento do Transmissor de onda média com frequência 1480 kilociclos e 250 Watts. Pe. Miguel teve que trabalhar afincado durante estes meses no Rio para obter esta autorização. Muito se valeu de uma carta de recomendação do senhor LCCC Bittencourt e do senador Lobão da Silveira. Falta agora alcançar o decreto do Presidente da república que autoriza o transmissor de ondas tropicais (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971- ESCRITOS DE D. ELISEU).

À medida que os padres vinham se organizando desde janeiro de 1958, como demonstrado na seção anterior, o Pe. Miguel conseguiu oficializar o funcionamento da rádio, no Rio de Janeiro, em 1960. D. Eliseu, preocupado com o próximo passo, diz para o Prelado não se antecipar com a divulgação da rádio, pois era necessário organizar as paróquias e verificar as verbas das igrejas para a manutenção dos aparelhos.

O prelado insiste para que não se divulgue ainda este assunto, por enquanto, existem ainda algumas exigências técnicas e governamentais. O valor global dos aparelhos postos em Bragança, será de oitocentos reais contos de reis mais ou menos. Quinhentos contos podem desde já serem usados para a compra do material. Faltariam trezentos contos. Temos oitenta dias para responder as primeiras da radio continental, com que estamos tratando de comprar o material, o enorme problema em questão, considerando as imediatas ainda mais as futuras vantagens de nossa emissora, antes que outro venham e tirem esta única oportunidade. Os padres todos estão de acordo em parar as atividades paroquiais e emprestar ao prelado parte do capital de suas igrejas. Bragança pedira a parte do dinheiro que se encontra nas mãos da congregação, empréstimo com o juro de 5%, fica assim repartido:

a) Bragança	Cr\$ 100.000,00
b) Irituia	“ 60.000,00
c) Ourém	“ 50.000,00
d) S. Domingos	“ 30.000,00
e) Vizeu	“ 20.000,00
f) Miguel do Guamá	“ 15.000,00

---

Total Cr\$ 275.000,00 (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 - 1971).

Nessa afirmativa observa-se a preocupação dos padres com o levantamento do dinheiro de cada paróquia para a compra de equipamentos para a rádio. Os padres chegaram a fazer empréstimos das paróquias para implantar e expandir a emissora católica na região Bragantina. Em 1960, com a rádio implantada e sancionada para funcionamento, D. Eliseu explica a importância da Rádio Educadora para Bragança e as mudanças que serão efetuadas pelos padres em cada paróquia ao obter um rádio em sua comunidade, como se pode observar nessa citação:

Com a graça de Deus e a proteção de Nossa Senhora do Rosário, padroeira de nossa prelazia, estamos prestes a iniciar uma atividade que oferecerá imensas vantagens espirituais e sociais a todos os nossos paroquianos, particularmente aos que moram no interior do Município. Falo da rádio educadora de Bragança, que provavelmente, estará no ar já para o mês de Maio como homenagem filial à mãe de Jesus e nossa”. Querendo antes de tudo beneficiar, com nossa rádio educadora, os católicos do

interior da Prelazia, achamos oportuno, organizar logo de início, programas religiosos especiais para os fiéis reunidos nas numerosas capela da Prelazia, dando lugar de destaque a retransmissão da Santa Missa Dominical e os ensaios de cânticos. Torna-se necessário, meus queridos padres, que cada capela possua o seu rádio receptor. É porta voz do padre, é o catequista de nossos bons caboclos. De hoje em diante não poderá mais faltar. Melhor que falte a capela do que a voz que instrui, organize e anime nossos católicos. Quantas capelas há que passam todos os Domingos do ano completamente fechadas: Mil vezes melhor um rádio pendurado a uma árvore e os fiéis ao redor ouvindo a palavra de Deus cantando louvores ao altíssimo. Acho pois indispensável determinar que cada padre vigário exija das diretorias de todas as capelas que cuide quanto antes de adquirir o receptor transistorizados que nós mandamos confeccionar especialmente para nossas capelas. Se for necessário suspendam os trabalhos de construção da própria capela, organizem leilões, passem listas de subscrição ou estabeleçam mensalidades entre as maiorias das famílias do lugar, mas adquiram o quanto antes o rádio – receptor (MEMORIAL DE DOM ELISEU, CARTA CIRCULAR 24. 02.1960, LIVRO DE TOMBO II, 1947- 1964, ANEXO 44).

Observa-se neste trecho a urgência e necessidade de D. Eliseu em adquirir os aparelhos de rádios para a expansão da evangelização no município de Bragança. A mobilização desenvolvida por D. Eliseu com os vigários de cada paróquia foi decisiva para a implantação da rádio. Se inicialmente a Igreja estava trabalhando em prol da construção de paróquias e capelas no interior de cada Prelazia, a partir de agora vai investir na aquisição de rádios cativos e de espaços para organizar as aulas para os alunos da educação de jovens e adultos em cada paróquia. Toda essa mudança de papéis tinha como objetivo instruir o maior número de “*caboclos do interior da prelazia*”, com imensas vantagens espirituais e sociais.

Fávero (2006) menciona que nos anos iniciais de 1961, alguns sistemas radio-educativos, conectados inicialmente ao MEB, desenvolviam seus trabalhos mais pela alfabetização e pela divulgação de noções elementares da saúde, de associativismo e de procedimentos técnicos para a agricultura familiar, além de algumas iniciativas junto às comunidades. Outros sistemas possuíam algumas dessas características, mas seu foco era nos processos de uma alfabetização pela evangelização. Nos anos seguintes, essas práticas seriam reformuladas pelo viés da conscientização histórica e conscientização dos sujeitos. No município de Bragança não foi diferente, pois o SERB surge como mais uma proposta de alfabetização pelo viés da evangelização e só vai se reestruturando numa perspectiva de conscientização com o tempo.

Após a oficialização da Rádio Educadora no Diário Oficial, em 1960, e da mobilização de D. Eliseu com os padres de cada paróquia para arrecadar verbas para o funcionamento do Sistema Educativo Radiofônico, D. Eliseu buscou também recursos financeiros juntos às autoridades governamentais para a instalação das escolas radiofônicas.

No dia dezoito de Janeiro de 1961 D. Eliseu vai à Brasília à convite do Presidente Jânio Quadros, afim de participar de um encontro oficial, entre o presidente da república e os Bispos do Nordeste e Norte (só Bragança), que atualmente estão se dedicando as escolas radiofônicas. O presidente reuniu com os padres para apresentar aos bispos o decreto que constituirá o MEB, Movimento de Educação de Base sob a responsabilidade da Conferência dos Bispos do Brasil. Em Brasília é assinado o decreto nº 50.370 que cria o MEB. (MEMORIAL DE D. ELISEU Livro de Tombo II, S/P, S/A).

A citação acima retrata o prestígio social e político do Bispo D. Eliseu. Ele foi convidado pelo Presidente Jânio Quadros para participar de um encontro com os Bispos do Norte e Nordeste que se dedicavam às escolas radiofônicas. Naquela ocasião o Presidente da República apresentou aos Bispos o decreto que instituiu o Movimento de Educação de Base sob a responsabilidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Mais tarde o decreto do MEB se faria presente no SERB de Bragança, sendo um movimento que beneficiou o Sistema Educativo com recursos financeiros<sup>31</sup>. Após a assinatura dos decretos entre o SERB e o MEB de Bragança, D. Eliseu trata de organizar os comitês, tanto do SERB quanto das paróquias que iriam constituir a Prelazia do Guamá.

### 3.4.1 A Constituição do Comitê na Prelazia do Guamá

Como vimos, D. Eliseu e Pe. Giambelli realizaram inúmeras ações para organizar a rádio e o sistema educativo radiofônico, e a Rádio Educadora foi consolidada em 1960, no município de Bragança; Pe. Giambelli e D. Eliseu solicitavam de cada paróquia da Prelazia do Guamá recursos para a ampliação e manutenção dos aparelhos; D. Eliseu tinha a preocupação de participar das reuniões governamentais com o objetivo de trazer recursos financeiros para a compra de aparelhos radiofônicos e expandir a filosofia barnabítica; Pe. Giambelli foi vivenciar *in lócus* a experiência do sistema educativo do SAR<sup>32</sup>- Serviço de Assistência Rural, estando à frente D. Eugênio Sales, da arquidiocese de Natal, Rio Grande do Norte. Todas essas ações deram base para o Prelado organizar, no dia 17 de dezembro de 1961, a constituição do Comitê de Bragança. Após a organização do Comitê de Bragança, no dia 31

---

<sup>31</sup> Em 21 de Março de 1961, Dom Eliseu Maria Corolli, juntamente com Dom José Távora, de Aracajú, Dom Eugênio Sales, de Natal, e Dom Alberto Ramos, de Belém, participa da assinatura do Decreto nº 50.370, baixado pelo presidente Jânio Quadros, que cria o Movimento de Educação de Base – MEB. Para maiores informações pesquisar a página 84 desta pesquisa, que informa a assinatura do MEB em Bragança.

<sup>32</sup> A experiência do SAR destinava-se a uma ação educativa comunitária para o meio rural, o trabalho pedagógico estava articulado com os cursos de aperfeiçoamento, reunião com os professores, pais e alunos, visando melhorar o ensino e organizar um ensino religioso nas escolas, promover a criação de clubes agrícolas e integrar a escola no trabalho da comunidade.

de dezembro de 1961, ocorreu uma reunião dos membros da Prelazia para tratar de assuntos referentes à formação dos comitês das escolas radiofônicas paroquiais. Os comitês formados podem ser visualizados no quadro a seguir.

**Quadro 04:** Constituição dos comitês de Bragança e municípios da Prelazia

<b>MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A PRELAZIA</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>NOME DOS PARTICIPANTES</b>
<b>BRAGANÇA- PA.</b>	Prelado.	Dom Eliseu Maria Coroli.
	Superior dos Padres/ Professor/Desobrigas.	Pe. Paulo Maria Coroli.
	Vigário Geral da Prelazia/ Vigário da comunidade.	Pe. Miguel M. Giambelle.
	Imobilizando p. paralisia.	Pe. Leopoldo Gerosa.
	Professor/ Administrador das obras da Prelazia.	Pe. Luciano Brambille.
	Coadjutor Paroquial.	Pe. Ângelo Abeni.
	Secretaria e Professora- Locutora.	Irmã Ligia Arcoverde de Melo;
	Tesoureira.	Irmã Hortência Gama.
<b>SÃO DOMINGOS DO CAPIM- PA.</b>	Diretor	Pe. Vitório M. Grancini
	Presidente	Pedro Corrêa Sodré
	Secretário	Isabel Gomes de Araújo
	Tesoureira	Maria de Jesus Soares
	Presidente de honra	Prefeito Cipriano Rodrigues das Chagas.
<b>IRITUIA- PA.</b>	Diretor	Pe. Marino Coutino.
	Presidente	Raimundo Bruno dos Reis.
	Secretária	Profª Léa Nunes Cordeiro
	Tesoureira	Irmã Maria Helena Damasceno
	Presidente de honra	Prefeito Antônio Corrêa de Lima
	Diretor	Pe. Ângelo Maria de

<b>SÃO MIGUEL DO GUAMÁ- PA.</b>		Bernard
	Presidente	Aldemarino Batista Pinho
	Secretária	Profª Raimunda Carvalho de Melo
	Tesoureira	Teresinha de Jesus Alaíde
	Presidente de honra	Prefeito Pergentino Dias de Sousa
<b>OURÉM-PA.</b>	Diretor/Vigário	Pe. Amos Bertuetti
	Presidente	Antenor Fonseca de Oliveira
	Secretária	Saldoceu Maria Alves dos Santos
	Tesoureira	Manoela Augusta da S. Matos
	Presidente de honra	Prefeito Antônio Neri
<b>UISEU- PA.</b>	Vigário	Pe. Mário Poward
	Coadjutor	Pe. Paulino Brambilla

**Fonte:** Memorial de D. Eliseu/ Livro de Tombo II – 1958 -1971. Escritos de D. Eliseu.

Convém frisar que os municípios que estava participando da educação de jovens e adultos via rádio eram aqueles que faziam parte da Prelazia do Guamá. A formação dos comitês era realizada, em sua grande maioria, pelos padres que estavam à frente da organização dos comitês paroquiais. Por isso, os comitês paroquiais do SERB se diferenciam dos outros sistemas educativos brasileiros, pois vários sistemas do Nordeste brasileiro já possuíam leigos católicos na sua dinâmica de trabalho, enquanto que no SERB não havia a presença dos leigos, pois além de serem formados por padres, existiam também sujeitos vinculados à Igreja Católica. Tanto é que Padre Giambelli foi efetuando um itinerário entre os municípios: de Ourém para São Miguel, de São Miguel para Irituia, de Irituia Para São Domingos do Capim, etc. Este foi um dos principais critérios de escolhas dos sujeitos que iriam formar o comitê paroquial.

Além dessa constituição, um dos motivos que levaram a primeira emissora católica da Amazônia Bragantina a se estender para diversos municípios foi utilizar as escolas radiofônicas para expandir a filosofia missionária barnabítica, ou seja, a instrução religiosa e,

consequentemente, a agregação de mais adeptos do interior à Igreja Católica. Além disso, à medida que iam se estendendo o número de escolas e comitês nos municípios, obtinham-se mais recursos para a ampliação e manutenção das escolas radiofônicas. Tanto é que um dos resultados mais promissores dos padres, inicialmente, era organizar:

A missa radiofônica aos Domingos, muito aproveitada pelos nossos diocesanos do interior, o qual se estenderia de maneira mais afincado quando estiverem organizados as escolas radiofônicas (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971- ESCRITOS DE D. ELISEU).

Observa-se a persistência do Prelado em atingir os municípios sob o viés da ação missionária, obtendo assim um saber transmitido por meio de uma escola radiofônica.

A formação do comitê central, paroquiais e a expansão dos rádios nas comunidades são oriundas de uma organização administrativa e pedagógica do Prelado de Bragança – Pará. Cabe destacar, ainda, que a organização administrativa passa pela criação dos comitês e a busca de recursos financeiros para o sistema, enquanto que a organização pedagógica possuía uma educação permeada pela instrução religiosa para os jovens e adultos. Diante dessa organização pedagógica existe uma prática educativa do SERB, que advém de um saber religioso.

No movimento da Teologia da Libertação, os sistemas educativos radiofônicos que tinham como prioridade a instrução religiosa, eram geralmente constituídos pelo grupo conservador da Igreja Católica. Estes grupos interpretavam, por meio dos ensinamentos de Jesus Cristo, uma perspectiva de educação acrítica, sem proposição de transformação social para o povo pobre e oprimido, o que mantém no cativeiro inúmeros fiéis com suas filosofias oficiais (BOFF, 1984).

Para Fávero (2006), uma das dificuldades em se propagar um trabalho de conscientização e mobilização popular entre a equipe dos sistemas e as escolas radiofônicas é o número de escolas existentes na região Norte. Por ser gerenciado pelas dioceses, fazia-se presente no sistema educativo radiofônico somente a filosofia da evangelização, o seu caráter de politização ficava em plano secundário. Isso é demonstrado acima, tanto pelo número da formação dos comitês que compunham as escolas, quanto pela filosofia desenvolvida pela Congregação Barnabita, na Prelazia do Guamá.

À medida que Pe. Miguel organizava os comitês paroquiais aproveitava, também, para organizar a escolha, seleção e função dos monitores e professores, bem como os alunos envolvidos.

### 3.5 Perfil e função dos sujeitos que compõem o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança

A função e o perfil dos sujeitos pertencentes ao SERB tinham algumas semelhanças de perspectiva de trabalho com os sistemas educativos da região Nordeste; entretanto, no SERB, algumas ações em termos do desenvolvimento da proposta educativa vão se distinguindo dos outros sistemas, o que caracteriza a própria proposta do ensino e sua concepção de educação.

#### 3.5.1 O Professor

Um dos pontos primordiais no sistema educativo radiofônico era o professor-locutor. Este tinha que se reunir com os demais professores para planejar ações para serem desenvolvidas pela rádio e utilizar uma linguagem acessível para os alunos.

Fávero (2006) considera que o professor-locutor tinha a tarefa de se comprometer com a organização geral do treinamento no sistema, saber sobre os relatórios, lazer, liturgia e as ações envolvidas pela situação das aprendizagens, conteúdos e disciplinas dos alunos.

No município de Bragança, o professor Ribamar Oliveira, por ocasião da entrevista, apresentou a primeira equipe que ministrou aulas pelo sistema radio- educativo, bem como as disciplinas. Estas aulas eram compostas, em meados de 1961, pelos professores.

**Quadro 05:** Primeira equipe de professores do Sistema

NOME	DISCIPLINA QUE MINISTRAVA NO SISTEMA
Irmã Lygia Arcoverde de Lemos.	Português e Matemática
Pe. Miguel Giambelli e Padre Aluizio Neno.	Religião
Padre Mário Ferrero.	Orientações agrícolas
Ir. Maria Pereira Bragança.	História e Geografia

**Fonte:** Ribamar Oliveira – Professor do sistema.

Estes professores constituíram a primeira equipe do comitê central do SERB de Bragança, e eles eram da Congregação Barnabítica, logo, desenvolviam no sistema uma linha ideológica de instrução religiosa.

Para Freire (2011), ensinar exige, na relação entre educadores e educandos, a construção e reconstrução do saber ensinado; exige o respeito pelos saberes socialmente



construídos dos alunos, a partir das suas experiências de vida; exige, ainda, a construção de conteúdos contextualizados que permitam revelar as capacidades críticas dos educandos sobre os seus direitos e deveres de cidadãos, na busca da sua transformação social.

Para Wanderley (1984), os sistemas educativos radiofônicos da região Nordeste, desde 1962, vinham se preocupando com uma linguagem acessível aos camponeses, de formar um pensamento crítico e concreto; pretendia-se a libertação dos camponeses, estimulando a criação e expressão espontânea, através de técnicas e atividades, criadas ou adaptadas ao Movimento de Educação de Base.

O professor Ribamar Oliveira apresenta a preocupação de Pe. Miguel em selecionar o professor do Sistema. Geralmente era escolhido um professor que apresentasse afinidade para trabalhar na rádio e, de preferência, que participasse da Igreja.

Pe. Miguel chamava os professores normalistas, então os normalistas eram, como se fosse hoje o ensino médio. Ele não escolhia, não pegava qualquer professor. Ele queria saber se aquela professora tinha que ter uma aquisição e uma queda para trabalhar indiretamente através do rádio, e de preferência que já participasse da Igreja. Então ele tinha uma própria redenção, porque ela tinha que falar pro rádio, ela tava sozinha com o microfone, era ela e o microfone, era o professor e o microfone para poder dizer como falasse pro aluno que tivesse na sala de aula, uma linguagem simples e compreensiva (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DO SISTEMA).

Com a questão do microfone para falar na rádio, não era fácil para os professores desenvolverem suas aulas. E, por esta situação, Pe. Miguel não selecionava qualquer pessoa para ser professor no Sistema, ele buscava, geralmente, professores e professoras com a formação de normalistas, tarefa muito difícil na época, pois o professor tinha que conhecer os conteúdos de sua disciplina; assessorar os alunos no SERB, quando necessário; conhecer as comunidades pertencentes a este ensino e desenvolver uma linguagem simples para facilitar a aprendizagem dos alunos. Na foto a seguir, há um grupo de professores planejando suas atividades.



**Figura 14:** Escritório da Rádio Educadora.

**Fonte:** Arquivo do Memorial D. Eliseu.

Nos sistemas educativos, os professores e monitores eram treinados para partir do conhecimento da realidade local, com base nos dados sobre a situação econômica, social, religiosa e cultural fornecidos pelos monitores. Esses dados eram importantes na medida em que contribuía para se organizar uma prática educativa voltada para a transformação da realidade, prioridade básica da educação (WANDERLEY, 1984).

Em Bragança, o professor organizava suas aulas conforme o horário de planejamento estabelecido pelos padres nas reuniões dos comitês.

Eu acredito que é como hoje ainda, cada professor preparava suas aulas. Tinha as professoras que eram das diversas áreas, tinham as professoras especializadas na área e preparavam aquilo por escrito, inclusive tem retrato aqui de alunos que se reuniam, em salas e, às vezes, no salão paroquial, e às vezes, de alunos que não tinham lugar e ficavam debaixo de árvores (MARILDA TEIXEIRA – DIRETORA E TÉCNICA DA RÁDIO).

Os alunos, indiretamente, o aluno tinha por obrigação, quando viesse a Bragança ou tivesse uma dificuldade ou o monitor, eles tinham que vim ver a sua frequência, vamos dizer assim se era frequente a presença deles então no SERB. Tinha cadeiras para receber os monitores, os alunos e até tirar as suas dúvidas e responder as dificuldades deles. Era uma coisa bem assistida, direta ou indiretamente (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

Os professores das diversas áreas do conhecimento preparavam suas aulas para serem transmitidas pela rádio. Além das aulas transmitidas, cada professor retirava as dúvidas de alguns alunos e dos monitores que vinham até o SERB. Observa-se que o planejamento das aulas e as orientações dos professores aos alunos e monitores não se diferenciam das

experiências vivenciadas nos sistemas educativos da região Nordeste. Apresento, abaixo, a orientação de uma das professoras do SERB.



**Figura 15:** Escritório da Rádio Educadora.

**Fonte:** Arquivo do Memorial D. Eliseu.

Verifica-se, nesta imagem e na fala do professor acima, que os professores orientavam os alunos e os monitores no escritório da Rádio Educadora. E isso era importante porque ajudava, por exemplo, o monitor a instruir seus alunos nas escolas radiofônicas.

### 3.5.2 Os alunos

A formação de turmas no SERB era responsabilidade do monitor. Os alunos que participavam do Sistema possuíam mais de 15 anos e eram de diversas comunidades que compunham a Prelazia do Guamá.



**Figura 16:** Alunos na comunidade do Camutá, em Bragança – Pará.

**Fonte:** Memorial de D. Eliseu

Esta imagem nos apresenta o monitor no meio da turma com o rádio e os alunos utilizando o seu material didático para anotar os conteúdos que eram transmitidos pelos professores-locutores do sistema. Os alunos tiravam suas dúvidas com os comitês central e paroquiais, pois era inviável os alunos virem de outros municípios para tirarem suas dúvidas no Comitê Central.

Quando os alunos tinham dúvida o próprio monitor não sabia e ficava dúvida entre os alunos. A única saída seria explicar. Vinham grupos junto com os monitores, às vezes vinha só o monitor e depois era transmitido (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

A nossa turma tinha uns dez alunos. Quando o rádio chegou aqui foi uma festa porque não tinha energia nessa época. Aí, toda vez iniciava a aula com um evangelho e depois que tinha aula de matemática, leitura, assim quando acabava a aula o pessoal da comunidade ficava ouvindo a rádio (LUCILA RAMOS - ALUNA DA RÁDIO).

O enunciado acima demonstra que os alunos do comitê central tiravam suas dúvidas no escritório da Rádio Educadora, enquanto aqueles que não tinham como se deslocar dos outros municípios da Prelazia para virem até Bragança, tiravam suas dúvidas com os comitês paroquiais.

Na fala da aluna Lucila Ramos, a chegada do rádio na comunidade do Acarajó ocorre pelo envolvimento da comunidade, pois as informações que a comunidade obtinha eram todas pelas rádios, tanto é que depois que acabavam as aulas a comunidade ficava escutando o rádio.

A aluna que participou do SERB tem 74 anos e sempre morou na comunidade do Acarajó, em Bragança- Pará.

Eu sempre morei aqui. Trabalhava na roça. Desde criança com o meu pai na roça e depois que eu fiquei de idade eu me aposentei. Eu entrei no sistema, quando o Máximus, a professora Tarcila que veio me procurar para mim estudar (LUCILA RAMOS - ALUNA DO SISTEMA).

Eu estudei primeiro no Acarajó com a professora Leonar Moraes Conceição e depois foi o professor Cláudio e depois o professor Taulino. Eu estava na casa deles porque nesta época não tinha grupo escolar e depois foi a Lurdes. Só tinha um grupo escolar no Bacuriteua, mas não ia estudar lá porque era longe (LUCILA RAMOS - ALUNA DO SISTEMA).

Na comunidade do Acarajó, nesta época, não tinha grupo escolar. O único grupo escolar era na comunidade do Bacuriteua, uma comunidade mais longe, aproximadamente 03 km da comunidade do Acarajó. Por isso, antes do rádio chegar, a aluna estudava nos barracões com professores da própria comunidade. Com a chegada do rádio na comunidade, verifica-se que a turma era organizada pelo monitor.

As aulas sempre se iniciavam:

Naquele horário, à noite, sempre foi à noite a Educadora deu. Dava sua aula certo e terminava a aula tinha os trinta minutos aquela pessoa chamada monitor, ela orientava reforçava a aula dada pelo rádio (LUCILA RAMOS - ALUNA DO SISTEMA).

Não, não foi só alfabetização. Ele foi evoluindo aqueles vinham que terminavam a etapa de preparação eles vinham até Bragança, iam aos centros paroquiais fazer o teste. Se aprovados iam fazer mais uma série, aqueles que passaram na alfabetização foram à primeira série e assim foram evoluindo e os primeiros outros que ficaram retardados no primeiro se matriculavam para fazer o segundo pelo rádio. E isso foi dado aula a todo mundo, então chegou o tempo de pessoas que tem universidade que passou pelo SERB (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

Tinha um rádio e todo mundo tinha que estar na sala às dezoito horas pontualmente na sala de aula. O aluno e tudo era até as nove da noite, das dezoito as vinte e uma, tinha... Eram... os alfabetizados, já tinha os da primeira série, segunda série e cada hora era uma série, a escola era como se fosse hoje multisseriada, a escola era uma multisseriada, era várias séries, em vários horários (MARILDA DE NAZARÉ-MONITORA DO SISTEMA).

As aulas aconteciam sempre no horário da noite, pois os alunos eram lavradores e muitas vezes tinha que ser respeitada a dinâmica de trabalho desses alunos. Outro ponto relevante era que o sistema iniciava com a alfabetização e, à medida que iam passando os anos, ia se reconfigurando para novas séries e, conseqüentemente, uma sequência de horários desenvolvidos pelo sistema.

Para Wanderley (1984), os alunos eram lavradores e, na grande maioria, acompanhavam as aulas pelos sistemas radio educativos. Muitas vezes eles se sentiam cansados e isso dificultava a compreensão sobre os conteúdos transmitidos pelos professores-locutores. Por isso, o professor teria que falar de maneira pausada e simples para que o aluno aprendesse esse conteúdo.

Em relação ao processo avaliativo, o único instrumento para avaliar os alunos, nesta época, era prova.

Não, não, não existia nesta época, isso é a evolução da pesquisa de trabalhos para avaliar não tinha, era prova você sabe você conhece, nesta época era a prova. Então você avalia pelo que faz, então era feito assim (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

A avaliação era feita pelos próprios monitores e eles entregavam as notas por meio dos mapas. Na minha época era só alfabetização, eu passei mais de um ano (HERALDO MAUÉS - DIRETOR DO MEB).

Tinha trabalho, que entregava o trabalho era o Máximos, eu não me lembro muito mas estudava e fazia só uma prova no final do ano. Quem passava, passava, quem ficou, ficou (LUCILA RAMOS - ALUNA DO SISTEMA).

Os alunos eram avaliados ao final de cada ano. Eles faziam uma única prova. A aplicação das provas era feita pelos monitores, que eram responsáveis pela entrega dos mapas de frequência e das notas dos alunos ao comitê central. Para Zabala (1998), quando se pensa a avaliação de forma prioritária, uma das ênfases está relacionada aos resultados obtidos. Em



uma prática educativa que se preocupa com o desenvolvimento do sujeito, a avaliação tem um papel fundamental, pois é por ela que se efetua um diagnóstico do aluno, criam-se estratégias de intervenção para verificar o processo formativo dos alunos, em seguida analisam-se os resultados e, diante deles, criam-se novas estratégias.

Para Paulo Freire (2011), a avaliação acontece por uma práxis reflexiva do professor ou por uma prática docente enveredada pela ação-reflexão e ação. No caso do SERB, por ser um ensino numa escola radiofônica, quem operacionalizava os conteúdos para o aluno era o professor, e quem se preocupava com o processo de formação deste aluno era o monitor que acompanhava as atividades, e somente no final do ano, com um único teste avaliativo, o aluno expressava os seus conhecimentos para saber se estava apto ou não para a outra série. Ou seja, o processo avaliativo do SERB girava em torno do campo cognitivo e pelos passos dos resultados obtidos, por meio de uma única prova.

### 3.5.3 O monitor

No caso do município de Bragança, o comitê do SERB orientava os vigários que compunham o comitê das paróquias sobre a função e atribuição do monitor na Prelazia do Guamá. Segundo os padres, a escolha dos monitores era feita pela relação entre homens e mulheres, monitores com mais maturidade, rapazes e, de preferência, casados. Acreditavam os padres que monitores e monitoras casados contribuiriam para manter a disciplina dos alunos.

[...] O monitor é no momento aquele que deve manter a disciplina nas escolas radiofônicas. Por isso é preferível que seja um homem casado à um não casado, uma senhora casada a uma moça solteira, um rapaz a uma moça. Pode ser todavia, que o vigário encontre na paróquia uma moça de tais qualidades, que deve ser preferida a qualquer outra pessoa. É necessário que o monitor tenha uma certa instrução, tendo completado pelo menos o segundo ou terceiro ano do curso primário. Ele receberá as mensalidades dos alunos, as quais são necessárias para realçar a seriedade do Curso da Escola Radiofônica. Deve haver portanto, uma verdadeira matrícula e mensalidade pode ser Cr\$ 20,00 o monitor deve ser pago. Dos Cr\$ 20,00, Cr\$ 10,00 ficam para o comitê municipal, afim de sustentar as despesas das pilhas e do querosene e Cr\$ 10,00 para as despesas da assistência a Escola Radiofônica (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

Os monitores e monitoras deveriam possuir o segundo ou o terceiro ano do ensino primário. A eles cabiam tanto tirar dúvidas dos alunos como a resolução de problemas apresentados pelos professores-locutores, via rádio. Convém frisar que os alunos pagavam as matrículas e mensalidades para os monitores. De acordo com o relatório de Padre Miguel, o pagamento de matrícula e mensalidade correspondia ao valor de Cr\$ 20,00. O padre considerava uma forma dos alunos valorizarem o ensino no SERB.

De acordo com Wanderley (1984), uma das relações com o camponês é o da confiabilidade e por isso os monitores não exigiam nada em troca, não transformavam a educação em mercadoria, ao menos em tese. Acreditava-se que a capacitação dos alunos e monitores das comunidades deveria, sempre que possível, formar um líder da comunidade, que futuramente eliminaria os traços de hierarquia e de dominação por parte das equipes conservadoras da Igreja e seria o contato mais próximo com os monitores nas comunidades. Era uma forma de compreender a realidade, a luta em comum.

O monitor constituía-se em um dos personagens-chaves do processo educativo e da animação popular, o intermediário entre os professores conscientizadores e os alunos membros da comunidade a serem conscientizados. O monitor é uma ponte entre a emissão organizada e a recepção que transformava os programas do rádio em uma escola radiofônica, o elemento que articula a escola, os alunos e a comunidade (WANDERLEY, 1984).

No município de Bragança, no início do ano de 1961, os valores que eram cobrados dos alunos de matrículas e mensalidades eram destinados para o pagamento do monitor, e a outra parte para a manutenção dos equipamentos da Rádio e a compra de pilha e querosene. O monitor tem a função de propagar a filosofia da congregação barnabítica:

[...] Frisa-se a idéia de que o monitor mais tarde seja o catequista ou Zelador à disposição do Vigário. O monitor deve escolher dentre os elementos do lugar aquele que o pode substituir na sua ausência, para que não haja interrupção na Escola Radiofônica. Não se devem escolher dois substitutos do monitor, para que não haja rivalidades. Encontrando o vigário algum elemento com qualidade de líder, embora muito ocupado em seus negócios, seja preferível a um outro que tenha pouco as qualidades, embora dispondo de muito tempo. [...] O monitor deverá ainda preencher um mapa e enviá-los a Secretaria do SERB de Bragança. O limite máximo dos alunos será de 20 e o mínimo de cinco. Se forem mais é preferível dois turnos. Se forem mais, é preferível dois turnos. Na sede da Paróquia se pode fazer uma turma para homens e uma turma para senhoras. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

Verifica-se, ainda, que o monitor tem a função de instruir os jovens e adultos e organizar as aulas. Porém, o maior objetivo da Diocese era que este monitor se tornasse um zelador ou catequista, membro direto à disposição do Vigário. Caso ocorresse a substituição do monitor, o mesmo deveria ter a formação e condutas similares daquele que foi selecionado, e ambos também deveriam ter o espírito de liderança para atuar no Sistema. Ao monitor cabia organizar as turmas, as quais não poderiam ter menos de 05 e no máximo 20 alunos. Outro fator interessante é que ainda existia a necessidade de dividir as turmas de senhoras e homens na sede de cada paróquia.

Com o intuito de continuar com os trabalhos, Pe. Miguel apresenta, em um dos seus relatórios, a necessidade dos monitores participarem de cursos de formação para desenvolverem seus trabalhos nas comunidades:

O curso de monitores podem durar dois ou três dias completos. Consistirá em aulas de orientação: Inculcar um certo idealismo religioso e patriótico, noções de manutenção de aparelhos, programas radiofônicos e extra- escolares, como esportes, lições de coisas etc. Serão orientados sobre a maneira de prepararem as aulas, preencherem os mapas, fazerem relatórios. O curso não deve durar muito tempo. Nos primeiros quinze minutos será administrada a gramática, depois cinco minutos de programação social, em seguida conhecimentos de matemática e de geometria. Durante o curso serão dados elementos de História, de Geografia, e de conhecimentos gerais. O monitor cuidará que seja dada uma aula de religião, entremeada com outras lições. A aula deve durar uma hora e possivelmente das 6,30 às 7,30 da noite. Pode se experimentar também um curso diurno, o qual deu ótimo resultado em outros lugares, como na Colômbia. Dado que não é fácil o monitor pela manhã poder estar na aula, deve haver um substituto fixo. Se não forem possíveis dois turnos, escolhe-se um curso diurno o curso noturno, de acordo com o ambiente. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

Padre Miguel considera de fundamental importância que a Arquidiocese invista na formação dos monitores. Os monitores eram orientados a ensinar, no primeiro momento da aula, a gramática, a programação social, os conhecimentos de matemática, geografia e história. Além disso, o curso proposto aos monitores estava voltado para noções básicas dos aparelhos, os programas que seriam transmitidos pela rádio e noções do idealismo religioso e patriótico, orientado pela congregação barnabítica.

O monitor tinha duas funções, organizar as atividades da escola radiofônica e da comunidade. Na escola radiofônica ele deveria: instalar a escola radiofônica; efetuar a matrícula; cuidar da arrumação e da higiene da escola; estar presente em todas as aulas e orientar os alunos conforme orientação do professor-locutor; acompanhar os alunos nos exercícios escolares; valorizar o esforço dos alunos que apresentavam dificuldades; observar o interesse e o rendimento dos alunos; anotar a frequência e a ausência deles nas aulas e promover debates sobre os temas das aulas (WANDERLEY, 1984).

No que tange a sua função na comunidade, este deveria fazer da escola uma agência viva da comunidade; fazer da escola um instrumento de transformação da realidade; promover campanhas de (saúdes, hortas), criar canais para a organização de sindicatos, clubes, cooperativas e articulá-los com a escola (WANDERLEY, 1984).

Em Bragança, as dificuldades enfrentadas pelos alunos durante as aulas eram tiradas pelo monitor. O monitor deveria ensinar para os alunos o ensino religioso. As lições



transmitidas pela rádio eram organizadas pelo monitor. Assim, para que os monitores pudessem dar conta das diversas áreas do conhecimento era necessário que eles participassem de um curso de monitores. Esse curso foi oferecido nas seguintes comunidades, no ano de 1962.

Para São Domingos: 23,24,25 de Fevereiro, para Irituia: 21,22,23 de Fevereiro; para Ourém 2,3,4 de Março. Para Vizeu: 5,6,7 de Abril. Para São Miguel 21,22,23 de Março. Bragança, não marcou. Os vigários falam sobre a importância da escola radiofônica e dos monitores afirmando que estes se comprometem com a importância da iniciativa. Na entrega do rádio é conveniente entregar também todo material necessário, como pilha, antenas, etc. Tudo em perfeito funcionamento (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

O itinerário percorrido para a concretização do curso de monitores contou com a presença de Pe. Miguel e Irmã Lygia Arcoverde de Melo. Neste primeiro momento a orientação aconteceu pela manipulação dos equipamentos: a sintonia dos rádios, o uso do receptor, a instalação de antenas, bem como o método de dirigir uma escola radiofônica, e noções básicas sobre as disciplinas que seriam desenvolvidas nas aulas. Quando acontecia o curso de monitores nas paróquias, o vigário tinha a responsabilidade de organizá-lo.

Quando houver nas sedes paroquiais o curso de monitores, o Vigário cuidará de resolver o problema da hospedagem e da alimentação, ou ele diretamente ou indiretamente pedindo às famílias que se encarreguem da hospedagem. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

Por ocasião da realização dos cursos de monitores, a responsabilidade sobre a hospedagem e alimentação ficava a cargo de cada vigário. Este poderia solicitar ajuda das famílias no tocante à hospedagem e alimentação.

Os cursos de monitores preparavam determinadas pessoas da comunidade para assumir os cargos de monitoração. Embora o monitor não desempenhasse a tarefa de professor-locutor, este tinha uma influência sobre a aprendizagem do aluno, seja pela sua atuação durante a transmissão das aulas ou pela orientação que devia dar aos alunos durante o estudo em grupo após a aula radiofônica.

Os monitores deveriam tanto ter habilidade de leitura e escrita como serem líderes das comunidades. Estes, por sua vez, organizavam os espaços onde iriam acontecer as aulas pela rádio.



**Figura 17:** Aula no Centro comunitário.  
**Fonte:** Memorial de D. Eliseu



**Figura 18:** Monitores debaixo de uma árvore  
**Fonte:** Memorial de D. Eliseu

Segundo a diretora da rádio, o monitor era o principal responsável pela organização das turmas na comunidade. A ele competia sintonizar os rádios para facilitar as aulas para os alunos. A escolha dos espaços onde as aulas seriam transmitidas era também de sua responsabilidade. Os ruídos do rádio, muito intensos, fizeram com que muitas aulas fossem realizadas ao ar livre.

O monitor era quem organizava as turmas. Eu acredito que debaixo de uma árvore era muito mesmo. Os rádios, eram muitos ruídos, muita dificuldade. E pegando um pedaço de fio, pra sintonizar a rádio. Isso nos primeiros anos era assim porque era eu que fazia (MARILDA TEIXEIRA – DIRETORA E TECNICA DO SISTEMA).

[...] só o primário completo, não tinha formação era a gente fazia e começava fazer o ginásio, segunda, normal era a formação para professor que de primeira a quarta, até de quinta e o ginásio trabalhava como professor normalista, normal com a gente era um curso que havia entre... Era só para mulheres... Mulheres faziam normal que era a gente que era o segundo grau naquele tempo e os homens faziam o ginásio. (MARIA DE NAZARÉ- MONITORA DO SISTEMA).

De acordo com Zabala (1998), a organização do espaço e a formação dos sujeitos são duas variáveis que têm influência crucial na determinação de diferentes formas de intervenção pedagógica. O lugar da escola e o nível de estudos dos sujeitos são fatores que não apenas condicionam o ensino, mas, ao mesmo tempo, transmitem e veiculam sensações de segurança e ordem, assim como manifestações marcadas por determinados valores: estéticos, de saúde, de gênero, de educação e de práticas educativas.

É necessário observar, nas fotos e na fala da diretora e da monitora, que essas aulas não ocorriam somente na sala de aula. Dependendo de cada comunidade, as aulas ocorriam em uma capela, quando não, no centro comunitário ou debaixo de uma árvore. Essa era a forma de organização das aulas, onde os monitores ajudavam os alunos a compreenderem os conteúdos ensinados pelos professores-locutores. Outro ponto importante a destacar é que alguns monitores do SERB possuíam o segundo e o terceiro ano, enquanto outros monitores tinham o ensino primário completo. Para se qualificar buscavam realizar o curso Magistério.

Uma das exigências para ser monitor era ser alfabetizado (saber ler, escrever e contar). Sua instrução era completada por meio de treinamentos, programas especiais e as próprias aulas. Ser da comunidade trabalhando voluntariamente; ser representativo da comunidade e com qualidades de liderança e, estar a serviço de sua promoção e da comunidade (WANDERLEY, 1984).

Parafraseando Brandão (2002), o monitor era o agente essencial para o desenvolvimento dos trabalhos nos sistemas radiofônicos. Ele geralmente era escolhido entre os adultos das comunidades onde as escolas radiofônicas eram implantadas. O monitor recebia um treinamento e atuava como um intermediário entre a aula enviada pelo rádio e a orientação da sua turma de alunos alfabetizando.

Wanderley (1984) menciona que a indicação e a seleção dos monitores, inicialmente, nas equipes locais e nos Estados, eram feitas pelos padres e vigários de paróquias do interior, e, com raras exceções, o nível era bastante fraco. Posteriormente, os monitores foram sendo selecionados entre os líderes locais, depois de um melhor estudo da área, pela indicação de outros líderes em atividade e, em algumas regiões, até pela maior presença política.

Em Bragança, a seleção da monitora para atuar no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança aconteceu porque ela era da Igreja.

Antes do Sistema, eu trabalhei de 15 anos a 18 anos eu trabalhei na propriedade, ai de lá eu sai e fiquei dois anos nas escolinhas, particular, foi quando entrou a escola radiofônica que é o meu caso, ai eu fui cursando ne, a diferença é quando eles não pagavam os direitos das mulheres eu era mulher e ia completar dezoito anos ai eles dispensavam todas as mulheres, quem quisesse ficar eles iam assinar as carteiras e ai eu como eu preferi estudar aí eu sair eu sair, era uma irmã minha e uma tia e aí elas pararam pra estudar. (MARILDA DE NAZARÉ – MONITORA DO SERB).

A história da monitora é bem similar com a indicação dos monitores das comunidades, ela *“participava da igreja e do grupo de jovens e foi escolhida pela irmã Hortência”*, tesoureira do comitê central, para trabalhar com os alunos na comunidade da Areia, no Município de Capanema – Pará. Nesta época ela morava no município e fazia os cursos pelo comitê central, em Bragança. Observa-se também, que a mesma já possuía experiência no magistério.

As disciplinas que eram ensinadas pelo monitor aconteciam da seguinte maneira:

Os conteúdos, a gente tinha, eu tinha, eles aqui, eles passavam pra gente aqui tinha que ligar o rádio aqui toda aula que eles passavam aqui na frente era transmitida, aí lá a gente tinha que pesquisar nos livros tudinho para melhorar a aprendizagem do alunos e depois a gente ficava dando aulas para quem não entendeu a gente ficava naquele dia mesmo todo a gente ficava reforçando a aula aquele que não entendeu a

aula aí ficavam com a gente mais uma horinha com eles para reforçar que tinham passado pra gente pra eles (MARILDA DE NAZARÉ - MONITORA DO SISTEMA).

Era por dia, tinha dia que era matemática, tinha português, tinha dias que era outras disciplinas, eram ... o nosso trabalho era três a quatro dias só por semana, aí já tinha outras como conhecimentos gerais, história, geografia, moral e cívica, quando tinha (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DO SISTEMA).

Os conteúdos que eram transmitidos pelos professores-locutores através dos livros eram reforçados pelos monitores que organizavam um horário para tirar as dúvidas dos alunos. Cada dia era transmitida uma disciplina diferente, onde o aluno participava das aulas de Geografia, Matemática, Português, Religião, Orientação Agrícola e História. Nessas aulas os alunos possuíam diversos conhecimentos que lhes ajudavam no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Zabala (1998), a determinação das finalidades ou objetivos da educação, sejam explícitos ou não, é o ponto de partida de qualquer análise prática. Em termos de conteúdo, eles foram utilizados para expressar aquilo que se deve aprender, mas em relação quase exclusiva aos conhecimentos das matérias ou disciplinas clássicas e habitualmente para expressar um conhecimento de nomes, conceitos, enunciados, teoremas, concepções educativas, enveredados, estritamente, por um caráter disciplinar e cognitivo. No caso do SERB, o caráter disciplinar e cognitivo dos conteúdos se faziam presentes nos conteúdos ensinados pelos professores e orientados pelos monitores. Estes conteúdos não eram orientados por uma prática de formação integral do sujeito, que possibilitasse efetuar uma análise crítica sobre os conteúdos, pois os conteúdos das disciplinas tinham por finalidade o caráter cognitivo e evangelizador.

Para Fávero (2006), nos sistemas educativos da região Nordeste, as aulas transmitidas pela rádio sobre aritmética tratavam das operações voltadas aos problemas enfrentados pelos lavradores, procurando desenvolver habilidades de cálculos que estes já possuíam de forma assistemática, fornecendo a eles os primeiros rudimentos de uma aritmética simbólica, gráfica. Os problemas giravam em torno das situações concretas e dos desafios do adulto rural no seu dia a dia. Buscava-se a formação gradativa de um pensamento matemático elementar, que permeava pela percepção e organização dos dados e seus resultados.

As aulas de Trabalho Agrícola consistiam em técnicas de trabalho agrícola, próprio da região (mudanças de costumes tradicionais por técnicas adequadas e ao alcance das comunidades). As relações de trabalho agrícola visavam a organização da comunidade para a

produção e o trabalho em cooperação. Valorizava-se o trabalho coletivo e não o individual (Wanderley, 1984).

O acompanhamento das aulas de Conhecimentos Gerais e do Trabalho Agrícola era uma das dificuldades enfrentadas pelo Prelado de Bragança. À medida que a educação de jovens e adultos via rádio estava sendo ampliada pela formação dos comitês paroquiais nos municípios, acirrava-se a falta de diálogo do Prelado com os monitores das comunidades. Essa ausência de diálogo ocasionou inúmeras dificuldades no SERB, pois quando Pe. Miguel realizou as primeiras visitas nas escolas radiofônicas constatou as impressões negativas sobre a ausência deste acompanhamento, relacionada aos conteúdos transmitidos pela rádio e a organização dos sistemas, pois:

- Por parte do comitê central: 1) Faltou o devido contato com os comitês paroquiais. 2) Houve mal funcionamento do transmissor tropical. - Por parte dos comitês paroquiais: 1) Pouco interesse do padre; 2) A má colocação das antenas e do a terra; 3) Falta de contacto dos Comitês com o Comitê Central, não mandaram reclamações quando os receptores acusavam falta no transmissor; 4) Falta de contacto do Comitê paroquial com os monitores. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 -1971).

Tais dificuldades, apresentadas pela ausência de contato e diálogo entre os comitês, dificultou o funcionamento de algumas escolas radiofônicas; a quantidade de atribuições ao Pe. Miguel e à Irmã Ligia também podem ser consideradas dificuldades quando comparadas ao número de escolas existentes. Para superar essas dificuldades, os comitês central e paroquiais desempenharam novas formas de organização.

#### O Comitê Central:

Já providenciou a tirar os defeitos técnicos; manterá mais contato com o comitê paroquial; dará mais corres pondente epistolar. Faça-se reunião mensal do comitê paroquial, aproveitando do dia do maior movimento do pessoal do Interior para cidade. Naquela reunião tratarão assuntos urgentes, recebendo mensalidades e reclamações, etc. Tudo conforme o roteiro que será enviado. Procurem prestigiar o monitor diante do povo. O padre procure estar sempre presente à reunião mensal.

#### Os Comitês Paroquiais:

Deixem qualquer displicência; serão entregues aparelhos rádio de graça, sendo porém que a propriedade fica da Educadora. Cada paróquia, pois ficará com 05 rádio de reserva, afim de evitar ao monitor e as escolas a falha de interromper as aulas, o rádio de reserva é entregue unicamente para os dias em que o rádio da Capela fica em concerto. A oficina da Educadora compromete de consertar de graça, excluindo a mudança de transistor, para as escolas que pagaram Cr\$ 2000,00 na entrega do aparelho. Fracassando a escola, o rádio deve ser restituído, e prede-se o direito a receber restituídos de Cr\$ 200,00. Precisarà fazer boa colocação da antena e a terra. A antena é fio de cobre descoberto, de mts. 27, dividida em das partes isoladas entre si por um isolador, enquanto outros dois isoladores vão ser colocados nas pontas, do isolador do meio desce para o aparelho rádio a continuação da antena e o a aterra que vão se unir ao aparelho. A colocação da antena, pois é em todo o se cumprimento orientada para a Cidade de Bragança. O aterra, compra-se em Belém: é o mesmo da televisão. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tombo II, 1958 - 1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

Do ponto de vista do comitê central, os comitês paroquiais terão mais apoio sobre a manutenção, substituição, conserto e orientação para o manuseio do rádio. Além disso, o comitê central investiu em reuniões mensais com os comitês paroquiais para o pagamento da mensalidade e resolução de reclamações. Quanto aos comitês paroquiais, os mesmos deverão estimular a permanência da escola, considerando o número de alunos e o cuidado dos aparelhos entregues pela Rádio. Caso ocorra o fracasso de uma escola radiofônica, aquelas que efetuaram a mensalidade de CR\$ 200,00 para entrega do aparelho não receberão restituição. Estes foram os acordos acertados entre o comitê central e os paroquiais.

É notório que essa organização entre os comitês, em termos da função de cada sujeito no SERB, está contida na subseção acima, entretanto elas se entrelaçam, nesta subseção do monitor, porque além de ocorrer em 31 de dezembro de 1961, um ano depois acaba implicando na redefinição dos papéis dos comitês e, por conseguinte, no papel dos monitores.

Após esta reorganização dos comitês foi encaminhado por Pe. Miguel o segundo curso de formação de monitores:

Data do Encontro do Comitê Central com o Comitê paroquiais e monitores: Dia 23 de Março: São Miguel – Dia 24: Irituia – Dia 25: S. Domingos – Dia 27: Ourém – dia 28: Bragança. O Padre de Viseu assistira ao encontro dos monitores de Bragança. No encontro exige-se a presença do Comitê paroquial por completo e do padre. As aulas começarão no dia 02 de Abril, sendo que o primeiro curso terá aula as 18,05 hrs; enquanto a ala do 2 curso entrará as 19 hs (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

Neste segundo itinerário, Pe. Miguel, juntamente com a Irmã Ligia, se empenharam para garantir a participação de cada vigário da paróquia e dos seus monitores. Essa proposta do curso de monitores foi sendo modificada com a entrada dos leigos no Sistema. Isso acabou gerando alguns conflitos ideológicos porque os leigos, vinculados à Juventude Universitária Católica (JUC), eram adeptos da Cristologia da Teologia da Libertação, e isso se refletia diretamente no MEB e nos sistemas rádio educativos. Tanto o MEB quanto os egressos da JUC no MEB possuíam uma linha ideológica emancipatória, de libertação, de uma educação conscientizadora,<sup>33</sup> a favor dos pobres e dos oprimidos.

A ideia da Prelazia era formar jovens cristãos monitores que, ao retornarem aos seus lugares, tinham como propósito fortalecer, por meio da orientação, os alunos para a evangelização.

---

<sup>33</sup> A noção de uma educação conscientizadora passa pela interpretação da consciência histórica do sujeito, da noção pessoa consciente de si, do seu mundo e do outro que se redefinem como instrumento de liberdade, do mundo e sua transformação social.

### 3.6 Os Conflitos Ideológicos entre o Prelado e o MEB/Bragança

Como vimos nos parágrafos acima, a implantação e a organização dos comitês paroquiais e do comitê central do SERB foram marcadas apenas pela linha ideológica da filosofia barnabítica. Esta ideologia foi disseminada nos cursos de monitores e na escuta do rádio pelos professores-locutores, cuja formação tinha por base a instrução religiosa.

A renovação do Concílio do Vaticano II e as Encíclicas Papais de João XXIII fomentaram uma mudança ideológica de se fazer igreja, isto é, uma igreja voltada para a periferia, para o povo oprimido. Essas encíclicas, representadas pela Teologia da Libertação, trazem um novo olhar na América Latina, com mudanças sociais de se fazer uma igreja para o pobre. Essas Encíclicas influenciam a educação de jovens e adultos, a qual se pauta em uma educação de cunho emancipatório, onde os sujeitos passam a compreender os seus direitos e ganham vez e voz no cenário brasileiro, isso é principalmente cogitado pelos movimentos populares, inclusive no MEB (BOFF, 1984).

Para Paiva (2003), no início de 1960 cresceu o interesse da Igreja pelo problema da educação das massas. Nessa época começa a difundir o pensamento social cristão, voltado para uma igreja da periferia, dos oprimidos, e daí o grupo ideológico da Igreja Católica, considerado como grupo progressista, abraça esta causa e vive inúmeros conflitos com o grupo conservador da Igreja Católica, que buscava alienar os jovens e adultos por meio de um ensino confessional, sem perspectiva de mudanças sociais e qualidade de vida para o sujeito oprimido. Em Bragança- Pará, os conflitos ideológicos ocorreram entre o MEB e o Prelado, em 1963, pois estes possuíam concepções de educação distintas para educar os jovens e adultos.

Sobre o MEB, o diretor na época, Heraldo Maués, e o professor do Sistema, Ribamar Oliveira, informam:

Pelo que eu entendi. O MEB<sup>34</sup>, é, foi um convênio que teve com a Prelazia é, ele sustentava uma parte das atividades didáticas, do trabalho com as populações rurais, o trabalho com a educação de adultos. Agora, nós não tínhamos uma ligação direta com a Prelazia, o MEB contratou várias pessoas, como o MEB pertencia a CNBB e a Prelazia estava ligada a CNBB, então havia um acordo possível. O MEB repassava recursos para prelazia e a prelazia pagava o nosso serviço. É que havia um contrato que poderia ficar lá trabalhando durante algum tempo. Então a minha função, enquanto coordenador, era não só a de coordenar nossos monitores e professores, as pessoas que trabalhavam conosco, também de visitar os locais onde havia as rádios cativos, supervisionar também a organização que havia em cada um dos lugares. E como eu disse também, nós fazíamos um trabalho de apoio à sindicalização rural por que era uma coisa tensa [...] (HERALDO MAUÉS- DIRETOR DO MEB).

<sup>34</sup> Sobre o MEB, analisar as páginas 84-88, que tratam a sobre a concepção do MEB e a implantação do sistema.

[...] Com o surgimento do MEB ele se incorporou ao SERB e passou a se chamar de SERB - MEB, então com as gratificações, as apostilas, os cursos as visitas dos supervisores é pagas pelo MEB tudo pago pelo MEB, tanto nós sabemos que existiam dois MEB; o da primeira fase que é até sessenta e quatro e depois de sessenta e seis em diante com a presença do Padre Miguel diretamente como presidente do SERB – MEB. Então o MEB, quando chegou em mil novecentos e oitenta e dois SERB não me enganam ele se separou de Bragança foi para mãe do rio O MEB ficou fazendo o trabalho só dele do MEB e o SERB assumiu sua parte ( RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

Observa-se na fala do diretor que o convênio entre o SERB e o MEB beneficiou o Sistema, pois além dos padres e das irmãs, que eram professores (as), foi possível, com auxílio de recursos financeiros do MEB, contratar mais professores leigos cristãos para compor o MEB, cujo papel era de supervisionar cada uma das comunidades da Prelazia; apoiar a sindicalização rural que beneficia e fortalece os líderes de cada localidade, bem como buscar resolver as reais questões problemas encontradas nas comunidades. Apesar de serem contratados pelo Prelado, acirrava-se uma tensão entre o Prelado e o MEB, devido à proposta educativa de cada um: evangelizadora ou emancipatória. Convém destacar, ainda, que o professor Ribamar Oliveira menciona que existem dois MEB's, um antes de 1964 e outro depois de 1966. Isso implicou diretamente na concepção de educação, na mudança dos papéis dos sujeitos pertencentes a este ensino, e acirrou os conflitos ideológicos entre o SERB/MEB e o Prelado.

De acordo com Wanderley (1984), a atuação do MEB, sustentada pela decisão do Governo Federal, ultrapassa um convênio com a Igreja, no sentido de atender os objetivos dos bispos. Desde 1960, o MEB redimensiona um ensino confessional, e fomenta, com a entrada de leigos nos escolas radiofônicas, atividades pela educação sindicalista, treinamentos de lideranças que convergem para uma educação popular, de uma real democracia de base que possibilite a prática de um projeto político de transformação social.

Observou-se nesta seção que o Prelado de Bragança esteve preocupado diretamente com a criação do comitê central nesse município e comitês paroquiais nas demais localidades que compunham a Prelazia do Guamá. O Prelado operacionalizou, ainda, a organização das escolas radiofônicas e a fomentação de cursos técnicos para a Irmã Marilda manusear os aparelhos; buscou captação de recursos financeiros perante os governos para manutenção do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança; definiu a função dos sujeitos no Sistema e percorreu vários itinerários nos municípios para efetuar o acompanhamento administrativo e pedagógico das escolas radiofônicas.

Analisando a proposta educativa do SERB em relação aos sistemas educativos radiofônicos do Nordeste, verifica-se que no SERB, sua proposta de educação aos jovens e



adultos, entre o período de 1960-1962, versava, apenas, por uma prática educativa de instrução religiosa. Enquanto que nos sistemas radioeducativos do Nordeste a proposta educativa aos jovens e adultos, estava permeada pelo viés de uma educação da cultura popular conscientizadora, que já se fazia presente desde 1961. No SERB, essa concepção de educação conscientizadora, inicia-se com a entrada dos leigos, no ano de 1963, e passa por inúmeros conflitos, tanto por parte do Prelado quanto pela ditadura militar. Ambas reprimem as ações dos leigos no SERB/MEB.

#### 4.0 A ENTRADA DOS LEIGOS NO SERB E A CONSTITUIÇÃO DO SER/MEB, NUMA CONCEPÇÃO PROGRESSISTA

Uma educação que não promove a emancipação, reduz o ser humano a um “autômato”, receptor passivo do conteúdo ideológico dominante, o que constitui a negação de sua vocação. A vocação do homem é a de ser sujeito e não objeto. Pela ausência de uma análise do meio cultural, corre-se o perigo de realizar uma educação pré-fabricada, portanto, inoperante, que não está adaptada ao homem concreto a quem se destina (FREIRE, 1980, p.34).

A citação acima apresenta o sentido da emancipação, bem como o envolvimento do sujeito no processo de construção do conhecimento. O processo de uma educação emancipatória possibilita a consciência, a liberdade e o desenvolvimento do ser humano. Essa liberdade é possível quando se valoriza a cultura do sujeito. Isso implica na tomada de consciência crítica de si mesmo sobre a realidade e de sua transformação social. Analisar as contradições da sociedade sem levar em consideração uma análise do meio cultural, é desenvolver uma cultura acrítica, sem representação do mundo do homem, da sua luta, de uma educação politicamente mobilizadora, sem sentido material para a prática cultural da liberdade.

É importante frisar nesta seção que a educação emancipatória em Freire faz parte de um dos princípios educativos que permeavam as ações do SERB/MEB. E quem impulsionava esta educação eram os leigos da linha progressista da Igreja Católica.

Com a entrada do diretor Heraldo Maués no MEB/Bragança, no início de 1963, este tinha como função coordenar os monitores, os professores, acompanhar as escolas onde funcionavam os rádios cativos, supervisionar a organização de cada escola radiofônica da Prelazia, estimular a criação e dar apoio à sindicalização rural. E isso era uma coisa tensa, porque:

[...] Havia vários grupos políticos nessa ocasião trabalhando neste sentido, inclusive partidos de esquerda, como partido comunista, por exemplo, então isso era uma coisa tensa, porque, bem, nenhum de nós era comunista e, alguns de nós tínhamos ligação com o MEB/ Nacional, com a AP - Ação Popular que foi um partido de esquerda nascido dentro da Igreja Católica, então a última tentativa da Igreja Católica, não dessa Igreja como um todo, de criar um partido Político. O Partido Democrático Cristão era o Partido Oficial na Itália. No Brasil não funcionou muito bem [...]. E no caso da AP, ela acabou não dando certo também e acabou se identificando com PTB, com os lenistas, com os marxistas, a favor da luta armada pela ditadura [...] (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Segundo Paiva (2003), a partir dos anos iniciais de 1960, no Brasil houve interesse da hierarquia da Igreja Católica pela educação de jovens e adultos e, paralelo a isso, com o pensamento social cristão advindo dos grupos políticos católicos, como no caso da Teologia

da Libertação, que defendia a educação popular e os movimentos populares da época, entre eles o MEB.

Na fala do diretor Heraldo Maués, observa-se que o surgimento dos partidos progressistas da JUC, da JEC, das CEB'S e do MEB, entre outros da Igreja Católica, estão diretamente ligados aos grupos políticos de esquerda, advindos da Ação Católica Popular, nascida dentro da Igreja Católica, que foi uma das tentativas da Igreja em criar um partido político popular que oportunizasse muitos fiéis pelo viés da educação popular-emancipatória, mas, com o tempo isso não deu certo, pois as tensões entre os grupos políticos de direita e, mais tarde, com o golpe da ditadura de 64, as ações do partido comunista e a ação popular na Igreja Católica foram inibidas.

Em 1962, a promoção da cultura popular valorizando as expressões artísticas e culturais do povo e o combate ao preconceito contra o analfabeto eram alguns dos principais temas desenvolvidos no campo educativo, por Paulo Freire. A partir do conceito antropológico de cultura, cria-se uma nova imagem do analfabeto. Este passa a ser visto como sujeito capaz e produtivo das suas ações e conhecimentos. Essa ideia foi intensificada pelos movimentos populares, que impulsionaram a educação de jovens e adultos no Brasil (PAIVA, 2003).

A partir de 1962, a educação popular passa a ser considerada pelos organismos governamentais – através da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) e da Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (MNCA). Nessa época, os programas educativos pelo rádio tiveram ampla influência nas diversas regiões brasileiras. Nelas foram criados cursos de aperfeiçoamento para os professores, como por exemplo, o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP). Este programa tinha por finalidade desenvolver atividades de desenvolvimento comunitário ligadas à valorização da cultura popular, como métodos de planejamentos das atividades educacionais (PAIVA, 2003).

As mobilizações propiciadas pelo MEB sobre os cursos de aperfeiçoamento dos movimentos populares para os professores e a entrada de propostas educativas pelo viés da cultura popular ocorriam com a participação da maioria dos sistemas radio-educativos do Brasil. Em diversos desses encontros houve a participação do SERB, com a presença de Pe. Miguel e D. Eliseu. No encontro de Recife, por exemplo, a orientação do MEB/Nacional era incluir leigos para o trabalho radiofônico. Neste instante inicia-se um dos impactos na Prelazia do Guamá, pois os leigos passam a mobilizar ações educativas com cunho popular no SERB.

No encontro de coordenadores estaduais do MEB em Recife, instituiu-se na conveniência, de por elementos leigos na direção e na administração das emissoras católicas, para tirar-lhes aquele caráter eclesialístico que não se torna aceitas e simpáticas. Com isso as emissoras católicas terão mais liberdade e campo de ação, declinando a responsabilidade aos funcionários leigos, os quais não tem tanta obrigação de dar satisfação a quem quer que seja na preparação e na atuação dos programas. Acarretando isso, no caso da nossa emissora, o Pe. Miguel fez notar aos dirigentes do encontro que aquilo tudo era possível só com uma segura e constante assistência econômica. Para isto, pediu cerca de 500 contos mensais, que forma concedidos. Além disso solicitou 500 antenas, 300 aladins de pressão, 300 pilhas, 02 motocicletas vespas e uma camionete Kombi: “scusate se é poco”. Todo este material foi concedido e chegando aos poucos. A Kombi vai chegar neste dias. Quanto à organização da parte leiga, disse o Pe. Miguel que espera pôr na educadora um professor, chamado Heraldo Maués,- Responsável pelo andamento de 10 escolas radiofônicas será um monitor, chamado monitor dirigente. Responsável pela radicação e supervisão de todas as escolas radiofônicas numa paróquia será um elemento, chamado supervisor. Somente este último, terá um estipendio, que será de 15 mil cruzeiros. Os supervisores têm a obrigação de se reunir 2 vezes por mês na cidade de Bragança, sede do SERB (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

A entrada de leigos cristãos nos sistemas radiofônicos gerou a insatisfação do Prelado de Bragança, pois os padres não ficaram satisfeitos com a orientação de incluir os leigos cristãos na direção e administração das emissoras católicas, mas, devido a parceria com o Movimento de Educação de Base - Bragança, Pe. Miguel aceita a orientação com uma ressalva, que o MEB deveria ajudar o sistema no que tange aos repasses de verbas, pilhas, antenas, Kombi, entre outros. O MEB ajuda com os materiais solicitados por Giambelli, que em contrapartida inclui no sistema o diretor do MEB, Heraldo Maués, e este, por sua vez, inicialmente administraria dez escolas radiofônicas.

O professor Heraldo Maués, contratado pelo Pe. Miguel, chegou de Belém e assume o cargo de Diretor/ Coordenador do SERB juntamente com a irmã Isabel Carneiro da Cunha, que substituiu a irmã Liga Arcoverde de Melo (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D ELISEU).

Neste enunciado apresenta-se a entrada do diretor Heraldo Maués no Sistema e a entrada da professora Irmã Isabel Carneiro como coordenadora. Nesse momento ocorre um conflito ideológico entre o Prelado e o MEB de Bragança, considerando que as perspectivas de alfabetização de jovens e adultos não se reduziram mais ao cunho de evangelização, até então desenvolvida pelo Prelado, pois agora os novos integrantes que estavam na direção do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança eram os responsáveis inclusive pela organização dos programas radiofônicos.

Apesar da irmã e professora Isabel Carneiro fazer parte da congregação dos barnabitas, ela foi contratada para ser uma das integrantes do MEB e, por mais que estivesse na condição de coordenadora do SERB, seu contato estava diretamente relacionado com os

professores do Movimento de Educação de Base - MEB. Por isso, em vez de aceitar as propostas de educação pelo cunho da evangelização orientada pelos padres, incentivava as atividades de uma educação emancipatória no SERB, sob a responsabilidade dos mebianos. Tanto é que, em 1964, ela foi uma das únicas que continuou na equipe, mais pelo fato de que os padres confiavam nela. Entretanto, ela foi destituída em 1965, porque não se coadunou com a proposta de evangelização e a retração do MEB no SERB.

Segundo Wanderley (1984), este I Encontro de Coordenadores, realizado em Recife (Dezembro-1962), entra no marco da história do MEB, porque além de impulsionar a entrada dos leigos nos sistemas radioeducativos, socializar as experiências entre os sistemas brasileiros e desenvolver um trabalho mais organizado e planejado, traz como proposta o desenvolvimento de ações por meio de um processo de educação conscientizadora. Essas ações iriam refletir na escola radiofônica como um trabalho educativo de cooperativismo, artesanato; de formação dos líderes locais, capacitação dos monitores, além da educação sindicalista, ou seja, onde a presença do MEB foi sobrepondo um trabalho educativo emancipatório.

O I Encontro dos Coordenadores em Recife, em 1962, altera a própria programação radiofônica, mudando as aulas e os programas. Os treinamentos e cursos foram crescendo, abarcando temas sobre educação, subdesenvolvimento, conscientização, cultura popular e o povo como sujeito de mudanças. O material didático foi produzido pelo livro “Viver é lutar”, que procurava responder às necessidades do homem do campo, além de um conjunto didático de textos, formulados pela equipe do MEB/Nacional, que orientavam os sistemas para sua aplicabilidade. O MEB começava a delinear um novo sentido de educação nos sistemas radioeducativos. Isso acabou gerando conflitos entre as alas conservadoras e progressistas da Igreja Católica.

Para Paiva (2003), quando o MEB foi estruturado sob a responsabilidade da Igreja, mas confiado aos leigos desde os primeiros momentos, esses traziam consigo os princípios dos grupos cristãos, baseados nos ensinamentos de Jesus Cristo, como práticas libertadoras de toda opressão na sociedade, cujo propósito era assumir a responsabilidade pela reflexão, planejamento e execução do MEB, bem como a realização de um trabalho pela promoção humana, mediada pela educação do povo. Esses princípios desestabilizaram alguns movimentos da Igreja, pois os objetivos catequéticos iriam ser deixados de lado.

A ação do MEB é redefinida com maior profundidade em 1962, quando o movimento integrante da cultura popular passa por um processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do ser humano e de uma consciência crítica da realidade.

A própria programação das escolas radiofônicas, organizada pelos leigos, deixaria de ser uma educação individual, restrita a um grupo de alunos que concebem a dimensão comunitária, para se tornar um instrumento de conscientização comunitária, que faz dos programas dimensões de mobilizações populares mais amplas (BRANDÃO, 2002).

Wanderley (1984) menciona que apesar do MEB fazer parte do episcopado brasileiro, ele não é um movimento catequético católico, sua concepção de educação de base não é uma campanha contra o analfabetismo, ele objetiva trabalhar com a alfabetização, educação sanitária, iniciação profissional, especialmente agrícola, promoção social e “formação moral e cívica”, isso ultrapassa apenas uma campanha contra o analfabetismo, ele desenvolve ações para a emancipação do sujeito. Daí, também a importância dos leigos no trabalho educativo do MEB.

No caso do Município de Bragança-Pará. O diretor do MEB, Heraldo Maués, não foi convidado aleatoriamente para fazer parte do SERB/MEB, pois se observarmos o perfil deste intelectual na introdução desta pesquisa, verificamos que durante a sua vida acadêmica ele foi o presidente da Juventude Universitária Católica em Belém do Pará. Nesta linha, os egressos da JUC possuíam uma concepção emancipatória de educação que se incorporava ao Movimento de Educação de Base, inclusive no SERB de Bragança – Pará. Por isso, é preciso compreender a articulação da entrada do diretor no SERB de Bragança-Pará.

[...] trabalhei em Bragança, convidado pelo MEB- Movimento de Educação de Base e pela convênio com a Prelazia de Bragança e, coordenei, em 1963, por aí, é, o Sistema Educativo Radiofônico, com essa delegação do MEB e, claro, com aceitação das autoridades da Prelazia de Bragança. Quem trabalhava mais diretamente comigo era o padre Miguel Giambelli [...] (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Pelo que eu me lembro desde que eu entrei, fiquei como diretor desde o início trabalhava com Giambelli, com a irmã Isabel, a irmã Ligia era mais afastada um pouco, então os meus relacionamentos, era mais com essas duas pessoas e com os outros colegas do MEB, para auxiliar os nossos trabalhos (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Observa-se que a vinda deste diretor a Bragança foi articulada entre o MEB/Estadual e a Prelazia de Bragança. Ele não foi apenas coordenador de dez escolas radiofônicas como havia sido cogitado inicialmente pelos padres, pois, desde a sua entrada no SERB já foi como diretor do MEB, e isso impactou a Prelazia, porque inicialmente os padres haviam articulado a vinda dele como um monitor geral do MEB, e não como diretor. Isto, de certa maneira, desestabilizou o Prelado, porque agora o diretor estava imbuído pela administração e organização das aulas, dos programas, do curso de monitores. Logo, o Prelado estava

perdendo para os leigos cristãos o poder sobre a organização administrativa e pedagógica do sistema.

Para Brandão (2002), quando os sistemas radioeducativos foram entregues aos cuidados dos leigos cristãos, a maioria oriundos dos quadros inquietos e contestadores do movimento progressista da Igreja Católica, não faltou ao MEB a crítica de que ele foi uma instituição originalmente da igreja. Entretanto, na prática ele foi conduzido por intelectuais “esquerdistas”, alguns deles depois militantes da ação popular.

No âmbito das tarefas de um monitor de uma rádio escola era de não perder o compromisso político de um líder católico na comunidade. Em virtude disto, os padres insistiam que a formação dos monitores deveria ter por base a instrução religiosa, mas

Em 1963, ocorreu o curso de monitores das escolas radiofônicas de Ourém, Guamá, Irituia, BR14 e Capim. Participaram 92 monitores; este curso é coordenado por Heraldo Maués e irmã Isabel Carneiro. Tomando de Posse dos prefeitos recém eleitos de Bragança, Ourém Guamá, Irituia, Vizeu e Capim. Ao encerramento no dia 16 de Setembro estão presentes Dom Milton Pereira, Bispo auxiliar de Belém, o Dr. Benedito Pádua Costa<sup>35</sup>, Secretário Estadual de Educação e o Prefeito de Bragança, Jorge Ramos (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D ELISEU).

Diante da insistência dos padres sobre a instrução religiosa na formação dos monitores muda-se a ordem dos acontecimentos, pois o acompanhamento do professor Heraldo Maués e da Irmã Isabel Carneiro é baseado na criação de sindicatos rurais e a discussão sobre a reforma agrária. A Irmã Isabel era professora-locutora do Sistema e orientava, de acordo com a orientação do MEB/ Nacional, os monitores sobre as disciplinas que eles deveriam ensinar aos alunos.

Com a substituição da professora Ligia Arcoverde de Melo pela professora Isabel Carneiro, nova Coordenadora do SERB, alteram-se as aulas e os textos, pois se eles representavam uma propagação da mensagem de evangelização para os jovens e adultos, agora as aulas e os textos possuem os conhecimentos sobre a valorização do lavrador.

[...] A irmã Isabel que transmitia as aulas, e, havia textos impressos que eram utilizados por elas era utilizados nos núcleos, o objetivo fundamental era de alfabetizar essas pessoas, o processo de alfabetização dos adultos. Então havia núcleos em vários lugares, uma espécie de coordenador, monitor que reunia e que auxiliava na ocasião das aulas e depois cobrava os exercícios que eram passados, e nós íamos de vez em quando, orientar. E os monitores nos reuniam todos nós íamos para a reunião, tudo o que era trabalhado para alfabetização. E eu escrevia uma

---

<sup>35</sup> Segundo o Diário Oficial, o Secretário de Educação do Estado possuía uma linha ideológica progressista e apoiava a tomada de decisões do MEB, em Bragança. Além disso, pesquisando dados para confirmar sobre Secretário de Educação, lancei mão de registrar o nome do mesmo na página do google e encontrei no Diário oficial em Dezembro de 1963, o seu nome confirmando a sua função na época. Material em anexo.

pequena crônica que era transmitida sobre a reforma agrária, sindicalização. (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Os textos tratavam sobre o povo do campo e a vida em família:

Os textos vieram sempre sobre o povo do campo, a produção, situação de família, sabe eram vários textos, não era como os livros didáticos de hoje, eles eram baseados mais na situação familiar de cada um mesmo das pessoas que eram atendidas (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

Nestas citações verifica-se que, se antes a mensagem do Evangelho era a principal proposta didática do sistema, ocorre com a entrada dos leigos uma mensagem de valorização do ser humano e da comunidade, de sua cultura, de seu papel diante da realidade brasileira. Os textos utilizados nas atividades pedagógicas procuravam evitar a regressão da aprendizagem e da conscientização, despertando o adulto para o necessário engajamento em grupos de trabalhos de comunidades como formação de clubes, sindicatos, cooperativas e artesanatos, entre outros.

Um dos saberes fundamentais que o professor precisa desenvolver em sua prática educativa é instigar os educandos no movimento de busca, curiosidades, indagações sobre o seu contexto, suas aprendizagens, sua construção e reconstrução para mudar o mundo. Daí a importância de desenvolver um ensino que valorize a cultura do sujeito para revelar se os textos, conteúdos ensinados/apreendidos na escola ou nos sistemas radioeducativos, estão servindo somente para a reprodução da ideologia dominante ou para o seu desmascaramento (FREIRE, 2011).

Para Wanderley (1984) a programação das aulas radiofônicas representa no Movimento de Educação de Base a tomada de consciência, pelo educando, dos seus valores, da significação do seu trabalho de homem no mundo. A própria educação emancipatória significa a tomada de consciência de si e do que são os outros. A comunicação entre os sujeitos é fundamental na busca por uma educação integral. Por isso, um dos objetivos das programações radiofônicas era a valorização de mulheres e homens do campo, a mudança de postura do homem conscientizado e a cooperação entre os sujeitos, principalmente os lavradores.

Para Paiva (2003), no âmbito da fomentação sobre a reforma agrária, o MEB cresce como um movimento de cultura popular, que traz como proposta educativa um contexto mais amplo de educação de base, a ajuda para e com o homem rural, a promoção humana perpassa por um elemento indispensável de defesa contra as ideologias nacionalistas. A discussão sobre a reforma agrária, com a evangelização suprimida dentro do movimento, era pensada na



concepção devida do camponês, tornando-os conscientes dos seus valores físicos, espirituais, morais e cívicos; um estilo de vida que garantisse a força interior dos direitos e deveres do homem do campo; por isso, esses princípios deveriam ser organizados e difundidos como programas nas escolas radiofônicas.

Segundo os relatórios de Pe. Miguel Maria Giambelli (1958- 1971), nos anos de 1962 e 1963 Dom Eliseu esteve em Roma participando da IV seção do Concílio Vaticano II e a assessoria da Rádio Educadora ficou por conta do Pe. Miguel Giambelli. No ano de 1963, uma tarde chega D. Eliseu de Roma. Naquela ocasião houve uma recepção oficial que terminou na igreja matriz, onde depois do discurso do Prefeito e do presidente do bispo aconteceu à benção, por parte de D. Eliseu.

Em dezembro, já na última semana de 1963, Pe. Miguel foi com a equipe do MEB a Manaus para participar de um encontro organizado pelo MEB/Nacional. Observa-se neste encontro a influência de Paulo Freire na formação dos supervisores do SERB/MEB.

A primeira reunião do MEB, foi em Manaus, a primeira reunião que nós reunimos com representantes do Brasil inteiro, e, enfim a influência do Paulo Freire era muito grande sobre nós, sobre o MEB, em algumas regiões do Brasil, por exemplo no Nordeste. O MEB não atuava só com a escola radiofônica, atuava também no processo de sindicalização rural e no processo de alfabetização. É, trabalhava com o método Paulo Freire; circulava entre nós as coisas do Paulo Freire, os escritos de Paulo Freire. E uma coisa interessante é que eu e minha esposa sempre tivemos interesse pela Antropologia, é que o Paulo Freire nessa época foi bastante influenciado pela Antropologia e sobretudo pela Antropologia americana (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Neste encontro de Manaus, sobre a influência dos textos de Paulo Freire, a sindicalização rural ocorria na perspectiva de fortalecimento da organização dos camponeses, e isso acirrava a propagação da luta e reivindicação pela reforma agrária. Além disso, os escritos de Paulo Freire sobre um ensino que contemplasse uma educação emancipatória que valorizasse a cultura do lavrador, dos pescadores e ribeirinhos fomentava os direitos dos sujeitos, bem como a valorização de sua cultura; uma cultura simbólica, que apresenta as práticas existenciais de cada um, enquanto sinônimo de valorização da sua existência, do seu contexto, que modifique a sua situação de oprimido.

De acordo com diretor do MEB, Heraldo Maués, no período de 1960 aconteciam várias discussões sobre os conceitos de cultura que se materializam no Brasil e isso é explicado pela antropologia, mais especificamente pela antropologia americana liderada pelo antropólogo Leslie White.

Leslie White, foi o primeiro antropólogo americano que recebeu influencia marxista, de uma maneira mais direta, chegando até a fazer cursos na antiga União Soviética, enfim, ele não tinha uma postura radical, ele combinava os estudos culturalistas americanos

com algumas perspectivas ligadas a Marx, Engels, e, sobretudo a partir de um antropólogo, que é americano e é considerado o pai da Antropologia americana, Lewis Henry Morgan, o Morgan escreveu um livro muito famoso *Ancient Society*, que tratava sobre a evolução humana e também fez estudos sobre parentescos. As obras de Morgan exerceram muita influência sobre Marx e Engels e quando Leslie White tentou estudar o Morgan, nos Estados Unidos, ele encontrou dificuldades por que nessa altura a antropologia do Morgan já tinha sido desprezada, ninguém mais se interessava pelo assunto. A influência era de um outro antropólogo famoso o Franz Boas, que era alemão e líder da Antropologia Americana, então para ele poder estudar melhor o Morgan ele teve que ir na União Soviética fazer cursos lá e depois voltou para os Estados Unidos, é, e foi aí que ele se tornou um líder dos neoevolucionistas americano, ou um dos líderes, e ele tinha um texto que era muito lido por nós nesse época, que era sobre o conceito de cultura e como agente tinha também uma influência muito forte sobre o pragmatismo americano, algumas perspectivas voltadas pela filosofia americana voltada para o estudo dos símbolos, sobretudo, a partir de Suzane Langer, que até hoje é lida é discutida por várias áreas, a Suzane Langer, discutida aqui no Brasil. A Suzane Langer tem um livro que é fenomenal para antropologia e outras áreas que é “Filosofia em novas chaves”, essa nova chave era o simbolismo, então a definição de cultura que Leslie White defendia, era muito influenciada por essa construção da cultura enquanto símbolo, ele rejeitou a definição de cultura do Morgan porque era uma definição muito descritiva- Cultura é um conjunto de coisas... A definição de cultura que ele adota é uma definição que enfatiza a importância do simbólico. O ser humano é um ser, um animal simbólico é a partir daí que se pode entender a cultura. Então essas ideias todas são circuladas nesta época, nos inícios dos anos 60, e influenciaram muita gente em várias áreas: na pedagogia, na filosofia, na sociologia, enfim e o Paulo Freire foi influenciado, então o método de alfabetização dele é fundamentado neste conceito de cultura. (HERALDO MAUÉS- DIRETOR DO MEB

Para o diretor do MEB, Heraldo Maués, a antropologia norte americana contribui de maneira decisiva sobre a constituição de um novo conceito de cultura no período de 1960 a 1970, no Brasil. O primeiro antropólogo norte americano marxista responsável pela renovação do conceito de cultura nos Estados Unidos foi Leslie White. A antropologia de Leslie White tinha por base os estudos de Lewis Henry Morgan. A teoria de Morgan sobre o conceito de cultura era definido por um conceito descritivo, onde a cultura era um conjunto de coisas, de objetos etc. Entretanto, este conceito de cultura descritiva já estava sendo desprezada, porque o antropólogo que estava sendo estudado, neste período, era Franz Boas. Autor que apresentava o conceito de cultura por um caráter simbólico. A cultura simbólica ver o ser humano como um ser, um animal simbólico, que constrói uma cultura simbólica a partir das suas relações sociais. Essa noção de uma cultura simbólica, por Franz Boas, foi materializada, no Brasil, pelo livro de filosofia em novas chaves de Suzane Langer. O livro desta autora influenciou muitas pessoas, inclusive o educador Paulo Freire, quando este discute o conceito de cultura simbólica a partir do cotidiano dos jovens e adultos em cada contexto.

Wanderley (1984) menciona que na proposta do MEB estão presentes os princípios educativos de Paulo Freire, porque além de ultrapassar um trabalho meramente integrador para criador, possibilita situar o educando na plenitude de seu papel de sujeito na cultura.

A educação visa à ação. Uma ação onde o ser humano age diante de um fato que é imprescindível para a tomada de consciência da realidade. Ao lado disso, o sujeito assume uma atitude de transformador dessa realidade. Atitude que surge a partir da consciência da realidade. Para que a atitude se concretize em ação, o homem parte sempre dos meios que lhe oferecem a cultura e seus instrumentos físicos e verbais. A sua organização didática, parte assim pela conscientização, motivação, atitude, e estes propiciam mecanismos de ação (WANDERLEY, 1984).

O trabalho educativo do MEB deixa de ser meramente integrativo, que pensava mais na organização das escolas, para ser criador, com uma metodologia própria de trabalho que se vincula à conscientização, à mudança de posturas, e à instrumentação das comunidades. A educação radiofônica deveria atuar com mais profundidade nas comunidades rurais (PAIVA, 2003).

Quando Pe. Miguel retorna de Manaus, os padres da Prelazia caracterizam esse encontro como uma lavagem cerebral na equipe:

Pe. Miguel, com irmã Isabel e Heraldo Maués e toda equipe central de dirigentes do SERB de Bragança vai a Manaus para participar do curso de treinamento de dirigentes = supervisores dos vários Sistemas de Educação de Base existentes na Amazônia. Foram dez dias de “lavagem cerebral” de nossa equipe, que voltou de lá totalmente conquistada aos ideais da equipe do MEB/Nacional (MEMORIAL DE D. ELISEU, LIVRO DE TOMBO III- 1958-1971, DEZ.1963, ANEXO, Nº 51).

À medida que a equipe do SERB participava dos cursos e treinamentos, se apropriava cada vez mais das concepções progressistas da Igreja Católica. Ao retornar a Bragança a equipe entra em choque com a ala conservadora da Congregação dos Barnabitas de Bragança. Quando Pe. Miguel volta de Manaus com a equipe do SERB/MEB conta suas impressões aos padres e freiras: “A luta era para eliminar ou diminuir ao mínimo a influência do clerical no ambiente das escolas radiofônicas, chegando ao absurdo de querer eliminar delas o ensino religioso” (Memorial de Livro de Tombo II, 1947 -1964).

Com o curso de formação para os componentes do MEB- Bragança, em Manaus, o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança passou por momentos difíceis quando comparado à linha ideológica do Prelado de Bragança. O MEB, como órgão nacional, divulga o ideário pedagógico do Estado no que tange a afastar das escolas radiofônicas a interferência dos padres e das freiras. De certa maneira, isso desestabilizou o clero de Bragança.

Observa-se que a relação de conflito entre o Prelado de Bragança e os integrantes leigos do movimento de Educação de Base perpassa por uma prática educativa conflituosa, pois se de um lado a ala conservadora de Bragança queria manter como base o saber religioso no sistema, do outro lado o grupo do MEB, baseado em uma educação libertadora, tinha como

referência os ensinamentos de Jesus Cristo como práticas libertadoras e a influência da proposta educativa conscientizadora- emancipatória de Paulo Freire para com os jovens e adultos. Assim, ambos contribuem para uma prática educativa libertadora, oriunda de um saber emancipatório.

De Roma, Dom Eliseu enviava suas cartas circulares, sempre preocupado com a prudência dos padres ao retransmitir aos fiéis as decisões conciliares. Em 19.07.1963 D. Eliseu escreveu:

Cuidado. Aproveito a ocasião para recomendar a todos os padres insistentemente os fiéis a ouvirem a Santa Missa pela rádio: acho que é uma obrigação nossa explicar a importância da oração e da instrução religiosa e pedir que venham como é obrigação deles de rezarem e de se instruírem, quanto a ser pecado faltar uma vez ou outra deixo-os de lado: é melhor talvez não tocar neste assunto por enquanto, isto é, enquanto não fizermos uma boa discussão. Mas é cegamente pecado faltarem habitualmente. Em todo caso não prejudiquem este assunto com declarações inoportunas. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D. ELISEU).

A carta de D. Eliseu remete à discussão da atual conjuntura histórica em que o Brasil vivia, era a influência do comunismo na Igreja Católica. A ala da Igreja Católica progressista não se reduziria apenas em um ensino com caráter eclesial, pois os movimentos de esquerda também influenciavam suas perspectivas de filosofia nos sistemas educativos radiofônicos e isso causava uma série de agitações entre esta e a ala da Igreja Católica conservadora, que tinha receio de perder suas bases eclesiais; logo, o Prelado tentava combater as práticas ideológicas do comunismo. Ao se tratar de Bragança- Pará:

No trabalho entre a congregação dos Barnabitas, prejudicou o trabalho do MEB. Nós participávamos da criação dos sindicatos e isso, nós participávamos com outros movimentos políticos, eu participava com o Benedito Monteiro, nós não nos hostilizávamos, mas chegamos a ter colaboração na criação de sindicatos. Sobretudo, naquela área de Belém- Brasília e pessoas de outras organizações. Pode não ter sido, muito mais relevante, como foi no Nordeste que foi muito mais relevante, mas houve uma alfabetização e a reforma agrária, já nessa época, antes da ditadura militar (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

A citação acima demonstra, mais uma vez, que no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança a lógica da alfabetização pela conscientização crítica de Paulo Freire não ocorreu com o mesmo teor, se comparado aos sistemas educativos do Nordeste Brasileiro. Mas, alguns princípios dos professores do MEB foram instituídos por meio da implantação e apoio aos sindicatos, e a discussão da reforma agrária impactara, antes da ditadura, o Prelado conservador de Bragança. Isso, porque havia no MEB outras organizações que participavam do processo de formação do sistema, e com isso a influência de Benedito Monteiro apoiando

as ações das escolas radiofônicas, estimulavam práticas comunistas no sistema, o que era repellido pela Prelazia do Guamá.

O convênio da CNBB nos sistemas brasileiros radiofônicos limitava a atuação do MEB nos estudos por meio das escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. No Sul as emissoras eram mais concentradas e a presença do catolicismo conservador era mais forte; além disso, era necessário combater o poder eleitoral das oligarquias agrárias. Por isso, o melhor instrumento para tal combate era um amplo programa de educação destinado especialmente ao homem do campo sob a orientação da Igreja. O novo programa poderia apresentar uma oportunidade da propagação da fé e atender as recentes preocupações com a educação do povo (PAIVA, 2003).

#### **4.1 As estratégias do Prelado para manter a instrução religiosa no SERB.**

De acordo com Paiva (2003), desde 1962 o MEB estava fortemente influenciado pela orientação da esquerda cristã, pois a mobilização político-ideológica já estava caracterizada com maior intensidade pela cultura popular e na busca de uma metodologia que transcendesse a mera organização de uma escola radiofônica.

Em Bragança, quando os padres começaram se sentir ameaçados com essa nova ideologia, criaram mecanismos de organização e, como de costume, se reuniram para decidir sobre os acontecimentos envolvendo o SERB. Em 1963, ainda sob os resquícios da reunião de Recife, com receio de perderem sua linha de trabalho com o SERB, sistematizam as seguintes ações:

- a) Fazer na medida do possível de cada monitor de rádio- Escola um zelador e de cada zelador um monitor. Isso trará imensos benefícios na formação espiritual, intelectual e social de cada um deles, com todos os benefícios e conseqüências para as localidades onde atuam (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).
- b) Organizar anualmente curso de monitores em âmbito paroquial, com pleno entrosamento entre o SERB e o vigário na sede de cada paróquia, durante o qual serão dadas orientações não somente a respeito das tarefas do monitor de uma rádio - escola, como também dos compromissos que tem um líder católico em sua localidade (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

A ideia de tornar o monitor zelador das paróquias estava imbricada na sua formação religiosa que iria refletir diretamente na educação dos jovens e adultos. É importante frisar que não se critica a instrução religiosa desenvolvida com os alunos no sistema, pois se sabe da relevância da Igreja Católica na implantação das rádios, o que se questiona é o desenvolvimento da instrução religiosa, que deveria ser mais um componente entre as

disciplinas desenvolvidas no sistema, mas era o carro-chefe do desenvolvimento dos trabalhos na Prelazia. O monitor, neste período, é um dos representantes mais cogitados para ser um líder de evangelização em cada escola radiofônica. Tanto é que muda o papel do vigário, pois se inicialmente ele era o único representante que mantinha o contato com a comunidade e com o monitor, aos poucos foi perdendo seu espaço para os leigos cristãos que ficaram responsáveis pelo contato contínuo com as escolas e o monitor. Agora o Prelado pensa em manter o vigário como mentor desse diálogo com as escolas radiofônicas para não perder de vista a responsabilidade sobre a escola radiofônica no sistema.

Sobre o vigário e a escola radiofônica – O padre vigário, embora não sendo mais obrigado ao contacto contínuo com a escola radiofônica é porém o verdadeiro superior da escola radiofônica. Praticamente tudo converge nele, todo se orienta por ele, embora o trabalho material seja feito pelos monitores das escolas e pelos monitores dirigentes e sobre tudo pelo supervisor. É ele que dá o tom a escola radiofônica. Quanto à parte econômica da escola, achou-se oportuno criar um tesoureiro na pessoa de um monitor, como sendo pessoa mais interessada no assunto. As pilhas serão vendidas aos Monitores pela metade do preço. Não convém dá-las de graça, pois o Monitor pode usar o aparelho receptor quantas vezes quiser, fora da hora da escola. (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; Livro de tomo II, 1958 -1971 - RELATÓRIO DE PADRE MIGUEL MARIA GIAMBELLI; 1963).

Ao verificar a realização dos papéis do vigário e do monitor, percebe-se a insistência do Prelado em não perder a orientação de educação pelo viés da evangelização na escola radiofônica do SERB. Isso vinha se acirrando ao longo dos anos de 1963. Apesar do vigário não manter o contato contínuo com a escola, porque seria responsabilidade do supervisor do MEB, ele deveria organizar o curso de monitores com base na instrução religiosa, o que influenciava diretamente na instrução dos jovens e adultos em cada paróquia.

Na ata de reunião dos padres, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 1964, estando ausente D. Eliseu, que se encontrava na Itália, quem coordenou a reunião do Vigário Geral da Prelazia foi Padre Miguel Giambelli. Foi possível perceber nesta ata a preocupação do Prelado com a educação emancipatória no Sistema.

[...] O ver. Padre iniciou as suas palavras, frisando que o assunto do SERB se encontra entre os assuntos da reunião Geral dos padres da Prelazia. Devido ao fato de a comunidade dos Barnabitas de Bragança ter insistido no sentido de solicitar um pronunciamento oficial do diretor do SERB a respeito da nova orientação e linha ideológica que o referido sistema educativo estaria tomando. “Em rápidas palavras, lembrou o Pe. Miguel os heroicos sacrifícios de tempo e dinheiro que o SERB custou aos padres presentes, que para torna-lo uma realidade, mesmo antes que se cogitasse no MEB, chegaram cada qual a se cotizar, pondo nas mãos de D. Eliseu todas as economias que dispunham, a fim de que o senhor prelado pudesse adquirir os primeiros cento e cinquenta receptores cativos (MEMORIAL DE D. ELISEU-ATA DE REUNIÃO DOS PADRES, JAN; 1964).

Esta reunião, coordenada pelo Padre Miguel Giambelli, foi iniciada com um cunho reflexivo sobre os sacrifícios que os padres fizeram para implantar as rádios educativas para os jovens e adultos na região Bragantina.

Os padres almejavam recursos mais eficientes e meios técnicos modernos para que os católicos tivessem uma catequese mais aprofundada e mais uma firme orientação sobre os verdadeiros e genuínos ensinamentos da nossa Santa Madre Igreja católica. Era justo, pois que cada um dos padres, continuou o relator, se achassem bastante apreensivo perante umas notícias sugeridas durante o curso de monitores dirigentes. A esta altura lembrou o relator que durante o referido curso veio de Belém a professora Almerinda, elemento da Frente Agrária Paraense, com a finalidade orientar os monitores sobre sindicalismo. Demorou-se ela em Bragança uns quatro ou cinco dias durante os quais não soube ocultar o seu entusiasmo para o paraíso soviético, o qual ela afirma conhecer “de visu” por ter feito uma viagem de estudos aos países Vermelhos. Pe. Miguel foi alvo de numerosíssimas perguntas por parte dos padres presentes, preocupadíssimos perante a gravidade desta notícia, não conseguindo eles se capacitar e mesmo não compreendendo como o Dr. Heraldo Maués tivesse convidado esta criatura para se entrosar como equipe de funcionamento do nosso SERB (MEMORIAL DE D. ELISEU - ATA DE REUNIÃO DOS PADRES, JAN; 1964).

Nesta reunião os padres buscavam esclarecimentos com Pe. Miguel sobre a proposta educativa do MEB envolvendo a reforma agrária e o comunismo, devido às apreensões deixadas pelos cursos de monitores dirigentes ocorridos em Bragança. Estes cursos mudaram a direção da linha de trabalho do SERB, pois a própria vinda da professora Almerinda, em 1964, como representante da Frente Agrária Paraense - FRAP, acompanhada do diretor Heraldo Maués e da Irmã Isabel Carneiro, estimulou entre os monitores a formação sobre o sindicalismo nas comunidades. Essa formação ocasionou um receio por parte dos padres que a viam como uma formadora de princípios comunistas. À medida que os cursos de formação dos monitores ocorriam, mais aumentava a influência de uma educação libertadora na educação de jovens e adultos e, mais uma vez, acirravam-se os conflitos sobre as concepções de educação entre o Prelado e o MEB de Bragança.

Paiva (2003) considera a atuação dos supervisores e professores do MEB como agentes que desenvolveram a animação popular nas comunidades. A animação popular era uma metodologia do MEB, definida como processo de estruturação da comunidade e organização dos grupos essenciais para o processo político da vida na comunidade e na política nacional. O trabalho era desenvolvido a partir do treinamento da liderança local formada por elementos do próprio povo. Com assessoria às comunidades e ao movimento de sindicalização rural, buscava-se integrar a escola à vida da comunidade, formando os alunos e monitores esteios da animação popular, líderes da cultura popular.

O desenvolvimento de comunidades pelo MEB é concebido no Brasil como um processo de resolução de problemas dos setores populares marginalizados. O

desenvolvimento integral do homem correspondia ao desenvolvimento integral das comunidades, que passava pela totalidade de seu trabalho, e eles se educavam por si mesmos (WANDERLEY,1984).

No caso de Bragança, os padres sabiam que os monitores e alunos estavam sendo incentivados pelos supervisores do MEB para se tornarem líderes que valorizassem uma educação na escola radiofônica pela cultura popular. Nesta ocasião, em uma das reuniões dos Padres, a professora Almerinda entrega aos supervisores um bilhete que continha escritos sobre a mobilização popular.

O que sobremaneira chocou os Padres da prelazia foi a atitude desleal da professora Almerinda em passar um documento de frente de mobilização popular aos nossos supervisores e monitores, recomendando-lhes a leitura com esta recomendação escrita “Cuidado não mostre ao padre” (MEMORIAL DE D. ELISEU, LIVRO DE TOMBO II, 1964, ANEXO nº 52).

Essa atitude da professora Almerinda, responsável pela discussão e formação dos sindicatos e da propagação da reforma agrária, foi vista pelos padres como uma atitude divergente à educação desenvolvida por eles nas escolas radiofônicas; então decidiram, em reunião, que deveriam constar em ata três resoluções, que seriam cumpridas à risca na Prelazia, com relação aos professores que trabalhavam com a formação dos supervisores e monitores.

- A) Pedir ao diretor. H.M que se defina com exatidão quanto a sua linha ideológica e particularmente com referência à frente da mobilização popular;
- B) Comunicar ao MEB Nacional que o SERB não se entrosará com a FRAP até que dele não seja afastado a professora Almerinda.
- C) Proibir terminantemente que a professora Almerinda desenvolva as atividades na Prelazia (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; LIVRO DE TOMBO II, 1958 -1971 – ESCRITOS DE D ELISEU).

Observa-se nestas ações que os padres já estavam perdendo o controle sobre a mobilização popular instituída pelos leigos nos sistemas educativos radiofônicos, e isso, de certa forma, abalava os princípios e objetivos do Prelado de Bragança. Wanderley (1984) diz que os sindicatos rurais eram uma das modalidades praticadas entre os grupos de cristãos de esquerda que tinham ligação com os partidos comunistas. Em Bragança, o Pe. Miguel, com receio da linha comunista no Sistema, elaborou uma carta circular para vários sistemas do Brasil:

Pe. Miguel, na ausência de D. Eliseu que se encontrava em Roma, viu-se na obrigação de alertar que uma circular a todos os bispos do Brasil que se dedicam a Educação de Base, contra a ideologia do MEB/Nacional. Esta circular teve grande repercussão no seio do Episcopato. Não consta no livro dos circulares, nem no livro de tombo, o teor desta circular. Só as consequências dela pareceram fortes porque o Senhor José Augusto Guilhon de Albuquerque, da equipe nacional do MEB veio a Bragança e conferência longamente com Pe. Miguel com relação aos motivos que o



levaram a alerta do Episcopado com a sua circular. Pe. Miguel exige à mudança de vários elementos da equipe local, que já se comprometeram por suas ideias “subversivas” (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; LIVRO DE TOMBO II, 1958 - 1971 ESCRITOS DE D ELISEU).

A ação de Pe. Miguel acontece porque os grupos cristãos da Igreja Católica, vistos como conservadores, não aceitavam a teoria marxista nos sistemas educativos radiofônicos. E isso foi percebido com a postura de Pe. Miguel ao enviar esta circular entre o episcopado.

#### **4.2 A Resistência da concepção de educação dos Mebianos no SERB**

Nos primeiros meses de 1964, os representantes do MEB estavam sendo pressionados diretamente pela Prelazia para decidir sobre a sua proposta educativa, evangelizadora ou libertadora, nas escolas radiofônicas. Essa proposta refletia diretamente nos cursos de monitores, que transitavam entre os diversos municípios.

No ano de 1964, inicia-se o curso de monitores Dirigentes, sob orientação de elementos do MEB Nacional- Participa do Curso Também Pe. Mateus. A seguir ocorreu outros cursos nos Municípios do Guamá, Irituia, Ourém, Capim e Vizeu, sob orientação dos coordenadores Heraldo Maués e Irmã Isabel Carneiro. O professor Heraldo Maués, seguindo as orientações do MEB Nacional, orienta a equipe central do supervisores e professores radiofônicos do SERB pelo caminho da insubordinação à autoridade eclesiástica da Prelazia e da total autonomia de transmissão ao alunos de mensagens negativas que podem levar a subversão (MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P; LIVRO DE TOMBO II, 1947 -1964 – RELATÓRIO DE D. MIGUEL MARIA GIAMBELLI).

[...] o MEB, ele foi apoiado pela Igreja pelo CNBB e etc., mas a CNBB não tem culpa da cabeça de muita gente ter suas ideologias. Então quando a CNBB pensou que o MEB estava numa linha, a equipe do MEB estava em outra linha que era a linha esquerdista, onde foi embebida a Irmã Isabel Carneiro da Cunha, que era Coordenadora do SERB. Embebeu por essa linha. Ela era coordenadora do SERB, ela tinha toda confiança do bispo dentro do SERB e MEB. Foi a coordenadora do SERB/MEB (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DA RÁDIO).

Os representantes do MEB vão implementando, nos cursos de monitores, a linha da concepção de educação dos princípios do MEB nos municípios que compõem a Prelazia do Guamá. Nesta época vivia-se no Governo de João Goulart a aceleração dos princípios comunistas no país, e vários padres católicos internalizaram a realização de tais princípios, que passaram a ser transferidos pelos sistemas educativos radiofônicos brasileiros, como uma concepção de educação conscientizadora, libertadora e de transformação social.

Um ponto que precisa ser considerado é que, de 1961 a 1965, há a necessidade do diálogo do Prelado e dos leigos cristãos do MEB/Bragança no acompanhamento das escolas radiofônicas. Esse diálogo na forma de conflito é proveniente da relação de poderes que se propagam nas duas propostas educativas: a religiosa imperante pelo Prelado e a educação emancipatória dos leigos nos sistemas.

O diálogo presente na educação emancipatória, é crítico, é uma forma de poder das classes oprimidas, é transformador. Um diálogo crítico possibilita a luta pela libertação do próprio sujeito oprimido, das diversas formas de opressão dos dominantes que precisam, também, se libertar e romper com as diversas formas de opressão de si mesmos. Por meio do diálogo, se revela o ensino e a constituição de ideologias das classes sociais (FREIRE, 1987).

Observa-se que a entrada dos leigos nos sistemas educativos radiofônicos, e com isso a proposta do MEB em Bragança, reconfigurou a proposta desse ensino, pois o Diretor do MEB, Heraldo Maués, em 1964, informa sua relação com o Prelado.

Eu tive pouco contato com D. Eliseu e Giambelli, mas a distinção era a concepção deles a respeito do trabalho de alfabetização de adultos, que deveria se limitar a evangelização com aquela postura conservadora da Igreja Católica que ambas tinham e a nossa postura não era mais a mesma, né? Então, isso trazia certas situações que no início não eram conflituosas, mas já próximo do golpe de 64 já tinham se tornado conflituosas, inclusive, a gestão do MEB já tinha nos orientado a recolher todos os veículos que tinham sido comprados pelo MEB, que pertenciam ao MEB e retirar as palavras que estava na Kombi, em vez de deixar o nome de Prelazia do Guamá, deveríamos mudar para o nome Movimento de Educação de Base, como acontecia no Nordeste. Aí sim, se fizéssemos isso, o conflito seria maior (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Reforça-se nesta citação que os conflitos entre os professores do MEB e o grupo conservador da Igreja - D. Eliseu e Pe. Giambelli - aconteciam pela distinção sobre a proposta de educação aos jovens e adultos. Por isso, o diálogo entre os professores do MEB estava mais próximo da Irmã Isabel Carneiro - coordenadora do SERB, pois os trabalhos dos mebianos por uma educação emancipatória na escola radiofônica do SERB, ultrapassavam as atitudes conservadoras de evangelização dos padres. Aqui ocorria, mais uma vez, a correlação de poderes entre o SERB/MEB e o Prelado, pois ambos não queriam perder seu espaço na educação para os jovens e adultos que pertenciam ao sistema educativo radiofônico.

De acordo com Paiva (2003), nos anos de 1964, a radicalização política se intensificava entre os grupos políticos, havendo uma conspiração entre os militares e elementos conservadores, que se sentiram ameaçados com os grupos mobilizadores dos programas de alfabetização de adultos, pois o voto do analfabeto, pela alfabetização em massa da população, não levantava esperanças de um novo eleitorado para os grupos direitistas. Logo, com os políticos de esquerda no poder a possibilidade de uma educação emancipatória estaria mais propícia para as mudanças a favor dos jovens e adultos.

Além do SERB/MEB, em frente à Praça das Bandeiras, às margens da Avenida Rio Branco, encontrava-se o escritório do MEB/Bragança-Pará. Este MEB teve, por sua vez, um trabalho de alfabetização e escolarização de adultos

[..] Que permitia com que os camponeses aprendessem a ler e, ao mesmo tempo, adquirissem consciência de que eram cidadãos e portanto tinham direitos. Para um olheiro do exército aquela prática era subversiva, pois recebiam de Belém cartilhas de pregação comunista, largamente espalhadas entre as populações rurais. O escritório do MEB foi imediatamente fechado. Além disso, alguns funcionários mebianos como Luiz Maria de Jesus Soares, Henrique Lélis do Rosário, Maria José Nogueira, Heraldo Maués e outros, foram vistos como comunistas e destituídos dos seus cargos (RIBAMAR OLIVEIRA – PROFESSOR DO SISTEMA).

Olha, primeiro começou nesta, começou a alfabetização, foi. Eu não me lembro, foi na cartilha de ABC, mas com um tempo, eles ensinavam o método Paulo Freire. Já existia o Método Paulo Freire, que enriqueceu muito o SERB nessa primeira década. O método Paulo Freire foi uma coisa enriquecedora, muito, no SERB (RIBAMAR OLIVEIRA – PROFESSOR DO SISTEMA).

Neste argumento verifica-se que o MEB de Bragança teve sua participação com o movimento de cultura popular, cujos princípios de alfabetização eram a formação da consciência crítica dos alunos e a luta pelos direitos de cidadania. Essa cidadania se enveredava muito mais pela condição do aluno compreender, por meio da leitura e da escrita, seus direitos para a discussão da reforma agrária, da luta, dos valores do seu trabalho, da sua cultura na Prelazia do Guamá.

Os programas desenvolvidos pela rádio e a mobilização das comunidades rurais, propiciadas pelo MEB, fizeram com que o grupo direitista se preocupasse com a instabilidade do regime para a preservação da ordem capitalista, tendo sido provocada a reação popular pelo golpe da ditadura militar e a autoafirmação das forças conservadoras da Igreja Católica.

#### **4.3 A ditadura militar e a retração do SERB/MEB.**

No Brasil, em 31 de março de 1964, ocorreu o golpe militar. Segundo o professor Ribamar Oliveira, houve o apoio dos padres que estavam à frente das forças conservadoras da Igreja Católica, a favor do golpe militar, porque o receio maior dos padres era a entrada do comunismo na Igreja. Tanto que o depoimento de Dom Elizeu perante as noviças é o seguinte:

Isso foi uma mestra, uma noviça, Irma Janete que falou. Quando estourou a revolução em 64, Dom Elizeu chegou com a mestra de noviça lá, me desculpa. Com as noviças e disse “minhas crianças”, abre aspas, quero dizer que é palavras dele, *“estou muito satisfeito. Os militares tomarem conta do país. Porque abafaram o comunismo, que a intensão era implantar o comunismo”* regime comunista, então ele ficou satisfeito (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

Conforme a citação, o apoio da Igreja Católica à ditadura militar ocorreu devido aos inúmeros conflitos que estavam ocorrendo entre o Prelado e o SERB/MEB. Com o apoio da ala conservadora da Igreja, inicialmente D. Eliseu apoia a chegada da ditadura militar no país.

Quando D. Eliseu apoia a ditadura militar, combatendo os princípios comunistas que se faziam presente no seio da igreja católica de Bragança, ele não pensou que a ditadura militar iria perseguir, inclusive, alguns padres da igreja católica. Sobre essa questão diz o professor Ribamar Oliveira:

Estou decepcionado, eu pensei uma coisa e a coisa, além de eliminar o comunismo, eles implantaram a ditadura, implantaram a ditadura que tá errado e passaram a perseguir aquilo, aquele que pensava receber um apoio, e passaram a perseguir a igreja, os padres, e a prender, etc. E aí Dom Eliseu foi em cima. Todo mundo foi enganado e como governo, agora todo mundo foi enganado. Todo mundo fala a mesma coisa. Quando veio o combate ao comunismo todo mundo ficou em êxtase, a ideia de medo e as pessoas [...]Era o lenismo, o marxismo[...] (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DO SISTEMA).

O pensamento de D. Eliseu em relação ao regime ditatorial era de perder espaço para uma educação que não levava em consideração a mensagem do evangelho como plano para alfabetização dos jovens e adultos. Isso porque a conscientização do aluno por uma educação crítica social era fomentada tanto pelos mebianos quanto pelos padres dos movimentos esquerdistas da igreja católica, por isso ambos foram perseguidos pelo regime militar que buscava coibir a propagação do comunismo no país.

De acordo com Oliveira (2006), em 1964, vários personagens que faziam parte da História Brasileira e estavam à frente da liderança popular foram coagidos pelo regime ditatorial. No lugar dos personagens que movimentavam a educação popular, surgiram outros atores que, de repente, assumiam o poder e o controle da sociedade. Em menos de 48 horas, pela ausência de uma consciência democrática, o Presidente da República, João Goulart, foi destituído do seu poder e obrigado a fugir de Brasília para Montevideo.

Em 02 de abril de 1964, assume uma junta militar, intitulada pelo Comando Supremo da Revolução e composta pelos ministros:

General Arthur da Costa e Silva (Guerra), tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e vice-almirante Augusto Redemaker Grunewald (Marinha), assumiam o controle do país. E o presidente da câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, homem de confiança dos militares, era empossado provisoriamente na presidência da República (OLIVEIRA; 2006. P.26).

Esses líderes tinham como propósito investigar e interditar os sindicatos e as ligas camponesas nordestinas. Eles incendiaram a Sede da União Nacional dos Estudantes - UNE. Atingiram também a imprensa, os profissionais liberais, os meios acadêmicos e culturais, entre outras ações punitivas. Tudo isso para conter o movimento popular, os líderes populares e a tomada de consciência do povo brasileiro.

Em 09 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução baixou o Ato Institucional A-5, que marca eleições presidenciais para 03 de outubro de 1965. Logo foi baixado também o ato que cassava, por dez anos, os direitos políticos de dezenas de personalidades políticas, entre as quais: João Goulart, Jânio Quadros, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes. Em 15 de abril de 1964, Humberto de Alencar Castelo Branco assume a Presidência da República, cuja doutrina tinha por objetivo combater o “inimigo eterno” (OLIVEIRA, 2006).

Para Paiva (2003), antes de abril de 1964 os bispos brasileiros haviam chegado a cogitar o desligamento do MEB da CNBB, entregando o movimento totalmente aos leigos, pois a entrada dos leigos não agradava à hierarquia conservadora da Igreja Católica, mas isso não acontece devido o vínculo com a CNBB. A hierarquia conservadora do episcopado traz como retomada profundas mudanças observadas na orientação do movimento, caracterizado agora pelo retorno do programa evangelizador, destinado à catequese e à instrução religiosa. Essas orientações eram rejeitadas pelo MEB, inclusive no município de Bragança-Pará.

No Estado do Pará, no mesmo período do golpe militar, quem estava no cargo de Governador era Aurélio do Carmo, do partido Social Democrático. Este também foi destituído do seu cargo perdendo os direitos políticos. Além deste, o ex- deputado Benedito Monteiro foi perseguido, deposto do cargo e preso no Município de Alenquer – Pará. Trazido a Belém, permaneceu numa cela solitária do Batalhão do Exército. Uma das causas que levaram o deputado e escritor a ser preso foi uma de suas poesias, compostas por ele em 1962, “*A canção de um lavrador*”, que trata sobre a reforma agrária.

Agora nós vamos pra luta,  
 A terra que é nossa ocupar,  
 A terra é de quem trabalha,  
 A História não falha,  
 Nós vamos ganhar.  
 Já chega de exploração,  
 Já chega de tanto sofrer,  
 Ou morre jogado no eito  
 Ou leva no peito  
 O jeito é vencer.  
 Já chega de tanta promessa,  
 Já chega de tanto esperar,  
 A terra na raça ou na garra,  
 Na lei ou na marra,  
 Nós vamos tomar (MONTEIRO apud OLIVEIRA, 2006, p. 24).

A poesia de Benedito Monteiro retrata a reivindicação dos trabalhadores pelo direito à terra onde trabalhavam. Nesta época, caso os movimentos populares conseguissem resolver juntamente com o Governo os conflitos existentes sobre a Reforma Agrária, propiciando a

redistribuição das terras, isso desestabilizaria a oligarquia agrária, porque o Estado poderia interferir na compra ou desapropriação das terras dos grandes latifundiários (proprietários de grandes extensões de terras), podendo, assim, distribuir lotes de terras para as famílias camponesas. Os oligárquicos se sentiram ameaçados pela ideologia do movimento popular.

Benedito menciona no Diário do Pará de 1964, o seguinte:

Fui vítima maior do Estado, por ser amigo pessoal de João Goulart e ter apresentado um projeto de reforma agrária, na época em que assumi a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária, o atual Incra (DIÁRIO DO PARÁ, 1964 apud OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Essa situação de perseguição ao ex- deputado<sup>36</sup> era uma das ações do governo militar para desestabilizar o movimento político da reforma agrária no Brasil, movimento este que propiciava a busca de uma transformação social.

As lideranças populares que defendiam projetos de criação dos sindicatos e a reforma agrária no Brasil sofreram várias perseguições pela ditadura e isso abalou o Movimento de Educação de Base no Pará, pois

O padre Aloísio da Silva Neno, Coordenador Regional do MEB, atuando no Pará e Amazonas, inclusive com a responsabilidade de dirigir as escolas radiofônicas. Neno comenta que no aeroporto de Val de Cães, *“puseram-me no carro e fui levado para o Q.G. da Praça da Bandeira. Por lá devia estar o passarinho que me conhecia porque estava sempre ligado aos movimentos estudantis universitários”* (OLIVEIRA, 2006. p. 24).

No início da ditadura, uma das primeiras organizações que foram perseguidas foi o MEB. O golpe militar de 64 pôs fim aos anseios nacionalistas de desenvolvimento e consolidou a posição dominadora de progresso. Terminou com muitos projetos de reforma de base desse período, bem como inviabilizou, daí para frente, a chamada política de massas. Nesta conjuntura, um dos principais representantes do MEB no Pará foi preso e as equipes que compunham os MEB's no Estado do Pará foram lentamente destituídas da sua função, pois havia neste momento um embate dos princípios do MEB e da atual conjuntura militar, da ditadura.

Para Oliveira (2006), no município de Bragança muitas pessoas aderiram à linha marxista da época, entre elas se destaca a comunidade dos Campos de Cima, Ponta da Areia-Tatu. Nela ocorreu uma intensa discussão sobre a reforma Agrária; a implantação e apoio aos sindicatos e a alfabetização de jovens e adultos fundamentados nos princípios de Paulo Freire.

<sup>36</sup> Era conhecido o inconformismo de Benedito Monteiro, de fato, não perdia a oportunidade para reclamar sobre as elites nacionais, dos grandes latifundiários, que se sentiram ameaçados com as ideias de redistribuição de terras e Reforma Agrária, proposto por ele.

Conforme a fala do diretor do MEB, Heraldo Maués, observa-se a postura dos padres sobre a participação do MEB no sistema.

É claro que os grupos direitistas recusavam isso. Então, na prelazia de Bragança, nós enfrentamos, em determinados momentos, uma resistência muito grande que vinha dos padres que tinham uma postura muito conservadora, ultraconservadora, então isso causou uma situação conflituosa. Então, quando chegamos à ditadura, de repente nós éramos os comunistas da cidade, começaram a fazer manifestações contra nós, não sei o que. E nós tivemos que sair de lá, eu tive que fugir de lá, aí eu voltei com a minha esposa pra Belém e outros foram para outros lugares, porque se não seríamos presos. Eu vim embora de Bragança. E com isso desapareceu a participação do MEB, naquele momento, na prelazia do Guamá. Eu não sei se continuou lá. (HERALDO MAUÉS – DIRETOR DO MEB).

Como afirma o diretor nesta citação, o grupo direitista da Igreja Católica organizou uma manifestação na frente do escritório do MEB, reivindicando a saída dos mebianos que compunham o sistema.

A educação proposta pelo MEB é tolhida quando ocorre a deflagração do golpe militar de 64. Este contribuiu para legitimar as posições ideológicas opressoras dos sujeitos que estavam à frente dos sistemas educativos. Os próprios monitores se sentiram coagidos

Os monitores das escolas radiofônicas coagidos com as suas iniciativas em favor do povo e do clero, sentiu-se quase expulso de seu patrimônio. O clima é de muita tensão para todos os brasileiros, muito mais para os missionários ameaçados de subversivos, o lema era: cadeia ou expulsão. (MEMORIAL DE D. ELISEU. LIVRO DE TOMBO II, 1947,1960, ATA, 29,30 DE JANEIRO 1964, ANEXO, nº 50).

A perseguição por parte do governo militar aos mebianos, no sistema educativo radiofônico, foi identificada com base nos inúmeros conflitos que tinham ocorrido no curso de formação para os monitores. Caso os integrantes do SERB continuassem desenvolvendo propostas de uma educação emancipatória eram presos ou expulsos do sistema.

O SERB passou pela maior crise ideológica de sua história com a legitimação da ditadura militar, pois foi obrigado a destituir os sujeitos que pertenciam ao MEB. Mais tarde teve que romper com o MEB, ficando sem recursos humanos e financeiros. Segundo Boff (1984), a ação opressora e punitiva contra os setores chamados de esquerda e um forte controle sobre os trabalhadores, proposto pela ala conservadora da Igreja Católica, foram unânimes em combater a participação social.

De acordo com o professor Ribamar Oliveira, com tantas repressões por parte da ditadura, os integrantes do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança criavam estratégias para continuar com algumas propostas voltadas a uma educação emancipatória, que eram

vistas como subversivas pela Igreja e como práticas de incentivo ao comunismo. Por isso, em Bragança:

Muitas orientações não foram passadas diretamente no rádio, foram indiretamente pela supervisão, nós fizemos um trabalho maravilhoso na supervisão, tá entendendo? As orientações passavam, partiam aqui, mas as orientações não era passadas pelo rádio. Sabe, por que... Porque os programas de rádio eram todos gravados para o SNI, no final do mês, de 15 em 15 dias, o SNI recolhia as fitas gravadas. Só depois de 1985, prazo, que terminou essas gravações (RIBAMAR OLIVEIRA – PROFESSOR DO SISTEMA).

As irmãs eram orientadas para ficarem de postos escutando a rádio. De hora em hora, em média cada irmã, ficavam de uma e uma hora. Caso saísse uma informação que incentivasse a subversão, a igreja, na hora era desligada a rádio, os programas (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DO SISTEMA).

As informações acima demonstram que alguns supervisores do SERB continuaram acreditando na proposta de uma política voltada à Reforma Agrária e à alfabetização diferenciada para os jovens e adultos. Suas estratégias não eram passadas pela rádio diretamente, devido à gravação das fitas que eram entregues ao Serviço Nacional de Informações (SNI), bem como eram fiscalizados pelas irmãs. Logo, alguns supervisores mantinham contato direto com os monitores, sem passar necessariamente pela rádio.

Segundo Paiva (2003), a entrada dos militares no poder acarretou imediatamente o fechamento ou a paralisação momentânea das atividades de muitas escolas radiofônicas. Além disso, o MEB foi perdendo suas características adquiridas no período de 1962-1964, passando por um período intermediário de modificações de 1964-1966, até poder receber apoio oficial e integrar-se no programa nacional lançado pelo governo em 1970, o MOBREAL.

Segundo Paiva (2003), a presença da cultura popular nos sistemas educativos radiofônicos, no período de 1962-1964, antes da ditadura militar e da reestruturação do MEB nos anos de 1964- 1964, pós-ditadura militar, também foi marca presente no MEB/Bragança. Isso demonstra que o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, da Amazônia, acompanhava a proposta da educação de adultos, a nível nacional.

A ausência de repasse de verbas para o MEB nos dois primeiros anos de governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 -1966) ocasionou uma crise financeira nas escolas radiofônicas. Além disso, a educação de adultos é deixada de lado pelo Ministério da Educação. A paralisação dos esforços brasileiros no sentido de diminuir o número de recursos para a educação de jovens e adultos repercutia mal internacionalmente. A UNESCO voltava a reiterar para que os países desenvolvessem programas cuja proposta deveria ser o combate ao analfabetismo (PAIVA, 2003).



A falta de apoio financeiro no governo de Humberto de Alencar afetou o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. Em uma reunião dos padres na Prelazia, apresenta-se na carta circular a dificuldade do SERB/MEB, em Bragança.

O MEB, não encontrou em discussão, não estava na pauta. D. Ângelo Rossi limitou-se a propor que o mandato atual da diretoria fosse prolongado por mais um ano: isto é a Assembleia Geral de 1968, que se reunirá provavelmente em Junho de 1968. Na realidade no momento atual nós estamos na Graça de Dona Marilda. A equipe Central está passando ainda por crise muito grave enquanto que NÃO TEM DINHEIRO: Não tem porque o Governo Federal não lhe está pagando nem os 240 milhões de 1966, prometidos pelo Presidente Castelo Branco. E a verba de 1967 então, desta nem se fala. Faltando o dinheiro, o resto fica mais ou menos murcho... (MEMORIAL DE D. ELISEU, CARTA CIRCULAR 25.01. 1967; ANEXO 23, LIVRO DE TOMBO II, 1947-1964).

Verifica-se que o MEB e o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança conseguiram sobreviver na ditadura militar, mas não possuíam recursos financeiros para continuar os empreendimentos nos sistemas educativos no atual governo.

Segundo Wanderley (1984), o Movimento de Educação de Base, no Brasil, passou por inúmeras crises, chegando a ser rompida toda a proposta educativa de consciência crítica nos sistemas educativos radiofônicos, nos anos de 1965. Quando D. Eliseu percebe que a ditadura militar e seus agentes estão perseguindo as pessoas que estão próximas dele, trata de destituir alguns colaboradores do sistema.

Em Bragança, para contornar as perseguições aos sujeitos pertencentes ao SERB. D. Eliseu Chega à Bragança e transfere Pe. Giambelle para Belém do Pará; O coordenador do SERB foge para Belém por estar sendo perseguido e a irmã que estava à frente da organização dos professores foi transferida para desenvolver seus trabalhos em outro município do Pará. Mais tarde o SERB rompe com O MEB em 1965, e em 1971 o MEB, retorna ao SERB, com outras características (MEMORIAL DE D. ELISEU. LIVRO DE TOMBO II, 1947,1960, ATA, 29,30 DE JANEIRO 1964, ANEXO, nº 50).

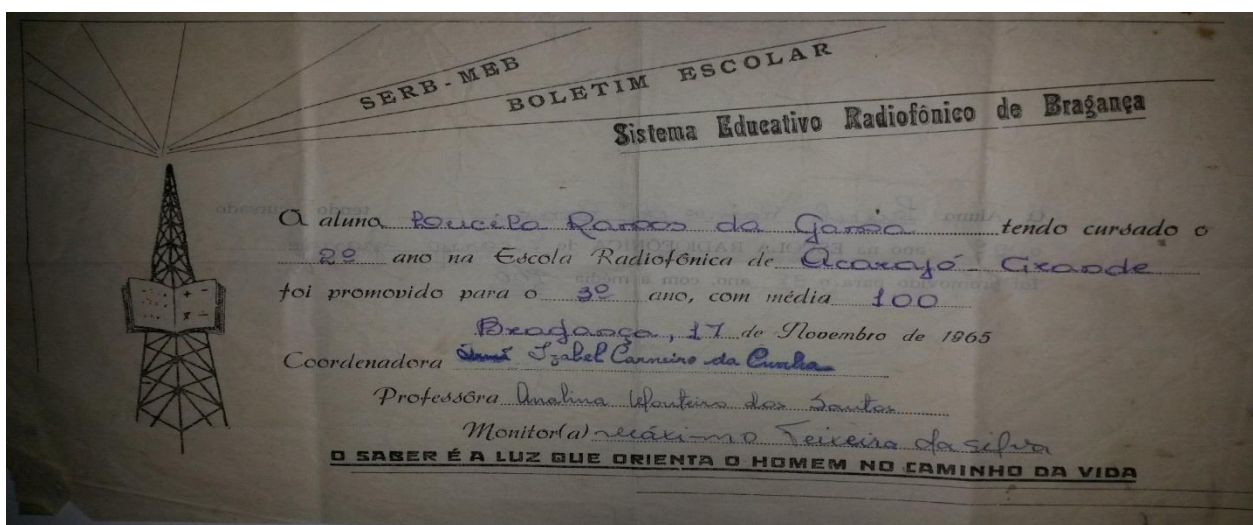
No Município de Bragança, não muito diferente do que estava ocorrendo no Brasil, vários componentes ligados à equipe do MEB afastaram-se, a fim de não serem implicados como dissidentes, pois nessa ocasião, várias pessoas leigas e funcionários, até religiosos, foram ameaçados, exilados; e outros, presos, acusados como subversivos, forçados a falar sobre sua proposta educativa nas escolas radiofônicas, pois os padres determinavam os assuntos que seriam transmitidos ao povo do interior. A volta do MEB ao SERB, em 1971, retorna com suas características de evangelização, catequese e instrução religiosa.

A Irmã Isabel era uma irmã de confiança dos padres, e mesmo com a saída dos mebianos do sistema, em meados de 1966 a 1967, ela continuou como coordenadora do SERB.

[...] Naquela época a Ir. Isabel, Dom Eliseu resolveu transferi - lá para outro lugar devido as fortes acusações sofridas. Com a sua transferência, revoltou as comunidades rurais que não acreditavam na decisão do Bispo pelo carinho que tinham com a Irmã Isabel. Com isso o comunitário dos três municípios: Bragança, Augusto Corrêa e Vizeu fizeram uma manifestação pública contra a atitude de D. Eliseu, mas não teve jeito Ir. Isabel foi embora (MEMORIAL DE D. ELISEU. LIVRO DE TOMBO II, 1947,1960, ATA, 29,30 DE JANEIRO 1964, ANEXO, nº 50).

A irmã Isabel vivia vindo aqui com agente, esse pessoal da rádio vinham com agente, mais depois da ditadura, ninguém mais veio, não apareceu mais ninguém (LUCILA RAMOS – ALUNA DO SISTEMA).

A saída da Irmã Isabel Carneiro do Sistema impactou muitos dos monitores e alunos do sistema, pois ela acompanhava os monitores e alunos nas diversas comunidades e ensinava sobre o ensino da leitura e da escrita. O problema é que, como ela participou de cursos nos países vermelhos, foi infiltrada pelos princípios do comunismo. D. Eliseu foi pressionado para retirá-la e cria a estratégia de transferi-la para outro lugar, onde ela não sofrerá perseguições. Apresento um certificado da aluna Lucila Ramos em que a irmã ainda assinava alguns documentos no SERB/MEB.



**Figura 19:** Boletim do SERB/MEB.

**Fonte:** Arquivo privado da aluna – Lucila Ramos.

Mesmo sendo vista como subversiva pela ditadura, verifica-se neste documento que a Irmã mantinha-se como coordenadora do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, mas com a linha de evangelização presente: “O saber é a luz que orienta o homem no caminho da vida”, como explicitado no boletim do SERB/MEB. Isso demonstra que o SERB se firmou numa linha onde a alfabetização, o saber do homem, deve passar pela luz de Deus, que orienta o caminho do ser humano; mais uma vez mulheres e homens se tornam submisso às prescrições opressoras das leis divinas. Percebe-se, assim, uma prática educativa gestada pela

instrução religiosa e pela perseguição política do governo aos membros da mobilização popular, nos sistemas radioeducativos.

Tanto a repressão do regime ditatorial quanto a retração do MEB e a ostentação do Prelado, na proposta educativa pelo viés da evangelização, são constituídas por práticas educativas dominantes. Essas práticas dominantes são emanadas de um saber dominante, pois elas coibiram e reprimiram os movimentos populares, como o MEB, nas escolas radiofônicas brasileiras.

Para Brandão (2002), o grupo político progressista da Igreja Católica denunciava o controle político dominante que se oculta nas vestes das propostas oficiais de trabalho social com o povo. Os progressistas anunciam uma alternativa popular de trabalho político através da ação social de mobilização, participação, conscientização, sem perder de vista a história como lugar, cujo horizonte é a libertação.

#### **4.4 A continuação do SERB/MEB e o contragolpe da instrução religiosa.**

Nessa conjuntura da ditadura e as inseguranças por ela geradas havia um discurso sobre o fechamento ou não da Rádio em Bragança, pois a maioria das rádios, no Brasil, foi fechada. E por que a Rádio Educadora, no município de Bragança, não foi fechada? Analisando os quatro TCC's pesquisados<sup>37</sup> na Biblioteca Armando Bordallo, e os dois TCC's no Memorial de D. Eliseu, descobri duas situações para o não fechamento da rádio de Bragança: a primeira delas menciona que D. Eliseu se uniu à filosofia do militarismo, mas não demonstram os motivos; já a segunda diz que D. Eliseu foi iluminado por Deus e por isso a rádio não foi fechada. Quais os motivos pelos quais a rádio e o sistema não foram fechados? Essa é uma questão que precisa ser esclarecida.

Para Paiva (2003), em vários estados do Nordeste Brasileiro, os sistemas educativos mais antigos foram os que sofreram com a repressão do regime militar, devido à influência do movimento ideológico progressista, pautado numa educação crítica, libertadora. Estes sistemas foram encerrados. Paralelo a isto ocorre uma intensificação dos sistemas educativos na Amazônia, devido ao fato de que novos quadros haviam sido incorporados ao MEB. Nesse novo quadro de agentes do MEB nos sistemas da região Norte não havia o engajamento com a conscientização como a primeira etapa da mudança social, pois os sistemas, agora, eram mais

---

<sup>37</sup> Os TCC's que foram pesquisados na Biblioteca Armando Bordallo, no escritório do SERB e no memorial de D. Eliseu foram apresentados na introdução desta pesquisa na forma de um levantamento do estudo da arte.

ligados aos bispos, sem conflitos com a hierarquia de uma linha favorável, politicamente neutra e com uma mera instrução religiosa.

Para Paiva (2003), o MEB sobrevive ao golpe de 64 em algumas escolas radiofônicas porque com a linha conservadora da CNBB, reorganiza toda a sua metodologia, seu material didático e a orientação do seu programa educativo. Essa reorganização tinha como intenção coibir o desenvolvimento de uma educação progressista nas escolas radiofônicas. Tanto é que uma das primeiras ações de reorganização era demitir os integrantes do MEB nas rádios.

A maioria dos MEB's e dos sistemas educativos radiofônicos do Brasil foram fechados. Para o professor Ribamar Oliveira, no município de Bragança o SERB/MEB, se reafirmou porque

[...] O SERB teve que se adequar a ditadura. Por isso que a Educadora não foi caçada. Várias rádios católicas foram fechadas porque elas não ficaram fazendo aquela.. Então Pe. Miguel e Dom Eliseu, entrando nessa linha, eles iam fechar a Educadora e como eles iam trabalhar agora se a educadora está expandindo no interior, com o evangélico? Ia aguentar. Então, como a gente diz na gíria: houve uma jogada, teve um apoio, mas não um apoio direto porque Dom Eliseu começou ter o Jarbas Passarinho, eram o Governo, via de uma maneira e outra, etc. Mas quando era pra dizer a verdade, se dizia a verdade [...] (RIBAMAR OLIVEIRA - PROFESSOR DO SISTEMA).

Os padres, com receio de fecharem a Rádio Educadora e o SERB, se aliaram com o governo ditatorial. Além de objetivar a expansão da rádio e sua evangelização, obtinham a ajuda do governo direitista, no Estado do Pará, que apoiava a ditadura militar, em 1965. Ainda de acordo com este professor, dentro da própria rádio os padres eram orientados por um professor-locutor da rádio e promotor.

O T. B. era professor, e era formado pelo Colégio Instituto Santa Terezinha e depois ele fez um curso. Ele já era promotor-adjunto. Depois ele fez o curso de advocacia em Belém. Ele passou a ser oficial, a promotor, mas ele trabalhava no SERB, como complemento... Mas ele ia eu, tenho que lhe dizer a verdade, se tô te falando a verdade tenho que lhe dizer, ele foi um pilar, chamavam os cinco pilares da revolução, o quinto pilar é aquele que denúncia. Ele foi olheiro. Ele me disse, “*eu sou olheiro do governo. Eu tô aqui por isso, eu venho aqui, estou aqui eu, sou um escudo protetor da Rádio Educadora. Então tudo ele sabia do trabalho porque todo trabalho ele era relatado, em reuniões mensais, ele estava presente, escutava todo trabalho que era feito, não repassava, então não fechou*”. Era todo um esquema e tudo foi uma montagem. Foi professor na década de sessenta e setenta. Foi professor da rádio e era apresentador de programas radiofônicos (RIBAMAR OLIVEIRA-PROFESSOR DO SISTEMA).

Esse enunciado acima nos reporta ao motivo da Rádio Educadora não ter sido fechada como a maioria das emissoras católicas brasileiras. Vários foram os fatores que impulsionaram a permanência do Sistema: a ala conservadora do Prelado se adequando ao regime militar e mantendo uma instrução religiosa; as irmãs no Sistema que apoiavam a linha

ideológica por uma alfabetização evangelizadora; o apoio do governo do Estado do Pará na época; e também a orientação de um professor-locutor e promotor, infiltrado no Sistema, que orientava os padres de Bragança. Quando o Q. G. vinha a Bragança para fiscalizar a rádio, ele já alertava os padres. Há um depoimento do professor que ressalta o seguinte:

Uma vez, quando o Q. G. de Belém veio a Bragança, eles queriam olhar a biblioteca, os livros que estavam no SERB. Então o professor T. B já sabia disso e tratou logo de avisar antecipadamente os padres. Pe. Miguel retirou todos os livros que falavam sobre o trabalho do homem, reforma agrária e alguns textos de Paulo Freire. Quando eles chegaram não viram mais nada (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DO SISTEMA).

As ações do Prelado também eram estratégicas contra a ditadura militar, pois a Congregação não poderia deixar de expandir a mensagem católica aos fiéis que eram participantes do Sistema.

Em 1971, a educação de jovens e adultos que participavam do SERB/MEB é modificada e, num primeiro momento, em 1965, o MEB fecha, mas

O MEB fechou porque estava nesta linha esquerdista. Aí Dom Eliseu chamou Dom Miguel, não, padre Miguel, que era vigário na paróquia para reassumir o MEB Bragança e o SERB, reorganizar. Aí vai o SERB e o MEB reorganizado, já uma outra linha ideológica que é a linha da direita. Então o SERB já veio com o pensamento de evangelização e promoção, então ele surgiu para a evangelização e promoção humana. Aquele que nasceu com esse objetivo de entrar e anunciar o evangelho a toda prelazia na época e promover o homem não pode só receber o Evangelho e não ter uma promoção e foi a preocupação do SERB, promover o homem então como o SERB (RIBAMAR OLIVEIRA- PROFESSOR DO SISTEMA).

Segundo Brandão (2002), a partir de 1964 os sujeitos que pertencem ao MEB sofrem perseguições dentro e fora da Igreja Católica. Alguns sistemas radioeducativos são fechados pela própria polícia e seus trabalhos são encerrados pelos bispos, sob a suspeita de que o programa representava uma ameaça de subversão. Em outras dioceses, o trabalho é encerrado porque se acreditava na possibilidade do movimento poder continuar executando um programa de uma educação conscientizadora e de mobilização popular junto aos lavradores oprimidos aos quais se destinou.

O MEB de Bragança foi fechado, em 1965, devido ser visto como uma ameaça de subversão ao Q. G. e por estar propagando a mobilização popular. Ele é reassumido por Pe. Miguel, em 1971, o qual retorna com a linha de alfabetização e escolarização pela via evangelizadora, uma linha em que surgira nos primeiros anos da década de 1960, quando foi implantada a rádio. Agora, pelo viés da evangelização e promoção humana, o homem passa a ser instruído pela linha conservadora da época ditatorial. Tanto que após os policiais militares investigarem o SERB e tomar as medidas necessárias de repressão, chegaram à seguinte conclusão:

Após a conclusão do Inquérito, os policiais militares chegaram a um consenso em relação à Bragança, é que o Comando de Caça aos comunistas – CCC concluiu que nada tinha a punir no MEB prelázia do Guamá. Dom Eliseu não tinha nenhuma matéria que favorecesse a repressão do Decreto 477 que torturava qualquer tentativa de crítica política na educação. (MEMORIAL DE D. ELISEU. LIVRO DE TOMBO II, 1947,1960, ATA, 29,30 DE JANEIRO 1964, ANEXO, nº 50).

Segundo Oliveira (2006), a conclusão do inquérito do Comando de Caça aos Comunistas sobre o decreto nº 447, também chamado de AI-5, baixado pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, previa a punição de professores, alunos e funcionários que incentivassem práticas subversivas durante o regime militar. Na prática, além dos professores que participavam do MEB serem vistos como subversivos, ficavam proibidos de estudarem em Universidades durante três anos. Os professores ficavam impossibilitados de trabalhar em qualquer outra instituição educacional do país durante cinco anos, e isso coibiu mais uma vez inúmeras ações de mobilização popular no país.

Em 1968, além da reorientação do movimento conservador da Igreja Católica direcionar pela instrução religiosa nos sistemas e pela falta de apoio financeiro ao terminar o primeiro convênio em 1966, o estímulo da política aos movimentos privados por parte do governo federal possibilitou ao MEB doações financeiras aos sistemas sobreviventes, entre eles o de Bragança-Pará, que se integra a um novo movimento, pelo programa MOBREAL<sup>38</sup> (PAIVA, 2003).

No início de 1970, quando o MEB<sup>39</sup> ainda está no Sistema, D. Eliseu passa a ser o presidente do SERB, e Pe. Miguel, o coordenador do MEB. Abaixo apresento suas assinaturas no certificado de uma aluna do SERB/MEB, em 1974.

---

<sup>38</sup> Criado pela lei nº 5.379 de 15 de Novembro de 1967, o Mobreal sucedeu à mobilização observada nos meses anteriores em relação ao problema de educação de jovens e adultos. Mas com uma linha ideológica de alfabetização funcional, que restringia o método Paulo Freire (PAIVA; 2003.P. 322-323).

<sup>39</sup> Em 1971, D. Eliseu iniciou a grande pastoral, formando agentes pastorais e organizando as COMUNIDADES CRISTÃS DE BASE (JORNAL DO SERB; 1984).



**Figura 20:** Certificado do SERB/MEB.

**Fonte:** Arquivo privado da aluna Lucila Ramos.

Este certificado, além de confirmar a continuação do MEB no Sistema, D. Eliseu como presidente e o Pe. Miguel como coordenador do MEB, nos revela que os programas radiofônicos estão na linha de evangelização da igreja e que o papel do monitor também é redimensionado como um animador de criatividade, aquele que passa as informações da Igreja para a comunidade.

Constatou-se nesta seção que a entrada dos leigos no Sistema, nos finais de 1962, no Movimento de Educação de Base de Bragança, acirra um conflito ideológico no sistema, pois a ala conservadora da Igreja, que era o da instrução religiosa, vinha perdendo o seu espaço, à medida que os mebianos participavam dos cursos de formação em outros estados. Iniciavam-se, entre os professores e monitores, os princípios da cultura popular, da sindicalização e mobilização da comunidade e com alguns princípios de uma educação emancipatória, imbuídas pela conscientização do homem do campo.

Quando Paiva (2003) e Fávero (2006) dizem que os sistemas educativos da região Norte não estavam comprometidos com a cultura popular, com a discussão da reforma agrária, e com a proposta de uma alfabetização que valorize o homem do campo, por não acompanhar a proposta do MEB/ Nacional, generalizam os sistemas da Amazônia. Neste caso, com este trabalho, observei que o SERB/MEB acompanhou as discussões relacionadas aos sistemas da região nordeste, ao que se refere à implantação do sistema, à organização dos sujeitos que compõem as escolas radiofônicas e sua organização. Mas, no caso do SERB, as

práticas educativas estão envolvidas em uma proposta educativa que é interpretada diretamente pela conjuntura histórica do período de 1960 a 1970: um SERB/MEB conservador, entre 1960 a 1962, onde o Prelado prioriza a organização e ampliação de uma filosofia evangelizadora; um SERB/ MEB que se inicia, com a entrada dos leigos, num trabalho de formação crítica do sujeito, entre os meados de 1962-1964; e com a ditadura militar muitos sistemas educativos são fechados quando não recuam com sua linha ideológica e retornam à linha de evangelização após a ditadura militar.

Outro ponto que precisa ser considerado é que o SERB/MEB inicia sua proposta educativa emancipatória nos anos de 1963, e isso parece ser incipiente quando comparados a outros sistemas da região Nordeste. Em plena ditadura, os mebianos criam estratégias de resistência para a permanência de uma educação progressista, pautada na libertação, mas não resistiu diante da repressão militar e do Prelado.

Outro ponto que precisa ser discutido é que os períodos históricos vivenciados pelo SERB/MEB de Bragança de fato não acompanharam, em termos históricos, a linha de educação progressista dos sistemas da região Nordeste. Contudo, não se pode induzir que o SERB não tenha desenvolvido ações de cultura popular. Talvez a carta circular que Pe. Miguel entregou ao Episcopado, e que foi transmitida para os sistemas educativos das regiões brasileiras, tenha soado como uma manifestação de resistência contra a proposta de se fazer uma educação popular no SERB. A conduta do padre pode ter sido motivada pela perda de espaço do Prelado no tocante a uma educação de base religiosa. Há que se considerar o avanço da educação emancipatória desenvolvida pelos professores mebianos.

Uma das diferenças, que precisa também ser considerada, é que o Movimento de Educação de Base, em 1971, retorna ao SERB, mas com a linha ideológica evangelizadora, o terceiro momento do SERB, e com isso se coaduna com a ditadura, com o Governo do Estado do Pará e com a ala conservadora da Igreja Católica e consegue captar recursos para o sistema. Isso influencia no aumento do número de escolas na região amazônica, ao qual afirma Paiva (2003)<sup>40</sup>.

Sobre o grau de diálogos a respeito da conscientização, o SERB/Bragança talvez não devesse ser no mesmo nível, quando comparados aos sistemas da região do Nordeste, como anuncia o Diretor do MEB nos parágrafos acima, mas ocorreu tal fomentação nas rádios escolas que não se restringiram a uma linha de trabalho neutra, e sim, política. Logo, o

---

<sup>40</sup> Verificar na página 145, que apresenta a análise de Paiva (2003), sobre o aumento do números de escolas na região Amazônica.



Sistema Educativo de Bragança, configurado SERB/MEB, por fazer parte dos sistemas educativos da Amazônia Bragantina, teve um grau de mobilização popular no Estado do Pará.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos desenvolvida pelo Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, no período de 1960 a 1970, deve ser compreendida na conjuntura econômica, social, política e cultural que possibilitou a criação desses sistemas educativos no país.

Observou-se que a teologia da libertação, na década de 60, influenciou diretamente na organização dos sistemas educativos radiofônicos brasileiros, pois permeada pelos princípios de uma concepção progressista absorvido pelos bispos e sacerdotes militantes esquerdistas da Igreja Católica e por ter um caráter de um programa de conscientização para os trabalhadores urbanos e rurais. Isso abalou os grupos conservadores da igreja católica que tinham como base uma concepção de instrução religiosa, aos jovens e adultos. Logo, esta teologia fomentou no seio da Igreja Católica um embate entre esses dois grupos.

O movimento da Teologia da Libertação tem como fundamento os ensinamentos de Jesus Cristo. Ele utiliza como instrumento de libertação tudo o que estigmatiza o povo, como: opressão, injustiça, dor, divisão, pecado, calúnia, cobiça, ódio, etc. Tudo isso é combatido por Jesus Cristo, por meio do amor, da solidariedade, da graça e plenitude em Deus, que supera as diferenças de classes inerentes à vida. Esses ensinamentos constituem a práxis libertadora de Jesus Cristo. Eles são a fonte de inspiração para a Teologia da Libertação, que passa a reinterpretar as relações de forças entre o povo pobre, oprimido, privado dos seus direitos, na década de 60 do século XX.

A Teologia da Libertação influenciou os movimentos populares da década de 1960, entre eles o Movimento de Educação de Base (MEB), que instituiu sua filosofia progressista nos sistemas educativos radiofônicos no Brasil.

Os princípios emancipatórios da Teologia da Libertação se fizeram presentes no Movimento de Educação de Base. Isso porque os leigos cristãos dos movimentos populares como a Juventude Universitária Católica (JUC), inspiraram a linha de pensamento e ação do MEB para com os educandos jovens e adultos nas escolas radiofônicas.

No Brasil, as décadas de 60 e 70 foram marcadas por mobilizações populares que tinham por objetivo promover mudanças sociais que estavam para além das reformas prometidas pelo governo. A ideia era libertar o sujeito oprimido das opressões históricas que vinham se acirrando, ao longo dos anos, por parte da classe opressora, que desumaniza, explora e violenta em razão de seu poder.

Tanto a Teologia da Libertação quanto a proposta educativa de Paulo Freire marcaram o Movimento de Educação de Base destinado à alfabetização e escolarização de jovens e adultos no Brasil, inclusive o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança.

O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança não está desatrelado de uma conjuntura histórica de movimentos educacionais, que ocorrem em diversos estados brasileiros, e de diversas mobilizações e campanhas governamentais que tinham por objetivo desenvolver ações referentes ao analfabetismo no Brasil.

Observou-se que desde 1947, existiam programas nacionais de educação que tinham como objetivo combater o alto índice de analfabetismo entre as populações adultas do Brasil. A correlação estabelecida na década de 1950, entre o desenvolvimento econômico e o analfabetismo, foi a mais expressiva forma de associar o analfabetismo ao atraso do país.

A ressignificação de programas educacionais de educação de adultos passa de um projeto de educação de base do tipo comunitário para um projeto de caráter popular nos anos de 1960. Assim a educação popular, ao invés de ser um movimento sobre o povo, passa a ser um caminhar com o povo.

As escolas radiofônicas no Brasil tiveram como matriz principal, desde 1947, a experiência de Monsenhor Salcedo, em Sustatenza, que deu origem a Acción Cultural Popular (ACPO), na Colômbia. No Brasil, a proposta inicial do MEB, por iniciativa da CNBB, foi concretizada a partir de 1959, por meio de duas experiências da Igreja Católica: as escolas radiofônicas do SAR- Serviço de Assistência Rural (1961), estando à frente D. Eugênio Sales, da arquidiocese de Natal; e o SIRESE- Sistema Rádio Educativo de Sergipe (1959), que era coordenado por D. José Távora, da Arquidiocese de Aracaju.

O Sistema Educativo Radiofônico de Bragança foi implantado em 27 de janeiro de 1958 para educar jovens e adultos e teve como base a experiência do SAR<sup>41</sup>. Quando Pe. Miguel foi observar *in lócus* a organização do SAR, implantou suas ações no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. Convém destacar, ainda, que o decreto nº 50.370, que institui o convênio entre o MEB e o Sistema Educativo Radiofônico de Bragança, foi concretizado em 21 de março de 1961.

O SERB iniciou os seus trabalhos com a parceria do MEB, em 1961, enquanto que os sistemas educativos radiofônicos da região Nordeste já tinham firmado parceria com esse órgão desde 1960. Um detalhe que precisa ser considerado é que, quando o MEB é instituído no SERB quem estava à frente, inicialmente, da nova instituição SERB/MEB, era o Pe. Giambelli; por isso, o Sistema Educativo de Bragança possuía dois propósitos: a propagação das escolas radiofônicas, por meio da formação dos comitês central e paroquiais, quanto mais escolas, mais recursos e, conseqüentemente, mais adeptos à Igreja; e a utilização da rádio no

---

<sup>41</sup> O SAR desenvolvia ações junto as comunidades, promovia cursos de capacitação para os jovens e adultos e a formação para os monitores das escolas radiofônicas.

interior, pois onde o padre não consegue chegar a rádio é um poderoso instrumento de evangelização, nos diferentes municípios do Estado do Pará.

A partir de 1966, a operacionalização dos transmissores, antenas e manutenção dos aparelhos radiofônicos ficou sob a responsabilidade da Irmã Marilda Teixeira, que possuía o curso técnico de eletrônica. Ela orientava as irmãs da congregação para ajudá-la no manuseio dos aparelhos radiofônicos. Observou-se que esta prática educativa radiofônica desenvolvida pelas irmãs, advém de um saber radiofônico, pois não era qualquer integrante do sistema educativo que possuía tal conhecimento para manusear os aparelhos radiofônicos.

Constatei que houve um trabalho mais incisivo, de fato, nos sistemas educativos radiofônicos do Nordeste, inspirados na Teologia da Libertação e na concepção de Paulo Freire, onde iniciaram suas propostas desde 1960, enquanto que no SERB/MEB da Amazônia, esta proposta educativa emancipatória acontece somente nos anos de 1963. Mas, o SERB não pode ser identificado apenas como mais um sistema conservador, pois os autores que discutem o Movimento de Educação de Base apresentam duas propostas educativas nas escolas radiofônicas: uma linha conservadora, pautada na expansão da evangelização e alfabetização acrítica do sujeito; e outra progressista, que constrói uma política de alfabetização para a emancipação do homem.

O SERB/MEB da Amazônia não pode ser enquadrado em uma linha ideológica conservadora ou progressista, porque sua concepção de educação e os saberes evocados de sua prática educativa estão intimamente imbricados pela conjuntura histórica da década de 1960 a 1970.

O SERB/MEB, de 1961 a 1962, tinha por base uma educação de cunho religioso, onde o Prelado prioriza, na sua organização administrativa e pedagógica, uma prática educativa evangelizadora. Aqui os jovens e adultos eram alfabetizados somente pela mensagem do Evangelho. Logo, essa prática educativa advém de um saber religioso.

Do início de 1963 até 1964, esta perspectiva de evangelização sofre algumas alterações, pois com a entrada dos leigos cristãos no sistema ocorrem mudanças na programação das aulas, na utilização dos textos e dos conteúdos. Estas mudanças estavam voltadas para a vida dos lavradores, sua família e a realidade das comunidades. Diante disso, o sistema de alfabetização pautado na evangelização, vinha perdendo o seu espaço, porque os mebianos participavam dos cursos de formação em outros estados e retornavam mais incentivados por uma educação emancipatória. Toda essa reconfiguração administrativa e pedagógica neste sistema trouxe consigo uma prática educativa libertadora, pois seus princípios estavam permeados pela cultura popular da sindicalização e mobilização da

comunidade, da conscientização do homem do campo. Portanto, esses princípios libertadores eram provindos de um saber emancipatório.

Quando o SERB/MEB inicia sua proposta educativa, em 1963, voltada para a conscientização dos jovens e adultos, isso parece ser incipiente, quando comparado aos outros sistemas da região Nordeste, onde os sistemas já vinham desenvolvendo essa educação desde 1961.

Os autores que tratam sobre os sistemas educativos da região Norte, ressaltam em seus escritos que as escolas radiofônicas não estavam comprometidos com a cultura popular, com a discussão da reforma agrária e com a proposta de uma alfabetização que valorizasse os lavradores, e isso acontecia porque os sistemas educativos não acompanhavam a proposta do MEB/Nacional, generalizando, assim, todos os sistemas educativos da Amazônia.

No caso do SERB/MEB, em um ano de trabalho - 1963 a 1964 - este tinha uma proposta educativa pautada na educação popular, e isto se diferencia quando é apresentado por Paiva (2003) e Fávero (2006), pois o SERB não se limitou a uma educação evangelizadora.

O processo educativo de cunho emancipatório é tolhido com a deflagração do golpe militar em 1964, pois os integrantes do MEB são destituídos de seus cargos pela ditadura militar. Durante os anos de 1965 a 1970, o SERB fica funcionando sem o convênio com o MEB. Toda sua organização administrativa e pedagógica foi direcionada para uma educação evangelizadora, apoiada agora pelo governo ditatorial. As repressões do Prelado e do Governo Militar são desenvolvidas por uma prática educativa dominante, que advém de um saber dominante, pois, ao perseguirem os integrantes mebianos destituindo-os dos cargos que ocupavam nas escolas radiofônicas, coibiram uma concepção de educação popular no Sistema Educativo Radiofônico de Bragança.

Vale mencionar que esta prática educativa dominante acontece, também, nos sistemas educativos da região nordeste. Muitos sistemas educativos são fechados, quando não recuam com sua linha de trabalho e retornam à linha de trabalho de evangelização. No caso do SERB/MEB, ele se expandiu, porque o Prelado opta por uma educação evangelizadora, aderindo às propostas do governo ditatorial.

Encontrei no estudo realizado alguns indicativos que apontam para uma prática educativa emancipatória como os textos que eram utilizados pelo autor Paulo Freire e os textos sobre sindicalização e reforma agrária. Entretanto, por ser desenvolvido somente durante um ano de trabalho, 1963- 1964, e ser coibido tanto por parte do Prelado quanto pela ditadura militar, não encontrei nos documentos os materiais didáticos utilizados nas aulas,

como o livro *Viver é lutar*. Os entrevistados não lembravam os conteúdos e textos ensinados nesta época, mas isso pode ser objeto de estudo para futuras propostas de estudos.

Diante do exposto, observou-se que o SERB/MEB da Amazônia muito contribuiu para o fortalecimento da educação popular aos jovens e adultos, no Estado do Pará.

## REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DA DIOCESE DE BRAGANÇA - PARÁ. **60 anos de caminhada**. Edição comemorativa do 1º decênio e do Jubileu de prata das CEB'S, 1990.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Editora Vozes Ltda. 1980.

BORGES, A. C.B; SILVA, D. A; COSTA, F. C. **Educação a distância em Bragança – PA: do sonho a realidade. Um estudo de caso**. 1999. 69 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, 1976.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1994.

BRANDÃO, C. R. **A educação Popular na escola cidadã**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_, C. R. O processo geral do saber. In: \_\_\_\_\_, C. B. (Org.) **A educação popular como saber da comunidade**. Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 14- 26.

\_\_\_\_\_, C. R. A descoberta da cultura na educação da cultura popular no Brasil dos anos 1960. In: \_\_\_\_\_, C. R. (Org.) **A Educação como cultura**. São Paulo: Mercado de Letras, 2002, p. 29- 100.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Ministério da Educação, 1961.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Banco de teses e dissertações**. Disponível em: <www.capes.gov.br> Acesso em: 16 jun. 2013.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber**: Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DAMKE; I.R. Enrique Dussel. Ética e Pedagogia da Libertação. In: **O processo do conhecimento na Pedagogia da Libertação. As ideias de Freire, Friori e Dussel** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pg. 43- 53.

\_\_\_\_\_, I.R. Educação e Libertação. In: In: **O processo do conhecimento na Pedagogia da Libertação. As ideias de Freire, Friori e Dussel** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pg. 54- 61.

\_\_\_\_\_, I.R. Condições de possibilidade do conhecimento. In: **O processo do conhecimento na Pedagogia da Libertação. As ideias de Freire, Friori e Dussel** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pg. 62 - 72.

DE KADT, Emanuel. Catholics Radicals in Brazil. London/New York, Oxford.Univ.Press. 1970. In: FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas, SP: Autores

Associados, 2006.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo: Uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação**. Edições Loyola. São Paulo, 1977.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FIGUEIREDO, C.M.S; SILVA, M.E. **A história do sistema educativo radiofônico de Bragança – PA, (1958 a 1961)**. 1994. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, - (Curso de Pedagogia) - Instituto de Ensino Superior do Estado do Pará- IESPA, 1994.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3.ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro. ED. Paz e terra. 1987.

GAMBOA, Sacher Silvio. **Alternativas metodológicas em el ejercicio de la investigacion educativa**. Educação e Sociedade, São Paulo, nº 9, pp. 91-111, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 5ª. ed. São Paulo: ATLAS, 1999.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, 1981.

HALBAWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1994.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Populacionais do Censo 2010: Cidades**. – Bragança: 2010.

INCAMPO, P. G. **Barnabitas no Brasil 100 anos**. Bragança: Sociedade Brasiliense de Ação e cultura, 2003.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org). **O fotográfico**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

LÉLIS, H. **Chuva dos Santos: A crônica Bragantina**. Belém: CEJUP, 1999, (Coleção caeté), 1999.

MEMORIAL DE D. ELISEU. S/P. **Livro de Tombo II**, 1958- 1971.

\_\_\_\_\_. S/P. **Livro de Tombo III**, 1947- 1960.



OLIVEIRA, I.A; FONSECA; M.J.C.F; SANTOS; T.R.L. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, M. I; TEXEIRA, E. T.; OLIVEIRA, I. A. (Org.) **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010.

OLIVEIRA, R. Regime militar: quarenta e dois anos depois do golpe político militar de 1964, a memória do regime ditatorial vai se enuvecendo com a concretização do regime democrático. Pg. 24 – 31. In: **Revista Bragantina**. Bragança – Pará- Brasil. Ano I- nº 02/ Nov. /2006.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos; 6ª ed. Loyola, Revista e ampliada. Out. 2003.

PEREIRA, C. **Sinopse da História de Bragança**. Bragança: S/Ed, 1967.

PIOVESAN, A. TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa Exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**, v. 29, n.4, p.318- 32, 1995.

RODRIGUES, D.; FRANÇA, M.P.S.G.A. Uso de documento em pesquisa sócio – histórica. In: MARCONDES, M. I; TEXEIRA, E. T.; OLIVEIRA, I. A. (Org.) **Metodologias e técnicas de pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010.

ROMANA, G. R; CUNHO, O. M; RODRIGUES, T, M, R. **História da educação do Município de Augusto Correa**. 1992. 66 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, 1992.

ROSÁRIO, U. **Saga do Caeté**: folclore, história, etnografia e jornalismo na cultura amazônica da Marujada, Zona Bragantina, Pará – Belém: CEJUP, 2000. (Coleção caeté).

ROTTERDAM, L. S. O. **Elizeu Coroli, o educador de educadores**. 2004. 65 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Bragança, PA, 2004.

SERB. Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. **Tele educação na Amazônia**: o que é o que faz. S/A. S/N.

SERB. Sistema Educativo Radiofônico de Bragança. **Jornal do SERB**. Rádio Educadora de Bragança: do sonho a realidade. Secretaria do Sistema radiofônico de Bragança, S/N.

SILVA, D. B. R. N. **Uma Caracterização histórica de Bragança**, 2008. Disponível em: <[www.google.com.br/blog.dáriobenedito](http://www.google.com.br/blog.dáriobenedito)>. Acesso em: 10 set. 2013.

\_\_\_\_\_, D. B. R. N.; OLETO. L. S. R.; OLIVEIRA, R. D. C. Aos “caboclos inocentes e de boa fé”: entre educação e outras obras de dom Elizeu Coroli em Bragança (PA), Século XX. **Revista HISTEDBR** On-line. n.48, p. 93-118, dez. 2012.

SILVA, F.P. **A história continua na arte de educar nas terras dos caetés (1930- 1960)**. (1999), 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, (Curso de Licenciatura e Bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará- Campus de Bragança, 1999.

SILVA, Dario Benedito Rodrigues Nonato da. **Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos.** Disponível em: <http://profdariobenedito.blogspot.com.br/2010/12/coreto-pavilhao-senador-antonio-lemos.html>, acessado em: 12 mar. 2014.

**Dados Internacionais de Catalogação na publicação**  
**Biblioteca do Centro de Ciências Sociais e Educação da UEPA**

---

Maciel, Rogério Andrade

Sistema educativo radiofônico de Bragança: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960 – 1970). / Rogério Andrade Maciel. Belém, 2014.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2014.

Orientador: Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França

1. Educação de adultos. 2. Prática de ensino. 3. Rádio na educação. I. França, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de (Orientador) II. Título.

CDD: 21 ed. **374**

---